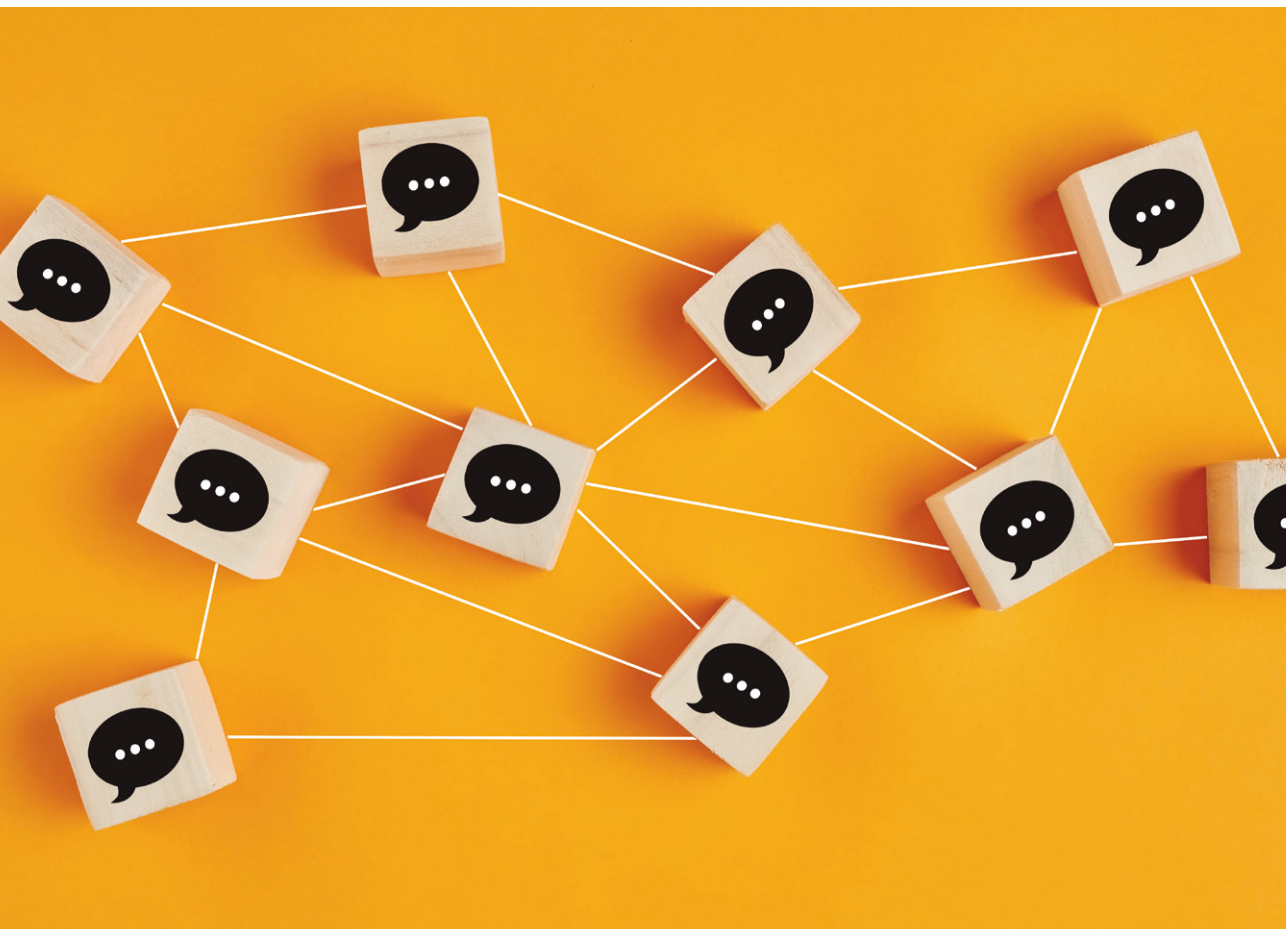


Maria da Conceição de Paiva
Lorena Cardoso dos Santos
Andrei Ferreira de Carvalhaes Pinheiro
organizadores

SINTAXE, LÍNGUA EM USO E ANÁLISE DE GÊNEROS

Uma homenagem a Vera Lúcia Paredes Silva
e a sua contribuição à Linguística



SINTAXE, LÍNGUA EM USO E
ANÁLISE DE GÊNEROS

uma homenagem a Vera Lúcia Paredes Silva
e a sua contribuição à Linguística

CONSELHO EDITORIAL

André Costa e Silva

Cecilia Consolo

Dijon de Moraes

Jarbas Vargas Nascimento

Luis Barbosa Cortez

Marco Aurélio Cremasco

Rogério Lerner

MARIA DA CONCEIÇÃO DE PAIVA
LORENA CARDOSO DOS SANTOS
ANDREI FERREIRA DE CARVALHAES PINHEIRO
(organizadores)

SINTAXE, LÍNGUA EM USO E
ANÁLISE DE GÊNEROS
uma homenagem a Vera Lúcia Paredes Silva
e a sua contribuição à Linguística

TEXTOS DE

Andrei Ferreira de Carvalhaes Pinheiro | Christina Abreu Gomes
Eliaine de Moraes Belford Gomes | Felipe Diogo de Oliveira
Gabrieli Pereira Bezerra | Jaqueline Barreto Lé | Lorena Cardoso dos Santos
Maria da Conceição de Paiva | Maria Marta Pereira Scherre
Mariana Ximenes Bastos | Talita Moreira de Oliveira | Yalis Duarte Rodrigues Lima

ENTREVISTA COM

Vera Lúcia Paredes Silva

2021

Sintaxe, língua em uso e análise de gêneros: uma homenagem a Vera Lúcia Paredes Silva e a sua contribuição à Linguística

© 2021 Autor
Editora Edgard Blücher Ltda.

Publisher Edgard Blücher

Editor Eduardo Blücher

Coordenação editorial Jonatas Eliakim

Produção editorial Aline Oliveira

Diagramação e capa Laércio Flenic

Revisão de texto A revisão foi feita pelos organizadores

Imagem da capa iStockphoto

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil
Tel 55 11 3078-5366
contato@blucher.com.br
www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.
do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa,
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer
meios, sem autorização escrita da Editora.

Todos os direitos reservados pela Editora
Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Sintaxe, língua em uso e análise de gêneros :
uma homenagem a Vera Lúcia Paredes Silva e a sua
contribuição à Linguística / organizado por Maria da
Conceição de Paiva, Lorena Cardoso dos Santos, Andrei
Ferreira de Carvalhaes Pinheiro. -- São Paulo : Blucher,
2021.

294 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-5550-167-4 (impresso)

ISBN 978-65-5550-165-0 (eletrônico)

Open Access

1. Linguística 2. Silva, Vera Lúcia Paredes I. Paiva,
Maria da Conceição de II. Santos, Lorena Cardoso dos
III. Pinheiro, Andrei Ferreira de Carvalhaes

21-4725

CDD 306.44

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística



VERA LÚCIA PAREDES PEREIRA DA SILVA

Licenciada em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ, 1970), Mestra em Letras pela mesma instituição (1975) e Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 1988), fez estágio de Pós-Doutorado na Universidade de Georgetown (1994), na área de Discurso. Atuou como Professora da Faculdade de Letras da UFRJ, de 1973 a 2017. Após esse período, manteve-se vinculada como Professora Colaboradora ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, no qual ingressou como docente em 1990. Teve bolsa de Apoio à Pesquisa (CNPq) de 1992 a 2018. Tem experiência na área de Linguística e Língua Portuguesa, com ênfase em Sociolinguística, Funcionalismo e Análise de Gêneros, atuando principalmente nos seguintes temas: variação, pronomes, sujeito, gêneros discursivo-textuais.

PREFÁCIO

Maria Marta Pereira Scherre¹

Vera e eu temos uma **Amizade Sincera**, que se iniciou na década de 1980, bem nos termos de letra do grande compositor e cantor Renato Teixeira, um dos meus preferidos. Partilhamos momentos intensos de nossa vida acadêmica e é esse o ponto central do Prefácio a este livro em sua homenagem, que tenho a honra e a felicidade de escrever. Fizemos doutorado na mesma época, fomos orientadas pelo mesmo professor, Anthony Julius Naro, e defendemos a Tese no mesmo ano, 1988: já se vão 33 anos de uma longa e frutífera jornada de trabalho científico, porque o fechamento do doutorado é um verdadeiro rito de passagem, um início promissor, e não o fim, como bem dizia o nosso grande amigo orientador. A partir de 1989, nossas conversas continuam no seio do **Programa de Estudos sobre o Uso da Língua** (PEUL), ao qual ela também se integra, enriquecendo o acervo com uma base de dados de cartas de escritores contemporâneos.

¹ Maria Marta Pereira Scherre é doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora aposentada pela UFRJ, pesquisadora I-B do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), professora voluntária do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGEL) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e pesquisadora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da Universidade de Brasília (UnB).

Durante a análise dos dados de nossas respectivas teses, Vera e eu tivemos oportunidade de trocar doces ideias, ela com o foco no preenchimento da posição de sujeito em cartas pessoais, um dos gêneros discursivos-textuais preferidos de Vera, e eu com a concordância nominal, sempre sob a ótica dos grandes princípios da Teoria da Variação e Mudança Linguística e das diferentes vertentes do Funcionalismo, que caminham lado a lado desde a década de 1970. Vera sempre abraçou o Funcionalismo com corpo e alma; eu apenas o tangenciei, porque meu principal mote novo de análise – o paralelismo linguístico – se distanciou da ideia da menor ou maior expressão de formas em função da previsibilidade da informação, um dos nortes da análise empreendida por Vera à época, que permanece em suas análises atuais. Tivemos a oportunidade de discutir bons textos da década de 1970 e 1980, entre os quais o *Functional theories of grammar*, de Johanna Nichols, publicado na **Annual Review of Anthropology**, de 1984, texto esse que ficou muito presente na minha mente, por apresentar três grandes vertentes de perspectivas funcionalistas, denominadas por Johanna Nichols de conservadoras, moderadas e extremadas, encorpadas em diversas correntes funcionalistas, bem conhecidas de Vera.

Vera, que eu denominaria de funcionalista moderada nos termos de Johanna Nichols, como se observa em suas palavras na plataforma Lattes, “tem experiência na área de Linguística e Língua Portuguesa, com ênfase em Sociolinguística, Funcionalismo e Análise de Gêneros, atuando principalmente nos seguintes temas: variação, pronomes, sujeito, gêneros discursivo-textuais”.² Assim, Vera transita por diversas interfaces teóricas, o que eu considero muito saudável, porque, como tenho enfatizado, a diversidade, em toda a sua amplitude, é a seiva da vida.

Antes mesmo de ler a entrevista feita com a Vera por Lorena e Andrei, registrada no capítulo 1 deste livro que homenageia a minha amiga (para não ficar influenciada pelas palavras de Vera), destaco aqui um dos aspectos da análise de Vera em 1988 que foi seguramente inovador, a saber, a criação da variável independente ou preditora *conexão discursiva*, uma expansão bem sucedida da variável preditora *mudança de referência*, difundida nos trabalhos de Paula Bentivoglio e Carmen Silva Corvalán, para o espanhol, e no de Solange Lira, para o português brasileiro, em trabalhos da década de 1980.

De uma forma brilhante, em sua Tese de Doutorado de 1988 – **Cartas cariocas**: a variação do sujeito na escrita informal –, Vera se embrenha nas teias do discurso, ao mostrar que havia mais pepita por detrás da *mudança de*

² Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0340438461203657>, acesso em 12 de janeiro de 2021.

referência, e que aspectos outros da cadeia discursiva poderiam fazer grande diferença na presença do sujeito pronominal, a saber, por exemplo, a mudança de tempo, de modo ou de aspecto verbal; a introdução de orações de curta duração; a diferença da função sintática no contexto discursivo precedente; a entrada de outro candidato a sujeito no discurso precedente e a mudança do tópico do discurso ou do assunto tratado, na sua formulação para a análise de dados de cartas pessoais. O leitor curioso e interessado pode ver uma síntese da proposta original da variável *conexão discursiva*, no texto *Por detrás das frequências*, na revista **Organon** 18, de 1991.³ Por meio de uma análise minuciosa, criteriosa, cercada de traços linguísticos do contexto, Vera, além da proposição da variável preditora *conexão discursiva*, apresenta em sua Tese de Doutorado uma forma não circular de analisar efeitos de outras variáveis preditoras como a *ambiguidade* e a *ênfase ou contraste*, aspectos caros também à tradição gramatical brasileira, como bem pontua Vera, ao lado da também promissora variável *tipo de oração*. Suas análises lhe renderam um belo artigo – *Subject omission and functional compensation: evidence from Brazilian Written Portuguese* –, publicado pela Cambridge University Press, na **Language Variation and Change**, volume 5, número 1, de 1993, uma revista conceituada, que recebe artigos originais com base em dados de usos falados ou escritos, submetidos a avaliação de, pelo menos, três pareceristas.

Variáveis preditoras internas estabelecidas por Vera a partir da sua Tese de Doutorado são aplicadas também à análise da fala, com base em amostras de usos organizadas pelo PEUL, cujo principal relato, por sinal primoroso, está no texto *Motivações funcionais do uso do sujeito pronominal em tempo real*, no livro **Mudança linguística em tempo real**, organizado em 2003, por outras duas grandes amigas do PEUL, Maria da Conceição de Paiva (que escreve o Posfácio deste livro que homenageia Vera) e Maria Eugênia Lamoglia Duarte (com quem o trabalho de Vera apresenta pontos de interessantes convergências), publicado pela Contra Capa, com apoio da FAPERJ. A análise dos dados da fala, com foco nos pronomes de primeira pessoa do singular, evidencia o efeito regular da variável preditora *conexão discursiva*, em dados de entrevistas sociolinguísticas da comunidade da década de 1980 e da década de 2000, em tempo real, e em dados de 16 pessoas gravadas na década de 1980 e novamente gravadas na década de 2000. Diferenças entre os resultados da análise dos dados da escrita de cartas pessoais e os das entrevistas sociolinguísticas são, basicamente,

³ Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/issue/view/2078>, acesso em 14 de janeiro de 2021.

nas frequências de usos do sujeito expresso ou não expresso: os efeitos da variável *conexão discursiva*, remodelada, sim, para os dados de usos falados, são extremamente regulares. Ampliando análises para outros gêneros, Vera e Yalis Lima publicam em 2016, na **Web-Revista Sociodialeto**, volume 6, número 18, um artigo intitulado *Efeitos discursivos na expressão variável do sujeito de 1ª pessoa do singular em blogs de viagem*, em que se evidencia a forte similaridade no comportamento desse tipo de escrita da web – escrita digital – e das cartas pessoais tradicionais, com relação à variável *conexão discursão*.

Neste Prefácio do livro que homenageia Vera, busquei enfatizar a variável *conexão discursiva*, criação da Vera, porque pude presenciar sua gestação e nascimento. Mas eu não poderia também deixar de enfatizar a amplitude de seu trabalho com análises de outros dois temas que hoje me são muito caros também, a expressão variável de segunda pessoa na fala do Rio de Janeiro e a expressão variável do imperativo gramatical. Ressalto dois textos marcantes: *O retorno do pronome tu à fala carioca*, com diversas amostras de usos falados, publicado em 2003 no livro **Português brasileiro** – contato linguístico, heterogeneidade e história, organizado pela saudosa amiga Cláudia Roncarati e também pela amiga e atuante pesquisadora Jussara Abraçado; e *Variação na 2ª pessoa: o pronome sujeito e a forma do imperativo*, em coautoria com Gilda Santos e Tatiana Ribeiro, com base em peças teatrais, publicado em 2000 na revista **Gragoatá**, número 9, em que se documenta o uso escrito do *imperativo brasileiro* (forma *canta* no contexto do pronome *você*), na década de 1920, com o movimento modernista, que buscava afirmar a identidade de escrita do português brasileiro.

Para fechar o relato de fatos com relação ao trabalho da Vera, na linha em que tivemos conversas diversas, quero registrar outro texto primoroso – *Desfazendo um mito: a repetição na escrita e suas funções* –, publicado em 2008, no livro **Português brasileiro II** – contato linguístico, heterogeneidade e história, também organizado por Cláudia Roncarati e Jussara Abraçado. Nesse texto, Vera trata também de retomadas idênticas (repetição) ou de retomadas com modificação (não repetição) em três gêneros do domínio jornalístico, a saber, em crônicas, em notícias e em artigos de opinião. Vera conclui que a repetição está a serviço da organização e da coesão textual e desfaz, de forma brilhante, a ideia do uso da repetição como pobreza de estilo.

Esse formato de Prefácio realizou meu desejo de retomar alguns detalhes da nossa vivência, nesse momento sublime em que Vera é homenageada por nove de seus orientandos, com foco principal em análises promissoras de diversos gêneros discursivos, entre os quais se incluem os gêneros discursivos digitais,

novos gêneros que desafiam a mente e o cérebro de quem já viveu bem mais de meio século. Lorena Cardoso dos Santos e Andrei Ferreira de Carvalhaes Pinheiro são autores de uma carta à Vera, conduzem uma entrevista com Vera de título instigante – *Uma história entre a Sociolinguística, o Funcionalismo e a Análise de Gêneros: entrevista com Vera Lúcia Paredes Silva* (capítulo 1), e escrevem capítulos individuais, o de Lorena (capítulo 6) – *Do impresso ao digital: a correlação entre sintagmas nominais complexos e o gênero notícia política*; e o de Andrei (capítulo 10) – *Objetos diretos de 3ª pessoa na caracterização do Facebook Messenger: contribuições da Sociolinguística para a análise do gênero chat*. Outros sete orientandos registram suas sábias análises, a saber, Mariana Ximenes Bastos (capítulo 2) – *Artigos de divulgação científica e relação autor-leitor*; Eliaine de Moraes Belford Gomes (capítulo 3) – *Os gêneros sermão religioso, entrevista televisiva e aula expositiva e as construções de tópico*; Gabrieli Pereira Bezerra (capítulo 4) – *Sintagmas nominais como rótulos em livros didáticos de História do Brasil*; Talita Moreira de Oliveira (capítulo 5) – *O papel dos SNs na referência e organização tópica em livros didáticos de História*; Felipe Diogo de Oliveira (capítulo 7) – *Sintagmas nominais complexos no macrogênero j-blog de política e economia do Brasil e da Espanha*; Jaqueline Barreto Lé (capítulo 8) – *Referênciação em tweets jornalísticos*; e Yalis Duarte Rodrigues Lima (capítulo 9) – *Estrutura composicional e traços léxicos-gramaticais em blogs*. Esse conjunto de nove textos de nove orientandos no livro que homenageia Vera reflete de forma clara o seu envolvimento com a multiplicidade de gêneros em suas diversas manifestações, chegando a gêneros mais novos por meio da mídia digital, uma demonstração perfeita da consistência de seu gosto pela linguagem em sua plenitude.

Vera é a homenageada e ganham, em especial, os futuros leitores do livro *Sintaxe, língua e análise de gêneros: uma homenagem a Vera Lúcia Paredes Silva e sua contribuição à Linguística*. Trata-se de uma justa homenagem à minha grande amiga Vera, também amiga de seus orientandos. Vale a pena a gente se deliciar com a letra da música **Amizade Sincera** nos suportes midiáticos digitais, outro gênero discursivo, que homenageia as amizades perenes, como essa a Vera e da Vera, que nos une e nos traz felicidade.⁴

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5NnJc0hlmLs>. Acesso em 12 de janeiro de 2021.

MEUS AGRADECIMENTOS

Vera Lúcia Paredes Silva

No dia 21 de janeiro deste ano, mal acordei, fui surpreendida por uma belíssima e deliciosa cesta de café da manhã, presente dos meus orientandos.

Como se não bastasse, a surpresa maior veio depois: a “boneca” de um livro em minha homenagem! Aquele dia foi só emoção. Andrei, Eli, Felipe, Gabi, Jaque, Lorena, Mari, Talita, Yalis – esses, os autores dos textos. Mas ali poderiam também estar Alaine, Fabíola, Ana Paula, Amanda, Débora, Júlia, Leila, Leticia, Maria Teresa, Ana Lucia, Cláudia e vários outros, amigos que se mantiveram ao longo desta jornada.

Sei que a Chris Abreu, companheira constante da sala F318, amiga de todas as horas, meu socorro informático, foi uma incentivadora deste livro. A Conceição, cidadã franco-brasileira, também deu um empurrão precioso; mas, acima de tudo, com sua lucidez e imbatível capacidade de trabalho, fez um Posfácio que mais valoriza a obra. Aliás, em matéria de capacidade de trabalho, difícil atribuir um primeiro lugar, mas a Marta, a incrível Scherre, minha amiga e colega de Doutorado, é uma *workaholic*. Me presenteou com sua leitura cuidadosa de textos, desde 1988, para fazer um Prefácio que me desmontou.

E, por falar em Doutorado, se o momento é de afetos, preciso dizer que fiz amizades de 4.000 quilômetros de distância e 40 anos de duração. Éramos quatro: Edith Barreto, em Pelotas, que infelizmente já se foi; Myrian Barbosa, de Salvador; Leopoldina Araújo, de Belém; e eu, no Rio. O meu abraço se estende a elas, grandes parceiras de cursos. Foi, inclusive, por sugestão de Myrian que minha tese teve o título *Cartas cariocas: a variação do sujeito na escrita informal*. À semelhança das Cartas Chilenas, de Neruda!

Sou grata também ao Naro, que chegado havia pouco ao Brasil, nos atraiu com sua matemática, com seu caminho apontado para um tratamento mais preciso dos dados de língua em uso, para captar o processo de mudança, para a Sociolinguística Laboviana. Com ele também aprendi a receber os alunos em casa, oferecer bolo ou biscoito e cafezinho...

Agradeço ainda a todos os demais companheiros e companheiras do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua, parceiros de pesquisa e vivências na Faculdade de Letras da UFRJ, com quem compartilhei inúmeros momentos ao longo desses mais de 30 anos.

Contudo, foram a Lorena e o Andrei que, não sei como, nestes anos loucos da década de 2020, assumiram a tarefa. Em plena pandemia, ele ainda fazendo uma Dissertação e preparando um projeto de Tese; ela conciliando trabalho, coordenação de área, orientação de licenciandos; ambos cumprindo todas as exigências cobradas de um professor nestas terras em que a Educação é tão pouco valorizada... Cobrada, mas não devidamente recompensada.

E assim chegamos a este livro, em formato bem “moderno”, como diria o Ubaldo. Quando me disseram que seria em *open access*, eu humildemente perguntei: “Como?”. Uma vez esclarecida, a-d-o-r-e-i a ideia. Precisamos democratizar o livro, o acesso ao conhecimento. São tempos difíceis, difícilimos, diria o José Dias, de Machado.

No meu convívio próximo, quem não consegui converter à Sócio foi meu marido. Claro! O seu era o “português mais perfeito, o de Coimbra”, ora, pois, por que mudar? Todos o entendiam (há controvérsias). Ele vivia assinalando no jornal ou nos livros traduzidos as concordâncias e regências que não seguiam o padrão esperado. Ora, “mudam-se os tempos”, já dizia o velho Camões.

Estendi-me mais do que pretendia. Quisera ter braços tão longos que, num abraço enorme, pudessem abarcar a todos. Se me esqueci de mencionar alguém, considerem que 72 e meio já permitem isso...

Mas sobreviveremos para estudar essa novidade, já chamada de internetês, identificar *fake news*, e tudo o que vier.

*Sei que nada será como antes amanhã
que notícias me dão dos amigos
que notícias me dão de você
[...]
resistindo na boca da noite um gosto de sol
– Milton Nascimento e Ronaldo Bastos*

CARTA À PROFA. DRA. VERA LÚCIA PAREDES SILVA

*Lorena Cardoso dos Santos
Andrei Ferreira de Carvalhaes Pinheiro*

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2020.

Querida professora Vera,

Escrever uma carta para uma especialista em cartas é algo bastante curioso. Sabemos de sua intimidade com o gênero e, além disso, ficamos na dúvida se vamos atender às suas expectativas enquanto leitora e destinatária dessas linhas. Pretendemos não variar no uso de “tu” e “você” ao longo do texto, e pedimos permissão para abandonar o “senhora”. Nossa segunda pessoa do discurso, nossa interlocutora, nossa querida orientadora, bem, as possibilidades são inúmeras assim como inúmeras foram as alegrias durante todo o nosso período de convivência, que extrapolou os limites da pura orientação acadêmica. Sentimos muita gratidão e orgulho de ver este projeto concluído porque, antes de tudo, ele homenageia você, Vera.

Esta coletânea foi nossa maneira de lhe prestar uma homenagem, e essa não é uma ideia nova. Na verdade, nos inspiramos naquele livrinho azul que homenageia o Naro e, caramba, como foi gostoso – e trabalhoso! – fazê-lo durante este

2020 pandêmico. A ideia deste livro já existe há muitos anos, não sei quantas vezes falamos, em tom de brincadeira, que organizaríamos um livro. Por mais paradoxal que possa parecer, foi durante este ano difícil para o mundo todo que a escritura dos capítulos pôde acontecer. E ele nasceu.

Este livro não dá conta de toda a sua história como pesquisadora e orientadora, já que é um livro bastante voltado para trabalhos que relacionam a estrutura linguística à análise dos gêneros. Fizemos uma reunião de trabalhos de alguns de seus orientandos mais recentes, mas acreditamos que ele é aquilo que se predispõe a ser: simbólico. Simboliza, para nós, o sucesso dessa parceria de tantos anos e, para você, esperamos que ele seja símbolo de uma trajetória de inúmeras contribuições para os estudos linguísticos.

Professora, são mais de 40 anos dedicados à academia. Seus estudos variacionistas, a Análise de Gêneros, a chegada ao Funcionalismo e, agora, aos Gêneros Digitais são provas de que, ao longo dos anos, você se manteve atenta às inovações linguísticas, às novas tendências teóricas e às diferentes práticas de linguagem. Seu trabalho foi e é fundamental para a pesquisa linguística que se faz no Brasil.

Sua aposentadoria da Graduação já aconteceu há alguns anos, mas esperamos que sua trajetória como colaboradora da Pós-Graduação da UFRJ continue firme pelos anos seguintes. Ainda há muito o que se pesquisar, como você mesma aponta em sua entrevista; ainda há muitas cartas a serem escritas, muitos caminhos a serem trilhados e muitos gêneros digitais para emergir.

Agradecemos a escuta atenta e o rigor científico. A amizade e os pedidos de modalização do discurso. Esperamos que a leitura deste livro seja prazerosa e motivo de boas recordações.

Um abraço carinhoso e repleto de afeto de seus eternos orientandos,
Lorena e Andrei

CARTA À PROFA. DRA. VERA LÚCIA PAREDES SILVA

Christina Abreu Gomes

Petrópolis, 18 de janeiro de 2021

Queridíssima Vera,

Como você está? Espero que tudo esteja bem, apesar dos tempos bichudos em que nos encontramos. Faz muito tempo que não escrevo uma carta. Em tempos de comunicação eletrônica e atividade remota, escrever uma carta é sem dúvida uma oportunidade imperdível, principalmente com a finalidade que aqui se coloca: participar, juntamente com seus queridos orientandos (ex-orientandos, a maioria), deste livro, que traz um conjunto de capítulos sobre sintaxe, língua em uso e gêneros textuais-discursivos, com base em estudos desenvolvidos por eles, sob sua orientação. Estou muito feliz de poder participar, sob a forma de carta, dessa carinhosa homenagem a você, um merecido reconhecimento de sua contribuição como professora, pesquisadora e orientadora na Universidade Federal do Rio de Janeiro, mais especificamente no Departamento de Linguística e Filologia e no Programa de Pós-Graduação em Linguística. Sei que sua vida profissional começou na PUC-RJ, mas, desse período, sei pouco.

Hoje Clarinha faz 2 anos e 1 mês. E pensar que mais ou menos dois anos atrás você foi na casa da Nina conhecê-la. Um ano depois, janeiro de 2020, ela foi na sua casa e falou uma sequência longa de sons (muitos deles não fazem parte do inventário do PB) ao te entregar uma caixa de chocolates, que levamos para você se deliciar tomando café.

Sinto saudades das nossas conversas na hora do almoço, no intervalo entre as atividades da manhã e as da tarde, e nos encontros fora do trabalho. Nesses anos todos de convivência, rimos muito, trocamos ideias sobre nossas pesquisas, sobre a vida, sobre as crianças das nossas vidas, sobre amizade, amigos, alegrias, tristezas, indicações de bons médicos, e tudo o mais, não necessariamente nesta ordem, se é que precisa ter alguma, sempre com a sinceridade de uma amizade que foi se estabelecendo e crescendo ao longo desse tempo em que nos conhecemos, desde o momento em que comecei a fazer parte do PEUL e, depois, como colegas de departamento e de Pós-Graduação. Guardo com carinho a lembrança de sua preocupação comigo quando estive por um bom tempo com a saúde comprometida devido a um problema autoimune, assim como lembro do quanto já nos divertimos conversando sobre assuntos mais amenos, momentos que mostram o quão é importante viver-se rodeado de pessoas queridas e autênticas.

Espero que chegue logo o dia de tomarmos nossas doses da tão esperada vacina, e que, finalmente, possamos celebrar a superação deste momento e conversar sobre tudo o que passamos neste período de isolamento social e não pudemos dividir mais diretamente, apesar de nossos contatos através do WhatsApp e do telefone.

Grande beijo de sua amiga,
Christina¹

¹ Christina Abreu Gomes é professora titular do Departamento de Linguística e Filologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui Doutorado em Linguística pela UFRJ e pós-doutorado na *University of York*. É bolsista de produtividade do CNPq. Orienta alunos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFRJ. Sua atuação profissional tem focalizado temas desenvolvidos na Sociolinguística relativos à variação e mudança linguística, à aquisição e à percepção da variação socialmente indexada.

SUMÁRIO

- 1. UMA HISTÓRIA ENTRE A SOCIOLINGUÍSTICA, O FUNCIONALISMO E A ANÁLISE DE GÊNEROS: ENTREVISTA COM VERA LÚCIA PAREDES SILVA23**
 *Lorena Cardoso dos Santos
 Andrei Ferreira de Carvalhaes Pinheiro*
- 2. ARTIGOS DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E A RELAÇÃO AUTOR-LEITOR35**
 Mariana Ximenes Bastos
- 3. O PAPEL DAS CONSTRUÇÕES DE TÓPICO NOS GÊNEROS SERMÃO RELIGIOSO, ENTREVISTA TELEVISIVA E AULA EXPOSITIVA.....55**
 Eliaine de Moraes Belford Gomes
- 4. SINTAGMAS NOMINAIS COMO RÓTULOS EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO BRASIL.....83**
 Gabrieli Pereira Bezerra
- 5. O PAPEL DOS SNs NA REFERENCIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TÓPICA EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA..... 105**
 Talita Moreira de Oliveira
- 6. DO IMPRESSO AO DIGITAL: A CORRELAÇÃO ENTRE SINTAGMAS NOMINAIS COMPLEXOS E O GÊNERO NOTÍCIA POLÍTICA..... 137**
 Lorena Cardoso dos Santos
- 7. SINTAGMAS NOMINAIS COMPLEXOS NO MACROGÊNERO J-BLOG DE POLÍTICA E ECONOMIA DO BRASIL E DA ESPANHA..... 159**
 Felipe Diogo de Oliveira
- 8. REFERENCIAÇÃO EM TWEETS JORNALÍSTICOS 193**
 Jaqueline Barreto Lé

9. ESTRUTURA COMPOSICIONAL E TRAÇOS LÉXICO-GRAMATICAIIS EM BLOGS	221
<i>Yalis Duarte Rodrigues Lima</i>	
10. OBJETO DIRETO DE 3ª PESSOA NA CARACTERIZAÇÃO DO FACEBOOK MESSENGER: CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGUÍSTICA PARA A ANÁLISE DO GÊNERO CHAT.....	251
<i>Andrei Ferreira de Carvalhaes Pinheiro</i>	
POSFÁCIO: INTEGRANDO VARIAÇÃO, FUNÇÃO E GÊNEROS	281
<i>Maria da Conceição de Paiva</i>	
ORIENTANDAS E ORIENTANDOS DE VERA LÚCIA PAREDES SILVA CUJOS TRABALHOS COMPÕEM ESTE LIVRO	289

UMA HISTÓRIA ENTRE A SOCIOLINGUÍSTICA, O FUNCIONALISMO E A ANÁLISE DE GÊNEROS

ENTREVISTA COM VERA LÚCIA PAREDES SILVA

*Lorena Cardoso dos Santos
Andrei Ferreira de Carvalhaes Pinheiro*

Ao passarmos pela porta, logo à direita, há uma pequena mesa, rodeada por quatro cadeiras, diante de um piano. Bem perto à mesa, há uma estante, com livros diversos: sobretudo de estudos linguísticos, mas a literatura não escapa às prateleiras. É o que encontramos ao sermos recebidos pela professora Vera Paredes em seu apartamento. Sentamo-nos à mesa, e a professora Vera, com muito carinho, nos oferece uma fatia de bolo, uma xícara de café e um copo de mate. Preferencialmente, mais uma fatia de bolo. Com esse acolhimento, sorrisos, bolo, café e mate, conversamos – em geral, sobre Sociolinguística, Funcionalismo, Análise de Gêneros Discursivos (ou Textuais?) – mas também sobre as histórias da vida que nos forma. Na verdade, a própria Linguística leva às histórias da vida. Não se dissociam, portanto. As horas passam, e é esta uma perfeita tarde de orientação à pesquisa com a professora Vera.

Esta entrevista provavelmente teria se desenrolado de modo bastante parecido – certamente com sorrisos, bolo, café e mate –, se não fosse pelo ano pandemicamente atípico de 2020. Aproveitamos, no entanto, essa atipicidade para aprender ainda mais com a professora Vera, mesmo a distância. Dissemos

a ela que uma disciplina da Pós-Graduação em Linguística na Universidade Federal do Rio de Janeiro exigia, como atividade avaliativa, a realização de uma entrevista com a nossa própria orientadora. Vera, em momento algum, relutou. Tão logo pôde, gravou diversos áudios pelo celular, em resposta às perguntas que compõem esta entrevista. É a transcrição desses áudios que se encontra a seguir: um pequeno recorte de uma trajetória tão linda pela Linguística.

Já não é mais surpresa que esta entrevista não se destinava a uma disciplina da Pós-Graduação; é um pedaço desta homenagem à professora Vera, que, mais uma vez, nos presenteia com toda a sua experiência e resposta a perguntas que ainda hoje nos movem. Para nós, foi um prazer ouvir cada uma das respostas. Esperamos que a leitura seja para todas e todos tão agradável e enriquecedora, como foi para nós.

Agora, com a palavra, a professora doutora, orientadora e amiga, Vera Lúcia Paredes Silva.

Lorena & Andrei - Para você, Vera, a Sociolinguística deve ser considerada uma abordagem ou uma teoria? Por quê?

Vera - Em um artigo sobre Sociolinguística, Tânia Alkmim – professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – diz que 1964 é a data considerada um marco da Sociolinguística como nós a entendemos hoje.¹ Isso não significa que a Sociolinguística só tenha existido a partir de 1964. Na verdade, desde bem antes, diversos linguistas já se preocupavam com a relação entre língua e sociedade. Contudo, o que marcou o surgimento do termo *Sociolinguística* e da Sociolinguística como área de estudos foi um congresso na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA) em 1964. Nesse congresso, se reuniu a nata dos pensadores que, naquela época, se preocupavam com a relação entre língua e sociedade. Há um livro, que agora parece ter sido reeditado no Brasil, com textos de William Bright, Joshua Fishman, William Labov, John Fisher, entre outros falando justamente sobre como eles viam essa relação entre língua e sociedade. Então, eu diria que a Sociolinguística é uma grande área interdisciplinar, que tem parentescos com a Etnolinguística e com a Antropologia, por exemplo. Linguistas norte-americanos do começo do século passado, como Sapir – não Bloomfield, porque era muito mecanicista –, eram autores que pensavam a língua com relação à sociedade. E não era só nos Estados Unidos. Na Europa, por exemplo,

¹ ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística. In: BENTES, Anna Christina; MUSSALIN, Fernanda (org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortêz, 2001, pp. 21-47.

Émile Benveniste era outro que se preocupava com essa questão do linguístico e do social.

Agora, se a Sociolinguística é uma teoria, isso já é um pouco mais complexo. Eu posso dizer, sim, que a Sociolinguística é uma grande área de estudos interdisciplinares e que, nessa grande área, você pode encontrar diversas linhas de encaminhamento da importância da língua, do meio de comunicação na sociedade. A Sociolinguística envolve vários aspectos. Envolve, por exemplo, questões da política de idiomas, porque é necessário ter um bom conhecimento de como se desenvolve uma dada língua numa dada sociedade. Você vê, entre outros, os casos de diglossia; esses casos em que numa determinada sociedade existe uma variante superposta, chamada de alta (*High*) e uma variante baixa (*Low*), ou seja, duas variantes da mesma língua coexistem, mas cada qual tem um papel: por exemplo, uma que é usada na política, na administração, mas que só serve para essas situações formais; e outra que é usada no dia a dia pelas pessoas, que muitas vezes usam essa variante “baixa” sem nem mesmo conhecerem aquela outra, que é ensinada na escola. Então, políticas de idioma, políticas de ensino de língua, tudo isso cabe nesse grande guarda-chuva que é a Sociolinguística. A questão da diglossia, a questão das fronteiras, as situações de contato linguístico são apenas exemplos. Há inúmeros problemas que a Sociolinguística compreende, pelos quais a Sociolinguística se interessa.

Portanto, eu não posso responder que a Sociolinguística seja uma teoria, entende? Porque, dentro da Sociolinguística, existem várias perspectivas pelas quais as pessoas podem abordar o fenômeno linguístico. Mas uma coisa é certa: ver a língua em sociedade, a língua conforme o homem a usa como veículo de comunicação na sociedade. Esse é o ponto principal, eu acho.

Se nós formos comparar com as perspectivas de Noam Chomsky, nós estamos olhando para a língua-E e não para a língua-I, ou seja, estamos olhando para a parte externa. É aquilo que eu costumo falar em aula: o elefante é muito grande e você pode olhá-lo de vários lados. Você pode estar examinando a tromba, e então não estará olhando o rabo. Assim é a língua. A língua tem várias facetas pelas quais ela pode ser considerada, e a Sociolinguística procura ver algumas das facetas dos fenômenos linguísticos, a partir dos modos como a língua é usada em situações reais de interação.

Tudo isso, é claro, se refere à Sociolinguística *lato sensu*, ou seja, em sentido amplo, que engloba diversas abordagens de estudos sobre as línguas e as sociedades, como a Sociolinguística Variacionista, que é uma vertente dos estudos sociolinguísticos.

L&A - Muitos dos seus trabalhos têm seguido princípios funcionalistas e variacionistas. Como as pesquisas que partem dessas bases contribuem para os estudos linguísticos?

V - *Funcionalismo* também é uma expressão muito abrangente, porque nós temos não apenas um Funcionalismo, mas vários. Maria Helena Moura Neves, na sua introdutória *Gramática Funcional*, citando Elizabeth Bates, diz que o que chamamos de Funcionalismo se assemelha ao protestantismo: várias seitas que só teriam em comum a rejeição à autoridade do Papa.² No caso, podemos pensar na rejeição ao formalismo chomskyano.

Eu me sinto mais à vontade para falar do Funcionalismo norte-americano, ou anglo-norte-americano – o Funcionalismo, por um lado, de M. A. K. Halliday e, por outro lado, aquele que se desenvolveu na Costa Oeste dos Estados Unidos, com pessoas como Talmy Givón, Sandra Thompson, Wallace Chafe, Charles Li, entre outros que foram aqueles que, digamos, “me formaram” dentro da perspectiva funcionalista. Nesse sentido, existe, sim, uma perfeita compatibilidade entre a Sociolinguística Variacionista e o Funcionalismo, porque, afinal de contas, o que nós estamos analisando? Estamos analisando a língua em uso, numa determinada comunidade, num determinado momento, e estamos vendo que funções ela pode desempenhar, a que aspectos ela está servindo. É por esse motivo que eu diria que existe uma perfeita compatibilidade entre a Sociolinguística Variacionista – laboviana, ou a Teoria da Variação e Mudança Linguística – e esse Funcionalismo do qual nós estamos falando.

L&A - Ao estudarmos a língua em uso, deparamo-nos, certamente, com textos e, assim, com gêneros discursivos ou textuais. Qual é a importância de estudarmos os gêneros do discurso?

V - Pensemos no seguinte: se nós seguirmos uma concepção bakhtiniana, nós entendemos que a língua não é um código; a língua existe através de enunciados. Há uma grande discussão se são enunciados ou se são enunciações, porque Bakhtin escreveu em russo e foi traduzido para o inglês, em que a palavra é *utterance*, podendo traduzir-se tanto por “enunciado”, como por “enunciação”. Os franceses já entenderam diferente, e isso tudo é uma polêmica. O fato é que, para Bakhtin, Saussure só olhava o código linguístico, o sistema, e acontece que a manifestação da língua é nos enunciados, e esses enunciados constituem gêneros – gêneros que nós identificamos. Eu sempre dizia aos meus alunos: quando

² NEVES, Maria Helena Moura. **A gramática funcional**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

você está sintonizando as estações de rádio rapidamente, você percebe nitidamente as diferenças de uma transmissão esportiva, de uma pregação religiosa, de um anúncio. O que é isso? São gêneros. E ninguém ensinou isso para você. Os gêneros são parte da vida do homem. O homem aprende os gêneros desde criança. Ele fala por gêneros. Nós não falamos por palavras, por frases; nós falamos por gêneros. Às vezes, é claro, uma frase pode constituir um gênero. Por exemplo, se eu grito: “Socorro!”, eu estou fazendo disso um pedido, há um enunciado completo. Aliás, a própria gramática tradicional já dizia isso, que as frases podiam ser enunciados completos, enquanto as orações tinham que ter verbos e outros termos. Mas isso é um parêntese. Falar sobre os gêneros discursivos ou textuais é importantíssimo para quem tem interesse no aspecto social da língua, na língua “do lado de fora”, na língua em uso.

L&A - Afinal, são gêneros discursivos ou textuais?

V - Existe uma discussão, uma divergência quanto ao uso desses termos. Normalmente, os autores na linha anglo-saxônica usam *discourse genres*, gêneros discursivos. Mas Deborah Schiffrin, quando estudei com ela durante o pós-doutorado, falava que o gênero era o conjunto, enquanto o texto era a estrutura. Era assim que ela via. Você tinha estruturas narrativas, estruturas descritivas, que estavam a serviço de gêneros, como por exemplo a carta ou a notícia. O gênero teria, então, um propósito comunicativo, esse é o ponto. É também o ponto de outro autor consagrado dentro dessa área, que é John Swales.

Enfim, há uma divergência. O termo *gêneros textuais* é mais utilizado pelos estudiosos de formação franco-suíça, como os que seguem a orientação de Jean Michel Adam, D. Maingueneau, Bernard Schneuwly e Joaquim Dolz, entre outros. Temos a escola franco-suíça, o grupo de Genebra, e esses autores têm uma preocupação com o ensino. É um estudo dos tipos textuais mais direcionado para questões didáticas. Como nós temos aqui no Brasil um forte contingente de professores e pesquisadores que se formaram nessa escola de Genebra, que foram fazer pós-graduação lá, então trouxeram para o Brasil principalmente essa visão da Linguística de Texto e de chamar de *gêneros textuais*.

Gêneros do discurso ou *discourse genres*, como eu já disse, é uma expressão mais anglo-saxônica. É usada por Swales, de quem eu gosto muito. Ele diz que a palavra *genre*, em inglês, é – vamos dizer – desconfortável, mas não existe outro termo que traduza esse conceito de gênero no inglês. Então, entre os pesquisadores da linha anglo-saxônica, eu destaco John Swales e aqueles que são voltados para o estudo dos gêneros direcionado para fins específicos: gêneros

voltados para atividades profissionais, para o ensino de estrangeiros... Por exemplo, o que é contar uma história em hindi? E o que é contar uma história em inglês? Mantém, assim, um elo com a Linguística Aplicada. Esses estudiosos, linguistas de orientação anglo-saxônica, têm uma intenção mais didática e, ao mesmo tempo, pragmática. Estou me referindo especialmente a Swales, mas também aos discípulos de M. A. K. Halliday, que desenvolveram muitos estudos na Austrália. Não se pode deixar de mencionar, ainda nos Estados Unidos, Carolyn Miller, na sua visão de gênero como ação social e Charles Bazerman.

Na verdade, até já houve quem falasse na tradição brasileira. No livro de Anis S. Bawarshi e Mary Jo Reiff, há essa menção.³ O próprio Swales em um congresso internacional de gêneros, em 2012, realizado no Canadá, chegou a mencionar essa tradição brasileira de conciliar o gênero aos aspectos sociais, da comunidade, de uso, com um propósito comunicativo; e, ao mesmo tempo, o estudo do texto. Swales disse que talvez a tradição brasileira procurasse conciliar esses dois aspectos. E eu acho que de certa forma isso é verdade – embora não haja tanta gente que leve isso adiante.

L&A - Nas suas pesquisas, você tem conciliado estudos variacionistas e funcionalistas com a análise de gêneros. Por que isso é possível e como se faz?

V - Para falar sobre isso, eu tenho que voltar um pouco e dizer como apareceu o meu interesse. Nos anos 1980 do século passado, eu estava fazendo uma pesquisa sobre pronomes para minha Tese de Doutorado, que era baseada num corpus de cartas pessoais, e essas cartas eram entre familiares, entre pessoas próximas. Eu achava que aquilo era um gênero bem definido. Só que, quando comecei a examinar as cartas, eu vi que havia nessas cartas interesses muito diferentes, propósitos comunicativos bem diferentes. Acabei até fazendo uma classificação dessas cartas em quatro grupos: cartas de narração-reflexão; cartas de pedido; cartas de contato; e cartas de conselho. Na altura, eu não utilizei isso como uma variável independente no meu tratamento variacionista do uso dos pronomes, porque eu ainda estava “tateando” nesse caminho e não dava tempo de fazer um estudo mais aprofundado dos gêneros com tantas outras coisas que eu já tinha estudado. Mas Dinah Callou, que fazia parte da banca, chegou a me perguntar por que eu não tinha usado como uma variável independente.

³ BAWARSHI, Anis S.; REIFF, Mary Jo. **Gênero**: história, teoria, pesquisa, ensino. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2013.

O fato é que aquilo que pode parecer um gênero – digamos – “homogêneo” não necessariamente será. Pegue, por exemplo, um artigo de opinião. Se você for examinar o artigo de opinião, ele é predominantemente argumentativo: alguém tem um ponto de vista, coloca aquele ponto e defende. Mas não é ao longo de todo o artigo de opinião (ou artigo assinado, como você queira chamar) que vai prevalecer isso. Vez por outra, vão entrar aspectos talvez descritivos ou narrativos, por exemplo. O propósito do artigo pode ser esse, de defender um ponto, mas isso não significa que ao longo de todo o texto isso vai estar presente em todos os parágrafos. Eu hoje em dia estou completamente convencida de que essa questão das sutis mudanças que podem acontecer dentro de um gênero aparentemente fechado, definido tem a ver também com o comportamento do tópico discursivo. Tem uma relação muito estrita com isso.

O que eu estou sugerindo é o seguinte: um gênero não é um bloco único, não é um “monobloco”. Você pega uma carta pessoal, você pega um editorial, uma crônica – eu estou falando de gêneros bem conhecidos. Trabalhei muito com gêneros jornalísticos, talvez por isso eu esteja citando esses. Você não tem o tempo inteiro a mesma manifestação linguística do produtor do texto, ou seja, ele vai se comportar o tempo inteiro defendendo aquele ponto de vista, mas ele pode, vez por outra, dar uma escapulida para descrever alguma coisa que aparece ali pelo meio do texto. No decorrer desses movimentos, diferentes estruturas linguísticas podem ser empregadas, de acordo com os propósitos comunicativos do autor, do tipo textual em questão e, enfim, do gênero discursivo. Aqui podem entrar perspectivas de análise variacionista e funcionalista.

Então, na verdade, a minha proposta é que a gente chame de *gênero discursivo* o conjunto, dentro da tradição norte-americana. Por outro lado, estão os tipos, as estruturas textuais que nós encontramos no interior desses gêneros, prevalecendo algumas, evidentemente, de acordo com o gênero, e outras ficando em segundo plano.

L&A - Mais recentemente, você tem se dedicado também aos chamados gêneros discursivos digitais. Por que eles despertaram o seu interesse?

V - Acredito que inicialmente eles tenham despertado a minha curiosidade porque representam uma escrita que não é escrita, ou seja, uma escrita que não corresponde às nossas expectativas com relação à escrita. Ao mesmo tempo, esses gêneros não são a fala. Muitos são mais próximos da fala do que da escrita, mas eles não são nem uma coisa nem outra.

Logo de início, o que chamou a atenção das pessoas nos chamados gêneros discursivos digitais foi a questão da simplificação da escrita, do uso de uma série de abreviações. Veja-se o caso da supressão das vogais em algumas palavras. Isso acontece em muitas línguas nas quais só se grafam as consoantes. Mas, em princípio, não na grafia convencional do português. Já no português pela web, sim. Esses aspectos começaram a chamar a atenção das pessoas. Mas a questão não se restringe a isso. É bem mais complexa.

Coincidiu de alguns orientandos trabalharem com gêneros discursivos digitais, na comparação entre gêneros discursivos digitais e seus correspondentes impressos, mas especialmente aqueles gêneros que surgiram através da web e que criaram, inclusive, nomes de atividades, novas atividades para aqueles que os praticam, como é o caso de blog. Hoje em dia há quem seja blogueiro – só para dar um exemplo.

O fato é que a web vem mudando a nossa visão e se impondo especialmente nesse período, nesse século XXI pós-pandemia, porque a comunicação via web se tornou onipresente, e isso tem várias consequências bastante complicadas.

Agora nós vivemos um momento novo, uma nova ordem ou desordem de coisas. As aulas não são presenciais; são online. Assim, cria-se uma série de embaraços, põe-se em evidência a desigualdade social, porque o acesso à internet não é igual para todos. Para nós, que somos “das antigas”, acrescenta-se o problema de que temos visto um crescimento nesse uso da escrita na internet, a língua escrita que não é escrita; em muitos gêneros, é quase uma tentativa de cópia da língua falada. É como estar sentada entre duas cadeiras. Para nós, é um desconforto, é um desacerto. É escrita? Sim, porque vem pelo meio gráfico. Mas é uma versão, vamos dizer, simplesmente uma transcrição de uma escrita, algo que se realiza pela escrita – associada a outras semioses. Então, há muito a ser dito a respeito disso.

Além disso, há diversas implicações para os mais jovens, que desenvolvem o hábito de se comunicarem pela internet – seja pelo WhatsApp, pelo Facebook, ou por qualquer outra plataforma – mas perdem o hábito da leitura do texto escrito convencional, que muitas vezes não conseguem levar a cabo. Acham as palavras difíceis. Acento gráfico para quê? O acento acabou. Então, nós estamos em uma situação parecida com aquela descrita por Marshall McLuhan: *o meio é a mensagem*.

Por outro lado, a mim e aos meus orientandos, outra questão que nos despertou a curiosidade foi ver que havia certos comportamentos nessa escrita digital que se aproximavam da escrita convencional, enquanto outros usos não

– particularmente no caso de pronomes. Tome-se, por exemplo, o trabalho de Yalis Duarte Rodrigues Lima, de 2017.⁴ Ela investigou o uso de pronomes em blogs e aplicou a mesma escala de conexão discursiva que eu havia aplicado na minha Tese de Doutorado em 1988.⁵ Nesse trabalho, Yalis Lima observou que, nos blogs, o uso de pronomes seguia a mesmíssima conexão discursiva que havia sido verificada nas cartas pessoais escritas na década de 1980 do século passado. A escala de conexão discursiva leva em conta, no uso da língua, o grau de conexão de determinado elemento no discurso com a sua menção anterior. Toma por base propriedades sintáticas e semânticas das orações nas quais as menções aparecem, mas também considera o conhecimento pragmático dos interlocutores e o contexto discursivo. Isso em poucas palavras. Quer dizer, parece que alguma coisa da escrita convencional sobrou. Então, é muito desafiador trabalhar com essa escrita digital, com esses gêneros discursivos digitais, porque há muitos fenômenos que ainda podem ser investigados e que podem nos apresentar novidades inesperadas.

Isso tem consequências. Para mim, o mais grave parece ser o impacto na maneira como os mais jovens encaram um texto escrito, dentro da escrita convencional, porque simplesmente não têm paciência de ler. Perdem um bocado. Na escrita digital, a tendência é ao uso de frases curtas, de simplificações e abreviaturas. Então, pode de fato representar um obstáculo a leitura de um texto que exige ficar com o olho grudado no papel durante um tempo maior.

Convém mencionar que vários orientandos nossos têm trabalhado com uma comparação entre a escrita corrente e a escrita digital, gêneros discursivos digitais. Em alguns casos, o gênero tem a mesma designação, como as notícias, que podem ser tanto impressas, quanto digitais. Veja o caso do trabalho de Lorena Cardoso dos Santos, que discute até que ponto o suporte pode influenciar o gênero.⁶ Entenda *suporte* aqui no sentido de Luiz Antônio Marcuschi, para quem suporte é o meio.⁷ E então voltamos àquela ideia de que o meio é a mensagem.

⁴ LIMA, Yalis Duarte Rodrigues. **Forma e função em gêneros digitais: Estrutura composicional e traços léxico-gramaticais no macrogênero blog.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2017.

⁵ PAREDES SILVA, Vera Lúcia. **Cartas cariocas: a variação do sujeito na escrita informal.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 1988.

⁶ SANTOS, Lorena Cardoso dos. **A correlação entre sintagmas nominais complexos e o gênero notícia política: uma análise comparativa entre o suporte impresso e o digital.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2019.

⁷ MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

L&A - Pensando em pesquisas futuras, que aspectos das nossas práticas linguísticas, em ambiente digital ou fora dele, você ainda gostaria de ver mais estudados? Pelo seu olhar, que questões ainda permanecem sem resposta?

V - Inúmeras questões permanecem sem resposta. E sempre vai ser assim, porque a ciência é desafiadora. Ela está sempre apresentando novas questões àquele que é curioso. O cientista tem que ser persistente, tem que ser curioso. O cientista da linguagem também, e o linguista é um cientista da linguagem.

Há inúmeros aspectos a serem estudados. A gente, na verdade, nem sabe que questões são essas que vão se apresentar ainda para nós. Nós já sabemos que há algumas coisas pululando por aí e que nos despertam a curiosidade. Nesse sentido, eu assisti, por exemplo, a uma *live*, a uma conversa entre a professora Jaqueline Barreto Lé, da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), e o professor Júlio César Araújo, da Universidade Federal do Ceará (UFC).⁸ Eles estavam justamente mostrando os novos desafios com os quais nos deparamos, porque essa nova maneira de lidar com a língua também vai afetar a maneira de as pessoas pensarem. As pessoas já não estão com a mesma paciência para se deter em um texto e ler um parágrafo até o fim. As pessoas estão se habituando a comunicações rápidas, como mencionei anteriormente. Então, como lidar com isso?

Essa, para mim, é uma das diversas questões que permanecem sem resposta, porque a gente nem sabe ainda que questões vão aparecer. Essa é a verdade. No momento, o que a gente pode fazer – como têm feito meus orientandos – é tentar comparar o uso escrito convencional com a escrita digital, para avaliar o que a gente já pode vislumbrar, o que já se tem de caminho, de indício.

L&A - Por fim, que mensagem você deixaria à nova geração de linguistas?

V - Eu acho que nós temos uma grande responsabilidade. Em sala de aula, eu já dizia que cada fio de cabelo do linguista tem que ser como uma antena para captar o que está acontecendo à sua volta, porque o linguista pode encontrar ali um indício de uma nova forma que está entrando na língua. Me lembro, por exemplo, da primeira vez em que ouvi: “Eu tinha trago o trabalho”, e isso me deixou muito surpresa. Me lembro também do meu espanto – quando a Faculdade de Letras da UFRJ ainda era na Av. Chile, se vocês podem imaginar isso

⁸ A primeira parte da *live* está disponível neste *link*: <https://www.instagram.com/tv/CFLL-49bn3VC/?igshid=138cs234z9tzg>. Para assistir à segunda parte da conversa, veja-se este endereço: <https://www.instagram.com/tv/CFLO-LsHvkJ/?igshid=1oxjpsjlmseur>.

– ao ouvir de um aluno a seguinte pergunta: “Vera, tu vai pedir isso na prova?”. Dirigia-se a mim. Está certo: eu não era chamada de *senhora*, nem de *professora*, mas para mim foi uma completa estupefação ouvir: “tu vai”. Então, comecei a ficar com as antenas ligadas para esses usos de *tu*. Foi o meu primeiro interesse nessa comparação entre *tu* e *você*. Nos meus 40 anos de Faculdade de Letras da UFRJ, ouvi muita coisa que me surpreendeu e que depois vi se repetindo, se repetindo até que entrasse no uso corrente da língua.

Agora, o que eu acho mais sério disso tudo é que nós estamos vivendo uma nova ordem de coisas, ou uma desordem talvez, tal qual eu disse. O pesquisador precisa estar muito alerta a essas novas formas que estão aparecendo, a esses novos meios de comunicação, inclusive porque a web tem um poder que parece assustar aos seus próprios criadores, os cientistas do Vale do Silício que acharam que estavam fazendo um grande bem à humanidade ao criarem essas formas de comunicação. Recentemente, vi uma referência a um documentário – ao qual ainda não assisti – que se chama *O dilema das redes*.⁹ Nele, ex-diretores de grandes empresas digitais e redes sociais se penitenciam, se arrependem, porque não podiam imaginar os rumos que as suas pesquisas científicas empreendidas no Vale do Silício apresentariam às pessoas, o que isso poderia representar em termos de organização social.

Daí vemos, por exemplo, a criação de robôs, as chamadas *fake news* e tudo isso que pode não ajudar, mas atrapalhar a vida da gente, atrapalhar a vida de toda uma população, acho que até de toda a humanidade, porque você deixa de ter confiança naquilo que é apresentado. Pode-se ter os chamados *influenciadores digitais*, que são capazes de convencer toda uma população de falsidades. Esse é, para mim, o nosso grande dilema.

E a língua, é claro, está envolvida nisso tudo. É uma questão de linguagem e mente, linguagem e cérebro – não necessariamente no sentido de investigar como essa linguagem se processa (o que também se pode fazer), mas no sentido de que os jovens, os de mais tenra idade, as crianças pequenas não têm familiaridade com um livro, com folhear um livro, mas sim com teclar. Substitua-se a palavra folhear por teclar. E substitua-se a imersão num livro, num romance para uma boa leitura, por *TikToks*, por brincadeiras, por coisas rápidas que distraem, envolvem. Além disso, ainda há o seguinte problema: o que já vi chamarem informalmente de *dedo nervoso*. Como isso se espalha. Alguém já disse que a reputação de uma pessoa era como um travesseiro de plumas: uma vez que se tira uma pluma, vão embora todas as plumas, e vai-se

⁹ ORLOWSKI, Jeff. *O dilema das redes*. 1h29min. Netflix, 2016.

embora uma reputação. É exatamente assim que acontece com a web mal-usada. Vocês, futuros professores, futuros investigadores, pesquisadores na área da Linguística, têm que estar muito atentos a todas essas armadilhas que a web prepara. É essa, acredito, a mensagem que eu gostaria de deixar.

ARTIGOS DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E A RELAÇÃO AUTOR-LEITOR

Mariana Ximenes Bastos¹

INTRODUÇÃO

Os significativos avanços científicos e tecnológicos observados nas últimas décadas, além de proporcionarem uma melhor qualidade de vida para a sociedade, geraram outras consequências.

Por muito tempo, a ciência se viu distante de seu público final. As pesquisas, as experiências e as descobertas encontradas circulavam, em sua grande maioria, apenas entre pares. À população leiga restava apenas acesso ao que era divulgado pelas grandes mídias impressas ou televisivas. No entanto, a velocidade com que as informações passaram a ser conhecidas e divulgadas – por conta dos diversos aparatos tecnológicos agora disponíveis – acarretou mudanças nesse cenário e contribuiu de forma expressiva para a disseminação e para o crescimento dos gêneros de divulgação científica.

¹ Fico imensamente feliz por fazer parte dessa merecida homenagem à professora Vera Paredes por toda a sua contribuição aos estudos linguísticos voltados para o uso da língua. E sou eternamente grata por tê-la conhecido, por ter sido sua orientanda desde a iniciação científica e por poder contar com a sua generosa amizade.

Nesse sentido, a divulgação científica (DC) e os gêneros que derivam desse discurso atuam como propagadores do saber erudito para o público geral. E, assim, novos gêneros foram criados para satisfazer as necessidades as quais a sociedade, situada num contexto histórico-social específico, impõe (cf. BAKHTIN 2003 [1979]; MARCUSCHI, 2008).

O interesse pela DC remete aos trabalhos de Paredes Silva (2011, 2015), que investiga de forma mais ampla gêneros dos domínios acadêmico e jornalístico, e de Ximenes (2013). Ao levantar os dados para minha Dissertação de Mestrado, observei uma grande heterogeneidade de artigos de divulgação científica (ADCs) em relação à temática, à composição e ao estilo.

Assim, neste artigo apresento um recorte da minha Tese de Doutorado (XIMENES, 2019), que buscou, entre outras coisas, tratar de forma mais detalhada a diversidade entre os ADCs e os fatores que influenciavam nessa diferenciação.

De fato, temos, de um lado, revistas que tratam de temas específicos, ou seja, que voltam sua atenção para grandes áreas da ciência e, assim, todo o conteúdo da publicação se restringe apenas a essa área; de outro, encontram-se as publicações cuja temática é diversificada, ou seja, abordam temas variados e não apresentam, portanto, um conteúdo previsível.

A partir dessa distinção quanto ao enfoque de cada grupo de publicações, buscou-se, por meio da comparação entre diferentes ADCs, apresentar um retrato amplificado do gênero artigo de divulgação científica, na medida em que, de acordo com a nossa proposta, há diferenças consideráveis no que tange tanto à composição quanto ao estilo do gênero a depender do seu público-alvo e da autoria dos textos.

Desse modo, revistas temáticas (como as revistas *Psique*, *Filosofia* e *Visão Jurídica*, por exemplo) parecem contar com um leitor conhecido, com um interesse prévio no tema e, além disso, os ADCs são escritos por especialistas na área em questão. Por outro lado, em revistas de temas diversificados (como *Superinteressante* e *Galileu*), os artigos são assinados por jornalistas e voltam-se para um público mais amplo. Esses aspectos influenciam (n)as estratégias de que cada autor lança mão ao escrever o seu texto, pois, nas palavras de Bakhtin (2014 [1929-1930], p. 117, grifos do autor): “O mundo interior e a reflexão de cada indivíduo têm um *auditório social* próprio bem estabelecido, em cuja atmosfera se constroem suas deduções interiores, suas motivações, apreciações etc.”.

REVISÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Algumas palavras sobre gênero textuais²

É impossível falar sobre *gênero* e não recorrer a Bakhtin e às suas reflexões acerca da interação e do dialogismo tão caros à espécie humana. Dito isso, para dar início a esta revisão teórica, lançamos mão de um de seus importantes postulados, que afirma que

Na realidade, toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que *procede de alguém*, como pelo fato de que *se dirige para alguém*. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade.” (BAKHTIN 2014 [1929-1930], p. 117, grifos nossos).

Estendendo o que foi dito em relação à palavra para o enunciado, que, por sua vez, materializa-se por meio dos gêneros discursivos, percebemos, então, que todo texto toma forma e adquire substância na relação entre o autor e o seu interlocutor. Assim, os gêneros textuais só existem enquanto parte desse “jogo” estabelecido entre aquele que escreve/fala e aquele(s) a quem o texto se destina, ou seja, é por meio do dialogismo inerente ao discurso que o gênero se apropria do seu caráter definidor.

Assim, essa interação entre os indivíduos molda o enunciado, no sentido que ele “responde” às necessidades e objetivos que estão inseridos dentro de um contexto. Ou, nas palavras de Bakhtin (2014 [1929-1930], p. 117), “a situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação”.

A divulgação científica

Por muito tempo, os saberes científicos tiveram sua circulação restrita à academia, e essas descobertas, embora muitas vezes gerassem consequências na vida das pessoas comuns, não estavam ao alcance do público em geral. Os textos de cunho científico, por visar a uma audiência específica – os próprios cientistas da área ou de outras áreas com interesses afins –, são marcados por uma linguagem hermética, opaca para um público não especializado. Cabe, então,

² A despeito da diferenciação conceitual adotada por alguns autores, usaremos de forma indiscriminada gêneros textuais e gêneros discursivos.

à divulgação científica (DC) o papel de disseminar as informações próprias da ciência para o homem comum, atuando como partilhadora do saber, como destaca Zamboni (1997).

Segundo Lewenstein (2003), a DC passou por quatro estágios para se estabelecer como um discurso³ próprio. Considerando o cenário norte-americano, o autor aponta que, em um primeiro momento, a partir da metade do século XIX, a DC consistia no que foi chamado de “modelo do deficit”, que considerava o público em geral como incapaz de compreender o conteúdo científico e, por isso, caberia à DC preencher essa “lacuna” de forma didatizante. Atualmente, encontramos-nos, de acordo com Lewenstein (*ibidem*), no “modelo de participação pública”, que consiste na democratização da ciência e no diálogo entre a comunidade científica e o público, que tem sua opinião considerada e, além disso, pode participar de forma mais ativa do desenvolvimento científico por meio do incentivo a políticas públicas. No entanto, o autor destaca que esse modelo, assim como os anteriores, também recebeu críticas por apresentar um caráter político e de abrangência limitada, sem apresentar preocupação com a compreensão da ciência por parte do público, e salienta que, nesse momento, é preciso avaliar qual é, de fato, a participação do público na ciência e o seu real entendimento dela e, assim, rever o posicionamento e abordagem da DC.

De acordo com Motta-Roth (2009), até a década de 1990, a DC era vista como um discurso “menor”, inferior ao discurso científico seja por conta da simplificação do conteúdo, seja pelo público-alvo do texto, um leitor não especializado. Nesse viés, entendia-se que a mídia era responsável por distorcer e deturpar o conhecimento técnico em prol de uma popularização por meio de uma linguagem e abordagem rasas e superficiais. Nessa perspectiva, apenas os cientistas eram autorizados a partilhar o saber acadêmico. No entanto, a interseção de vozes que permeiam a produção científica e sua importância nos âmbitos social e político fez com que tal posição fosse repensada.

Nesse sentido, para Motta-Roth (*ibidem*, p. 139-140), o discurso da divulgação científica apresenta três eixos, a saber: (i) o dever dos meios de comunicação (mais e menos acadêmicos) de informar a sociedade sobre o avanço do conhecimento; (ii) a responsabilidade do mediador (seja jornalista ou autor de livros) em explicar princípios e conceitos para que a sociedade avance na transformação conjunta do conhecimento; e (iii) a necessidade de a sociedade entender a relevância da pesquisa para que continue financiando a empreitada científica.

³ Neste artigo, usaremos *discurso* como sinônimo de enunciado.

Levando em consideração o que foi exposto, chegamos, portanto, a uma conclusão inevitável: a sociedade precisa ter acesso àquilo que é produzido e descoberto por pesquisadores e cientistas nas universidades e centros de pesquisa. Não basta, porém, que os resultados obtidos sejam apenas partilhados com o público. Esse conhecimento precisa ser acessível à audiência não especializada e isso se dá por meio de um novo discurso, que dá origem a novos gêneros.

Dito isso, entende-se que o discurso da DC está interessado em apresentar para o público leigo descobertas científicas relacionadas diretamente à vida cotidiana, explicar o funcionamento de determinado produto recém-lançado ou ainda tratar de fatos curiosos que despertem a atenção do público geral. Dessa forma, insere-se o leitor no

campo social do ‘mundo da vida’, da experiência de vida cotidiana (as formas de vivência cultural, social e pessoal, que são integradas por meio de consensos, reafirmadas diariamente entre os membros de uma comunidade e entre as comunidades que formam a sociedade) (MOTTA-ROTH, 2009, p. 179).

Assim, a DC não se trata de uma simplificação do discurso científico, seu papel vai além de “traduzir” para o público a linguagem científica, mas tem a função de difundir e colocar ao alcance de toda uma massa populacional assuntos que são do seu interesse, de forma que esta sinta-se parte da sociedade e tome conhecimento daquilo que é produzido para ela. Com efeito, “muito além de ser unicamente o produto de uma operação reformuladora, o discurso da DC é o resultado de uma atividade discursiva que se desenvolveu em condições de produção inteiramente outras.” (ZAMBONI, 1997, p. 86).

Não se nega, no entanto, que haja um diálogo entre o discurso da ciência e o discurso da DC, pois certamente o discurso da ciência constitui uma das fontes (juntamente com o discurso jornalístico e o discurso didático) para a existência do discurso da DC. Em outras palavras,

O discurso científico não deixa de entrar nessa nova configuração enunciativa. Mas, em vez de ser o discurso-fonte, que, submetido a operações de reformulação, dá origem a um discurso-segundo, passa a ser concebido apenas como um dos ingredientes constantes das condições de produção da DC. Necessário, sem dúvida, mas não suficiente. (ZAMBONI, 1997, p. 89).

Zamponi (2005) salienta que ao público leigo só interessa aquilo que terá influência direta em sua vida, seja um aparelho eletrônico que estará em breve no mercado, seja a produção de uma vacina para algum vírus. Dessa forma, não se pode ter uma visão ingênua e acreditar que todo fato científico chegará ao alcance da audiência comum. Entre os mais variados campos da ciência é feita

uma seleção daquilo que se considera atrativo para o público-alvo. Esse crivo, de acordo com Moirand (2006), vai além dos interesses da audiência, pois entram também em jogo interesses comerciais, políticos e econômicos.

Além disso, não basta somente divulgar, é preciso que essa informação seja acessível ao leitor não especialista. Nesse sentido, Zamboni (1997, p. 75) afirma que

Quando ultrapassa o muro da comunidade científica, a “língua” dos cientistas se torna, para a maioria da coletividade leiga, uma língua estrangeira, necessitando de um “tradutor” que a torne acessível à grande massa de homens comuns, dissociados da elite científica e, portanto, colocados à margem de um saber cada vez mais técnico, numa sociedade cada vez mais funcionalmente especializada.

Em consonância com isso, Zamponi (2005) salienta que, diferentemente do que ocorre no discurso científico, no discurso da DC há uma relação de assimetria entre o escritor e o leitor, já que o leitor, em tese, não detém conhecimento sobre o assunto. Em se tratando de um texto escrito, as dificuldades podem ser ainda maiores e, para que haja a compreensão do texto, é preciso, então, que o escritor lance mão de diferentes estratégias que possibilitem o entendimento por parte do interlocutor ou, nas palavras da autora (*ibidem*, p. 176):

Justamente por ter de contar com o descompasso entre produção e leitura realizada por um leitor “invisível”, é que o produtor do texto escrito deve monitorar antecipadamente as possíveis reações do leitor, fornecendo-lhe as pistas necessárias para o entendimento.

CORPUS E METODOLOGIA

Na pesquisa que desenvolvemos, deparamo-nos com dois objetivos que, podemos chamar, de macro objetivo e micro objetivo. O objetivo macro deste trabalho é apresentar um quadro amplo a respeito do gênero artigo de divulgação científica, levando em conta seus aspectos constitutivos que permitem caracterizar o gênero em termos de protótipo, conforme Swales (1990).

Já o objetivo a que chamamos de micro trata-se, na verdade, do foco principal deste trabalho. Assim, a partir de publicações distintas de divulgação científica, pretendo, por meio da comparação entre elas, estabelecer uma caracterização pormenorizada ou, ainda, propor uma gradiência que demonstre que os artigos de divulgação científica correspondem, na verdade, a um grupo heterogêneo de exemplares.

Nesse sentido, as revistas foram divididas em dois grupos, os quais chamei de revistas temáticas e revistas não temáticas, levando em consideração duas importantes particularidades as quais serão descritas a seguir.

As revistas não temáticas são aquelas que não tratam de uma área da ciência específica e, por conta disso, contam com um público mais amplo e heterogêneo, interessado nas mais diversas questões da atualidade. É o caso, por exemplo, das revistas *Superinteressante* e *Galileu*, cuja audiência é, em sua maioria, composta por jovens das classes média e alta, como o próprio site da revista *Superinteressante* afirma. Esse aspecto, certamente, se reflete no estilo do texto que deve, como se sabe, se adequar ao seu destinatário e, sendo ele jovem e variado, o texto precisa imprimir essas características à sua tessitura.

Por outro lado, as revistas temáticas, por se dedicarem a conteúdos restritos a uma grande área científica, destinam-se a um público, de certa forma, conhecido, no sentido de que o leitor de uma revista sobre Psicologia ou Filosofia, por exemplo, apresenta um interesse prévio nessa temática e, por conta disso, pode-se inferir que não se trata, em tese, de um leitor iniciante. Indo mais além, pode-se dizer, também, que esse leitor familiarizado prescinde da “sedução” própria do jornalismo. Ou seja, se o escritor sabe que conta com uma audiência já predisposta, não se vê na obrigação de tentar conquistá-la, lançando mão de artifícios para atraí-la, estratégia fundamental, no entanto, para as revistas não temáticas. Tal aspecto se reflete diretamente nas estratégias que o escritor utiliza no seu texto, que vão desde a seleção de palavras específicas, como gírias ou qualificadores, a construções discursivas mais complexas, com o uso de analogias, metáforas e exemplos. Nesse sentido, assume-se que públicos-alvo distintos levam a estratégias distintas, o que, nesse caso, evidenciaria uma diferença entre os dois tipos de publicação.

O segundo traço diferenciador diz respeito à autoria dos artigos. Enquanto nas revistas não temáticas é o jornalista ou o grupo editorial que assina a matéria, nas revistas temáticas, os especialistas assumem esse papel de divulgador. Assim, de um lado, temos as revistas não temáticas cujos artigos são escritos por jornalistas, profissionais familiarizados com as estratégias próprias do mercado publicitário e que, além disso, escrevem para um público leigo e de quem não têm, a princípio, ideia sobre o seu conhecimento prévio do assunto – por isso precisam facilitar o seu entendimento – e sobre o seu interesse pelo mesmo – por isso precisam criar mecanismos que os atraiam para a leitura. De outro lado, temos os especialistas, profissionais que têm familiaridade não só com os termos próprios da ciência, mas com a própria escrita científica, e se veem no papel de divulgadores da ciência para um público de não especialistas. Essa função pode ser um desafio para aqueles que não estão à vontade nesse papel e isso, no texto, se reflete no alto número de termos e estruturas formais, que podem dificultar a

compreensão da audiência leiga. Ao mesmo tempo, como se assume que o leitor que busca uma revista temática tem um interesse prévio no assunto, o especialista-divulgador isenta-se de algumas obrigações das quais o jornalista-divulgador não pode abrir mão.

Para selecionar as revistas temáticas e não temáticas que compõem nosso corpus, partimos de dois critérios. O primeiro deles era de que o acesso a elas fosse possível pelos mesmos meios e de que não houvesse muita discrepância no preço de cada uma. O segundo critério diz respeito ao tema dos artigos e será detalhado mais adiante.

O grupo das revistas não temáticas é formado pelas revistas *Superinteressante* e *Galileu*, ambas com edições mensais. Já as revistas temáticas com as quais trabalhamos foram as revistas *Psique Ciência & Vida*, *Filosofia Ciência & Vida* e *Visão Jurídica*.

Selecionamos dez artigos, cinco para cada grupo, e cinco temáticas distintas, de forma que houvesse uma correspondência temática entre um artigo de cada grupo. Assim, é possível uma análise em pares, levando em consideração o mesmo tema. Em outras palavras, comparamos um artigo da revista *Superinteressante* que trata do efeito do bom humor, por exemplo, com um da revista *Psique* sobre o mesmo tema. Entendemos que assim é possível analisar de forma mais precisa e delimitada como cada tipo de publicação desenvolve um assunto e, indo além, como o mesmo gênero toma forma quando tem autor e leitor diferenciados.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, são apresentados alguns dos resultados da comparação entre os artigos de divulgação científica encontrados em revistas temáticas e os publicados em revistas não temáticas. Foram observados aspectos funcionais do gênero, tais como seu propósito e seu público-alvo, que se refletem na sua constituição formal. Levando em consideração as limitações deste artigo, selecionamos apenas alguns traços, os quais julgamos mais salientes para efeito de comparação.

A diversidade temática das revistas *Superinteressante* e *Galileu* torna necessário o uso de estratégias que atraiam a audiência, chamem a sua atenção e apliquem-se – ou pareçam se aplicar – às suas realidades. Tal fato faz com que grande parte dos ADC de revistas não temáticas tenham início com uma extensa exemplificação sobre o tema, como se pode observar a seguir.

- 1) Gabriela* se levantou, com muito esforço, e preparou um café da manhã dos campeões: suco misturado com vodca. Nem ela acreditou na cena, mas foi a única saída que encontrou para encarar o peso de mais um dia inteiro no escritório. A assistente de marketing promocional não suportava a rotina profissional havia meses. Trabalhava 14 horas, das 8h às 22h, e eventualmente passava sábados e domingos em eventos promovidos pela empresa. Acordava trabalho, respirava trabalho e dormia trabalho. Aos 33 anos, tinha crises de labirintite e não passava um dia sem cair no choro. (Revista *Galileu*)

O exemplo em (1) apresenta um retrato real da rotina de uma pessoa que desenvolveu a síndrome de Burnout, transtorno causado pela sensação de esgotamento com o trabalho. Esse tipo de introdução representa uma tendência frequente das revistas não temáticas, o que se justifica na medida em que o leitor necessita se conectar com o tema em questão e consiga se colocar “dentro” do que é contado. Nada mais natural, portanto, do que usar sequências narrativas e descritivas que ilustrem situações reais para mostrar que tais acontecimentos podem fazer parte da vida de qualquer um, inclusive de quem está lendo. A partir do momento em que esse vínculo é estabelecido, pode-se, então, desenvolver o tema.

Nas revistas temáticas, por outro lado, das cinco analisadas, em quatro delas encontramos a introdução direta ao tema, sem nenhum tipo de contextualização, como se pode observar em (2).

- 2) O transtorno de acumulação (TA), que pode ser definido como o gosto imoderado por acumulação, é um distúrbio psíquico ainda muito pouco conhecido (...). (Revista *Psique*)

Outro aspecto que diferencia os dois grupos de publicação consiste no tratamento dado à voz de autoridade na construção do texto. Por abordar temas oriundos do campo científico, o autor – seja ele jornalista ou especialista da área – precisa, necessariamente, recorrer aos discursos que deram origem ao ADC em questão: pesquisas, dados estatísticos, opinião de especialistas, por exemplo. Essa referência à ciência pode ser feita de diversas formas e todas elas, no entanto, servem ao propósito de dar ao texto vulgarizado confiabilidade, uma espécie de “proteção” ao ADC, que se sustenta sob a credibilidade da voz da ciência.

Nas revistas não temáticas, a voz da ciência precisa ser reformulada, visto que se não o for, a compreensão do leitor pode ser prejudicada. Em se tratando de um texto escrito, qualquer risco deve ser evitado. Em vista disso,

o que ocorre, muitas vezes, é a opção pelo discurso indireto, ou seja, o próprio jornalista reformula a voz do cientista, numa espécie de tradução ou, ainda, vulgarização propriamente dita da ciência, na tentativa de minimizar qualquer hermetismo que pudesse estar presente no discurso do especialista. Em outros casos, quando recorre ao discurso direto, ou seja, quando é dada, de fato, voz ao especialista, essa aparece modificada. O cientista está se dirigindo não mais a um par, alguém que está familiarizado seja com o conteúdo seja com a terminologia da área, mas a um leigo, para quem o tema pode ser de difícil entendimento. Desse modo, sua fala não pertence mais ao discurso da ciência, mas sim ao discurso da DC.

Zamboni (1997, p. 82) acrescenta que a voz do cientista aparece por meio de “‘falas’ já vulgarizadas do discurso científico” e que tais falas “não contêm sequer vestígios da densidade discursiva dos textos científicos”. Isso se dá porque, ao mudar de público-alvo, muda-se o discurso e, nesse caso, muda-se o gênero. Em (3), observa-se um caso em que o especialista faz uso de um registro informal, que não seria admitido, em princípio, em um texto científico. Esse uso se justifica, muito provavelmente, pela tentativa de buscar uma maior proximidade com o leitor.

- 3) “Pessoas que **estão de saco cheio** do trabalho **ficam loucas** pelo fim do expediente. Aí saem com os amigos, vão ao cinema. Mas alguns, por mais que odeiem o trabalho, não conseguem se desligar dele, só pensam nisso. **Chegam em casa mortos** e não fazem mais nada”, explica o psiquiatra Emmanuel Kanter. (Revista *Galileu*)

Por outro lado, em revistas temáticas, o uso da voz de autoridade apresenta aspectos bastante singulares, diferentes dos observados nas publicações não temáticas. De fato, também encontramos a reprodução do discurso do especialista ou autoridade no assunto por meio do discurso indireto e, nesse caso, talvez seja possível afirmar, assim como o fizemos em relação às revistas não temáticas, que essa escolha é feita para facilitar o entendimento por parte do leitor. No entanto, as razões que justificam o emprego do argumento de autoridade em cada grupo são, a nosso ver, distintas.

O especialista escreve sobre um tema que domina ou sobre o qual se julga capaz de escrever. Por conta disso, pode discorrer sobre ele sem maiores dificuldades, seja em relação ao uso de terminologia científica, seja na referência a conteúdos específicos. Nesse caso, levar para o texto a voz de seus pares assemelha-se mais a um procedimento com o qual o autor já está familiarizado, tendo em vista

que a voz de autoridade é um argumento muito caro aos gêneros que circulam no domínio acadêmico, do que a uma necessidade intrínseca à divulgação científica. É como se, de certa forma, o autor dissesse aos leitores que o assunto sobre o qual ele discorre no artigo não é fruto apenas de sua perspectiva individual, mas são conclusões embasadas por outras referências bibliográficas, usadas tal qual se faz em gêneros do domínio acadêmico/científico, como é o caso de (4).

- 4) Não é de agora que o efeito do riso no tratamento de doenças vem sendo sondado. **Hipócrates, o pai da medicina**, 400 a.C., já tentava reanimar seus pacientes com brincadeiras. **Sigmund Freud, o criador da Psicanálise**, mostrou em um dos seus trabalhos que as cenas cômicas e o riso ajudam a melhorar a saúde. (Revista *Psique*)

No lado oposto, o jornalista que escreve o ADC das revistas não temáticas necessita da voz da ciência por, pelo menos, duas razões. A primeira, mais evidente, é que ele – o jornalista – é também um leigo no assunto e, portanto, precisa do especialista para desvendar as amarras do discurso científico e tornar possível sua reformulação em um novo gênero. Decorre daí a importância de que a voz da ciência seja ouvida (lida) pelo leitor. Embora para a audiência leiga não importem os detalhes técnicos e específicos relacionados ao tema, a voz do jornalista sozinha, provavelmente, careceria de credibilidade no tratamento do assunto, afinal, ele não é especialista. Logo, a referência à voz da ciência – seja ela direta ou não – é fundamental para que o texto adquira confiabilidade e seja tomado como verdadeiro pelos leitores.

No que diz respeito ao público-alvo, revistas temáticas, muitas vezes, deixam para o leitor a responsabilidade de conhecer e interpretar os conceitos ou termos técnicos aos quais fazem referência. Desse modo, exemplos como em (5) são comuns em publicações desse tipo, cujas menções aos termos “serotonina” e, mais adiante no artigo, “ocitocina”, “nervo vago”, “noradrenalina”, “cortisol” e “lobo pré-frontal” prescindem de uma explicação, partindo, portanto, do pressuposto de que se trata de um conhecimento compartilhado entre autor e leitor. Percebemos que em ADCs temáticos essas referências tornam os SNs mais complexos, intensificando sua carga informacional.

- 5) O primeiro passo é procurar um médico porque, a essa altura a pessoa, provavelmente precisará de remédios que a ajudem a ter mais **serotonina**. (Revista *Psique*)

Em (6) a seguir, quando vão tratar do sintoma acumulação na visão da Psicanálise, os psicólogos Josseline Cápua Rodrigues Saches e Paul Kardous – autores do artigo – fazem uso de uma linguagem extremamente técnica, pouco compreensível para um leitor comum, isto é, para aquele que não tem um conhecimento mínimo sobre a área.

- 6) O sintoma é a representação da realização disfarçada de um desejo inconsciente, que por ter sido censurado, sofreu a ação do recalçamento e, posteriormente, tal recalçamento encontrou um caminho para se manifestar, fazendo uma conciliação entre o Isso, enquanto desejo originário, e o Supereu, que o censurou. O sintoma será mais ou menos resistente à interpretação, dependendo da viscosidade da libido investida no mesmo. (Revista *Psique*)

Esse comportamento se justifica na medida em que revistas temáticas contam com um público-alvo “conhecido”, pois já se sabe que revistas como *Psique* ou *Filosofia*, por exemplo, irão tratar de assuntos acerca dessas grandes áreas e, portanto, aquele que não tem interesse por essas temáticas não constituirá a audiência dessas publicações.

Além disso, para o autor do texto, um especialista na área, não há uma preocupação, pelo menos não iminente, em conquistar o leitor, em trazê-lo para si. Assim, essa “familiaridade assumida” dá ao escritor a liberdade para olhar tão somente para o texto e o tema abordado, e a presença do leitor nesse tipo de escrita se torna, por conta disso, muito mais sutil, o que não quer dizer, no entanto, que ela não ocorra.

Já nas revistas não temáticas, o leitor participa do texto, ele é parte explícita do diálogo estabelecido com o jornalista, o que é observado pelo uso recorrente da 2ª pessoa do singular, como vemos em (7). Essa estratégia “quebra” a distância entre autor e leitor, dá ao texto um tom de conversa, configurando-se, portanto, como um recurso para ganhar a confiança do leitor.

- 7) Imagine **seu** pior dia no trabalho: às 19h **seu** chefe exigiu um relatório extenso e complexo para a manhã do dia seguinte. Com o tempo apertado, o trabalho não saiu tão bom assim. E ele, claro, não gostou do resultado. **Você** está cansado e sente que **seu** empenho não valeu a pena. Bate aquela insegurança e **você** se pergunta quanto tempo levará até que o RH o chame para conversar sobre a sua demissão. **Seu** corpo entra em alerta, um estágio inicial e natural de estresse — aquela reação biológica que prepara o organismo para correr ou lutar. A maioria das pessoas supera a crítica, sai

para reclamar com os amigos e esquece o dia ruim. Ou parte em busca de outro emprego. (Revista *Galileu*)

Ainda a respeito do argumento de autoridade, é necessário destacar que seu uso não se restringe apenas à referência ou citação de um profissional ou especialista sobre o tema. De fato, também se recorre a esse tipo de argumentação quando são apresentados dados estatísticos ou pesquisas realizadas por Universidades ou órgãos que detêm prestígio na sociedade. Nesse caso, os exemplos ocorrem com certo equilíbrio nos dois grupos analisados.

Parece-nos, também, que o discurso do outro, sendo esse outro uma autoridade no assunto, adquire tamanho prestígio no texto, que tanto o jornalista quanto o especialista ao utilizá-lo omitem, muitas vezes, o autor ou autores citados, partindo do pressuposto de que a própria referência genérica se basta, como vemos nos exemplos (8) e (9).

- 8) Mas, segundo **os especialistas** que estudam o humor a sério, trata-se do maior segredo para viver bem. (Revista *Superinteressante*)
- 9) **Alguns estudiosos do comportamento** acreditam que terapia do riso possa ajudar a complementar o tratamento de depressão e distímia (mau humor crônico) (...). (Revista *Psique*)

Outro aspecto que chama atenção nas revistas não temáticas é a utilização recorrente de perguntas – retóricas ou não – evidenciando mais uma vez o dialogismo do texto e buscando uma proximidade autor-leitor, como se observa em (10) e (11).

- 10) Se o presidencialismo parece estar fadado a crises traumáticas e quedas de braço entre executivo e legislativo, **por que teimamos em continuar com ele?** Ninguém sabe. (Revista *Superinteressante*)
- 11) **Já parou para contar quantas vezes você checa seu Facebook pelo celular? Um 30, 40 vezes, chutando alto?** Nem perto. (Revista *Galileu*)

Nas revistas temáticas, esse recurso também aparece, mas de forma bastante discreta. Podemos ver um exemplo em (12).

- 12) **Será que um ser humano possui capacidades razoáveis para decidir sobre a vida e a morte de outra pessoa?** Levando em consideração essa questão, o jurista Pietro Verri (1728-1797) apontara que “mais valeria perdoar vinte culpados do que sacrificar um inocente”. (Revista *Filosofia*)

Segundo Maia (1996), esse diálogo é caracterizado como uma forma de envolver o leitor, fazendo com que este tenha vontade de ir até o final da leitura. Em alguns casos, o autor do artigo antecipa um possível questionamento por parte do leitor, já indicando a resposta. Ou seja, não há uma pergunta e uma resposta em sequência, apenas uma resposta àquilo que tanto o jornalista quanto o especialista pressupõem como uma dúvida ou ressalva por parte do público. Isso fica mais claro no exemplo (13) a seguir.

- 13) Todo esse problema está ligado a um distúrbio cerebral que deixa a capacidade de tomar decisões extremamente complicada. **Sim, pode ser difícil para qualquer um se desfazer de algo.** Mas, para essas pessoas, é quase impossível. Dói. (Revista *Superinteressante*)

No caso acima, discorre-se a respeito do transtorno de acumulação, e o jornalista, nesse caso, procura deixar claro para o leitor que, embora num primeiro momento ele possa se identificar com a dificuldade de descartar objetos, aqueles que são acometidos pelo distúrbio enfrentam um dilema muito maior, patológico.

Assim, como afirmara Bakhtin (2003 [1979], p. 301) “o enunciado não está ligado apenas aos elos precedentes mas também aos subsequentes”. De fato,

ao construir o meu enunciado (...) procuro antecipá-lo, e essa resposta antecipável exerce, por sua vez, uma ativa influência sobre o meu enunciado (dou respostas prontas às objeções que prevejo, apelo para toda sorte de subterfúgios, etc.) (*ibidem*, p. 302).

O último aspecto que vamos destacar diz respeito à seleção léxico-gramatical nos ADCs, visto que a utilização de palavras ou termos formais e informais parece-nos ser mais um traço relevante na diferenciação entre os grupos analisados. A recorrência de termos ou expressões mais próximas do registro informal coloca o autor e leitor numa relação de proximidade e desfaz, ainda que aparentemente, a hierarquia entre aquele que sabe e aquele que não sabe. Assim, o jornalista e o público estabelecem uma relação cordial e amistosa e, dessa forma, o leitor pode se sentir mais à vontade com a leitura, uma vez que a linguagem utilizada tende a se aproximar de um tom de conversa, como observamos em (14) e (15).

- 14) “Alexis Tsipras, primeiro-ministro da Grécia, foi eleito em janeiro de 2015 para **tirar o seu país do buraco.**” (Revista *Superinteressante*)
- 15) “(...) Mas nem lá parava de pensar nos **abacaxis** que precisava **descascar** no trabalho: nos prazos a serem cumpridos, nas constantes ameaças de ser exonerada, na culpa por não dar conta dos **pepinos.**” (Revista *Galileu*)

Oposto a isso, encontram-se os artigos escritos por especialistas que apresentam um distanciamento maior dos leitores. O especialista ao migrar seu discurso do *locus* acadêmico para o *locus* jornalístico não o faz, necessariamente, com amplo domínio. Ao mesmo tempo, dirige-se para um leitor interessado no tema. Ambos os aspectos podem se materializar na redação de seus textos – como acreditamos – e são observados nas estratégias que utilizam, tais como o uso de expressões e termos mais formais e mais próximos da escrita acadêmica, ainda que não de forma recorrente. Alguns exemplos podem ser vistos em (16), (17) e (18).

- 16) “Talvez apenas a **idiossincrática** China aplique punições capitais para os cidadãos de tal quilate que atentem economicamente contra a coisa pública.” (Revista *Filosofia*)
- 17) “**Destarte**, essas pessoas desenvolvem esses sintomas para tentar fugir do suposto vazio que imaginam poder se instaurar em suas vidas.” (Revista *Psique*)
- 18) (...) são bilhões de pessoas dominadas pela **concupiscência** do olhar que tanto seduz perante cenas mórbidas. (Revista *Filosofia*)

O quadro a seguir apresenta um resumo dos resultados encontrados na comparação entre os dois grupos de ADCs.

	Revistas Temáticas	Revistas não temáticas
Voz de autoridade	✓ Preferência pelo discurso direto	✓ Preferência pelo discurso indireto ✓ Voz do especialista modificada no discurso direto
Termos técnicos	✓ Maior frequência ✓ Não necessariamente com explicação	✓ Menor frequência ✓ Obrigatoriamente com explicação
Diálogo com o leitor (uso da 1ª pessoa do plural; uso da 2ª pessoa do singular; uso de perguntas)	✓ Menor frequência	✓ Maior frequência
Seleção léxico-gramatical	✓ Menor frequência de termos informais	✓ Maior frequência de termos informais

Quadro 1 – Síntese comparativa entre revistas temáticas e revistas não temáticas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como nos lembra Marcuschi (2008, p. 155), “não se pode tratar o gênero do discurso independentemente de sua realidade social e de sua relação com as

atividades humanas”. Dessa forma, ao propor uma análise sobre gêneros, é fundamental situá-los no tempo e no espaço, considerando seu propósito, os atores envolvidos – quem escreve e para quem escreve – e o contexto sociodiscursivo em que eles se configuram.

Na sociedade contemporânea, o acesso ao conhecimento está disponível para aqueles que desejarem se informar mais e tiverem curiosidade sobre diferentes assuntos. Os temas e as descobertas são tantos e estão por todos os lados, propagando-se com extrema rapidez graças à internet, o que faz com que, muitas vezes, uma simples pesquisa resulte em dados confusos e conclusões pouco fundamentadas. É nesse vácuo, ou seja, nessa fronteira entre o conhecimento especializado e o leitor comum, que a divulgação científica forma a sua base e conquista a sua audiência, pois, na teoria, é ela quem tem a competência para filtrar o que é realmente relevante e levar essa informação numa linguagem acessível para a sociedade.

Entende-se, desse modo, que há um compromisso assumido tanto pelo jornalista quanto pelo especialista de ser uma ponte entre a academia e a sociedade. Ainda que, como vimos, cada um deles cumpra essa tarefa de forma distinta, ambos compartilham do uso de estratégias que têm por objetivo tornar o texto e o tema tratado mais acessíveis para o leitor. Em se tratando de um contexto comercial, fica claro que se esse interesse por parte da indústria jornalística existe é porque há, de fato, um nicho para essa área – a divulgação científica. Assim, no lugar de ter o conhecimento direto da *fonte*, o público em geral conta com o auxílio de um *intermediário* entre ele e o conhecimento científico.

Acreditamos que as diferenças encontradas entre revistas temáticas e revistas não temáticas estejam atreladas ao fato de as primeiras serem escritas por especialistas e focalizarem seus artigos em apenas uma grande área, e as últimas terem como autores jornalistas e abordarem temas diversificados. Esses traços têm reflexo no público que cada publicação atinge. De um lado, encontra-se aquele que tem interesse por uma ciência específica, já é um leitor iniciado e busca ampliar seu conhecimento nessa área. De outro lado, está aquele que deseja aprender e ter acesso aos mais diversos temas da atualidade que influenciam na sua vida.

Por meio de uma análise qualitativa, constatamos a partir do material examinado que os artigos escritos pelos especialistas apresentam, muitas vezes, um caráter de formalidade, observado tanto no uso de termos específicos da área ou pertencentes a uma norma mais erudita, quanto no distanciamento em relação ao leitor. Por entender que se trata de uma audiência interessada pelo tema, o

especialista-divulgador, de maneira geral, não necessita de artifícios que seduzam o leitor, como a referência direta a ele ou o uso de exemplos concretos ou até mesmo a informalidade das gírias, aspectos recorrentes nas revistas não temáticas. Também entendemos que esse estilo pode ser atribuído à autoria dos artigos, haja vista que temos um cientista no papel de divulgador, ou seja, alguém que domina o discurso científico e não necessariamente o discurso jornalístico. Esses aspectos em conjunto deixam o texto mais denso do ponto de vista do conteúdo e da própria linguagem, o que, a nosso ver, pode implicar no entendimento do leitor e, conseqüentemente, no seu interesse pelo texto.

Nas revistas não temáticas, em contrapartida, os traços de dialogismo são evidentes, visto que o jornalista-divulgador precisa assegurar que o texto seja compreendido pela audiência leiga de cuja dificuldade e interesse não tem conhecimento, sem contar o fato de que o jornalista se encontra dentro do seu “domínio”, ou seja, já está familiarizado com as estratégias da sua própria área de formação.

Desse modo, esta pesquisa parece-nos indicar que, por um lado, os traços que caracterizam os ADCs não temáticos os colocam como mais próximos do discurso jornalístico e, por outro lado, as estratégias utilizadas nos ADCs temáticos os aproximam do discurso acadêmico. Esse aspecto, além de apresentar implicações na constituição e no estilo de cada um dos textos, funciona, a nosso ver, como justificativa para propor que, no lugar de classificá-los igualmente como artigos de divulgação científica, encontramos, na verdade, um contínuo ou ainda subgêneros de um mesmo *gênero*.

Os resultados encontrados nesta pesquisa não pretendem, no entanto, esgotar a investigação sobre essa temática. Pelo contrário, nossa amostra revelou algumas tendências que acreditamos serem representativas desses grupos de publicações, mas devem ainda ser verificadas num conjunto maior de dados e com um material ainda mais diversificado para que seja possível delinear e propor uma caracterização do gênero artigo de divulgação científica que dê conta de toda sua singularidade.

De todo modo, podemos afirmar que este assunto é sem dúvidas instigante e pertinente, considerando a realidade brasileira, pois entendemos que a DC, além de democratizar a informação científica para a sociedade em geral, apresenta-se como uma fonte propagadora dos trabalhos desenvolvidos em grandes centros de pesquisa no país e no mundo. Dessa forma, a DC possibilita a aproximação do público com a ciência – e com os cientistas – e, dentro de uma sociedade como a nossa que não investe plenamente em ciência, essa aproximação pode funcionar

como um incentivo e uma vitrine que levem a investimentos nas mais diversas áreas de pesquisa. Além disso, como salienta Motta-Roth (2009a), essa relação abre espaço para debates e questionamentos, retirando da ciência o papel exclusivo de detentora da verdade, permitindo aos leitores dialogarem com “aqueles que sabem”, exercendo sua plena cidadania.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, [1929-1930] 2014.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. *In*: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, [1979] 2003.p. 261-306.
- LEWENSTEIN, B. V. Models of public communication of Science and technology. **Public Understanding of Science**, v. 16, p. 01-11 2003. Disponível em: <http://communityrisks.cornell.edu/BackgroundMaterials/Lewenstein2003.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- MAIA, C. L. **O uso de perguntas em textos científicos de divulgação para crianças**. Dissertação de Mestrado em Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 1996.
- MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.
- MOIRAND, S. La divulgación de la ciencia y la técnica: ¿Nuevos modelos para nuevos objetos de estudio?. **Rev. signos**, Valparaíso , v. 39, n. 61, p. 231-358, 2006. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-09342006000200005&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 10 jan. 2017.
- MOTTA-ROTH, D. A popularização da ciência como prática social e discursiva. *In*: MOTTA-ROTH, D.; GIERING, M. E. (org.). **Discursos de popularização da ciência** (Anais do Encontro do Núcleo de Estudos Avançados “Linguagem Cultural e Sociedade” - GT Labler), 2009. Santa Maria: LABLER-PPGL/UFSM, 2009.

PAREDES SILVA, V. L. P. O uso de Sintagmas nominais complexos em gêneros jornalísticos. Comunicação. **XVI Congresso Internacional de La ALFAL**. Alcalá de Henares, España, jun-2011.

PAREDES SILVA, V. L. P. Sintagmas Nominais Complexos: Critérios Formais e Funcionais de Identificação, com Reflexos na Construção do Gênero Acadêmico Abstract. Comunicação. **IV Congresso Internacional de Gramática e Texto**. Universidade Nova de Lisboa, julho 2015.

SWALES, J. M. **Genre analysis**: English in academic and researching settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

XIMENES, M. B. **O uso de SNs complexos em artigos de divulgação científica**. Dissertação de Mestrado em Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2013.

XIMENES, M. B. **O gênero artigo de divulgação científica**: um estudo comparativo na perspectiva da interação autor-leitor. Tese de Doutorado em Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2019.

ZAMBONI, L. M. S. **Heterogeneidade e subjetividade no discurso de divulgação científica**. 1997. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

ZAMPONI, G. Estratégias de construção da referência no gênero de popularização da ciência. *In*: KOCH, I.V.; MORATO, E.; BENTES, A. C. (org.). **Referência e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 169-195.

O PAPEL DAS CONSTRUÇÕES DE TÓPICO NOS GÊNEROS SERMÃO RELIGIOSO, ENTREVISTA TELEVISIVA E AULA EXPOSITIVA

Eliaine de Moraes Belford Gomes¹

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a questão dos gêneros textuais-discursivos tem sido alvo de muitas pesquisas, rendendo inúmeros trabalhos. É a partir dos gêneros textuais-discursivos que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), desde 1999, direcionam o ensino da leitura e da produção textual. Esse documento também reconhece o papel fundamental dessa abordagem na interação socio-comunicativa. Dessa forma, como norteadores do ensino da língua, os gêneros

¹ Meu primeiro contato com a professora Vera foi na disciplina de Linguística III, durante a minha primeira graduação em Letras (Português/Literaturas) na UFRJ. Era um curso sobre Gramática Gerativa. Acreditem! Conheci as árvores gerativas por meio de Vera Paredes. Por ter encontrado algumas dificuldades em um conteúdo totalmente novo para mim, tive que solicitar horário de atendimento com a professora da disciplina. Foi através desses encontros particulares que passei a admirar ainda mais as nítidas qualidades de Vera enquanto professora: atenciosa, dedicada, paciente, justa. Anos depois, quando ingressei no Mestrado em Linguística, na mesma instituição, tive que escolher um orientador até o fim do 1º semestre do Curso. Foi então que as boas recordações das aulas com a professora Vera, na graduação, me levaram a procurá-la. Fui aceita por ela e comecei a ser apresentada à Sociolinguística

textuais-discursivos favorecem o desenvolvimento da competência linguística e discursiva, ampliando a participação social do indivíduo.

Diante dessa noção de fato social a que se referem os diversos aspectos dos gêneros textuais-discursivos, Bhatia (1997) acredita que o estudo dos gêneros pode explicar a razão pela qual os falantes usam a língua do jeito que fazem. Assim sendo, os fenômenos linguísticos podem ser examinados a partir dessa perspectiva que visa a linguagem em uso.

Um exemplo de fenômeno linguístico que pode ser explorado sob a perspectiva dos gêneros textuais-discursivos é a variação entre construções sujeito-predicado e construções tópico-comentário no português brasileiro (PB). As relações de sujeito-predicado sempre foram, majoritariamente, objeto de estudo da sintaxe tradicional. Por sua vez, as estruturas de tópico-comentário começaram a ser discutidas por Pontes, na década de 1980 do século passado.

Desde então as estruturas de tópico-comentário, classificadas pela teoria linguística como Construções de Tópico (doravante CTs), passaram a ser alvo da atenção de inúmeros pesquisadores que escrevem desde artigos a dissertações de mestrado e teses de doutorado, como verificamos em Braga (1987), Duarte (1995), Belford (2006), para citar apenas alguns. O fenômeno tem sido explorado sob diferentes perspectivas e vertentes teóricas, tanto na escrita quanto na fala. Na modalidade oral, o assunto pode ser discutido sob a perspectiva dos gêneros textuais-discursivos como entidades dinâmicas e formas socioculturais, o que diferencia nosso trabalho dos demais.

Assim sendo, nosso ponto inicial nesta discussão toma como base a investigação de um fenômeno sintático-discursivo (as CTs) associado à caracterização

Variacionista. Cada encontro com a professora Vera só constatava que eu havia acertado na escolha. Graças à sua orientação, obtive meu título de Mestre. Devido à exitosa e frutífera parceria desenvolvida no Mestrado, não poderia escolher outra pessoa a não ser a mesma Vera para me orientar no Doutorado que, futuramente, viria a realizar. Foram mais quatro anos e meio de convivência, repletos de pesquisa, de compartilhamento, de troca, de parceria, de dedicação, de profissionalismo, de cafês e encontros (muitos em sua própria residência onde ela sempre me recebeu de braços abertos) e de muito crescimento. Foi durante o Doutorado, também, que tive o prazer de, mais uma vez, ser sua aluna em uma disciplina sobre Gêneros Textuais-discursivos, o que serviu de base para o desenvolvimento da minha tese e cujos resultados apresento neste texto de forma parcial. Ainda hoje, sempre que possível, a professora Vera faz de tudo para me ajudar no que lhe é possível, seja doando materiais que já não lhe são mais úteis, seja com um livro que é presenteado como um mimo. Vera, por tudo isso que escrevi e por tudo mais que não foi expresso aqui, merci beaucoup, thank you very much, MUITO OBRIGADA! Eli.

de três gêneros textuais-discursivos (o sermão religioso, as entrevistas televisivas e as aulas expositivas), sob a orientação da professora Vera Paredes, que muito vem contribuindo aos estudos sobre gêneros textuais-discursivos.

Nesta pesquisa,² além da perspectiva dos gêneros textuais-discursivos, também trabalhamos sob a ótica da Linguística Funcional e da Sociolinguística Variacionista, e debruçamo-nos apenas em um dos tipos das CTs: o Deslocamento à Esquerda de Sujeito (DEs). Referimo-nos a essa estrutura como [Sintagma Nominal + Pronome Anafórico + Verbo], analisando-a como variante da estrutura [Sintagma Nominal + Verbo], como pode ser observado em:

- 1) “que o cérebro *ele* possui dois hemisférios...” (AE 1)³ vs
- 2) “**O** cérebro **tem** toda uma técnica.....”⁴ (AE 1)

A amostra, coletada a partir do ano de 2010, foi composta por diferentes gêneros discursivos (sermão religioso, entrevista televisiva e aula expositiva), retirados, em sua grande maioria, do YouTube.⁵ Estudamos a referida construção nos níveis sintático, discursivo e prosódico, sempre considerando as estruturas de [SN + Pronome Anafórico + Verbo] e [SN + Verbo] em alternância de uso na língua, tecendo, assim, comparações entre ambas.

O que motivou essa pesquisa foi o fato de ouvirmos com muita frequência esse uso à nossa volta, em situações cotidianas. Ao ir à Igreja, assistir à televisão e assistir a uma aula, parecia-nos que tais construções se tornavam cada vez mais presentes. Por isso, optamos por escolher os sermões, as entrevistas e as aulas como os gêneros cujos aspectos poderiam ajudar-nos a discutir e explicar o uso das CTs pelos falantes do PB.

Neste artigo, apresentaremos um recorte desse trabalho recente (BELFORD, 2016), focalizando alguns dos fatores motivadores das estruturas em variação e concentrando a exposição, sobretudo, na caracterização dos gêneros textuais-discursivos em análise.

² Os resultados apresentados neste artigo foram obtidos por Belford (2016), em sua tese de Doutorado.

³ A identificação dos exemplos neste capítulo será realizada da seguinte forma: SR = Sermão Religioso, ET = Entrevista Televisiva e AE = Aula Expositiva.

⁴ Tema: Técnicas de Memorização. 2015.

⁵ Conforme acessado a partir de www.youtube.com.

REVISÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Realizaremos a seguir uma breve revisão literária acerca do fenômeno sob investigação, apresentaremos algumas teorias que serviram de suporte teórico para a nossa análise, faremos algumas reflexões norteadoras sobre os gêneros trabalhados e indicaremos a metodologia adotada para a realização da pesquisa.

Alguns estudos precedentes

Alguns trabalhos podem ser mencionados como precedentes e orientadores para o estudo do fenômeno em questão. Entre eles podemos citar: Pontes (1981, 1987), Braga (1987), Duarte (1995) e Belford (2006).

Pontes (1981, 1987) foi a precursora dos estudos de tal construção a partir do uso. A autora traz o assunto à discussão, mostrando como tais estruturas estão presentes no português falado coloquial do Brasil. Seus exemplos foram colhidos no uso real da língua, na década de 1980, e seus informantes foram representantes da classe culta de Belo Horizonte, pessoas de nível universitário. Pontes discute essas denominadas Construções de Tópico, considerando sua abrangência, sua semelhança com estruturas que ocorrem em outras línguas, caracterizando-as para um melhor reconhecimento e identificação.

Braga (1987) realiza um trabalho variacionista, tratando de dois tipos de Construções de Tópico, a saber: Topicalizações (de objeto) e Deslocamentos à Esquerda (de sujeito) [SN + Pron. Anaf. + Verbo]. Seus dados foram obtidos do discurso oral de falantes não adultos e adultos, disponível na amostra Censo 1980 do acervo do Projeto PEUL/UFRJ. Especificamente, no que se refere aos deslocamentos, Braga identifica três variáveis linguísticas como influentes em seu uso: dimensão do SN deslocado à esquerda; presença de elementos interferentes entre o SN deslocado à esquerda e a proposição a ele referente; e caráter animado do SN deslocado.

Duarte (1995), em sua tese de doutorado, dedica um capítulo à estrutura aqui estudada. Entre outras observações, Duarte afirma que tal estrutura não parece ser uma característica apenas do PB. Ela também lembra que tais estruturas, típicas da fala, são encontradas no francês, língua de sujeito preenchido, mas se acham ausentes em línguas de sujeito nulo, como o espanhol e o italiano, em que aparece um pronome cópia de um Sintagma Nominal de Objeto e não de Sujeito. Além disso, mostra, também, que existe uma infiltração de tal estrutura na modalidade escrita, incluindo crianças em fase de alfabetização e estudantes universitários.

Belford (2006) analisou dois entre os tipos de Construções de Tópico: a Topicalização de Objeto e o Deslocamento à Esquerda de Sujeito. A análise foi norteada pela perspectiva teórica da Sociolinguística Variacionista Laboviana. O estudo baseou-se em um corpus constituído de 22 entrevistas da Amostra Censo 2000. Encontrou-se uma baixa frequência de topicalizações e deslocamentos em relação à estrutura canônica. Para a variação entre estruturas com retomada de pronome (como Construção de Tópico, que é o foco deste artigo) e sem retomada de pronome como sujeito, foram encontrados 15% de casos da primeira. Especificamente com relação a tais casos, os fatores linguísticos identificados como seus maiores favorecedores foram a presença ou ausência de elemento interferente entre o SN e seu comentário, e a natureza do verbo da oração. De um modo geral, os resultados reforçaram a natureza discursiva do tópico.

Nosso trabalho propõe-se a analisar apenas uma das construções que se podem incluir sob o amplo rótulo de Construções de Tópico: [SN + Pron. Anaf. + Verbo], em uma perspectiva variacionista, alternando com [SN + Verbo]. Com o objetivo de evidenciar o papel discursivo que o pronome anafórico exerce ao retomar o SN, analisamos o uso de tais construções em três gêneros da modalidade oral (sermões religiosos, entrevistas televisivas e aulas expositivas), que nos pareceram favorecedores desse uso, num corpus por nós constituído.

Teorias de análise linguística

Uma das teorias na qual nos pautamos para o desenvolvimento do nosso trabalho é a Linguística Funcional, pois nos preocupamos em estudar uma estrutura, considerando o contexto comunicativo em que é usada. Além disso, por considerar nosso objeto de estudo um fenômeno variável, também lançamos mão do suporte teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista.

A Linguística Funcional ou Funcionalismo constitui uma abordagem da língua direcionada para o uso, observando a língua no seu contexto. Nessa perspectiva, a sintaxe varia em virtude da interação discursiva. Givón (1979) afirma que a sintaxe existe para desempenhar uma certa função, e é esta função que orienta sua maneira de ser.

Segundo Butler (2003), o Funcionalismo linguístico constitui uma abordagem que se preocupa principalmente com a relação entre padrão linguístico e contextos de uso. O conhecimento linguístico ultrapassa o conhecimento das regras sintáticas, semânticas, morfológicas e fonológicas, para considerar também a maneira pela qual essas regras podem ser usadas em diferentes tipos de contexto.

Um dos princípios do Funcionalismo que consideramos relevante para o nosso estudo é o fluxo da informação. Segundo Chafe (1976, p. 28), esse princípio tem a ver com a “embalagem” da informação, ou seja: “tem a ver primeiramente com a forma como a mensagem é transmitida e apenas em segundo plano com a mensagem em si”.⁶ Dentre os autores que se dedicaram à discussão da informatividade, podemos destacar os trabalhos de Prince (1981, 1992). A autora apresenta um modelo para classificar as entidades do discurso, organizando os referentes discursivos em três grupos: novos, evocados e inferíveis.⁷

Entende-se por um referente “novo” – ou entidade nova – um elemento que é introduzido pela primeira vez no discurso. Um referente pode ser “evocado” – ou “velho” – se já tiver ocorrido no texto (textualmente evocado) ou se estiver disponível na situação de fala (situacionalmente evocado). O referente é “inferível” ao ser identificado, por um processo de inferência, com base em outras informações já dadas ou em esquemas cognitivos já acionados.

Os estudos de Prince nos auxiliaram a responder a uma das perguntas que o nosso trabalho desenvolveu: se a retomada anafórica estaria preferencialmente associada a um dos estágios de ativação do conhecimento (focal, periférico ou inconsciente), em que uma informação pode apresentar-se como “nova”, “evocada” (“velha”), ou “inferível”.

Outra teoria orientadora do nosso trabalho foi a Sociolinguística cuja preocupação é o estudo da língua, relacionando estruturas linguísticas aos aspectos sociais envolvidos no âmbito do fenômeno em foco. A língua não é vista de modo independente de um contexto situacional específico, correlacionando-se aspectos linguísticos e sociais.

Nesta pesquisa, trabalhamos com a Sociolinguística Variacionista. O fato de a língua apresentar inúmeras diversificações em seu uso, sendo vista, assim, como um sistema heterogêneo, leva a uma análise voltada para a observação de modos alternativos para se dizer a mesma coisa, ou seja, com o mesmo valor de verdade. Essa heterogeneidade presente em uma comunidade de fala é levada em conta e pode ser apreendida na sua sistematicidade.

⁶ “[...] have to do primarily with how the message is sent and only secondarily with the message itself”.

⁷ Na verdade, o que apresentamos acima é uma proposta simplificada do modelo de Prince, pois originalmente, ela propõe a entidade *nova* que pode ser dividida em **não usada e totalmente nova** (esta ainda se divide em **totalmente nova ancorada** e **totalmente nova não ancorada**); a *evocada* que pode ser **evocada textualmente** ou **evocada situacionalmente**; e a *inferível* que também pode ser de dois tipos: a **inferível não incluidora** e a **inferível incluidora**.

Desse modo, tendo em vista que todas as línguas são heterogêneas e dinâmicas, e considerando-se que os usos de estruturas linguísticas são motivados e as alternâncias podem ser sistematizadas, a Sociolinguística Variacionista busca descrever a língua em uso, reconhecendo a variação, entendendo-a como uma característica inerente das línguas, podendo ser descrita e analisada. O trabalho do sociolinguista, portanto, é pesquisar, entender e identificar em que situação um grupo de indivíduos emprega uma ou outra variante, buscando identificar os parâmetros que regulam seu uso.

Particularmente nesta pesquisa, reconhecemos a ocorrência de uma variação entre a CT [SN + Pron. Anaf. + Verbo] e a estrutura [SN + Verbo], que é passível de sistematização, uma vez que tanto as CTs como a ordem SVO representam duas formas que alternam em diferentes situações. Isso pôde ser observado em gêneros a que habitualmente estamos expostos, como sermões religiosos, entrevistas televisivas e aulas expositivas. Assim, descrevemos e sistematizamos a seguinte variável linguística: a construção [SN + Pron. Anaf. + Verbo] alternando com [SN + Verbo]. Verificamos, dessa forma, em que situação os falantes tendem a empregar uma ou outra variante. Apresentamos a variável a seguir, com exemplos extraídos de amostra do gênero “sermão” (domínio religioso):⁸

- 3) “que **os pregadores de mãos cheias** *eles* **produzem** frutos verdadeiros.” (SR 3) [SN + Pron. Anaf. + Verbo]
- 4) “**Os pregadores de mãos cheias não são** pregadores de vento.” (SR 3) [SN + Verbo]

Nos exemplos acima, temos o SN “os pregadores de mãos cheias” sendo utilizado pelo mesmo falante, durante um sermão religioso, em contextos semelhantes (ambos seguidos de um verbo no tempo presente). Ocorre variação, pois representam duas formas usadas uma ao lado da outra na língua sem a verificação de mudança no significado básico.

Vejamos os exemplos a seguir, extraídos do gênero “aula”:

- 5) “Mas, em princípio, **o lado direito** *ele* **vai ser** fundamental para você aprender coisas novas...” (AE 1) [SN + Pron. Anaf. + Verbo]
- 6) “O lado direito não. **O lado direito** é o lado das conjecturas, é o lado do pensamento propriamente dito.” (AE 1) [SN + Verbo]

⁸ Os exemplos representantes das variantes são sempre apresentados em pares.

No exemplo (5), observa-se a estrutura em foco, em que o pronome “ele” aparece logo após o SN “o lado direito”. No exemplo (6), há a utilização da estrutura [SN + V]. Nos dois casos, ambas as orações são independentes e os SNs aparecem em contextos bem semelhantes, sendo, inclusive, seguidos pelo mesmo verbo (“ser”). Foram realizadas pelo mesmo falante num curto espaço de tempo: o primeiro exemplo ocorreu aos 03 minutos e 29 segundos (03m29s) e o segundo ocorreu aos 03m50s da aula em curso.

Verificam-se as mesmas características nos conjuntos de pares a seguir, todos realizados em contextos semelhantes, apresentando muitos traços em comum: são produzidas pelo mesmo falante (num curto espaço de tempo); são orações iniciais; algumas apresentam até o mesmo verbo.

- 7) “E a nação brasileira *ela* tem que ser uma nação cuja, cujo Deus é o Senhor.” (SR 2)
- 8) “E a nação brasileira não pode se tornar uma nação marxista.” (SR 2)
- 9) “A compulsão por compras *ela* é uma compulsão...” (ET 1)
- 10) “A compulsão por compras é uma compulsão...”. (ET 1)
- 11) “O cérebro, como máquina, *ele* tem que ser tratado de forma que você entenda em que momento...” (AE 1)
- 12) “O cérebro tem toda uma técnica, uma necessidade para que ele funcione melhor...” (AE 1)

Tais exemplos nos permitiram considerar essas estruturas como um caso de variação, reconhecendo uma equivalência semântica básica entre as variantes e fazendo uso de algumas variáveis semânticas e discursivas para controlar os matizes significativos.

Reflexões norteadoras sobre os gêneros sermão religioso, entrevista televisiva e aulas expositivas

Buscamos, no âmbito da Análise de Gêneros, os fundamentos para o trabalho que desenvolvemos em nossa pesquisa.

Em primeiro lugar, diante da variedade de nomenclatura existente na literatura sobre gêneros, em que podemos ter “gêneros textuais”, “gêneros discursivos” ou “gêneros textuais-discursivos”, justificamos a nomenclatura que escolhemos utilizar em nossa análise. Optamos por usar indistintamente a nomenclatura

gêneros textuais-discursivos. Da mesma forma que Rojo (2005),⁹ acreditamos que ao enunciarmos uma ou outra, estamos tratando os gêneros de maneira semelhante. Na verdade, olhando para os gêneros como situações comunicativas, pode-se dizer que este trabalho valoriza a “síntese brasileira”, que sugere que “as tradições de gêneros sociológicas e retóricas não precisam ser incompatíveis com as tradições linguísticas e, quando interconectadas, essas tradições podem oferecer uma rica visão do funcionamento dos gêneros e de como podem ser ensinados em diversos níveis” (BAWARSHI; REIFF, 2013, p. 101). Assim, não fazemos distinção entre as formas de tratamento existentes.

Os trabalhos de Bazerman, Swales e Ochs trazem contribuições significativas aos estudos dos gêneros textuais-discursivos.

Para Bazerman (2005), os diversos aspectos dos gêneros textuais-discursivos referem-se, principalmente, à noção de fato social, entendido como “aquilo em que as pessoas acreditam e passam a tomar como se fossem verdade, agindo de acordo com essa crença”. A partir dessa perspectiva, que entende a linguagem em seu contexto social, olhamos para os gêneros não “como modelos estanques nem como estruturas rígidas, mas como formas culturais e cognitivas de ação social corporificadas na linguagem, [...] gêneros como entidades dinâmicas”, (MILLER, 1984) para discutir a estrutura [SN + Pron. Anaf. + Verbo].

Por sua vez, em sua proposta sociorretórica para o estudo de gêneros textuais-discursivos, Swales (1990, 2001) formula uma definição própria, apontando o “propósito comunicativo” como a característica mais importante dos gêneros, uma vez que compreende que estes têm a função de realizar um ou mais objetivos. O autor admite que, às vezes, é difícil estabelecer um único propósito comunicativo, pois este pode não vir manifesto ou por haver conjuntos de propósitos comunicativos. Ainda assim, Swales defende que o propósito comunicativo é o critério mais importante para se caracterizar o gênero, pois determina uma ação e é vinculado ao poder:

Um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos exemplares compartilham os mesmos propósitos comunicativos. [...] O propósito comunicativo é o

⁹ Segundo Rojo (2005), a vertente dos **gêneros discursivos** centrava-se no estudo das situações de produção dos enunciados ou textos e em seus aspectos sócio-históricos. Por sua vez, a vertente dos **gêneros textuais**, centrava-se na descrição da materialidade textual. Contudo, muitas vezes, recorriam-se aos mesmos autores e essa busca em comum já apontava para o fato de que: “embora os trabalhos adotassem vias metodológicas diversas para o tratamento dos gêneros [...] todos acabavam por fazer descrições de ‘gêneros’, de enunciados ou de textos pertencentes ao gênero.” (2005, p. 185-186).

critério que é privilegiado e que faz com que o escopo do gênero se mantenha focado estreitamente em determinada ação retórica compatível com o gênero. (SWALES, 1990, p. 58).

Swales (2001), ao revisar o conceito de propósito comunicativo, apresenta-o, não como o parâmetro principal que define o gênero, mas como uma parte de um conjunto de elementos, aquele item que é considerado essencial quando a análise de um gênero requer uma reavaliação. Se outros elementos (como conteúdo, experiências da comunidade e traços do gênero) não são suficientes para caracterizá-lo, o propósito comunicativo funciona como critério fundamental de identificação. Mais adiante, quando discutimos cada gênero em particular, aplicamos esta proposta para mostrar que cada um dos gêneros aqui analisados pode ser diferenciado a partir do propósito comunicativo.

Ochs (1979) também apresenta um aspecto muito relevante ao trabalho com gêneros: o nível de planejamento. Em seu trabalho a autora apresenta as seguintes definições (1979, p. 55):¹⁰

- I. Discurso não planejado é o discurso em que há a ausência de premeditação e preparação organizacional;
- II. Discurso planejado é o discurso em que há premeditação e é organizado (preparado) previamente.

A própria autora observa que essas definições caracterizam formulações extremas do conceito de planejamento; muitos dos discursos encontrados em comunicações no dia a dia não se encaixam em nenhum desses extremos, pois produzimos e percebemos discursos que são relativamente não planejados ou relativamente planejados (semiplanejados).

Entendemos que os gêneros com os quais trabalhamos (sermões religiosos, entrevistas televisivas e aulas expositivas) são instâncias da língua falada que têm certo planejamento prévio, ou seja, trata-se de um discurso semiplanejado.

Os três gêneros discursivos explorados neste trabalho são gêneros de uso corrente que estão presentes em situações com as quais lidamos no nosso dia a dia. São gêneros em que a palavra falada assume papel fundamental. Durante observações iniciais, a alta ocorrência da estrutura [SN + Pron. Anaf. + Verbo] nesses gêneros chamou a nossa atenção. Assim, nossa proposta foi analisar essa

¹⁰ **Unplanned discourse:** “discourse that lacks forethought and organizational preparation”; **planned discourse:** “discourse that has been thought and organized (designed) prior to its expression.”

estrutura nesses três gêneros, observando, principalmente, a função discursiva desempenhada pelo pronome anafórico.

Além das relevantes contribuições aos estudos de gêneros acima apresentadas, também gostaríamos de destacar outros dois estudiosos dos gêneros textuais-discursivos, com suas respectivas linhas teóricas, a saber: Bakhtin (2003), que segue uma perspectiva sócio-histórica e dialógica; e Marcuschi (2008), que congrega várias abordagens à análise dos gêneros.

Bakhtin (2003) estende a discussão dos gêneros além da fronteira da literatura. O autor prioriza o estudo da natureza do enunciado e a diversidade de situações de comunicação. Estudar o enunciado como unidade real da comunicação discursiva ajudará na compreensão das palavras e das orações. Bakhtin defende também que a intenção discursiva do falante se realiza antes de tudo na escolha de um certo gênero de discurso, o que ele define como tipos relativamente estáveis de enunciados: “Nós assimilamos as formas da língua somente nas formas das enunciações e justamente com essas formas. As formas da língua e as formas típicas dos enunciados, isto é, os gêneros do discurso, chegam à nossa experiência e à nossa consciência em conjunto e estreitamente vinculadas.” (2003, p. 282-283).

Segundo Bakhtin, três elementos estão ligados ao gênero como um todo: o *conteúdo temático* (o que se pode dizer: os temas, os assuntos); o *estilo* (a escolha dos recursos linguísticos do gênero, ora relacionados a questões individuais, ora a questões de registro, mostrando maior ou menor grau de formalidade); e a *construção composicional* (formas de organização textual, como um gênero começa ou acaba, observando-se os tipos textuais). Para o autor, tais elementos “estão indissolúvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação”. (*op. cit.*, p. 262).

Além disso, o autor destaca o que chama de dialogismo. Segundo ele, “O enunciado é pleno de tonalidades dialógicas” (BAKHTIN, 2003, p. 298). Todo enunciado sempre se relaciona de uma forma ou de outra aos enunciados do outro, que o antecederam. E isso se torna um traço essencial do enunciado: seu direcionamento a alguém.

Todas essas colocações do autor contribuem para a sua caracterização dos gêneros como tipos relativamente estáveis de enunciados, bem como para a sua tese de que a escolha de um determinado gênero é determinada por considerações temáticas, pela situação concreta de comunicação discursiva e pela composição pessoal de seus participantes.

Além de Bakhtin, consideramos, também, a abordagem de Marcuschi (2008), que distingue os conceitos de “tipo textual”, “gênero textual” e “domínio discursivo”. O tipo textual seria uma espécie de construção teórica, o que conhecemos como narração, argumentação e descrição, por exemplo. Podemos aqui mencionar o trabalho de Paredes Silva (2010) quanto à caracterização de tipo textual. Segundo a autora,

entendemos os *tipos textuais* como estruturas disponíveis na língua, com marcas linguísticas específicas, identificadas principalmente com base no sistema de tempo/aspecto/modo do verbo, e ainda na centração em determinada pessoa do discurso (1ª, 2ª, e 3ª), na tendência semântica a predicados de natureza mais verbal ou nominal, à ordenação predominantemente lógica ou cronológica, entre outros aspectos. (*op. cit.*, p. 485-486).

Já o gênero textual, para Marcuschi, corresponde aos textos situados sócio-historicamente, que encontramos em nossa vida diária, como um telefonema, uma carta pessoal, um bilhete, entre outros. Por fim, o domínio discursivo seria, citando Bakhtin (2003), uma “esfera da atividade humana”, indicando instâncias discursivas, como discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso etc. Ainda tomando Bakhtin (2003) como referência, Marcuschi defende tais posições, admitindo que todas as atividades humanas estão relacionadas ao uso da língua, concretizando-se através de enunciados. Daí a importância de se relacionar o gênero do discurso com as atividades humanas.

Em nosso estudo, consideramos igualmente que um domínio discursivo dá origem a vários gêneros. Os três domínios com que trabalhamos, em particular, foram: o religioso, o jornalístico e o acadêmico.

Apresentamos um quadro resumido de Marcuschi (2008, p. 194-195). Observe-se que os destaques referem-se à modalidade, ao domínio e ao gênero com que trabalhamos.

MODALIDADES DE USO DA LÍNGUA		
Domínios discursivos	Escrita	Oralidade
Científico, acadêmico e educacional	Artigos científicos; verbetes de enciclopédia; relatórios científicos	Aulas ; conferências; debates; discussões
Jornalístico	Editoriais, notícias; reportagens	Entrevistas televisivas ; notícias de rádio; boletim do tempo
Religioso	Orações; rezas; catecismo	Sermões ; confissão; cantorias
Saúde	Receita médica; bula de remédio; parecer médico	Consulta; entrevista médica; conselho médico
Comercial	Rótulo; nota de venda; fatura	Publicidade de feira; publicidade de TV; publicidade de rádio
Industrial	Instruções de montagem; descrição de obras; avisos	Ordens
Jurídico	Contratos; leis; regimentos	Arguição; depoimento; ordem de prisão

Quadro 1 – Gêneros textuais-discursivos por domínios discursivos e modalidades

Marcuschi faz tal separação, na qual certos gêneros são agrupados sob o mesmo domínio discursivo, levando em consideração que os mesmos agregam uma prática discursiva em comum. Contudo, podemos observar que alguns gêneros, mesmo sob o mesmo domínio, apresentam suas próprias características. Por exemplo, no âmbito do domínio jornalístico, nas entrevistas televisivas, espera-se ouvir a opinião de alguém sobre algo; um boletim meteorológico, por sua vez, tem uma natureza mais informativa, sem margem para opinião.

A seguir veremos uma breve caracterização dos gêneros sermão religioso, entrevista televisiva e aula expositiva, segundo a apresentação bakhtiniana sobre *conteúdo temático, estilo e construção composicional*.

O gênero do domínio religioso: o sermão

O sermão pode ser caracterizado como um discurso oral, feito por um membro de uma instituição religiosa, geralmente sustentando uma crença, lei ou comportamento. Os elementos de um sermão incluem exposição, exortação e aplicação prática.

No que se refere ao seu *conteúdo temático*, os sermões apresentam como característica principal temas de cunho bíblico, teológico, religioso ou moral. Comentários de leituras/textos bíblicos como fonte também são realizados. No exemplo apresentado a seguir, o tema é o sofrimento como meio de se chegar a algum lugar, sem ser visto de uma maneira vã.

“O sofrimento figura na vida humana como uma das realidades mais recorrentes, causa de muitos dizeres, volto a dizer, causa de muito pensar, causa de muita reflexão. O sofrimento sempre foi um tema, uma realidade que nos fez pensar... [...] Aquele momento que antecede o Calvário, aquele momento de angústia suprema, em que Ele, em que Ele nos revela, que a **dor ela** é comum em todos os lugares...”

(SR 2. Tema: “O sofrimento é porta”)

Quanto ao *estilo*, os sermões apresentam certo grau de formalidade, uma vez que são realizados para um público dentro de uma igreja, local em que, geralmente, espera-se um comportamento de respeito e atenção/reverência. O preletor tenta, também, prender a atenção do ouvinte para alcançar o seu objetivo, que é o de persuadi-lo a seguir suas orientações, por ser o porta-voz de um poder superior. Para tanto, às vezes, diminui o grau de formalidade. Geralmente, não há interlocuções.

Já no tocante à *estrutura composicional*, podemos ter narrações, descrições e argumentações, de acordo com o tema abordado.

O gênero do domínio jornalístico: a entrevista televisiva

Uma entrevista televisiva é uma alternância de turnos entre duas ou mais pessoas, geralmente, entrevistador e entrevistado(s), em que perguntas são feitas pelo entrevistador de modo a obter informação necessária por parte do(s) entrevistado(s). A entrevista televisiva, de modo geral, pode ser vista por duas perspectivas: por um lado, há uma pessoa apresentando seu ponto de vista; por outro, há duas ou mais pessoas que se envolvem num jogo interacional no qual podem ser disputados pontos de vista entre os participantes. Contudo, o foco principal centra-se na figura do(s) entrevistado(s).

Quanto ao seu *conteúdo temático*, as entrevistas televisivas podem variar bastante. Entretanto, se unificam no ponto em que, geralmente, tratam de temas polêmicos, atuais da sociedade e/ou de conhecimento geral. No exemplo a seguir, o tema é aposentadoria.

Entrevistador: “Pra gente ter uma ideia da situação atual, existe muita diferença no pagamento da aposentadoria pra iniciativa privada e pro serviço público?”

Entrevistada: “Sim, a diferença é significativa, porque na iniciativa privada **o trabalhador ele está** limitado ao teto do regime geral, que é de R\$3.916,00 e no serviço público não é essa limitação. Então, o, **o Estado ele tem que bancar** uma aposentadoria que é quase paritária com o salário do servidor na ativa, que sai bastante caro.”

(ET 3. Tema: “Gestão Pública”).

Quanto ao *estilo*, as entrevistas televisivas podem ser marcadas por um certo tom de formalidade, uma vez que o(s) entrevistado(s) fala(m) diante de uma câmera e espera-se que se expressem dentro da norma padrão da língua.

Quanto à *estrutura composicional*, esse gênero pode apresentar várias características, além da existente por natureza, que é a presença de diálogo. No exemplo acima, temos, principalmente, a resposta a um questionamento, em que a entrevistada fornece esclarecimentos sobre um assunto.

O gênero do domínio acadêmico: a aula expositiva

Como já vimos, Marcuschi (2008) considera a aula expositiva como parte integrante dos gêneros textuais-discursivos. A aula expositiva pode ser entendida como uma apresentação sobre determinada área de conhecimento e que segue um roteiro preestabelecido pelo professor.

No que se refere ao seu *conteúdo temático*, as aulas podem apresentar temas diversos, segundo a disciplina. No exemplo apresentado a seguir, o tema são técnicas de memorização.

“Olá, aluno do pré-militar virtual, tudo bem com você? Eu sou o professor Fábio Azevedo e hoje nós vamos falar de um assunto muito importante nessa sua caminhada até a aprovação no concurso pré-militar, nós vamos falar sobre a máquina que faz você passar efetivamente, que é o seu cérebro, **o cérebro**, como máquina, **ele tem que ser tratado** de forma que você entenda em que momento ele descansa...”

(AE 1. Tema: “Técnicas de Memorização”.)

Quanto ao *estilo*, as aulas apresentam graus distintos de formalidade, uma vez que são realizadas para pessoas distintas de acordo com o local e com o público-alvo. Uma aula universitária, possivelmente, terá um grau maior de formalidade do que uma aula numa escola secundária, por exemplo. O professor tenta, também, de acordo com os seus ouvintes, utilizar diferentes estratégias para alcançar o seu objetivo, que é o de transmitir um conteúdo de maneira mais atrativa, diminuindo um pouco, assim, o grau de formalidade.

Já no tocante à *estrutura composicional*, podemos ter narrações, descrições e argumentações de acordo com o tema abordado.

Diante dessa caracterização dos três gêneros em questão, apresentamos o Quadro 2, fazendo uma junção de Swales (2001) e Bakhtin (2003).

Gêneros textuais-discursivos	Conteúdo temático	Estilo	Estrutura composicional	Propósito comunicativo (SWALES, 2001)
Sermão (discurso religioso)	Temas de cunho bíblico, teológico, religioso ou moral	Formal, semiformal	Sequências narrativa, descritiva, com predominância da argumentativa	Proporcionar reflexões; ser persuasivo; obter adesão dos ouvintes
Entrevista televisiva (domínio jornalístico)	Temas diversos: atuais da sociedade e/ou polêmicos e/ou de conhecimento geral	Formal, semiformal	Sequências narrativa, descritiva, argumentativa, com predominância da dialogal	Fornecer informações e/ou declarações que validem informações ou relatos de situações vividas; emitir opinião
Aula (domínio acadêmico)	Temas diversos, segundo a disciplina	Informal, ¹¹ semiformal	Sequências narrativa, descritiva, argumentativa, com predominância da expositiva	Transmitir conteúdos e conhecimentos

Quadro 2 – Caracterização dos gêneros textuais-discursivos por Swales e Bakhtin

Metodologia

Os dados utilizados nesta pesquisa provêm de amostras atuais de fala (a partir de 2010), divulgadas pela internet, através do site YouTube, e por mim coletados e transcritos, em diferentes eventos comunicativos, distribuídos segundo a classificação discursiva de Marcuschi (2008): domínio religioso (sermão); domínio jornalístico (entrevista televisiva); e domínio acadêmico (aula expositiva). Os dados caracterizam-se por serem dados não elicitados, produzidos em situações reais de comunicação. São instâncias da língua falada que têm certo planejamento prévio, ou seja, trata-se de um discurso semiplanejado (OCHS, 1979) – no que se refere à temática.

Para melhor distribuição e organização dos dados, algumas estratégias foram adotadas. Dentre elas está o modo da escolha dos dados. Decidimos selecionar, primeiro, o mesmo quantitativo de construções de tópico marcado para cada gênero em questão e, depois, fazer o somatório de horas. Selecionamos 90 dados com a estrutura [SN + Pron. Anaf. + Verbo], que nos serviram de ponto de referência, em cada gênero, o que resultou no seguinte somatório de horas:¹²

- I. Sermões: aproximadamente 15 horas de gravações;
- II. Entrevistas: aproximadamente 10 horas de gravações;
- III. Aulas: aproximadamente 6 horas de gravações.

¹¹ O nível de informalidade dessas aulas pode ser medido, por exemplo, através do uso de formas reduzidas: “tá”, “pra”.

¹² Esse quantitativo já nos dá um primeiro indicio de tendências de acordo com os gêneros.

Para a compreensão do texto oral produzido, buscamos identificar as estratégias utilizadas pelos falantes que podem influenciar a ocorrência do fenômeno em estudo.

Reconhecendo, então, que a inserção do pronome após um SN tem se apresentado como um traço presente na fala atual do português brasileiro, e partindo da hipótese central de que esse pronome anafórico desempenha uma função discursiva, formulamos algumas hipóteses em relação à sua ocorrência, a saber:

- I. a presença de material interveniente entre o SN e o verbo seria um propulsor da construção de tópico;
- II. o status informacional do SN poderia favorecer o uso do pronome;
- III. a retomada do referente cuja função sintática anterior era distinta poderia motivar a presença de pronome anafórico.

Para a análise dos dados do fenômeno, na perspectiva variacionista, utilizamos o pacote de programas estatísticos GoldVarb (versão X), que realiza uma contagem das ocorrências, o cálculo das percentagens de aplicação para os fatores linguísticos formulados e o peso relativo de cada um deles, segundo as hipóteses formuladas.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apresentamos, a seguir, alguns dos resultados mais relevantes à nossa pesquisa, obtidos através da análise dos grupos de fatores derivados das hipóteses levantadas. Para tanto, mostraremos o fator mais significativo para cada gênero em particular, fazendo comparações e discutindo algumas questões que consideramos relevantes. Tais grupos foram propostos tendo em vista nossa perspectiva de que o uso da construção tem motivação discursiva, verificando como eles contribuem para o desenvolvimento das ideias durante o discurso.

Identificamos, em nosso corpus, 966 ocorrências do fenômeno variável, como pode ser observado na tabela a seguir:

Variantes	Apl/Total	%
SN + Pron. Anaf. + Verbo	270/966	28
SN + Verbo	696/966	72
Total	966/966	100

Tabela 1 – Distribuição das variantes nos três gêneros

Antes de falarmos sobre os dados acima distribuídos em cada gênero, faz-se interessante apresentar o resultado encontrado ao considerar o gênero como um grupo de fatores. Nosso objetivo com esse grupo foi o de verificar se um dos três gêneros analisados poderia constituir um contexto mais favorecedor para a ocorrência da estrutura [SN + Pron. Anaf. + Verbo], observando até que ponto características específicas de cada gênero poderiam propiciar a ocorrência desse fenômeno. Eis na tabela os resultados encontrados e apresentados em forma de gráfico:

Fatores	Apl/T	%	PR
Gênero Sermão Religioso	90/447	20.1	0.39
Gênero Entrevista Televisiva	90/292	30.8	0.49
Gênero Aula Expositiva	90/227	39.6	0.70
Total	270/966	28	

Tabela 2 – Uso de DEs em relação ao Gênero Discursivo

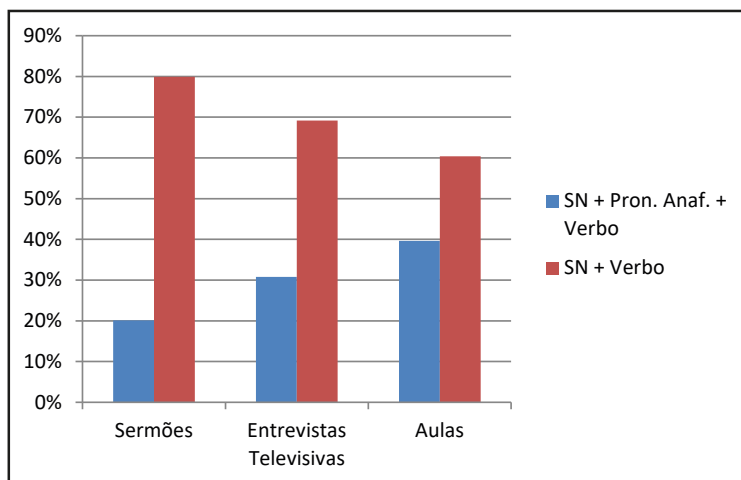


Gráfico 1 – Uso de DEs em relação ao Gênero Discursivo.

A princípio, os três gêneros se assemelham por apresentarem um planejamento prévio de conteúdo, principalmente os sermões e as aulas, mas sem haver um controle no momento da produção oral, caracterizando uma fala relativamente pouco monitorada quanto à estrutura sintática propriamente dita.

Segundo os resultados acima, o gênero aula apresenta-se como o discurso mais favorecedor para a ocorrência de DEs, confirmando o indicativo na apresentação da metodologia. A seguir, ao mostrarmos os resultados específicos para cada gênero, voltamos a este resultado, apontando possíveis explicações para esse indicativo.

O gênero sermão religioso

Mostram-se, a seguir, os resultados específicos para o gênero sermão. Identificamos, nesse corpus, 447 contextos possíveis de variação, como pode ser observado na tabela a seguir. Nesses contextos, apenas 20% dos SNs foram retomados pelo pronome.

Variantes	Apl/Total	%
SN + Pron. Anaf. + Verbo	90/447	20.1
SN + Verbo	357/447	79.9
Total	447/447	100

Tabela 3 – Distribuição das variantes no gênero Sermão

Na análise dos 20% de estruturas [SN + Pron. Anaf. + Verbo] encontrados no gênero sermão, o grupo selecionado como mais relevante foi “presença/ausência de material interveniente”. Segue uma apresentação desse grupo e a tabela que representa os números encontrados para esse grupo e algumas observações.

Esse grupo de fatores tem sido utilizado por vários autores para verificar sua influência na realização das Construções de Tópico. Braga (1987) e Belford (2006) apontaram para a relevância da interposição de elementos entre o SN e o verbo.

Verificamos nesse grupo se a presença de material interveniente entre o SN e o Verbo favoreceria a ocorrência do pronome anafórico. Propusemos dois fatores, adaptando o trabalho de Braga (1987), que apresenta e caracteriza o material interveniente:

- a) Presença de material interveniente entre o SN e o Verbo
- b) Ausência de material interveniente entre o SN e o Verbo

No que se refere a essa variável, vemos os resultados a seguir.

Fatores	Apl/T	%	PR
Presença de Material Interveniente	39/60	65.0	0.92
Ausência de Material Interveniente	51/387	13.2	0.40
Total	90/447	20.1	

Tabela 4 – Uso de DEs em relação à Presença ou Ausência de Material Interveniente em Sermões

Tais resultados indicam que a presença de material interveniente entre o SN e o verbo favorece o aparecimento de um pronome anafórico, apresentando-se

altamente significativo (0.92) no gênero sermão. Isso pode ser explicado devido ao uso de vocativos, exemplificado a seguir:

13) “**Os atletas, minha gente, eles trabalham** sempre para superar...” (SR 1)

14) “**A Bíblia, meus irmãos, ela** é nossa única regra de fé e conduta.” (SR 7)

Possivelmente, essa característica constante do preletor de um sermão, referindo-se ao público presente na igreja, pode ter contribuído para essa maior polarização dos resultados.

Observamos, assim, que a interposição de material entre o SN e o verbo representa uma quebra de continuidade, podendo afetar a boa compreensão do discurso. O falante, então, utiliza o pronome como um lembrete do referente para evitar qualquer falha na comunicação.

O gênero entrevista televisiva

Identificamos, nesse corpus, 292 contextos possíveis para o fenômeno variável, como pode ser observado na tabela a seguir. Aqui o percentual de SNs com a retomada anafórica sobe de 20% (nos sermões) para 30.8%.

Como já era esperado, por ser o gênero que apresenta características mais peculiares com relação aos outros (vide a sequência dialogal), a entrevista televisiva apresentou alguns resultados bem característicos.

Variantes	Apl/Total	%
SN + Pron. Anaf. + Verbo	90/292	30.8
SN + Verbo	202/292	69.2
Total	292/292	100

Tabela 5 – Distribuição das variantes no gênero Entrevista Televisiva

O grupo mais relevante na seleção das variáveis independentes pelo Gold-Varb X no gênero entrevista televisiva foi “status informacional do SN”.

Veja-se uma explanação sobre o grupo de fatores selecionado e a tabela com os resultados desse grupo para o gênero entrevista televisiva.

A hipótese que levantamos é a de que a estrutura [SN + Pron. Anaf. + Verbo] tenderia a envolver mais entidades evocadas (velhas) que entidades inferíveis e, excepcionalmente, entidades novas. Assim, esse grupo é composto de 3 fatores:

- a) Entidades Evocadas: estamos considerando um elemento evocado o mesmo item léxico que é mencionado anteriormente no discurso;
- b) Entidades Inferíveis: pode-se inferir o SN pelo contexto;
- c) Entidades Novas: o SN é introduzido, sem nenhuma referência anterior, é produzido sem nenhuma menção prévia no discurso.

Na amostra particular do gênero entrevista televisiva, obtivemos os seguintes resultados:

Fatores	Apl/T	%	PR
Evocado	69/156	44.2	0.64
Inferível	21/132	15.9	0.33
Novo	0/4	0.0	
Total	90/292	30.8	

Tabela 6 – Uso de DEs em relação ao Status Informacional do SN em Entrevistas Televisivas

Convém destacar que esse grupo foi selecionado somente no gênero entrevista e destacou-se como o mais relevante. Acreditamos que essa seleção possa ser explicada pelo fato de a entrevista constituir-se um ambiente propício para a produção de entidades evocadas. Belford (2006), em seu trabalho com entrevistas sociolinguísticas, sentiu necessidade de distinguir dois subtipos de entidades velhas: as velhas “engatilhadas”¹³ (que são provenientes da interação do entrevistador com o falante); e as velhas, que são encontradas no discurso do próprio falante. Nesta pesquisa, não fizemos tal subdivisão, mas o SN como “gatilho” pode ser visto como segue:

- 15) Entrevistador: “Bom, primeiramente, vamos entender qual que é a importância de ser ter um **código** de trânsito brasileiro.”
Entrevistado: “Bem, **nosso código ele** é muito antigo, né?” (ET 11)
- 16) Entrevistador: “Como é que vai funcionar **a Fundação** da Previdência Complementar do Servidor Público?”

¹³ Os termos “engatilhadas” e “gatilho” compõem a variada nomenclatura do princípio do paralelismo linguístico, proposto por Scherre (1998), que pode ser entendido como a repetição das variantes de uma mesma variável dependente no discurso. Essa repetição da mesma forma linguística tem se constituído um fator importante na análise variacionista de diversos fenômenos.

Entrevistado: “**A Fundação ela** é uma instituição pública de direito privado...” (ET 9)

Nos exemplos acima, percebe-se que, nos dois momentos, a fala do entrevistado serve de “gatilho” para a fala do informante. O pronome anafórico apareceu, hierarquicamente, junto a entidades evocadas e inferíveis. Essa hierarquia foi atestada, também, por Braga (1987).

O gênero aula expositiva

Identificamos, nesse corpus, 227 contextos possíveis de variação, como pode ser observado na tabela a seguir. Enquanto nos sermões e nas entrevistas, tivemos um percentual de 20 e 30%, respectivamente, esse valor sobe, no gênero aula, para quase 40%.

Variantes	Apl/Total	%
SN + Pron. Anaf. + Verbo	90/227	39.6
SN + Verbo	137/227	60.4
Total	227/227	100

Tabela 7 – Distribuição das variantes no gênero aula expositiva

Como já observado nos resultados para o grupo “gêneros discursivos”, o gênero aula foi o que mais propiciou a ocorrência de DEs. Talvez as características peculiares desse gênero, referentes ao seu estilo mais informal e ao seu propósito comunicativo, que é o de transmitir conteúdos e conhecimentos, contribuam para esse favorecimento, uma vez que essas características levam a uma constante reiteração de elementos e à repetição de itens que acabam sendo retomados através do pronome. A forma como as aulas são gravadas para a exposição na internet, havendo preocupação com a clareza para ficarem mais acessíveis ao ouvinte, também pode contribuir para o uso de repetições. Veja-se o seguinte trecho de uma aula:

- 17) Por exemplo, o lado da fala é o **lado esquerdo**. **O lado esquerdo ele fala**, ele pronuncia a fala. **O lado esquerdo ele repete** o que cotidianamente estamos acostumados a falar, ou a saber ou a executar. (AE 1)

No gênero aula expositiva, o grupo de fatores mais relevante foi “mudança/permanência de função”.

Para esse grupo selecionado no gênero aula, a hipótese levantada é a de que, quando o SN aparece em uma função sintática diferente de sua menção anterior no discurso, o pronome tende a aparecer.¹⁴ Esse grupo foi formado por dois fatores:

- a) Mudança de função (geralmente um objeto que passa a sujeito);
- b) Permanência de função.

Eis os resultados encontrados para esse grupo de fatores no gênero sermão. Veja-se a tabela a seguir.

Fatores	Apl/T	%	PR
Mudança de função	48/81	59.3	0.66
Permanência de função	32/86	37.2	0.34
Total	80/167	47.9	

Tabela 8 – Uso de DEs em relação à Mudança ou Permanência de função do SN em Aulas

Como se verifica, o grupo “Mudança ou permanência de função sintática do SN” apresentou relevância na seleção da variante no tocante ao gênero aula expositiva, correlacionado ao fenômeno em estudo. Também reitera a função discursiva do pronome em retomar um elemento que troca de papel na oração, mudando para a função de tópico.

Convém destacar que, devido ao propósito comunicativo do gênero aula expositiva, que é transmitir conteúdos e conhecimentos (cf. SWALES, 2001), a repetição é uma tática muito comum para que haja fixação. Essa repetição pode levar um elemento a mudar seu papel sintático quando passa a ser tópico e ganha posição de destaque no discurso:

- 18) “Você tem que ler **as orientações curriculares**.” (AE 4) (objeto direto)
- 19) “**As orientações curriculares**, então, **elas** têm uma forma bastante interessante, eu diria...” (AE 4) (sujeito)

Verificar que a mudança de função representa um fator importante para o favorecimento do pronome anafórico vem corroborar seu papel discursivo. Ao

¹⁴ Cabe ressaltar que, para esse grupo de fatores, foram observados apenas os elementos “velhos”, presentes textualmente, pois não há como observar se houve mudança ou não de função de um elemento inferível.

destacar o elemento que vai se tornar o tópico, o pronome anafórico exerce um papel altamente funcional. Essa troca de papéis, em que o SN é levado à posição de tópico na frase, é marcada pelo pronome, geralmente, retomando uma ideia já apresentada no discurso.

Paredes Silva (2003), em sua pesquisa sobre o uso do pronome sujeito de primeira e terceira pessoa, propõe uma escala de conexão discursiva composta por sete níveis. O grau 6 refere-se à mudança de função, que tende a provocar um maior número de sujeitos explícitos.

Após a observação dos dados em cada gênero em particular, algumas observações gerais podem ser feitas. A entrevista televisiva foi o gênero que apresentou resultados mais peculiares, como ter sido o único a selecionar o grupo status informacional com maior relevância. Acreditamos que isso se deva principalmente à sua estrutura composicional (sequência dialogal).

O fator “mudança de função sintática” destacou-se nas aulas, contexto em que a repetição funciona como elemento propiciador para que um referente mude seu papel sintático, ganhando posição de destaque no discurso.

Por fim, o gênero aula mostrou-se como o gênero mais favorecedor da ocorrência da estrutura [SN + Pron. Anaf. + Verbo], principalmente, como nos parece, por seu estilo e estrutura composicional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados da nossa pesquisa, podemos tecer algumas considerações sobre o uso da estrutura [SN + Pronome Anafórico + Verbo] em alguns gêneros do português brasileiro, muito comuns no nosso dia a dia.

Nosso trabalho, norteado por uma análise funcionalista, associada à perspectiva teórico-metodológica da Sociolinguística Variacionista e a alguns estudos da Análise de Gêneros, baseou-se em um corpus constituído por sermões religiosos, entrevistas televisivas e aulas expositivas, selecionados a partir do ano de 2010, através do YouTube.

Com o objetivo de evidenciar o papel discursivo que o pronome anafórico exerce ao retomar o SN, formulamos hipóteses de natureza comunicativo-funcional, gramatical e semântica. Antes de mais nada, pode-se pensar que o pronome exerça o papel de servir como um “lembrete”, contribuindo para a melhor compreensão do discurso, em circunstâncias em que a relação entre o SN e o verbo seja intermediada por elementos intervenientes. De fato, confirmando a nossa hipótese, na análise dos três gêneros, a presença de material interveniente

mostrou-se um ambiente favorecedor à estrutura [SN + Pron. Anaf. + Verbo], em especial no gênero sermão. Possivelmente, a alta relevância da presença de material interveniente para os sermões tenha ocorrido devido ao uso de vocativos, muito comum nesse contexto, pois é a maneira como o falante (padre, pastor) se dirige ao público (“meus irmãos”, “meus amigos”), buscando uma aproximação.

Propusemos, também, verificar se referentes textualmente evocados no discurso seriam mais propiciadores à retomada pronominal, analisando, assim, o status informacional do SN. Os percentuais encontrados para esse grupo apontam para a direção esperada: o pronome anafórico parece ser usado predominantemente junto a referentes velhos. Interessante notar que esse fator só foi selecionado para o gênero entrevista televisiva, revelando uma característica bem peculiar a esse gênero. Possivelmente, essa escolha se deve ao fato de, em sua estrutura composicional, estar presente a sequência dialogal, o que propicia a produção de entidades evocadas “engatilhadas”, ou seja, repetições idênticas (provocadas pela interação entrevistador/entrevistado).

De forma semelhante, a mudança de função sintática, ou seja, a passagem à posição de destaque de um referente que anteriormente já ocorrera, porém, em outra função, pode lançar mão do pronome para pôr em evidência esse papel. Em especial no gênero aula expositiva, esse fator foi relevante, pois esse gênero propicia o uso de repetições, o que leva à frequente troca de papéis sintáticos no discurso e, conseqüentemente, ao uso do pronome como marca dessa troca. Essa mudança mostra-se como uma condição favorecedora da retomada anafórica do sujeito, corroborando, assim, seu papel discursivo. Destacando o elemento que ocupa a posição de tópico, o pronome apresenta um papel altamente funcional.

Na análise realizada para sermões religiosos, entrevistas televisivas e aulas expositivas, este último gênero foi o ambiente mais favorecedor, em nosso corpus, para a ocorrência da estrutura em estudo. Buscamos examinar se algum dos três gêneros em estudo tenderia a ser um contexto mais favorecedor para o fenômeno. O gênero aula (.70) mostrou-se o mais favorecedor, vindo em segundo e terceiro lugares as entrevistas (.49) e os sermões (.39). Acreditamos que as características do gênero aula, no que tange ao seu propósito comunicativo e ao seu estilo (transmitir conteúdos e conhecimentos de uma maneira mais informal), e a forma como as aulas são gravadas para a exposição na internet, em que há a preocupação com a clareza para ficarem mais acessíveis ao ouvinte, contribuem para esse favorecimento. Essas características levam à reiteração de um elemento, à repetição de um item que acaba sendo retomado através do pronome.

Diante disso, a análise da estrutura [SN + Pron. Anaf. + Verbo] nos gêneros sermão religioso, entrevista televisiva e aula expositiva nos permite reforçar a ideia de que o pronome parece ocorrer para desempenhar uma função discursiva. O pronome é usado ora para evitar falhas na comunicação, provenientes de quebras de continuidade discursiva, ora para reforçar o referente destacado, e ora para marcar uma troca de papéis no discurso.

Através dessa pesquisa, pudemos observar como o falante se articula para mostrar as idas e vindas de um tema na modalidade oral. Partindo-se do reconhecimento de que qualquer texto oral está interligado a certas estratégias de comunicação, entendemos que há a necessidade, por parte do falante, de “eleger” o que vai usar do ponto de vista gramatical e discursivo. Assim, de acordo com o seu conhecimento linguístico e extralinguístico, os falantes utilizam os recursos que se apresentam para transmitir a sua mensagem. No nosso caso, o recurso em destaque é a utilização do pronome anafórico.

Trabalhar com uma perspectiva de caráter discursivo teve como objetivo verificar a correlação entre o desenvolvimento do tópico e o uso da referida construção, contribuindo para compreender a sua inserção e seu papel na organização tópica no discurso.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAWARSHI, A. S.; REIFF, M. J. Da pesquisa ao ensino: múltiplas abordagens pedagógicas para o ensino de gêneros. *In*: BAWARSHI, A. S.; REIFF, M. J. **Gênero: história, teoria, pesquisa, ensino**. São Paulo: Parábola. 2013, p. 213-227.
- BAZERMAN, C. **Reference guide to writing across the curriculum**. Indiana: Parlor Press LLC, 2005.
- BELFORD, E. M. **Topicalização de objetos e deslocamento de sujeitos na fala carioca: um estudo sociolinguístico**. Dissertação de Mestrado em Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2006.
- BELFORD, E. M. **A Estrutura [SN + pronome anafórico + verbo] nos gêneros sermão, entrevista televisiva e aula**. Tese de Doutorado em Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2016.
- BHATIA, V. K. Genre Analysis Today. **Revue Belge de Philologie et d’Histoire**, v. 75, n. 3, 1997, p. 629-652.

BRAGA, M. L. Esta dupla manifestação de sujeito, ela é condicionada linguisticamente. **Estudos Linguísticos, XIV Anais de Seminários do GEL**, Campinas, 1987, p. 106-115.

BUTLER, C. **Structure and Function: A guide to three major structural-functional theories**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2003.

CHAFE, W. Givenness, contrastiveness, definiteness, subjects and topics. *In*: LI, C. (ed.). **Subject and Topic**. Nova York: Academic Press, 1976, p. 27-55.

DUARTE, M. E. L. **A perda do princípio ‘Evite pronome’ no português brasileiro**. Tese de Doutorado. Campinas, Universidade de Campinas: IEL, 1995.

GIVÓN, Talmy. From Discourse to syntax: grammar as a processing strategy. *In*: GIVÓN, Talmy (ed.). **Syntax and semantics**, v. 12 Discourse and Syntax. Nova York: Academic Press, 1979, p. 81-112.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo. Parábola, 2008.

MILLER, C. R. Genre as social action. *In*: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (org.). **Genre and the new rhetoric**. London: Taylor & Francis 1994. p. 23-42 (Originalmente publicado em: Quarterly Journal of Speech, v. 70, p. 151-167, 1984).

OCHS, Elinor. Planned and unplanned discourse. *In*: GIVÓN, Talmy (ed.). **Syntax and semantics**, v. 12. Discourse and syntax. Nova York: Academic Press, 1979, p. 51-80.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia. Motivações funcionais no uso do sujeito pronominal: uma análise em tempo real. *In*: PAIVA, M. C. de; DUARTE, M. E. L. (orgs.). **Mudança Linguística em Tempo Real**. Contra Capa Livraria, 2003, p. 97-114.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia. Gêneros e tipos de texto: aproximações e distinções. **Diacrítica** 24/1. Braga, Ed. Universidade do Minho, 2010, p. 471-489.

PONTES, Eunice. Da importância do tópico em português. **Anais do V Encontro Nacional de Linguística**, v. 2, PUC/RJ: out. 1981. p. 397-429.

PONTES, Eunice. **O tópico no português do Brasil**. Campinas: Pontes, 1987.

PRINCE, E. F. Toward a taxonomy of given-new information. *In*: COLE, Peter (ed.). **Radical pragmatics**. Nova York: Academic Press, 1981, p. 223-254.

PRINCE, E. F. The ZPG Letter: Subjects, Definiteness and Information status. *In*: Sandra Thompson and William Mann (eds.). **Discourse Description: Diverse Analyses of a Fund-raising Text**. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 1992, p. 295-325.

ROJO, R. H. R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. *In*: MEURER, J. L., BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. Parábola: 2005, p. 184-207.

SWALES, J. M. **Genre analysis: English in academic and research settings**. Nova York: Cambridge University Press, 1990.

SWALES, J. M. **Research genres: explorations and applications**. Nova York: Cambridge University Press, 2001.

SINTAGMAS NOMINAIS COMO RÓTULOS EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO BRASIL

Gabrieli Pereira Bezerra¹

INTRODUÇÃO

O uso de sintagmas nominais inespecíficos é uma das estratégias de referência empregadas pelo produtor de um texto. Este trabalho pretende identificar e analisar sintagmas nominais não específicos que, para terem seus significados explicitados, remetem ao contexto, podendo assumir a função de conectar, sumarizar e organizar as partes do texto de diferentes extensões, ligando o que foi dito ao que será dito, contribuindo, assim, para a progressão textual. Esses SNs² são chamados por Francis (1994) de *rótulos*. Observemos o exemplo a seguir:

- 1) A escravidão estimulou **pensamentos racistas**. Os brancos olhavam para a situação dos escravos e chegavam a uma conclusão absurda: “Eles

¹ Vera, você esteve presente em anos muito especiais da minha vida e me ajudou a ser uma estudante melhor, uma professora melhor e, principalmente através das inúmeras lições de vida, uma pessoa melhor. Fica para sempre a amizade.

² A partir de agora, utilizaremos SNs por sintagmas nominais.

foram escravizados porque são seres humanos inferiores aos europeus.”
(SCHMIDT, 2003, p. 214)³

No exemplo (1), temos um rótulo prospectivo constituído de um nome-núcleo (*pensamentos*) e um modificador (*racistas*). Esse rótulo remete às informações subsequentes para que tenha seu significado devidamente compreendido, sendo também responsável por introduzir uma avaliação do produtor do texto sobre a informação-suporte.⁴

O estudo dos rótulos insere-se em uma perspectiva teórica em que o ato de referir é entendido como uma atividade do discurso, ou seja, segundo Koch (2003a, p. 79), “resultado da operação que realizamos quando, para designar, representar ou sugerir algo, usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade”.

Neste trabalho, buscamos, ao mesmo tempo, correlacionar o uso dessa estratégia à análise dos tipos textuais, pois a escolha do rótulo a ser empregado pode estar relacionada à sequência textual em que o rótulo está inserido.

Teremos, portanto, a seguir uma revisão dos conceitos teóricos, bem como algumas considerações sobre o corpus e, por fim, a análise dos rótulos, correlacionando-os aos tipos textuais presentes nos livros didáticos de História do Brasil analisados.

REVISÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Rotulação

Dentre as questões sobre a linguagem, a referência é um tema recorrente entre filósofos da linguagem, lógicos e linguistas, pelo fato de se interessarem em compreender a relação linguagem-mundo.

Para os autores funcionalistas Halliday e Hasan (1976), a referência é concebida no sentido tradicional, ou seja, como uma representação extensional de referentes do mundo extramental. A língua, portanto, nesse enfoque é vista com um mero instrumento para (de)codificar as coisas do mundo sem que o falante seja incluído, por assim dizer: as palavras funcionariam como etiquetas dos objetos do mundo.

³ Nos exemplos retirados do corpus desta pesquisa, encontra-se em negrito somente o rótulo em análise.

⁴ Apothéloz e Chanet (2003) introduzem o termo *informação-suporte*. Para os autores, o termo se refere à proposição recuperada pela operação discursiva à qual designam de nomeação.

Essa visão, embora ainda tenha defensores, principalmente entre os semanticistas, como Mounin (1971), tem sido reformulada por aqueles que veem a linguagem como uma atividade interacional (Koch, 2009, 2008, 2005, 2004, 2003a, 2003b, 2001, 1999; Marcuschi, 2008, 2001, 1999, 1998; Mondada e Dubois, 2003; Cavalcante, 2001; Zamponi, 2003), quer dizer, que entendem os referentes como construídos na interação, ou seja, como objetos de discurso. Dessa forma, a relação língua-mundo não é mais ingênua, pois é condicionada à prática social. Nem direta, porque há uma constante reorganização das etiquetas lexicais, portanto os significados não seriam nem fixos, nem estáveis. Mondada e Dubois (2003) mostram que essa instabilidade constitutiva das categorias não é um problema ou uma exceção, mas sim uma dimensão intrínseca do discurso e da cognição. Para as autoras, antes de tudo, há a instabilidade, a qual pode ser observada nas operações cognitivas, nas atividades verbais e não verbais e nas negociações da interação. No entanto, apontam que certas práticas exercem um efeito estabilizador, como a escrita.

Dentro dessa perspectiva, temos a seguinte visão de língua de Koch (2003b, p. 124): “a língua só se realiza enquanto prática social, quer dizer, os seres humanos nas suas práticas sociais usam a língua e a língua só se configura nessas práticas e é constituída nessas práticas.”.

A fim de sinalizar essa mudança de enfoque, Koch (2009, 2008, 2005, 2004, 2003a, 2003b, 2001, 1999) e Marcuschi (2008, 2001, 1999, 1998) adotam o termo *referenciação* no lugar de *referência*. Essa alteração surge a partir da necessidade de ressaltar a ideia de processo que o ato de referir caracteriza.

O uso de SNs não específicos é uma das estratégias de referenciação que Francis (1994) nomeia como rotulação. Entende-se por rótulo o SN não específico que requer uma realização lexical no seu cotexto, ou seja, é um elemento nominal que precisa ser especificado no discurso. Esse traço distintivo dos rótulos faz com que funcionem como anafóricos e/ou catafóricos, aproximando-se dos pronomes.

A característica acima é utilizada como critério para a identificação de rótulos. Assim, segundo Francis (1994, p. 98), o rótulo deve apresentar-se como equivalente a uma sequência discursiva, e não como repetição ou sinônimo de um elemento antecedente, pois sua característica básica é o fato de o rótulo ser inerentemente inespecífico. Vejamos alguns exemplos:

- 2) Aos poucos, aconteciam mudanças extraordinárias na economia e na sociedade brasileira. Durante três séculos, a economia foi baseada no trabalho

escravo. No final do século XIX, os escravos foram substituídos por trabalhadores livres.

Essa mudança teve também **uma formidável consequência**. Raciocine. Qual é o tipo de sociedade onde a maioria das pessoas é livre, vive de salários e trabalha para uma empresa particular (uma fazenda, um banco, uma loja etc.)? Exatamente: a sociedade capitalista. (SCHMIDT, 2003, p. 290)

- 3) Naturalmente, o colonato não era nenhum paraíso. O dono da terra enriquecia sem fazer muita força e o trabalho dos imigrantes era duro. Houve protestos contra a falta de pagamento. Mas numa época em que havia expansão econômica, **esse sistema** foi atraente para os estrangeiros que tentavam uma vida melhor no Brasil. (SCHMIDT, 2003, p. 288)

Os rótulos nos exemplos acima remetem a outras partes do contexto para terem seus significados compreendidos. Enquanto no exemplo (2), o rótulo *uma formidável consequência* possui um nome-núcleo (*consequência*) – o qual se refere à questão exposta nos segmentos subsequentes (uma catáfora portanto), no exemplo (3) o rótulo *esse sistema* tem seu sentido explicitado em oração precedente, exercendo a função de anáfora.

Além da capacidade intrínseca, apresentada pelos exemplos acima, de referir ao que foi dito e/ou ao que será dito, os rótulos apresentam outras funções importantes na organização textual. Uma delas é a de mudar ou ligar os tópicos e contribuir, também, na preservação da continuidade textual ao introduzir as informações novas dentro das velhas. Koch (2003a) também acrescenta que os rótulos desempenham ainda uma função cognitivo-discursiva relevante, porque, ao remeter à informação-suporte, sumarizam-na apresentando sua função predicativa.

Considerando o aspecto semântico, Francis (1994) distingue dois grupos: *nomes gerais e nomes metalinguísticos*. Na classe dos nomes gerais estão incluídos os nomes de semântica mais genérica, sem que apresentem um caráter metalinguístico. Segundo a autora, os nomes nucleares mais comuns são: *coisa, assunto, problema e caso*. O segundo grupo tem como principal característica o fato de apresentar um caráter metalinguístico. Esses rótulos especificamente, além das características mencionadas, são capazes de orientar o leitor na interpretação. Francis (1994) subdivide esse grupo de rótulos em quatro categorias:

- Nomes ilocucionários;
- Nomes de atividades languageiras;
- Nomes de processos mentais;
- Nomes de texto.

Os nomes ilocucionários são nominalizações de processos verbais que costumam ter verbos ilocucionários cognatos. Essas nominalizações refletem a forma como o autor interpreta a força ilocucionária do segmento retomado. Temos, por exemplo, os seguintes nomes-núcleo: *sugestão, conselho, engano e compromisso*.

Já os nomes de atividades linguageiras relacionam-se a algumas atividades linguageiras ou ao resultado de tais atividades. Por exemplo: *debate, conclusão e explicação*. Quanto à categoria dos nomes de processo mental, engloba estados e processos cognitivos, assim como os seus resultados. Observemos nos seguintes exemplos: *opinião, experiência, dúvida e ideia*. Por fim, os nomes de texto estão relacionados aos componentes da estrutura textual do discurso, como: *frase, introdução, parágrafo e palavra*.

Francis (1994, p. 204) reconhece que há “alguma indistinção e sobreposição” entre as categorias metalinguísticas. Na verdade, a autora declara que os nomes nessa categoria estão organizados numa escala. Numa ponta da escala, estão os nomes que indicam processos verbais; na outra, estão os nomes puramente cognitivos. Em um nível intermediário, encontramos os nomes que se referem tanto a um ato ilocucionário quanto a um processo cognitivo.

Quanto à configuração, segundo Koch (2003a, p. 87), as rotulações enquanto expressões referenciais definidas podem ser assim constituídas:

- Determinante + Nome
- Determinante + (Modificador) + Nome + (Modificador)

Podemos acrescentar uma terceira possibilidade às estruturas acima, já observada em Bezerra (2004), em que o nome-núcleo aparece sem determinante, conforme podemos observar no esquema a seguir:

- Nome

A escolha dos determinantes e dos modificadores é importante também, porque acrescenta significados ao nome-núcleo. Podem funcionar como determinantes: artigos, pronomes e numerais; e como modificadores: o adjetivo, o sintagma preposicionado e a oração relativa.

É interessante acrescentar que o uso de rótulos, segundo Francis (1994), é um recurso de coesão lexical muito comum em textos escritos de natureza argumentativa.

Gênero do discurso x Tipo textual

O estudo dos gêneros, segundo Marcuschi (2008), teve início com Platão, há cerca de vinte e cinco séculos, vinculado aos estudos literários. Esse aspecto dá origem a um dos problemas relacionados à questão do estudo dos gêneros, de acordo com Marcuschi (2008): a vinculação do termo *gênero*, na tradição ocidental, aos estudos literários, ao tratar da questão dos gêneros: lírico, épico e dramático. Isso provocava certa resistência dos linguistas quanto ao uso do termo. Ele acrescenta que foi com Aristóteles que se iniciou uma teoria sobre gêneros e a natureza do discurso, amplamente difundida na Idade Média.

O termo gênero, tal como empregado na Linguística hoje em dia, tem sido vinculado principalmente ao trabalho do russo Mikhail Bakhtin (2003) que, apesar de dedicar-se principalmente à literatura, destina parte do seu trabalho ao estudo da interação verbal, focado na perspectiva dialógica da linguagem.

As ideias desenvolvidas pelo chamado “Círculo de Bakhtin” impulsionaram questionamentos teóricos e pedagógicos na década de 1980, embora tenham sido produzidos entre 1919 e 1974. Isso ocorreu devido ao fato de esses textos terem sido mantidos inacessíveis até a década de 1960, por questões políticas que envolveram a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Bakhtin (2003, p. 262) define os gêneros do discurso como “tipos relativamente estáveis de enunciados”. Acrescenta, ainda, que há uma heterogeneidade de gêneros, mas os falantes podem discernir os gêneros mais estabilizados, pois estes estariam diretamente ligados às situações sociais.

Bakhtin propõe uma distinção entre os gêneros do discurso em primários (simples) e secundários (complexos). Os gêneros primários surgem em situações comunicativas imediatas, enquanto os gêneros secundários surgem em um contexto cultural mais elaborado e na sua constituição englobam os gêneros primários, reelaborando-os e atribuindo-lhes um caráter especial. Como exemplo, Bakhtin (2003) cita o diálogo dentro de um romance. Ao ser reproduzido dentro do romance, o diálogo afasta-se de sua realidade concreta, passando a integrar um gênero do discurso secundário.

Tal diferenciação proposta por Bakhtin (2003) entre gêneros primários e secundários amplia a concepção de gênero, que até então compreendia exclusivamente a produção literária, para integrar desde os gêneros do cotidiano à tese científica. Estariam incluídos entre os gêneros primários do discurso: o diálogo, a carta, a interação face a face, o bilhete, o relato cotidiano dentre outros. Já nos gêneros secundários inserem-se aqueles que estão relacionados

às esferas mais complexas: romance, editorial, tese, anúncio, livro didático, palestra etc.

Koch (2003a, p. 54) assinala que os enunciados por nós produzidos são situados sócio-historicamente, ou seja, estão imbricados nas situações sociais, sendo estas responsáveis pelos gêneros, os quais apresentarão características definidoras próprias e estão sujeitos a mudanças devido às transformações sociais e também a novos métodos de organização, o que se coaduna com a teoria dos gêneros de Bakhtin.

Marcuschi (2008, p. 154) adota e defende a ideia de Bakhtin de que nos comunicamos por intermédio de textos que são realizados por um gênero. Acrescenta ainda que “em consequência, estamos submetidos a tal variedade de gêneros textuais, a ponto de sua identificação parecer difusa e aberta, sendo eles inúmeros, tal como lembra muito bem Bakhtin, mas não infinitos”. Marcuschi (2008) cita como exemplos de gêneros: sermão, carta comercial, carta pessoal, bilhete, reportagem, aula expositiva, romance, horóscopo etc.

É necessário, então, distinguirmos o que chamamos de *gênero textual* e *tipo textual*, já que esses termos costumam ser utilizados de maneira imprecisa, ou seja, um pelo outro, de forma intercambiável. Tipos textuais, segundo Paredes Silva (1997a), são estruturas discursivas disponíveis na língua que dão conta da organização interna de um gênero, quer dizer, trata-se das sequências discursivas subjacentes ao texto. Enquanto o gênero constitui uma lista aberta, os tipos textuais são limitados e não apresentam tendência a aumentar, podendo ser: narrativo, descritivo, argumentativo, expositivo, por exemplo.

Para a autora, tais estruturas podem ser identificadas por meio de traços linguísticos como o sistema de tempo/aspecto/modo verbal, a estrutura sintática predominante, aspectos lexicais, predominância de relações lógicas ou cronológicas, contração em uma pessoa do discurso e estilo. Apesar de, em um mesmo gênero, poderem ocorrer dois ou mais tipos textuais, normalmente um dos modos de condução textual tende a predominar no texto, permitindo atribuir-se, assim, o rótulo de argumentativo, por exemplo, a um texto.

Segundo Adam (1992, *apud* Bronckart, 2007), na estrutura narrativa há uma sucessão de acontecimentos sustentados por uma intriga, organizados de forma a obter uma sequência com início, meio e fim. Esses acontecimentos são marcados temporalmente e o seu desenrolar é responsável pelas transformações nos personagens, que são núcleo da narrativa, o que atribui a ela unidade temática.

Diferente da sequência narrativa, Adam (1992, *apud* Bronckart, 2007) resalta que a descrição não obedece a uma ordem, mas prototipicamente envolve

três fases: apresentação do tema a ser descrito, enumeração dos aspectos relativos ao tema e assimilação dos elementos descritos a outros. Pereira *et al.* (2006) acrescentam que a estrutura descritiva fornece informações que tornam o leitor/ouvinte capaz de identificar a cena em que as ações se desenrolam, bem como os personagens que nela estão inseridos. Descrever, dessa forma, significa listar características que podem ser relativas a pessoas, coisas, lugares etc. Em tal definição fica patente a estreita correlação entre as estruturas narrativa e descritiva.

Nas palavras de Pereira *et al.* (2006, p. 35), a estrutura expositiva, às vezes chamada de explicativa ou dissertativa, apresenta ideias, pensamentos, doutrinas, ou mesmo informações sobre assuntos, por meio de uma linguagem clara e impessoal, a fim de que o leitor seja capaz de acompanhar o raciocínio apresentado. Cabe à estrutura expositiva refletir, conceituar, informar, ou seja, expor ideias. Podemos encontrar sequências expositivas em um livro didático ou um artigo de revista científica, por exemplo.

Sobre a estrutura argumentativa, Bonini (2005, p. 220) assinala que “Argumentar, no sentido mais elementar, é direcionar a atividade verbal para o convencimento do outro [...]”. As sequências argumentativas apresentam uma tese sobre a qual são apresentados argumentos ou contra-argumentos que encaminham a uma conclusão. Dessa forma, podemos dizer que ao argumentarmos defendemos um ponto de vista e com esse propósito apresentamos justificativas.

Para alguns autores – por exemplo, Adam (1992, *apud* BRONCKART, 2007) – há ainda a sequência dialogal. Nessa sequência, encontramos uma alternância entre os interlocutores, ou seja, turnos de fala. Essa interação pode ocorrer entre duas ou mais pessoas ou personagens, já que o diálogo, por exemplo, pode aparecer inserido em um romance.

Já a sequência injuntiva está centrada em como fazer algo, por isso receitas e manuais são exemplos de gêneros textuais de base injuntiva. Segundo Paredes Silva (1997a, 1997b), nesse tipo textual o foco está no processo e nas partes que o compõem (organização cronológica), por isso há a ocorrência de verbos no imperativo, ou ainda nas formas de futuro ou infinitivo. Por outro lado, a pessoa em que se centra o discurso tem caráter secundário.

Os tipos textuais estão presentes nos diversos gêneros textuais e, como Marcuschi (2008) nos alerta, são complementares e integrados ao gênero, pois separados não têm existência própria, já que constituem um texto. Além disso, o autor (p. 156) frisa que “não devemos imaginar que a distinção entre gênero e tipo textual forme uma visão dicotômica, pois eles são dois aspectos constitutivos do funcionamento da língua em situações comunicativas da vida diária.”.

Paredes Silva (1997a, 1997b) propõe uma classificação em três níveis, que privilegie aspectos formais e funcionais, que evitaria essa visão dicotômica. Em um primeiro nível, estariam as estruturas discursivas, limitadas a um pequeno conjunto, como já mencionamos anteriormente. No segundo nível, privilegia-se o aspecto funcional, pois as estruturas discursivas deixam o plano das possibilidades para a instância do uso nas situações reais (entrevistas, cartas etc.). Já o terceiro nível corresponderia a uma perspectiva funcional-interativa, isto é, à função ou ao propósito comunicativo em que uma unidade discursiva é utilizada.

Aos conceitos de gênero textual e tipo textual, acrescenta-se ainda a noção de *domínio discursivo*. Marcuschi (2008, p. 23) emprega essa expressão para “designar uma esfera ou instância de produção discursiva”. Dessa forma, entende-se que, dentro de um domínio discursivo, podem surgir diversos gêneros. No discurso religioso, por exemplo, podemos ter: novenas, ladainhas, jaculatórias, sermões etc. Já no discurso pedagógico, temos o livro didático atual, que na visão bakhtiniana pode ser categorizado como pertencente a um gênero secundário, pois, além da convivência de tipos textuais, há também a convivência de gêneros: a charge, a transcrição de uma notícia, a tira em quadrinhos dentre outros. A classificação do livro didático como gênero é problemática, como reconhece Marcuschi (2008), e não há unanimidade. Diferentemente da nossa abordagem, o autor considera o livro didático um suporte, e não um gênero.

A multiplicidade de trabalhos desenvolvidos, nos dias atuais, em torno da questão dos gêneros, ocorre devido, principalmente, aos referenciais nacionais de ensino (Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs) que enfatizam a importância do estudo dos gêneros textuais, os quais são considerados imprescindíveis na formação do aluno como leitor/produtor de textos. Para Beth Marcuschi e Costa Val (2008, p. 9) “trabalhar adequadamente um gênero seria levar os alunos a considerar seu suporte, sua esfera de circulação e os leitores a que se dirigem”.

CORPUS E METODOLOGIA

O corpus deste artigo é constituído de livros didáticos de História do Brasil, os quais abrangem três períodos: início da década de 1960 (pré-regime militar), década de 1980 (período do regime militar)⁵ e século XXI. Todos esses livros foram amplamente adotados na rede de ensino da cidade do Rio de Janeiro, o

⁵ O regime militar tem início em 1964 e se estende até a eleição indireta de Tancredo Neves em 1985.

que motivou a nossa escolha. Para evitarmos problemas de correntes de reformulações, adotamos como critério consultar a primeira edição de cada coleção, o que acarretou uma trabalhosa busca para a localização dos livros didáticos das décadas passadas.

A partir da observação de que os livros didáticos de Língua Portuguesa têm sofrido mudanças a fim de se adequarem aos debates em torno do ensino de língua materna, às contribuições trazidas pelos PCNs, bem como aos subsídios fornecidos pelas avaliações sistemáticas do MEC,⁶ consideramos pertinente analisar um corpus constituído por livros didáticos de História do Brasil,⁷ disciplina que igualmente exige do aluno a interpretação de textos. Portanto, a escolha de diferentes épocas históricas de nosso país permitiu investigar se a mudança de perspectiva sócio-histórica do discurso pedagógico teria influenciado o tipo de organização do texto, seu teor informativo ou avaliativo e, conseqüentemente, a escolha lexical, pois o sujeito produtor do texto seleciona o repertório que melhor concretiza o seu pensamento.

As obras escolhidas para constituir esse corpus são organizadas em quatro volumes destinados ao 6º, 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental. Em relação à década de 1960, adotamos o livro *História do Brasil*, de autoria do professor Antônio José Borges Hermida, editado no ano de 1961 pela Companhia Editora Nacional. Quanto à década de 1980, o livro adotado é *História do Brasil*, do professor Francisco de Assis Silva, publicado no ano de 1982 pela Editora Moderna. No período atual, analisaremos a obra *Nova História Crítica*, de Mário Furley Schmidt, de 2003.

Nesse corpus, foram identificados trezentos e sessenta sintagmas nominais que funcionam como rótulos os quais foram submetidos a uma análise qualitativa e quantitativa para que pudéssemos melhor examinar a correlação entre o emprego dos rótulos e os tipos textuais em que se inserem.

ANÁLISE DOS DADOS

O emprego dos rótulos e os tipos textuais

Nos livros didáticos de História do Brasil, corpus deste trabalho, convivem vários tipos textuais. Vejamos um exemplo:

⁶ Ministério da Educação e Cultura.

⁷ Os PCNs de História ressaltam que um dos objetivos do ensino de História é o contato com o texto.

- 4) O imperador D. Pedro II também era partidário da abolição, mas, para evitar a crise, que ela poderia provocar, preferia que fosse feita gradualmente. Já no fim da Guerra do Paraguai D. Pedro II encarregou Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente, da redação de vários projetos abolicionistas que, entretanto, não foram aprovados.

Em 1871, quando estava no poder o gabinete conservador do Visconde do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, o governo cogitou da libertação dos filhos de escravos. Com **esse propósito** redigiu-se um projeto de lei que no Parlamento foi vigorosamente combatido pelos partidários da escravidão. Rio Branco defendeu-o em memoráveis discursos, subindo à tribuna vinte e uma vezes, até que a 28 de setembro foi convertido na lei conhecida pelo nome de *Ventre-Livre*: seriam considerados livres todos os escravos nascidos a partir dessa data, o que lentamente extinguiu a escravidão. (BORGES HERMIDA, 1961, p. 217)

O trecho acima começa com uma apresentação inicial sobre o assunto: a visão de D. Pedro II sobre a questão da abolição dos escravos. A partir da segunda oração, apresenta um conflito em relação ao que foi exposto, já que o imperador gostaria de um processo gradual. No entanto, a partir do segundo parágrafo, inicia-se o relato de acontecimentos marcados por verbos no pretérito perfeito – *encarregou, cogitou, redigiu, defendeu* – organizados em uma sequência cronológica – em 1871, 28 de setembro. Observemos outro exemplo de Borges Hermida (1961):

- 5) Os esforços do presidente Washington Luís, para melhorar a situação financeira do Brasil, haviam sido anulados pela crise mundial de 1929. Nesse ano, os Estados Unidos, lutando com sérias dificuldades econômicas, suspenderam as compras de café, principal produto da exportação brasileira. Também a falta de consumidores para os artigos industriais determinou a paralisação das fábricas, acarretando o grave problema do desemprego. A situação do país era, portanto, favorável a um movimento revolucionário. Quando se iniciou a campanha eleitoral, o governo apresentou como candidato à sucessão Júlio Prestes e a oposição, que havia fundado a Aliança Liberal, escolheu Getúlio Vargas, então presidente do Rio Grande do Sul. Além do apoio de Minas Gerais, contava Getúlio Vargas com o da Paraíba, onde governava João Pessoa, candidato da Aliança Liberal à vice-presidência da República.

O resultado da eleição foi favorável a Júlio Prestes, mas a oposição denunciou fraude no pleito. A agitação ainda mais se agravou quando, em julho

de 1930, foi assassinado, por motivos políticos, João Pessoa. Afinal, em outubro irrompeu a revolução.

A maior força do movimento revolucionário estava no Sul e os revoltosos planejavam invadir São Paulo, fiel aos legalistas, para alcançar o Rio de Janeiro. Antes, porém, que **essa manobra** fosse executada, oficiais-generais da Marinha e do Exército resolveram depor o presidente para evitar maiores males ao país. Washington Luís foi preso, levado para o forte de Copacabana, de onde partiu para o exílio (24 de outubro de 1930). Falta-
vam apenas vinte e dois dias para concluir seu governo.

Vitoriosa a revolução, organizou-se uma Junta Governativa até que, em novembro de 1930, assumiu o governo do chefe do movimento vitorioso, Getúlio Vargas. (BORGES HERMIDA, 1961, p. 250-251)

Temos acima a seção *A revolução de outubro* inserida no ponto de estudo que trata dos episódios posteriores à década de 30. Esse trecho se inicia com a constatação de que a crise de 1929 não permitiu a melhoria de nosso país; seguem-se, então, as causas externas e internas que favoreceram o movimento revolucionário, que será o tema desenvolvido no trecho. Nos dois parágrafos seguintes, observamos trechos narrativos que abordam a situação política do nosso país: início da campanha eleitoral, apresentação de Júlio Prestes à sucessão, fundação da Aliança Liberal, indicação de Getúlio Vargas, denúncia de fraude e assassinato de João Pessoa. No parágrafo subsequente, há uma sequência expositiva que aborda o movimento revolucionário; o rótulo em destaque retoma esse trecho, identificando aquele movimento como uma *manobra*, antecedendo a solução que foi dada para evitar males ao Brasil.

Examinemos agora um trecho de Assis Silva (1982):

- 6) No início do século XIX, o Brasil começou a sofrer pressões inglesas para acabar com o tráfico negreiro. Por duas vezes, o governo brasileiro se comprometeu com a Inglaterra em extinguir o tráfico negreiro, mas não cumpriu o compromisso. Foi então que a Inglaterra, em 1845, decretou o Bill Aberdeen.

Pelo Bill Aberdeen, a Marinha inglesa passava a ter o direito de aprisionar qualquer navio negreiro. Os traficantes perderiam navios, as cargas e seriam julgados na Inglaterra.

O que os ingleses pretendiam, com **esta luta**, era transformar os negros escravos em assalariados. Se os negros fossem assalariados, poderiam comprar e assim aumentariam os mercados consumidores dos produtos ingleses. (ASSIS SILVA, 1982, p. 33)

Como afirmamos anteriormente, as sequências textuais se sucedem e se mesclam dentro dos textos. No trecho acima, ao apresentar o que era a lei Bill Aberdeen, há uma transição de um trecho narrativo a um expositivo.⁸ Assis Silva (1982) inicia seu texto com uma localização temporal, o que marca sua preocupação em situar o seu leitor sobre o momento histórico de que está tratando (*no início do século XIX*), então desenrolam-se ações que, marcadas por verbos no pretérito perfeito, culminam na lei Bill Aberdeen. A seguir, há uma exposição de ideias com base no que foi apresentado inicialmente. O rótulo *esta luta* insere-se nesse segundo trecho encapsulando a porção textual precedente, apontando para a conclusão que se segue. Vejamos outro exemplo do autor:

- 7) Diante da possibilidade de uma guerra civil, Deodoro renunciou e entregou o poder para o Vice-Presidente, o Marechal Floriano Peixoto. Floriano assumiu a presidência da República apoiado numa forte ala militar florinista e nas oligarquias estaduais antideodoristas, o que lhe dava uma força de poder que o seu sucessor não possuía. Com a ascensão de Floriano ao poder, foi suspensa a dissolução do Congresso e foram depostos todos os governadores que haviam apoiado o golpe de Deodoro.
Essa repressão, desencadeada no momento inicial do seu governo, era importante para garantir a sobrevivência política de Floriano, que julgou necessário governar pela força, pois eram grandes e muitos os problemas nacionais. (ASSIS SILVA, 1982, p. 49-50)

Nos primeiros parágrafos, observamos que Assis Silva (*op. cit.*) privilegia os personagens: Deodoro e Floriano, e as ações por eles praticadas: renunciar, entregar, assumir, suspender e depor. O rótulo *essa repressão, desencadeada no momento inicial do seu governo* insere-se em um trecho expositivo que cumpre o papel de avaliar o trecho retomado pelo rótulo. A seguir temos um exemplo de Schmidt (2003):

- 8) “Era uma vez uma princesa boazinha, chamada Isabel. Ela ficou com tanta pena dos negrinhos que resolveu acabar com a escravidão, assinando a Lei Áurea”.
Todos os brasileiros já ouviram **essa história**, não é mesmo? Mas será que a escravidão só acabou por causa do gesto generoso da princesa? Pense um pouco. Na época da Lei Áurea, houve inúmeras fugas de escravos, com plantações incendiadas e capatazes esfaqueados. Os abolicionistas tinham

⁸ Muito embora pudéssemos notar um aspecto argumentativo na hipotética.

jornais, faziam comícios reunindo milhares de pessoas, escondiam escravos foragidos. Será mesmo que a escravidão só terminou por causa da Lei Áurea? No Parlamento, havia debates todos os dias entre deputados e senadores abolicionistas e escravistas. Cada um apresentava um argumento a favor ou contra a escravidão. Uns falavam da situação da economia, outros discursavam sobre os direitos à liberdade e havia ainda os que se reportavam aos sentimentos cristãos. Com tanta gente mobilizada em torno **do assunto**, dá para acreditar que a abolição foi obra de uma única pessoa? Pense bem, amigo leitor. (SCHIMIDT, 2003, p. 283)

Observamos em Schmidt (2003) que o tópico principal é introduzido por uma pequena narrativa. “Era uma vez uma princesa boazinha, chamada Isabel. Ela ficou com tanta pena dos negrinhos que resolveu acabar com a escravidão, assinando a Lei Áurea”.

O uso da expressão *era uma vez* identifica a abertura da narrativa, acrescido do fato de haver uma personagem princesa que é caracterizada como *boazinha*, remetendo-nos às narrativas tradicionais – contos de fadas e comprometendo parte da credibilidade de história.

Assim, essa pequena narrativa é utilizada pelo autor para mostrar ao leitor como a História era contada de forma fantasiosa, o que conduziria a conclusões equivocadas, segundo sua visão. Dessa forma, podemos supor que essa pequena história, contada pelo produtor do texto e nomeada através do rótulo *essa história*, é utilizada para contrapor sua visão da história do Brasil à que usualmente é contada, o que podemos perceber por intermédio das perguntas que iniciam o parágrafo seguinte: “Todos os brasileiros já ouviram *essa história*, não é mesmo? Mas será que a escravidão só acabou por causa do gesto generoso da princesa?”.

A primeira pergunta retoma a pequena narrativa apresentada no parágrafo anterior. O rótulo *essa história* indica como o leitor deve nomear o texto anterior. E, ao mesmo tempo, reativa na memória do leitor, de maneira crítica, a forma pela qual esse conteúdo foi tratado anteriormente. Já a segunda pergunta lança a dúvida sobre a história contada, ironizando a atitude tomada pela princesa. Além disso, funciona como premissa para os argumentos apresentados a seguir que questionarão o fato de a abolição da escravatura ser vista como um ato generoso de uma única pessoa.

Essas duas perguntas não serão respondidas ao longo do texto, funcionando como uma provocação ao leitor, como nos diz Schmidt (2003, p. 15) no *Manual do Professor*:

No nosso texto, as perguntas são muito frequentes. Esse recurso não só torna mais leve a escrita, mais próxima do leitor, como estimula a indagação, faz do aluno um participante ativo da compreensão do texto. A pergunta estimula a curiosidade, a percepção do “puxa, nunca tinha pensado nisso”, do “será que é mesmo assim?”

Frank (1990) assinala que o uso de perguntas retóricas é um recurso persuasivo utilizado pelo produtor do texto e acrescenta ainda que o leitor é capaz de discernir as perguntas que serão respondidas das que não serão. De Nicola (2008, p. 183) acrescenta que esse tipo de pergunta, direcionada, neste caso, ao leitor, “o torna participante do desenvolvimento argumentativo por meio da antecipação de dúvidas, da provocação de reflexões, de afirmações indiretas”.

É o que se nota, por exemplo, nesta pergunta: “Será mesmo que a escravidão só terminou por causa da Lei Áurea?”. Após os argumentos apresentados – fugas de escravos, comícios dos abolicionistas e debates no parlamento – que sustentam a posição do autor de que a abolição não foi um ato de uma pessoa, há, então, a conclusão, que também será introduzida por uma pergunta: “Com tanta gente mobilizada em torno *do assunto*, dá para acreditar que a abolição foi obra de uma única pessoa?”.

A conclusão acima retoma o tema desenvolvido por intermédio do rótulo *o assunto*. Ressalte-se que o autor utiliza um nome geral – *assunto*. Apesar disso, envolve uma subjetividade, já que representa uma escolha única, como nos sinaliza Koch (2008, p. 67):

Todos os rótulos contêm algum grau de subjetividade, pois no momento em que o produtor, ao rotular segmentos textuais, constrói um novo objeto de discurso ele procede a uma avaliação desses segmentos e escolhe aquele rótulo que considera adequado para a realização de seu projeto de dizer. Mesmo no caso dos rótulos tidos como ‘de conteúdo’, há sempre uma escolha entre diversas possibilidades e esta será significativa em maior ou menor grau. [...] Por exemplo, o fato de o produtor rotular o conteúdo que está resumizando como fato, episódio, ocorrência, evento, cena, constitui sempre uma opção que, embora possa parecer ‘neutra’, não deixa de ser significativa.

Ambos os rótulos empregados no trecho destacado não envolvem um grande esforço cognitivo por parte do leitor, o que pode ter sido proposital, já que o texto é destinado a jovens em processo de formação intelectual e o seu produtor se preocupa em utilizar uma linguagem próxima à do leitor.

Maia (1996, p. 8), em dissertação sobre o uso de perguntas em textos científicos de divulgação extraídos da *Revista Ciência Hoje Para Crianças* (SBPC), diz:

Uma das hipóteses levantadas para justificar o interesse dos alunos seria o fato de os artigos evitarem o tom “sério” e formal dos livros didáticos e procurarem utilizar

um estilo mais informal, mais adequado ao tipo de audiência, buscando por vezes estabelecer um diálogo com o leitor, sem perder de vista na nossa percepção, o caráter informativo e mesmo científico.

Diferente dos outros livros que compõem o corpus, Schmidt (2003) procura “fugir” do “tom ‘sério’ e formal dos livros didáticos”, conforme os exemplos acima comprovam, provavelmente com o objetivo de aproximar-se do seu público leitor, tal como os artigos analisados por Maia (1996).

O teor argumentativo do trecho é perceptível, seguindo-se Bronckart (2007), pela contestação de Schmidt (2003) à versão “oficial” da história e o encaminhamento no sentido de buscar a adesão do leitor à mesma posição.

Observe a seguir outro trecho de Schmidt (2003, p. 107):

- 9) Do Brasil, Cabral seguiu para a Índia, seu principal objetivo. Mas os árabes já estavam informados do sucesso de Vasco da Gama e, então, pressionaram as autoridades indianas a não comerciarem com os portugueses. Quando Cabral chegou à Índia, teve a amarga surpresa. Os indianos não queriam comerciar. Preferiam os mercadores árabes. E agora? O que fazer? Viajar tanto tempo para nada? Mas Cabral tinha um **“argumentozinho diplomático” sutil**. Apontou os canhões de sua esquadra para a cidade de Calicute. Em seguida, foi conversar com o rajá (rei) de Cochim. Tomou algumas autoridades como reféns e ameaçou matá-las, caso as exigências portuguesas não fossem aceitas. Os indianos concluíram então, graças aos “argumentos” apresentados por Cabral, que seria menos arriscado se continuassem a comerciar com os portugueses. (SCHMIDT, 2003, p. 107)

O estilo de Schmidt (2003) rompe com uma tradição de mostrar a História de uma forma romanceada, pronta para o aluno. Nesse trecho, por exemplo, Schmidt (2003) utiliza-se de ironia para mostrar como se deu o estabelecimento do comércio entre Portugal e Índia. Ao iniciar seu texto, o autor narra o que aconteceu entre a saída de Cabral do Brasil e a sua chegada à Índia. Nesse ponto do texto, o autor introduz três perguntas retóricas: “E agora? O que fazer? Viajar tanto tempo para nada?”. O rótulo *um ‘argumentozinho diplomático’ sutil* é responsável por explicitar o tom irônico adotado por Schmidt (2003) para abordar o assunto, pois nas orações subsequentes perceberemos que, na verdade, Cabral não se utilizou de um argumento que possa ser considerado “diplomático”, tampouco “sutil”. A partir de uma pequena narrativa, sabemos que Cabral apontou canhões para a cidade e manteve em seu poder autoridades sob a ameaça de matá-las, convencendo os indianos a comerciar

com os portugueses. Esse trecho nos permite mostrar como é sutil a passagem de um tipo textual a outro, pois, ao mesmo tempo que apresenta os fatos, o autor os utiliza para provar seu argumento.

Apesar da heterogeneidade dos tipos textuais nos livros didáticos, buscamos, na análise dos dados, identificar a sequência textual em que o rótulo está inserido. Como muitas vezes observamos uma transição sutil na sequência discursiva utilizada pelo produtor do texto, consideramos como critério para identificação do tipo textual, nesta análise, o parágrafo (no sentido tipográfico) em que o rótulo está inserido.

Na tabela a seguir, observamos a correlação entre os autores e uso dos tipos textuais.

Tipos textuais	Borges Hermida	Assis Silva	Schmidt	Total
Narrativo	61=78%	16=22%	5=2%	68
Expositivo	18=22%	54=75%	54=26%	140
Argumentativo	0=0%	2=3%	150=72%	152
Total	79	72	209	360

Tabela 1 – Correlação entre os autores e tipos textuais empregados

Na Tabela 1, como exemplificado ao longo da seção, vemos que os tipos textuais se mesclam dentro dos livros didáticos analisados.⁹ Entretanto, em cada autor predomina uma tipologia: Borges Hermida (1961) ao construir seu texto privilegia as datas e os personagens históricos, ingredientes da narração; Assis Silva (1982) está focado em transmitir o conteúdo de um tema de maneira objetiva e clara, predominando a exposição de ideias; e Schmidt (2003) apresenta os temas de forma a convencer o aluno de que a visão tradicional da História é uma forma equivocada de abordar o conteúdo, contestando-a diretamente ou indiretamente através da ironia.¹⁰ Para o autor, destaca-se a necessidade de o aluno refletir, e não aceitar os fatos como “prontos e acabados”. Devido a esse constante questionamento da abordagem dos fatos históricos, há em seu texto o predomínio de sequências argumentativas.

Autores que se dedicam ao estudo do fenômeno linguístico da rotulação (Francis, 1994; Carvalho, 2005; Koch, 2008) demonstram em seus trabalhos que é comum encontrarmos os rótulos em sequências argumentativas por

⁹ As sequências descritivas não foram tratadas independentemente, porque estavam sempre atreladas às narrativas.

¹⁰ O autor destaca o seu enfoque como o mais adequado.

contribuírem para o desenvolvimento dos argumentos dentro do texto. Ao longo da nossa análise, constatamos que a maior incidência de rótulos coincide com a sequência predominante em cada autor. Dessa forma, mostramos que o rótulo também pode ocorrer em outras sequências discursivas, que não a argumentativa, nesses casos atuando na progressão e na organização textual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisamos a estratégia chamada por Francis (1994) de rotulação, a partir de um corpus de livros didáticos de História do Brasil. Observamos que, no material analisado, alguns tipos textuais convivem: narrativo, expositivo e argumentativo, por exemplo. A partir da quantificação dos dados, pudemos verificar que em cada período (representado por um livro didático) prevalecia em um tipo textual. Em Borges Hermida (1961), a maior parte dos rótulos estão inseridos em sequências narrativas; em Assis Silva (1982), em sequências expositivas; e em Schmidt (2003), em sequências argumentativas, que, coincidentemente, são as que predominam em cada autor, respectivamente. Considerando estritamente a questão das tipologias textuais, nossa análise evidencia que os rótulos também podem ocorrer em outros tipos textuais, nesses casos contribuindo principalmente para a organização textual.

REFERÊNCIAS

APOTHELOZ, D.; CHANET, C. Definido e demonstrativo nas nomeações. *In: CAVALCANTE, M.; BIASI-RODRIGUES, B.; CIULLA, A. (orgs.) Referencição*. São Paulo: Contexto, 2003, p.131-76.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BEZERRA, Gabrieli Pereira. **A coesão lexical através de SNs em cartas pessoais**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

BONINI, Adair. A noção de sequência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel Adam. *In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, D. (orgs.). Gêneros: teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 208-236.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividades de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo**. 2ª Ed. São Paulo: Educ, 2007.

CARVALHO, M. A. F. de. **O funcionamento textual-discursivo dos rótulos em artigo de opinião**. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2005.

CAVALCANTE, M. M. As nomeações em diferentes gêneros textuais. **CADERNOS DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**, nº 41, Campinas, jul/dez2001, p. 127-140.

DE NICOLA, J. **Português: ensino médio.v.2**. São Paulo: Scipione, 2008.

FRANCIS, Gill. Labelling discourse: an aspect of nominal-group lexical cohesion. *In*: COULTHARD, Malcolm. **Advances in Written text analysis**. London: Routledge 1994, p. 83-101.

FRANK, J. You call that a rhetorical Question? Forms and Functions of Rhetorical Questions in Conversation. **Journal of Pragmatics** 14, 1990, p. 723-738.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Como se constroem e reconstroem os objetos-de-discurso. **Investigações Linguística e Teoria Literária**. Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística/UFPE v. 21, nº 2, julho de 2008 – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Rotulação: uma estratégia textual de construção do sentido. *In*: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **As tramas do texto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 61-72.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Referenciação e orientação argumentativa. *In*: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (orgs.). **Referenciação e Discurso**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 33-52.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Sobre a seleção do núcleo das formas nominais anafóricas na progressão referencial. *In*: NEGRI, Lígia; FOLTRAN, Maria José; OLIVEIRA, Roberta Pires de (orgs.) **Sentido e Significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari**. São Paulo: Editora Contexto, 2004, p. 244-262.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Desvendando os segredos do Texto**. São Paulo: Cortez, 2003a.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Que é língua? *In*: XAVIER, A. C.; CORTEZ, S. **Conversas com lingüistas: virtudes e controvérsias da lingüística**. São Paulo: Parábola, 2003b, p. 123-129.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, nº 4, Campinas, jul/dez, 2001, p. 75-89.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A referenciação textual como estratégia cognitivo-interacional. *In: Produção Textual: interação, processamento, variação*. Natal: Editora da UFRN, 1999, p. 68-80.

MAIA, C. L. do P. **O uso de perguntas em textos científicos de divulgação para crianças**. Dissertação de Mestrado em Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

MARCUSCHI, B.; COSTA VAL, C. Gêneros textuais no espaço extra-escolar e na sala de aula. *In: Na ponta do lápis*. nº 9, São Paulo, jun, 2008, p. 8-9.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Atos de referenciação na interação face a face. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, nº 41, Campinas, jul/dez, 2001, p. 37-54.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais. **XVII Jornada do Grupo de Estudos Lingüísticos do Nordeste**. UFC, 1999.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Referenciação e cognição: o caso da anáfora sem antecedente. Texto apresentado no **Encontro sobre Lingüística da UFJF**. Juiz de Fora, 1998.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. *In: CAVALCANTE, M., RODRIGUES, B.; CIULLA, A. (orgs). Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

MOUNIN, G. **Los problemas teóricos de la traducción**. Madrid: Editorial Gredos, 1971.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia. Gêneros e tipos textuais: o caso da carta pessoal. **Terceira Margem** 4, Programa de Pós-Graduação na Faculdade de Letras, 1997a, p. 176-182.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia. Forma e função nos gêneros do discurso. **ALFA**, v.41, n. especial, 1997b, p. 79-98.

PEREIRA, Cilene da Cunha; RIGONI, Maria Cristina; PINILLA, Maria da Aparecida M. de; INDIANI, Maria Thereza. Gêneros textuais e modos de organização do discurso: uma proposta para o ensino de leitura. *In*: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; SANTOS, Leonor Werneck dos (orgs.). **Estratégias de Leitura**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, p. 27-58.

ZAMPONI, Graziela. **Processos de referenciação**: anáforas associativas e nominalizações. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2003.

CORPUS DE LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO BRASIL

ASSIS SILVA, Francisco de. **História do Brasil**: Império e República. São Paulo: Editora Moderna, 1982.

BORGES HERMIDA, Antônio José. **História do Brasil**: para a quarta série ginásial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

SCHMIDT, Mario Furley. **Nova História Crítica**. São Paulo: Nova Geração, 2003.

O PAPEL DOS SNs NA REFERENCIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TÓPICA EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

*Talita Moreira de Oliveira*¹

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, investiga-se como o conteúdo científico é apresentado no livro didático (LD), quais as estratégias adotadas pelos autores para garantir o desenvolvimento dos tópicos discursivos e a continuidade referencial.² Nesse sentido, analisamos a organização tópico-discursiva dos textos principais de

¹ Vera Paredes entra na minha vida em 2005-2 e, com ela, nasce meu amor pela Linguística. No semestre seguinte, em 2006-1, começo a iniciação científica. Entre 2008 e o início de 2010, sou sua orientanda de mestrado. Em 2012 e 2013, como professora substituta na Faculdade de Letras/UFRJ, eu e Vera éramos vizinhas de salas de aula. Entre uma aula e outra, conseguíamos, eventualmente, encaixar um café ou, quando o tempo permitia, um almoço para colocar a conversa em dia. E, em um desses almoços, veio o convite para o doutorado. Iniciei o doutorado em 2014. No início de 2018, eu e minha eterna orientadora e querida amiga, encerramos mais um ciclo. Vera, muitíssimo obrigada pela paciência, pela generosidade e por me inspirar não apenas como profissional, mas como ser humano tão admirável. É uma honra poder estar ao seu lado há tantos anos aprendendo muito além do que está nos livros.

² O presente capítulo é uma parte da pesquisa desenvolvida ao longo do meu Doutorado, defendido em 2018, que resultou na Tese “*O papel dos SNs na referenciação e organização tópica em livros didáticos de História: comparação entre três níveis*”.

LDs de História, destinados a alunos de diferentes séries, e a contribuição do referente/tópico – manifestado através de Sintagmas Nominais (SNs), um dos principais elementos organizadores da sequência tópica – na coesão do texto.

Nas seções seguintes, temos a revisão teórico-metodológica, a descrição do corpus, a discussão dos resultados e as considerações finais. As referências bibliográficas encerram este capítulo.

REVISÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Linguística Textual

A Linguística Textual (LT) ultrapassa a barreira de unidades menores de análise, como sintagmas e frases isoladas, por exemplo, ao eleger o texto como objeto de análise. O texto é definido como uma unidade linguística de sentido “preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida” (KOCH; TRAVAGLIA, 2015, p. 8). Para que essa unidade, de qualquer extensão, seja um texto é preciso ter textualidade. Entendem-se por textualidade as características que permitem que o texto seja reconhecido como tal pela comunidade linguística. Segundo Koch e Travaglia (*op. cit.*), a coerência propicia a textualidade. Um dos elementos da coerência que contribui na conversão de um amontoado de palavras em uma unidade de sentido é a coesão.

Segundo Halliday (*in* HALLIDAY; HASAN, 1985), as relações semânticas, ou relações de sentido, são a base da coesão, e é através delas que o texto adquire textura. A fim de garantir essa textura, o falante/escritor faz uso de recursos coesivos gramaticais (como a referência, a substituição e a elipse) e lexicais (tais como a repetição, a sinonímia e a antonímia, entre outros). Para o autor, a textura está relacionada à percepção de coerência do ouvinte.

As propriedades da coesão e da coerência se correlacionam. Pode-se observar tal correlação, por exemplo, na relação entre a organização textual, no plano da coesão, e o domínio extralinguístico, na coerência. A forma como o falante/escritor organiza os elos coesivos de ordem variada, como cada referente será introduzido e retomado, é determinada pelo conhecimento de mundo que ele supõe compartilhar com seu público-alvo – caso tal conhecimento não seja considerado, a compreensão do texto pode ser comprometida. Koch (2015) destaca que “a coesão *não* é condição necessária nem suficiente da coerência, já que esta não se encontra *no* texto, mas constrói-se a partir dele, numa situação interativa” (p. 54).

Koch (*op. cit.*), citando o trabalho de Beaugrande e Dressler (1981), menciona, além da coesão e coerência, outras propriedades presentes na construção do sentido: situacionalidade (influência da situação comunicativa tanto na produção quanto na recepção do texto), informatividade (como as informações – previamente introduzidas ou não – são distribuídas no texto), intertextualidade (como o texto em questão dialoga com os textos já conhecidos pelos envolvidos na sua produção/recepção), intencionalidade (as intenções comunicativas do autor) e a aceitabilidade (como o leitor/ouvinte recebe o texto). Conforme exposto pela autora, a coesão e a coerência seriam critérios “centrados no uso”, enquanto os demais citados seriam “centrados no usuário” (p. 45).

Bentes (2006) enfatiza que “considerar as condições de produção e recepção dos textos significa, então, passar a encarar o texto não mais como uma estrutura acabada (produto), mas como parte de atividades mais globais de comunicação” (p. 254). Koch (2015) reforça que o ouvinte/leitor também exerce um papel ativo na construção da compreensão do texto, pois as informações contidas no texto se ligam ao seu conhecimento prévio. Segundo a autora, o autor do texto pressupõe que o leitor/ouvinte possui determinado conhecimento prévio e, por isso, não haveria a necessidade de ser tão explícito, uma vez que seu interlocutor seria capaz de construir a interpretação do texto. Para que isso ocorra, o interlocutor recorreria às inferências.

O texto pode assumir diferentes formas, dependendo da intenção comunicativa do falante/escritor, dos participantes envolvidos e do meio em que ocorre a interação, por exemplo. Dentre as diversas maneiras possíveis, o texto seguirá as características do gênero mais adequado à situação comunicativa em que for utilizado. Discutiremos melhor o conceito de gênero na subseção seguinte.

A concepção de gênero segundo a Linguística Sistêmico-Funcional

A Linguística Sistêmico-Funcional aborda a relação entre a linguagem e sua função social; a linguagem é entendida como prática social – seria influenciada pelas relações sociais e moldada pelo contexto social. Podemos entender que a parte “funcional”, como esclarecem Bawarsh e Reiff (2013), refere-se àquilo que a linguagem é capaz de fazer em certos contextos, enquanto o “sistêmico” está relacionado à estrutura (ou organização) da linguagem para que a parte “funcional” possa ser realizada – como a linguagem se organiza para ser capaz de exercer determinada função dentro de um contexto específico.

Halliday (*in* HALLIDAY; HASAN, 1985) propõe que traços do contexto, como a relação entre os participantes envolvidos (relação), qual o tipo de

atividade (campo) e o canal em que a interação ocorre (modo) determinam como o texto se apresentará (registro); do mesmo modo, traços dos textos ajudam a identificar o contexto.

As variáveis relação, campo e modo, introduzidas por Halliday, se relacionam a um conceito apresentado por Hasan (*in* HALLIDAY; HASAN, 1985): configuração contextual (doravante CC). A CC pode ser entendida como os valores das variáveis relação, campo e modo atuando em conjunto, de forma que a CC seja capaz de precisar quais elementos são obrigatórios ou opcionais, onde e com que frequência devem ou podem ocorrer em determinado texto. A presença de todos os elementos obrigatórios em uma ordem definida não só inclui o texto em questão em um gênero, mas também nos faz interpretar tal texto como completo ou incompleto.

Dentro da mesma CC, é possível encontrar textos com elementos obrigatórios e opcionais em variadas ordens. Podemos entender a noção de Estrutura Potencial de Gênero (EPG) como a descrição dos componentes necessários em um texto disponível em uma CC específica; os textos podem variar, mas a variação ocorre dentro das possibilidades estabelecidas pela EPG.

O gênero livro didático

Antes de tentar classificar o LD, faz-se necessário esclarecer alguns conceitos importantes para compreender a falta de consenso ao tentar defini-lo: as noções de gênero, suporte e domínio discursivo.

Bakhtin (1986) afirma que toda comunicação se faz através de um gênero, este concebido como textos presentes no dia a dia facilmente identificáveis por possuírem propriedades sociocomunicativas específicas com conteúdos, composição e estilo característicos. Definição bem parecida com a encontrada em Marcuschi (2008), que descreve os gêneros textuais como

textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas (p. 155).

Para Marcuschi (2008), o suporte é entendido como “um *locus* físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto.” (MARCUSCHI, 2008, p. 174).

Já os domínios discursivos são, conforme define Marcuschi (2002), “práticas discursivas dentro das quais podemos identificar um conjunto de gêneros

textuais que, às vezes, lhe são próprios (em certos casos exclusivos) como práticas ou rotinas comunicativas institucionalizadas.” (p. 22 e 23). De acordo com o autor, esses domínios favorecem discursos bem específicos – o domínio religioso, por exemplo, origina os gêneros sermão, novena, ladainha etc.

Segundo Marcuschi (2008) e Costa (2014), o LD não deve ser considerado um gênero. Costa (*op. cit.*), por exemplo, não inclui “livro didático” em seu *Dicionário de gêneros textuais*. Para Marcuschi (*op. cit.*), o LD seria um suporte “com características muito especiais” (MARCUSCHI, 2008, p. 179).

Já Bunzen (2005, 2005a), Rodrigues (2005, p. 169) e Bezerra (2010, p. 36) afirmam que o LD seria um gênero secundário (gênero mais complexo, presente em situações mais formalizadas). Bunzen (2005) defende, em sua dissertação de mestrado, que o LD de Língua Portuguesa seria um gênero secundário “que procura sistematizar e organizar os conhecimentos escolares na forma de modelo(s) didático(s)” (p. 18).

Enquanto os autores acima defendem que o LD seja um gênero secundário, Martins (2006) considera o LD como “artefato cultural” (p. 117) e o texto didático um “gênero híbrido, que se constitui a partir de ressignificações do discurso científico, didático e cotidiano” (p. 125), definição semelhante à de Braga e Mortimer (2003).

Outra possibilidade é a de considerar o LD como um macrogênero. O macrogênero pode ser entendido, conforme a definição apresentada por Martin (2006), como aquele formado a partir da combinação de gêneros “elementares” (p. 29).

A partir dos conceitos apresentados, consideramos o LD de História como um macrogênero. Pertencendo ao domínio discursivo instrucional/educacional (Marcuschi 2008), o LD de História é capaz de alinhar elementos, verbais e não verbais, presentes no capítulo, de forma que o resultado seja um texto uniforme e os conceitos apresentados estejam acessíveis ao jovem leitor.

Uma vez que definimos uma posição sobre o que é o livro didático, interessa-nos saber como a informação é apresentada no material estudado. Para isso, investigamos como ocorre o desenvolvimento de determinados temas (tópicos) e a contribuição da continuidade referencial nesse sentido.

Tópico discursivo

Em “Organização tópica da conversação” (JUBRAN; URBANO *et al.*, 1992), o Grupo de Organização Textual-Interativa do projeto de Gramática do Português Falado (PGPF) apresenta o tópico discursivo como unidade de análise

e busca delimitar as unidades tópicas em um diálogo (o que no Projeto NURC é identificado como D2 – diálogo entre dois informantes) bem próximo de uma conversa não monitorada, com raras interferências da entrevistadora, do Projeto NURC/SP.

No texto, somos apresentados à seguinte definição de tópico:

O tópico decorre de um processo que envolve colaborativamente os participantes do ato interacional na construção da conversação, assentada num complexo de fatores contextuais, entre os quais as circunstâncias em que ocorre o intercâmbio verbal, o conhecimento recíproco dos interlocutores, os conhecimentos partilhados entre eles, sua visão de mundo, o *background* de cada um em relação ao que falam, bem como suas pressuposições. (p. 361; grifo nosso).

Em 2006, Jubran volta a tratar da noção de tópico discursivo. A autora, sempre tendo como referência a língua falada, argumenta que o turno de uma conversa não deveria ser tomado como unidade de análise, uma vez que sua produção é resposta a um elemento do turno anterior, capaz de dar continuidade referencial e tópica. Presume-se que os tópicos desenvolvidos no diálogo se sucedam de modo que a coesão e a coerência sejam mantidas. Assim, o tópico discursivo como unidade discursiva de análise não se restringe ao turno, já que o mesmo conjunto de tópicos pode permear diversos turnos ao longo da conversa. Ao transpormos essa concepção para a escrita, tal unidade de análise, por sua vez, não se restringiria ao limite da frase, mas, sim, teria a possibilidade de estender-se a porções de textos maiores, como uma sequência de parágrafos, por exemplo.

Segundo os trabalhos citados, o tópico discursivo possui duas propriedades definidoras: a centração e a organicidade. Na centração, temos a referencialidade textual; na organicidade, a ordenação dos diferentes tópicos que compõem o texto.

Jubran (2006) destaca que a função interacional não é exclusiva dos gêneros orais, mas inerente a todos os textos – o falante ou escritor, no momento de produção do seu texto, levará em consideração seu destinatário, seja o ouvinte ou o leitor pretendido. Ao incluir a função interacional, associada à função referencial, as propriedades da centração ganham um novo significado. Considerando essa visão de interação, a autora apresenta uma reformulação dos 3 traços referentes à centração:

- a) a *concernência* – relação de interdependência entre elementos textuais, firmada por mecanismos coesivos de sequenciação e referenciação, que

- promovem a integração desses elementos em um conjunto referencial, instaurado no texto como alvo da interação verbal;
- b) a *relevância* – proeminência de elementos textuais na constituição desse conjunto referencial, que são projetados como focais, tendo em vista o processo interativo;
 - c) a *pontualização* – localização desse conjunto em determinado ponto do texto, fundamentada na integração (concernência) e na proeminência (relevância) de seus elementos, instituídas com finalidades interacionais. (JUBRAN, 2006, p. 35).

A organicidade é a propriedade responsável pela estruturação tópica, em como os segmentos tópicos se associam, estabelecendo relações hierárquicas (distribuição vertical) e lineares (distribuição horizontal). Essas relações podem ser representadas através de organogramas. Na distribuição vertical, no topo da hierarquia, encontra-se aquele tópico mais abrangente, o supertópico, seguido, nas camadas inferiores, por tópicos mais específicos até chegar à camada mais baixa, os subtópicos, quando não é possível esmiuçar mais o tema abordado. Em relação à distribuição tópica linear, a evolução de um tópico dentro da mesma camada hierárquica é provocada ou pela continuidade dos segmentos tópicos ou pela descontinuidade – ruptura ou retomada de um tópico anterior.

Em cada tópico, ainda se observa uma organização interna com marcadores indicando o começo, o meio e o fim, sendo possível identificar quais as estratégias, como repetições, paráfrases etc., adotadas pelo falante/escritor na construção textual. As estratégias para introdução e manutenção do referente/tópico no tópico discursivo serão demonstradas na seção seguinte.

Tópico/referente

Na visão tradicional, como relatam Cunha e Cintra (1985), um referente (uma entidade) uma vez introduzido no discurso, pode ser retomado pelo mesmo nome, por pronome ou mesmo ser omitido. Porém, para Paredes Silva (2007), esta seria

uma visão simplista da referência, porque faz pensar em entidades discretas existentes no mundo, que receberiam uma espécie de “etiqueta” na língua. Na linguística contemporânea, a questão é colocada de outro modo: não se trata da representação de entidades do mundo na língua, mas do processo de constituição de entidades no discurso. Desse modo, a questão da alternância nome-pronome-zero ganha outra dimensão, que não a estritamente gramatical. A segunda menção de um referente deixa de ser apenas uma retomada para ser parte do processo de construção discursiva, sendo uma de suas funções categorizá-lo (p. 626).

Dessa maneira, o termo referenciação, ao invés de referência, se adequaria melhor a essa nova visão em que a ideia de “representação de entidades do mundo na língua” é substituída pela de “processo de constituição de entidades no discurso” (PAREDES SILVA, 2007). Nas palavras de Mondada e Dubois (2003):

as categorias e os objetos de discurso pelos quais os sujeitos compreendem o mundo não são nem preexistentes, nem dados, mas se elaboram no curso de suas atividades, transformando-se a partir dos contextos. Neste caso, as categorias e objetos de discurso são marcadas por uma instabilidade constitutiva, observável através de operações cognitivas ancoradas nas práticas, nas atividades verbais e não-verbais, nas negociações dentro da interação (p. 17).

Cavalcante *et al.* (2014) mencionam que, nos textos escritos, em que a interação com o leitor não é feita durante a produção, a negociação ocorreria, por parte do escritor, ao antecipar ou projetar seus leitores pretendidos. O escritor precisaria fazer ajustes em seu texto de modo que fosse bem recebido pelos leitores, ou, como os autores dizem, “para que seu texto seja considerado pertinente e coerente” (p. 38). Tal objetivo determinará como será feita a construção referencial, como os referentes serão representados e quais processos de referenciação, como as recategorizações, por exemplo, serão adotados na organização do fluxo de informação.

Segundo Koch e Elias (2015), há três estratégias de referenciação envolvidas na construção dos referentes textuais (p. 125): a introdução (construção), a retomada (manutenção ou progressão) e a desfocalização.

A introdução ocorre quando temos a primeira menção ao objeto de discurso, que fica em foco no modelo textual. De acordo com as autoras, o referente textual pode ser totalmente novo no texto (ativação não ancorada) ou associado a alguma informação já presente no texto ou no contexto (ativação ancorada). Nesse caso, o falante/escritor poderá lançar mão de diferentes recursos, como anáforas indiretas, anáforas associativas e encapsuladores, na construção do objeto de discurso.

Uma vez que o referente foi introduzido, ele pode ser retomado para continuar em foco no modelo textual. Nessa segunda estratégia de referenciação mencionada por Koch e Elias (*op. cit.*), o falante/escritor pode fazer uso de pronomes e expressões nominais (definidas e indefinidas).

A desfocalização ocorre quando um novo objeto discursivo é introduzido, passando a ser o foco. O referente que estava em foco anteriormente continua disponível na memória dos interlocutores, sendo possível acioná-lo quando for necessário.

Cavalcante *et al.* (2014) esclarecem que a diferença entre a anáfora direta e a indireta é, respectivamente, poder ou não retomar o mesmo referente. Lé (2012) propõe, considerando os seis subtipos de anáforas indiretas apresentadas por Marcuschi (2005), uma nova classificação das anáforas indiretas reagrupando os subtipos em três tipos principais:

- a) Anáforas associativas: baseadas em papéis temáticos do verbo, baseadas em relações semânticas inscritas nos SNs, ativadas por esquemas cognitivos ou modelos mentais, ativadas por modelos do mundo textual;
- b) Anáforas pronominais esquemáticas: anáfora pronominal sem antecedente explícito;
- c) Encapsulamentos anafóricos: nominalizações; rótulos (LÉ, 2012, p. 31).

Os processamentos anafóricos e os de referência indireta promovem continuidade temática ou referencial. Para Marcuschi (1999), é essencial entender que um texto constrói-se e desenvolve-se com base na progressão tópica e na progressão referencial. Bezerra (2003) esclarece que a progressão referencial diz respeito à cadeia referencial, ou seja, à introdução, manutenção e retomada dos referentes, e a progressão tópica diz respeito ao tópico discursivo tratado ao longo do texto. Porém, Marcuschi (*op.cit.*) explica que a continuidade referencial contribui para o desenvolvimento de um tópico, mas a presença de um tópico, apesar de oferecer condições, não é capaz de garantir a continuidade referencial.

Ao tratar do princípio da informatividade, adotaremos a classificação de Prince (1981). A autora apresenta um modelo³ sobre a natureza da informação em que uma entidade pode ser nova (aquela que é introduzida pela primeira vez no discurso), evocada (em bases textuais ou com base na situação) ou inferível (informação possível de se depreender por raciocínio lógico).

Diferentes autores exploraram em seus estudos a relação entre a posição do SN na sentença e o estatuto informacional. Prince (1981, 1992) constatou que sujeitos canônicos (antepostos ao verbo) tendem a representar informações velhas. Chafe (1987) propõe que o ponto de partida geralmente é um referente evocado, presente na memória recente, o que o autor chamou de “Restrição do Ponto de Partida Leve”. Segundo os resultados de Wasow e Arnold (2003), os falantes iniciariam seus discursos com constituintes mais fáceis de produzir e

³ Segundo o modelo apresentado por Prince (1981), as entidades novas, inferíveis e evocadas se subdividem em novas ancoradas/não ancoradas, inferíveis incluídas/não incluídas e evocada textualmente/situacionalmente. Para o presente trabalho, adotamos apenas a distinção entre nova/inferível/evocada.

compreender, enquanto os mais difíceis seriam introduzidos mais tarde – SNs curtos com referentes evocados seriam compreendidos de maneira mais fácil e, por isso, apareceriam no início da sentença, enquanto haveria uma tendência de SNs longos com referentes novos encerrando-a.

Antes de passarmos para a análise dos resultados, se faz necessário especificar o material analisado.

DESCRIÇÃO DO CORPUS

O presente trabalho consiste em uma análise de corpus, sendo este composto por quinze LDs de História, 5 de cada nível, de diferentes editoras, destinados aos 6º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio. A amostra é composta por edições recentes – publicadas entre os anos 2006 e 2016 – e aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).⁴

Limitamos a análise a um tema de cada livro por entendermos não se fazer necessário o uso de todo o livro, a partir da constatação de certa recorrência na composição dos capítulos. Os temas escolhidos estão distribuídos em capítulos (ou partes de capítulos) sobre “As civilizações da Mesopotâmia” – LDs do 6º ano do EF –, “A Primeira Guerra Mundial” – LDs do 9º ano do EF – e “A Segunda Guerra Mundial” – LDs do 3º ano do EM. Buscamos traços comuns entre os temas. Assim, nos três níveis, os temas tratam de conflitos/disputas territoriais envolvendo várias nações.

Nas três amostras desta pesquisa, os livros investigados possuem uma linguagem clara, simples e impessoal, mas é possível observar algumas diferenças em relação à forma como os tópicos são menos ou mais desenvolvidos, ou seja, apresentados de maneira mais breve ou mais detalhada.

A composição do capítulo, como um todo, se assemelha a uma página da web, em que o aluno tem disponíveis diversos links, podendo acessá-los quando quiser – o que aproximaria o livro do que lhe é mais familiar atualmente: a

⁴ O PNLD é um programa do governo responsável por fornecer os livros didáticos (além de outros materiais de apoio, como dicionários e obras literárias) adotados nas escolas públicas nas três etapas do ensino básico: Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio. A cada ano, o PNLD avalia os livros destinados a um dos níveis mencionados. As editoras inscrevem as coleções para serem analisadas e apenas aquelas que atendem os critérios impostos pelo PNLD são aprovadas. As escolas recebem um Guia do Livro Didático com as coleções aprovadas. Cada escola tem autonomia na escolha dos livros. Os livros distribuídos nas escolas públicas são adquiridos com verba do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

página da web. Ao longo do texto, sempre há remissão a outras partes do capítulo. Todos os elementos que envolvem o texto principal têm a finalidade de contribuir para o desenvolvimento daquele tópico, de motivar o interesse do leitor, mas é o texto principal o responsável por conduzir o tema. Por isso, é nele que nos concentramos.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Organização tópica

Nos LDs analisados, os textos possuem uma apresentação semelhante (além do texto principal, a presença de imagens e *boxes* com informações adicionais opcionais e sem uma ordem fixa), mas diferem em relação a quais pontos são abordados e quão desenvolvidos eles são. Mesmo havendo variação na extensão dos textos analisados dentro de cada amostra, observamos um aumento no volume de texto⁵ à medida que o LD se destina a alunos mais experientes.

Mesmo cada livro possuindo uma maneira própria de abordar os temas (desenvolvendo mais cada tópico ou sendo mais sucinto), foi possível identificar traços recorrentes nos textos analisados:

- Comparação com conteúdos abordados nos livros anteriormente;
- Palavras-chave que se repetem ao longo do texto;
- Indicações para orientar a leitura através de pequenas sequências injuntivas: “veja ilustração na página 97”, “como se pode ver na figura abaixo”, “como veremos a seguir”, “veja o boxe”, “veja o mapa da página ao lado”, “veja o Algo a mais a seguir” etc.;
- Estratégias para destacar/enfatizar: “o primeiro código escrito de leis de que se tem notícia”, “o maior”, “o mais importante”, “o mais famoso deles” etc.;
- Estratégias para esclarecer/elucidar: “ou seja”, “isto é”, “isso queria dizer o seguinte”, “por exemplo” etc.;
- Estratégias para dar credibilidade aos fatos relatados, à semelhança de um “argumento de autoridade”, seja mencionando especialistas de forma mais vaga (“pesquisadores europeus”, “arqueólogos e historiadores”, “Para alguns analistas”) ou mais específica (“segundo o historiador e

⁵ Para comprovar tal observação, foi feito o somatório do número de palavras dos 5 LDs que compõem cada nível – 6º ano do EF: 7.900 palavras; 9º ano do EF: 12.502 palavras; 3º ano do EM: 17.629 palavras.

general soviético Dmitri Volkogonov”, “o militar e arqueólogo inglês Henry Creswicke Rawlison”, “Georg Friedrich Grotefend, secretário da Biblioteca Imperial de Goettingen (Alemanha)”); seja mencionando pesquisas/estudos (“Estudos recentes”, “Documentos da época”, “Segundo alguns cálculos”);

- Estratégias para envolver o leitor: através do uso de perguntas (“Como fazer para proteger as plantações?”) e do uso da segunda pessoa (“conforme você observou no mapa do “Olho mágico”).

Assim como foi observado em Jubran et al. (1992) em relação à troca de turnos na conversa espontânea, no texto escrito, na transição de uma seção para outra, observa-se com frequência uma organização estrutural: um elemento projeta a continuação tópica na seção seguinte, como pode ser visto no exemplo a seguir – a introdução dos referentes relacionados aos babilônios ocorre no final do último parágrafo da subseção anterior:

- 1) Por volta de 2100 a.C., o Império Acádio entrou em crise. Invasões estrangeiras conjugadas com disputas internas provocaram sua fragmentação. Após um período de prolongados conflitos, por volta do século XVIII a.C., o rei da Babilônia, **Hamurabi**, realizou uma série de conquistas criando na região o **Primeiro Império Babilônico**, como veremos a seguir.

Os babilônios

Para governar povos tão diferentes, Hamurabi fez editar o primeiro código escrito de leis de que se tem notícia: **o Código de Hamurabi**. (*Ritmos da história* – 6º ano)

Dando continuidade à análise, apresentamos, a seguir, os resultados relacionados ao tópico/referente.

Progressão tópica/referencial

Como dito anteriormente, um dos objetivos deste trabalho é averiguar como a continuidade referencial pode contribuir para a manutenção do tema. Koch e Elias (2015) diferenciam a *referenciação* da *progressão referencial* (p. 123). De acordo com as autoras, o primeiro termo refere-se à introdução de novos objetos de discurso. Já a progressão referencial trata das retomadas e da introdução de novos referentes ancorados em informações já presentes no texto. Ambos os processos interferem na continuidade do tópico.

Iniciaremos a apresentação dos resultados com as estratégias utilizadas na elaboração do texto para a manutenção do tópico discursivo, como retomadas por SN (pelo mesmo item lexical ou por recategorizações), pronomes ou anáfora zero. Dando continuidade às análises, nos concentraremos nos SNs encapsuladores (SN capaz de resumir ideias ou porções do texto) e SNs complexos (SNs com dois ou mais itens lexicais).

Estratégias de retomada

Ao fazer o levantamento das estratégias escolhidas pelos autores dos LDs para garantir a manutenção do tópico discursivo, notamos a preferência pelas retomadas por SN – 6º ano do EF: 68%; 9º ano do EF: 81,30%; 3º ano do EM: 84,50% – (principalmente através da repetição). Muito raramente os autores recorrem ao uso de pronomes – apenas em circunstâncias em que a proximidade é tal que não daria margem à ambiguidade. A anáfora zero também não é um recurso muito comum no material analisado.

Ao comparar os LDs do início do segundo segmento com as séries mais avançadas (9º ano do EF e 3º ano do EM) observamos um aumento no uso de nomes nas duas amostras destinadas aos anos finais.

Vejamos um exemplo⁶ extraído de um LD do 6º ano do EF:

2) Astronomia

Os mesopotâmicos não diferenciavam a **astronomia** da **astrologia**. Para eles, os **astros celestes** eram sinais da vontade e do aviso dos deuses. Pela posição de uma **constelação** no céu, os mesopotâmicos buscavam sinais do início ou do fim de uma guerra, do futuro de um governante ou mesmo revelações sobre as características individuais de cada um.

Os mesopotâmicos foram capazes de prever os **eclipses do Sol e da Lua** e de elaborar um **calendário lunar de doze meses**. Os estudos dos **astros** feitos por esses povos se desenvolveram paralelamente com a agricultura, pois, para planejar a semeadura e a colheita, por exemplo, era necessário um calendário preciso.

Os progressos na **astronomia** e na agricultura foram possibilitados pelos conhecimentos matemáticos que os mesopotâmicos também desenvolveram. Eles criaram modelos de problemas de geometria e aritmética, que eram solucionados com fórmulas matemáticas. (*Projeto Araribá* – 6º ano do EF)

⁶ Usamos negrito para indicar a primeira menção e sublinhamos as retomadas. Em vermelho, temos as associações semânticas.

Os três parágrafos reproduzidos no exemplo (2) compõem a subseção “Astronomia”. A primeira menção a “Os mesopotâmicos” ocorre logo no início do texto e, ao longo dos parágrafos, o referente é retomado pelo pronome “eles”; através de uma recategorização (esses povos), como tópico secundário; mas o que predomina é a retomada pelo mesmo SN utilizado para introduzi-lo. Observe-se que, mesmo em um contexto de alta continuidade tópica e sem a interferência de outros participantes humanos, todas as retomadas foram preenchidas.

Ainda no exemplo (2), além das repetições, as associações semânticas (em itálico) garantem a coesão textual, fazendo com que o tópico “astronomia” se desenvolva sem dificultar a interpretação.

Observou-se, em todos os livros, a preferência por retomadas preenchidas e, muitas das vezes, pelo mesmo item lexical usado para introduzir o referente. Uma possível explicação para tal escolha seria o tipo de material que estamos analisando: por se tratar de material didático, haveria a necessidade de bastante clareza e a repetição seria o recurso adotado para alcançar esse objetivo.

Paredes Silva (2008), ao estudar a repetição como estratégia de continuidade de referência/referenciação nos gêneros jornalísticos artigos de opinião, crônicas e notícias, observa a recorrência da repetição e destaca seu papel coesivo e sua relevância na construção do significado e clareza do texto. Segundo a autora, a repetição possui “uma função importante como estratégia organizadora e estruturadora do tema do texto” (p. 342).

A partir da alta incidência de retomadas preenchidas, separamos as repetições⁷ propriamente ditas das recategorizações e constatamos que as retomadas são frequentemente expressas através de repetições nas três amostras, mas, quando se compara o 6º ano do EF com o 9º ano do EF e o 3º ano do EM, o uso da repetição cai – 6º ano do EF: 77,45%; 9º ano do EF: 65,70%; 3º ano do EM: 60,70% – ao passo que o uso de recategorizações aumenta – 6º ano do EF: 22,55%; 9º ano do EF: 34,30%; 3º ano do EM: 39,30%. Os autores dos LDs destinados aos anos finais mantêm a preferência por retomadas preenchidas por SNs, como pode ser visto no exemplo (3), mas a recategorização é mais presente em seus textos:

- 3) “Em abril de 1919, a Conferência da Paz de Versalhes aprovou a criação da **Liga das Nações** (também conhecida como Sociedade das Nações), atendendo à proposta do presidente dos Estados Unidos. Com sede em

⁷ Consideramos repetição o uso do mesmo item lexical. Caso o nome esteja distante da primeira menção e haja a presença de diferentes itens retomando o mesmo referente, o nome em questão será entendido como uma recategorização.

Genebra, na Suíça (país neutro na guerra), essa organização internacional iniciou suas atividades em janeiro de 1920, tendo como missão mediar os conflitos internacionais a fim de preservar a paz mundial. E, assim, Ø funcionou como árbitro mundial até 1946, quando Ø se autodissolveu, já que suas funções ficaram esvaziadas com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945.” (Piatã – 9º ano do EF)

No exemplo (3), retirado de um LD do 9º ano, a informação nova “a Liga das Nações” é retomada na frase seguinte pelo SN “essa organização internacional”, que ajuda a interpretá-lo, e, ao longo do parágrafo, por duas anáforas zero. Apesar de termos um contexto de alta continuidade tópica, assim como em (2), as autoras do LD Piatã optaram pela retomada preenchida por um SN, reforçando o tópico que estava sendo desenvolvido e esclarecendo melhor como interpretá-lo. Através da recategorização, o texto enriquece o conhecimento do aluno sobre aquele referente – ele precisará associar “a Liga das Nações” a “essa organização internacional”.

Perini (2010) destaca o “potencial referencial” do SN como “propriedade semântica básica”: o núcleo do SN seria o centro referencial e os demais elementos presentes na constituição do SN seriam os limitadores, especificando o referente. A seguir, nos concentraremos na análise dos sintagmas nominais.

SN encapsulador

O SN encapsulador, ou SN rótulo de acordo com Francis (1994), é um mecanismo que contribui para a progressão textual. Trata-se de um SN capaz de resumir e avaliar uma porção do texto já mencionada ou que ainda aparecerá no texto. Vejamos um exemplo:

4) “Preparação para a guerra

Os ressentimentos e as rivalidades entre os países europeus criaram um clima de desconfiança e tensão tão grandes que, cada vez mais, parecia inevitável o conflito armado. Para isso, valeram-se de **dois mecanismos**:

– formação de alianças: Em 1879, a Alemanha e o Império Austro-Húngaro se uniram em um acordo de defesa mútua e, a partir de 1882, a Itália se juntou aos dois países, formando a Tríplice Aliança (...).

– corrida armamentista: o período que antecedeu a eclosão da guerra ficou conhecido como paz armada, com os países preparando exércitos, adquirindo ou fabricando armas potentes e instituindo o serviço militar obrigatório.” (Piatã – 9º ano EF)

Em (4), o que o autor denomina como “dois mecanismos” é a porção de texto apresentada em seguida (a formação de alianças e a corrida armamentista). Veja que o SN encapsulador auxilia na organização do texto e na forma como a porção encapsulada deve ser interpretada: acontecimentos dos mais variados são englobados sob o título “dois mecanismos”.

Como Francis (1994) expõe, trata-se de um SN que resume ideias ou porções do texto, recategorizando-as e atribuindo-lhes uma designação e cumprindo uma função encapsuladora, assim como as nomeações (cf. CAVALCANTE, 2001).⁸ Koch (2014) menciona três funções dos rótulos: cognitiva (a possibilidade de encapsular e categorizar fornece ao leitor/ouvinte um novo objeto de discurso), de organização textual (auxilia na progressão tópica) e de orientação argumentativa (a escolha lexical confere uma avaliação ao segmento encapsulado) (p. 69). O novo objeto de discurso, ao mesmo tempo que remete a uma informação dada, encerrando o tópico, já faz a ponte com o tópico seguinte, ou, como explicam Koch e Elias (2015), esses SNs “introduzem mudanças ou desvios do tópico, preservando, contudo, a continuidade tópica, ao alocarem a informação nova dentro do quadro da informação dada” (p. 140).

O SN encapsulador pode ser catafórico (quando faz menção a uma ideia que ainda aparecerá no texto, caso do exemplo (4)) ou anafórico (quando se refere a uma porção de texto anterior), como em (5):

- 5) “O militarismo caracterizou os nacionalismos desse período. Isso gerou uma situação contraditória, chamada pelos historiadores de paz armada. A expressão significava que, diante do risco de guerra, os governos das potências europeias estimularam a produção de armas e fortaleceram suas forças militares (ou seja, seus exércitos, tropas navais etc.). **Esse processo** representou o início de uma corrida armamentista.” (*Historiar* – 9º ano do EF)

Enquanto em (4), o que o autor chama de “dois mecanismos” é mencionado posteriormente, em itens separados, no exemplo (5) as informações apresentadas no início do parágrafo são retomadas no final sob o rótulo de “esse processo”. Nas três amostras, encontramos mais rótulos catafóricos – 6º ano do EF: 57,15%; 9º ano do EF: 58,30%; 3º ano do EM: 88,88% – que anafóricos – 6º ano do EF: 42,85%; 9º ano do EF: 41,70%; 3º ano do EM: 11,12%.

⁸ Para Cavalcante, “a nomeação, que consiste numa operação de encapsulamento de porções textuais de extensão variada, desempenha um importante papel de organização de informações no discurso, bem como, às vezes, de veiculação de conteúdos de valor axiológico” (CAVALCANTE, 2001, p. 127).

Os levantamentos das ocorrências demonstram que o SN encapsulador catafórico é uma estratégia bastante empregada pelos autores dos LDs: considerando os 3 níveis, 65% dos rótulos são catafóricos. Esse resultado leva a crer que o uso de SNs catafóricos é um traço do discurso didático: esse recurso orienta o estudante pelo texto pois adianta como a informação seguinte deve ser interpretada – no caso, como “dois mecanismos”, (4), ou como “dois fatos” que tiveram forte impacto no desenrolar da guerra, (6). Bezerra (2010), ao estudar SNs rotuladores em LDs de História das décadas de 1960, 1980 e 2000, verificou um aumento no uso de rótulos catafóricos ao longo das décadas. A autora também defende que a adoção de tal recurso poderia ser uma estratégia empregada pelo autor do LD para tornar o texto mais didático:

6) “No ano de 1941, ocorreram **dois fatos que mudaram totalmente os rumos e a dimensão do conflito:**

– Invasão alemã à União Soviética – no dia 22 de junho, rompendo acordos anteriores, tropas alemãs invadiram a União Soviética, o que motivou a reação militar soviética contra os nazistas.

– Ataque japonês a Pearl Harbor – no dia 7 de dezembro, pressionados pelos embargos econômico e de fornecimento de petróleo por parte do governo dos Estados Unidos, os japoneses atacaram a base militar estadunidense de Pearl Harbor, no Havaí. No dia seguinte, o Congresso dos Estados Unidos aprovou a declaração de guerra contra o Japão.” (*História global* – 3º ano do EM)

Em (6), o conteúdo referente ao SN encapsulador, assim como no exemplo (4), é apresentado posteriormente em tópicos, ao invés de parágrafos – mais uma forma de facilitar a interpretação do leitor. Apesar de a semântica do núcleo ser neutra (“fatos”), o SN possui uma oração que imprime uma carga avaliativa à porção do texto encapsulada: os autores do LD indicam que o que será exposto não são fatos quaisquer, mas, sim, de extrema relevância para o que está sendo relatado.

Segundo Koch (2014), todo SN encapsulador possui uma carga avaliativa, mesmo aqueles considerados “neutros” (rótulos de conteúdo), pois representam a intenção do escritor/falante em relação a como aquele fragmento textual deve ser interpretado. Ao verificar a semântica do nome-núcleo dos SNs encapsuladores, constatamos a preferência dos autores por núcleos pouco avaliativos (6º ano do EF: 71,40%; 9º ano do EF: 66,70%; 3º ano do EM: 77,80%), com nomes mais gerais (como “mecanismo”, “processo”, “fato”, nos exemplos (4), (5) e (6)).

Entretanto, encontramos também exemplos de SNs com núcleo distante da neutralidade:

- 7) “Economistas, industriais e proprietários de terras europeus do final do século XIX afirmavam repetidamente que o continente vivia uma longa e assustadora depressão econômica. Eles lamentavam a queda de preços e a diminuição dos lucros do comércio causadas pelos **graves problemas que atingiam a produção agrícola**.

O preço do trigo no mercado, por exemplo, correspondia, em 1894, a um terço do alcançado em 1867. A produção vinícola da França, afetada por pragas nas plantações, diminuiu dois terços de 1875 a 1889. Famintos e sem terras, camponeses rebelaram-se em vários locais (como na Irlanda e na Sicília) e migraram para as cidades ou para outros países, reduzindo ainda mais a capacidade de produção no setor agrícola.” (*Estudar história* – 9º ano do EF)

Em (7), o núcleo do SN (“problemas”) – intensificado pelos modificadores (“graves” e “que atingiam a produção agrícola”) – orienta o leitor sobre como deve ser interpretada a informação contida no parágrafo seguinte: a queda no preço do trigo, as pragas nas plantações, a falta de alimentos e a migração dos camponeses são descritos pelo autor como “graves problemas”.

Bezerra (2010), ao estudar os SNs rotuladores em LDs de História do Brasil, constatou que a maioria dos modificadores compondo o SN encapsulador (como *interessante, importante* etc.) não acrescentava características marcantes ao núcleo. Quanto à semântica do núcleo do SN, a maioria se enquadrava em nomes mais gerais. A autora apresenta como possível interpretação para tais resultados o fato de o gênero LD usar o discurso pedagógico e buscar facilitar o acesso aos conteúdos pelos alunos.

Em 75% dos SNs encapsuladores da nossa amostra, o núcleo é acompanhado por um modificador. Nos LDs do 6º ano do EF, encontramos SNs rótulos com poucos modificadores avaliativos e a semântica do nome-núcleo mais geral.

Já nos LDs dos últimos anos do EF e do EM, destinados a alunos supostamente mais experientes, os SNs encapsuladores representam escolhas vocabulares mais cuidadosas: mesmo nos casos em que a semântica do nome-núcleo é mais geral, a presença de modificadores avaliativos contribui para a orientação argumentativa, como ocorre em (8):

- 8) “A escassez de alimentos trouxe **consequências desastrosas**, sobretudo para as crianças e os idosos. Nas grandes cidades, houve surto de tuberculose e de outras doenças que vitimaram a população. À medida que a guerra avançava e o território japonês era constantemente assolado pelos bombardeios norte-americanos, a falta de alimentos no país agravava-se ainda mais” (*Conexões com a História* – 3º ano do EM)

No exemplo acima, o que o autor denomina como “consequências desastrosas” são as doenças (“surto de tuberculose e de outras doenças”) e a redução de alimentos disponíveis (“falta de alimentos no país agravava-se ainda mais”). Os dois fatos descritos poderiam ter sido encapsulados apenas por “consequências”, mas, com o modificador, o autor expõe seu ponto de vista – o que pode influenciar na forma como o leitor interpretará essa informação.

Através dos exemplos, é possível notar diferenças em relação à orientação argumentativa dos SNs rotuladores. Encontramos nos LDs do início do EF um predomínio de rótulos de baixa carga argumentativa, tendendo à neutralidade. Já as escolhas lexicais dos autores dos LDs do final do EF e do EM costumam direcionar a interpretação do leitor, seja pelo núcleo mais avaliativo ou pela presença de modificadores.

Em alguns casos, a orientação argumentativa não se encontra no SN rótulo, mas na porção de texto encapsulada. Em (9), a seguir, os termos “*descontentamento social*”, “*agitações sociais e a depressão econômica*” e “*sentimentos revanchistas*” fornecem pistas em relação ao ponto de vista do autor, ou seja, sugerem que os “outros efeitos” devem ser interpretados como negativos. Tal orientação argumentativa não se encontra no material destinado ao 6º ano:

- 9) “Esse primeiro conflito internacional envolvendo países de todos os continentes produziu **outros efeitos**:
- os Estados Unidos tornaram-se a potência mais poderosa do mundo, a principal credora dos países europeus e o centro econômico do mundo capitalista;
 - a Rússia realizou a Revolução Socialista;
 - na Europa devastada pela guerra, o *descontentamento social* era cada vez maior, abrindo espaço para greves e o crescimento de partidos socialistas e trabalhistas;
 - *as agitações sociais e a depressão econômica* levaram à formação de governos autoritários e ao surgimento do nazismo e do fascismo, poucos anos depois;

– os tratados de paz impostos pelos aliados aos perdedores, especialmente à Alemanha, estimularam os *sentimentos revanchistas*, preparando terreno para um novo conflito internacional: a Segunda Guerra Mundial.” (*Piatã* – 9º ano do EF)

Cortez e Koch (2013) mencionam que a “neutralidade” presente em textos mais formais, (textos informativos e científicos, por exemplo) seria uma “tentativa de causar um ‘efeito de objetividade’ por parte do locutor-enunciador, como se as coisas fossem representadas ou contadas por si só nessa aparente correspondência com o mundo e com uma só verdade” (p. 15).

Martin e White (2005) observaram uma aparente imparcialidade jornalística, que também se reflete no LD de História. Segundo os autores, apesar do texto no LD apresentar os acontecimentos como “um relato não-problemático, ‘factual’ de eventos passados”, os escritores desses LDs, através de avaliações implícitas, orientam como o leitor deve se posicionar diante dos fatos relatados (p. 184). Dando continuidade à análise, examinaremos os SNs complexos (o SN formado por, pelo menos, dois itens lexicais).

SN complexo

Paredes Silva (2011), Ximenes (2013), Oliveira (2014) e Santos (2015) são alguns dos pesquisadores que também desenvolvem estudos que envolvem a correlação entre SNs complexos e outros gêneros discursivos, tais como notícias, artigos de divulgação científica, blogs de opinião esportiva e editoriais de jornais e de revistas. Chamamos, neste trabalho, de SN complexo tanto o SN que apresenta dois ou mais itens lexicais, podendo ser formado apenas pelo núcleo e um modificador – SN de baixa complexidade, como em (10) – até aquele com estrutura mais complexa, em (11) – com um ou mais encaixes, tornando o SN não só mais extenso, mas também com uma carga informacional maior:

- 10) “[*O regime nazista*] preparou a Alemanha para a guerra.” (*História 3* – 3º ano)
- 11) “[*As autoridades dos governos da França e da Inglaterra*] não se manifestavam energicamente contra as ações dos nazistas.” (*História global* – 3º ano)

Em trabalhos anteriores (OLIVEIRA, 2015, 2015a; OLIVEIRA; PAREDES SILVA, 2015), tendo como corpus apenas livros do início do segundo segmento do EF (6º ano), os SNs foram separados em dois grupos: com ou sem nominalizações. O interesse pela nominalização se justifica por tratar-se

de um mecanismo de coesão textual típico da modalidade escrita capaz não só de retomar o que foi dito anteriormente como de compactar informações (cf. CHAFE, 1982). Por esse motivo, as nominalizações também propiciariam a ocorrência de SNs mais complexos, uma vez que, assim como os verbos, os nomes podem projetar argumentos:

- 12) “Mas o que tornou os assírios mais conhecidos foi [*o uso de crueldade contra os adversários*].” (*História: sociedade & cidadania* – 6º ano do EF)
- 13) “[*A substituição do trabalho masculino pelo feminino*] levou a [*o crescimento do movimento das mulheres por direitos políticos*].” (*Piatã* – 9º ano do EF)
- 14) “Com isso, houve [*um enorme esforço de modernização das indústrias de base e militar*].” (*Ser protagonista* – 3º ano do EM)

O levantamento dos SNs complexos nos LDs de História do 6º ano mostrou que apenas 34,2% dos SNs possuía nominalização na sua composição. Partindo do reconhecimento do SN complexo como um recurso próprio da escrita cuidada, esperávamos uma porcentagem maior de SNs com nominalizações nas amostras dos anos finais. Surpreendentemente, o resultado foi outro: nas três amostras, a incidência dos SNs com nominalizações foi bem próxima.

Os dados encontrados revelam uma leve queda na frequência de SNs com nominalizações nas amostras do 9º ano do EF e 3º ano do EM (9º ano do EF: 29,90%; 3º ano do EM: 28%), contrariando nossas expectativas de aumento acompanhando as séries. Partindo desse resultado, analisamos os SNs complexos com nominalização a fim de verificar se o nível do LD influenciaria na composição do SN. Com o intuito de responder tal questionamento, a análise foi feita a partir do levantamento dos SNs complexos com nominalização, observando também a constituição do SN e a relação entre a posição do SN na sentença e a informatividade.

Nos trabalhos citados anteriormente sobre os LDs do 6º ano, foi possível perceber a baixa complexidade dos SNs com nominalização: não são muito extensos, apresentam, à semelhança de textos mais informativos como notícias (PAREDES SILVA, 2011), artigos de divulgação científica (XIMENES, 2013), blogs de opinião esportiva (OLIVEIRA, 2014) e editoriais de jornais e de revistas (SANTOS, 2015), poucos encaixes e a maioria das nominalizações projeta apenas um argumento.⁹ Todas essas características parecem ser estratégias para

⁹ De um modo geral, a nominalização com apenas um argumento tende a ser a mais comum na língua.

tornar o texto mais acessível – o que condiz com as características da escrita do texto didático mencionadas por Bittencourt (2011): explicações simples e não muito longas; que levem em conta o tamanho das frases e a quantidade de informações que será apresentada e reiterada no texto.

No entanto, ao analisar a estrutura dos SNs complexos com nominalização nas demais amostras, encontramos resultados muito próximos daqueles vistos nos LDs do 6º ano: o predomínio de SNs com 1 ou 2 encaixes e o predomínio de apenas 1 projeção argumental.

Somente em relação ao número de itens¹⁰ obtivemos uma diferença um pouco mais significativa, acima de 10%. Os resultados revelaram predomínio no uso de SNs com nominalização pouco complexos, com 2 a 3 itens lexicais, nos LDs destinados aos anos finais do EF (49,8%) e do EM (51,8%) – nos LDs destinados ao 6º ano do EF obtivemos 38,6% de SNs com 2 a 3 itens lexicais. Os eventos retratados – Primeira e Segunda Guerra Mundiais – envolvem uma sucessão de fatos com vários personagens e lugares diferentes que são constantemente retomados ao longo de todo o capítulo – o que não ocorre nos textos sobre a Mesopotâmia, por exemplo.

Lembremos que os temas analisados nos três conjuntos de livros tratam de conflitos envolvendo diversas nações e que favorecem o acúmulo de elementos num mesmo SN, mas a duração dos episódios expostos é bem distinta: enquanto nos LDs do 6º ano do EF, o tema “Mesopotâmia” abarca acontecimentos entre ±3000 a.C e ±539 a.C; a Primeira Guerra ocorre entre os anos 1914 e 1918 e a Segunda Guerra entre 1939 e 1945. Embora sejam relatadas as causas que levaram às guerras, ainda assim os períodos que precedem os conflitos não chegariam a um século. Enquanto os textos do 6º ano abordam um período histórico longo – distante da realidade do aluno, quase como se fosse uma ficção – em poucas páginas (os textos possuem uma média de 1.580 palavras), os textos do 9º ano do EF e do 3º ano do EM tratam de períodos mais curtos – fatos da Idade Contemporânea – em textos mais extensos (possuem, em média, respectivamente, 2.500 e 3.500 palavras). O aluno do 6º ano do EF tem, em média, 11-12 anos – um texto muito extenso provavelmente não seria muito bem recebido por esse jovem leitor. Já os textos do 9º ano do EF e do 3º ano do EM, por tratarem de acontecimentos que podem ter desdobramentos até os dias de hoje (Primeira e Segunda Guerras Mundiais), despertariam maior interesse, resultando em textos mais longos.

¹⁰ Foram considerados itens lexicais os substantivos, adjetivos, verbos, advérbios, numerais, pronomes não átonos e as preposições de maior carga semântica, como *contra* e *perante*, por exemplo.

Considerando todos esses fatores (extensão do texto, período histórico abordado e perfil do leitor), os autores dos LDs destinados ao 6º ano do EF recorreriam aos SNs com nominalização mais extensos – não necessariamente mais complexos – associando vários tópicos em uma só sentença. Dessa forma, o uso de SNs mais extensos seria uma estratégia para compactar um volume considerável de informações em poucas páginas. Além disso, as orações adjetivas também tornam o SN mais longo sem torná-lo muito complexo, como podemos notar no exemplo a seguir:

- 15) “[Os textos em escrita cuneiforme mais importantes que foram descobertos] são os da biblioteca de Nínive, antiga capital da Assíria, situada no norte da Mesopotâmia.” (*Projeto Araribá* – 6º ano)

Os casos de SNs complexos com nominalização mais extensos são pouco comuns nos três níveis analisados:

- 16) “Apesar da riqueza desse período, novas ondas invasoras, revoltas internas e a morte de Hamurabi favoreceram [a crise do primeiro Império Babilônico e sua fragmentação].” (*Ritmos da História* – 6º ano do EF)
- 17) “A essas derrotas acrescentaram-se [o desastre alemão em Stalingrado e uma importante vitória da Marinha dos Estados Unidos contra os japoneses na batalha de Guadalcanal], nas ilhas Salomão, em fevereiro de 1943” (*História* – 3º ano do EM)

Nos exemplos acima, graças às nominalizações, vários tópicos previamente abordados são retomados. Eles aparecem correlacionados através de coordenações – são SNs longos, mas de complexidade relativamente baixa, por terem núcleos coordenados.

Em relação à informatividade, adotando a classificação de Prince (1981), as informações foram consideradas novas, evocadas ou inferíveis. Observamos, nos livros estudados, alta incidência de inferíveis – 6º ano do EF: 84,30%; 9º ano do EF: 41,95%; 3º ano do EM: 65,60%.

Uma justificativa para tal resultado pode ser a sequência de vários parágrafos no desenvolvimento de um assunto – o SN pode ter um referente novo, mas ancorado em algo já presente, como no exemplo (18) em que temos “os sobreviventes das unidades alemãs se renderam” e “a primeira derrota importante de Hitler”, informação inferível. Essas associações semânticas auxiliam na evolução do tópico discursivo. Ao mesmo tempo, apelam ao raciocínio lógico do leitor:

- 18) “Em Stalingrado, a batalha se deu nas ruas da própria cidade, onde o exército alemão, composto por 285 mil soldados, foi cercado por forças soviéticas. Em janeiro de 1943, depois de vários meses de intensos combates, *os sobreviventes das unidades alemãs* – cerca de 91 mil soldados e 24 generais – se renderam às forças soviéticas. A batalha de Stalingrado foi *a primeira derrota importante de Hitler* no continente europeu” (*História* – 3º ano do EM)

Prince (1981, 1992), Chafe (1987) e Wasow e Arnold (2003), são autores que correlacionam, de algum modo, extensão do SN, sua posição na sentença e status informacional. Seus trabalhos apontam que, no caso da extensão, o sujeito, como “ponto de partida”, tende a ser mais breve que o que vem no predicado. Quanto à informatividade, os estudos desses autores têm comprovado que a informação nova tende a ser apresentada depois da informação velha.

Por isso, foram feitos dois cruzamentos para verificar a relação entre a informatividade, a posição e a extensão do SN complexo. Nossos resultados vão na mesma direção das colocações de Prince (1992), Chafe (1987) e Wasow e Arnold (2003). Apesar de não termos SNs muito complexos, foi possível verificar mais SNs curtos com informação evocada iniciando as sentenças, enquanto os SNs mais longos, com informações novas tendem a aparecer pospostos aos verbos, como pode ser observado no exemplo a seguir:

- 19) “A Primeira Guerra Mundial

Embora tenha começado como **um conflito europeu**, a Grande Guerra, como foi chamada na época, envolveria também vários outros países do mundo. Assumiu, assim, contornos mundiais. Foi só depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a ser estudada no próximo capítulo, que a Grande Guerra ficou conhecida como Primeira Guerra Mundial.

[*O estopim do conflito*] foi [o assassinato do príncipe herdeiro do Império Austro-Húngaro] em junho de 1914. [*O crime*] ocorreu na cidade de Sarajevo, capital da Bósnia-Herzegovina, província da península Balcânica dominada pelo Império Austro-Húngaro. [*Seu autor*] foi um estudante nacionalista bósnio ligado a uma organização secreta apoiada pelo governo da Sérvia. Exatamente um mês depois desse fato, o governo austro-húngaro declarou Guerra à Sérvia” (*Projeto Teláris* – 9º ano do EF)

Em (19), o supertópico que será desenvolvido nos parágrafos seguintes é introduzido através do SN “um conflito europeu”, em negrito. Observe que o SN com a informação nova tem como determinante um artigo indefinido. Ao longo

do primeiro parágrafo, temos os SNs “a Grande Guerra” e “Primeira Guerra Mundial” retomando o referente em questão e reforçando o supertópico que será desenvolvido no capítulo estudado. O parágrafo seguinte se inicia com uma informação inferível – “o estopim do conflito” – em que o modificador do SN é o mesmo item lexical usado para introduzir o supertópico. Logo após o verbo, temos um SN extenso introduzindo a informação nova – informação retomada na sentença seguinte através do SN “o crime”. A sentença subsequente se inicia com uma anáfora indireta – informação inferível – “seu autor” (autor do crime). O parágrafo se encerra com o SN “esse fato” fechando os fatos relatados até então, dando sequência às suas consequências.

Através dos resultados encontrados, não é possível verificar uma correlação clara entre a extensão e a posição do SN: desde os SNs com apenas 2-3 itens lexicais até os mais extensos, há um predomínio de SNs pospostos. A correlação é mais clara entre o estatuto informacional e a posição do SN: predominância de SNs com informação nova ou inferível na posição final (96,30% e 78,20%, respectivamente) e com informações evocadas iniciando a frase (58,80%). Tais resultados apontam mais uma evidência de que na escrita o inferível tende a comportar-se como novo.

Através dos SNs de baixa complexidade e da distribuição do peso à direita e à esquerda do verbo, é possível correlacionar os LDs de História a outro gênero igualmente dirigido ao público jovem: os artigos de divulgação científica (ADC) das revistas *Galileu* e *Superinteressante* (Ximenes 2013). A autora constatou que a ausência de SNs muito complexos nos ADC – gênero de caráter informativo – seria uma maneira de evitar que a leitura fosse comprometida, uma vez que o público-alvo dessas revistas é formado por jovens leigos com interesses variados. Os LDs de História também têm o objetivo de informar/ensinar de forma efetiva para um público-alvo formado por alunos jovens, provavelmente leitores não tão experientes. É lugar comum a discussão sobre a baixa proficiência dos alunos em leitura.¹¹ Assim como no gênero estudado por Ximenes (2013), os autores dos LDs devem converter as descobertas científicas em textos atraentes para leitores com interesses e conhecimentos prévios diversos.

¹¹ De acordo com os dados divulgados pelo INEP (http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/documentos/2016/pisa_brasil_2015_sumario_executivo.pdf), os resultados obtidos pelos alunos brasileiros no PISA 2015 (*Programme for International Student Assessment* – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) indicam que, numa escala até 7, 51% dos estudantes brasileiros estão abaixo do nível 2 em leitura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram observadas, neste capítulo, as estratégias usadas pelos autores de LDs de História para assegurar tanto a continuidade temática quanto a referencial, como o texto vai sendo construído, levando-se em consideração o leitor pretendido. Tal análise serviria como um “termômetro” relativo às expectativas dos autores quanto a proficiência dos alunos em relação à compreensão.

Explorar os recursos de continuidade no texto convida o leitor a acompanhar o desenrolar das ideias que vão sendo construídas através da integração de todos os elementos que compõem o capítulo (imagens, mapas, fotos, notícias etc.). Assim, vemos todos os constituintes do capítulo contribuindo para um mesmo propósito e conferindo-lhe unidade. Todos os elementos que envolvem o texto principal têm a finalidade de contribuir para o desenvolvimento daquele tópico, de motivar o interesse do leitor, mas é o texto central o responsável por conduzir o tema.

Apesar de o LD obedecer a norma padrão culta e ser um discurso planejado (OCHS, 1979), os textos dos LDs, no geral, não apresentam traços de gêneros mais formais ou acadêmicos. Os tópicos costumam ser desenvolvidos em poucos parágrafos, com retomadas dos referentes preenchidas – inclusive em contextos de alta continuidade tópica e sem a interferência de outros personagens – frequentemente, favorecendo a repetição; predomínio de SNs de baixa complexidade, com poucas nominalizações e poucos SNs encapsuladores.

Desde o início da vida escolar, convivemos com diversos materiais como fonte de informação (atlas, cartilhas, tabuadas, entre outros), sendo o livro didático o mais comum entre eles. Tagliani (2011) chama a atenção para o fato de que, em muitos casos, o LD é o único material para a prática de leitura a que o aluno terá acesso – seja no ambiente escolar, seja no familiar. Bittencourt (2011) destaca a dificuldade em definir o LD, mas, segundo a autora, “pela familiaridade de uso, é possível identificá-lo, diferenciando-o de outros livros” (p. 299).

Buscou-se, neste trabalho, demonstrar como estratégias de construção do texto estão presentes no desenvolvimento do tópico discursivo. A investigação de como ocorre a organização textual e a continuidade referencial, atentando para a constituição dos SNs complexos, foi feita com o intuito de identificar como o texto evolui de acordo com o provável amadurecimento do leitor pretendido. Além disso, buscou-se também avaliar o quanto a construção do texto do livro didático de História pode colaborar com a formação de um leitor mais crítico, capaz de considerar a informação apresentada e tirar suas próprias conclusões.

Para que a escola realmente forme um leitor mais crítico, espera-se que o aluno seja desafiado a sair do lugar comum e se tornar mais questionador. Apesar de os autores dos anos finais buscarem complexificar aos poucos o texto apresentado nos LDs, essa postura ainda parece ser insuficiente.

Além também de enriquecer a lista de trabalhos sobre gêneros, desejamos ter levantado algumas questões que possam nortear futuros trabalhos e que os resultados e discussões apresentados possam ser úteis para o professor de História, contribuindo para fazê-lo explorar melhor o texto com que trabalha em sala de aula ao explicitar para esse professor os diversos recursos ali embutidos.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Speech genres and other late essays**. Austin: Univ. of Texas Press, 1986.

BAWARSHI, A. S.; REIFF, M. J. **Gênero: História, Teoria, Pesquisa, Ensino**. São Paulo, Parábola, 2013.

BEAUGRANDE, R. de; DRESSLER, W. **Einführung in die Textlinguistik**. Tübingen: Niemeyer, 1981.

BENTES, Anna Cristina. Linguística textual. *In*: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.) **Introdução à Lingüística: Domínios e Fronteiras**, v.1 – 6. Ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

BEZERRA, Gabrieli Pereira. **Sintagmas nominais como rótulos em livros didáticos de História do Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ. Faculdade de Letras, 2010. Tese de Doutorado em Lingüística.

BEZERRA, Gabrieli Pereira. **A coesão lexical através de SN's em cartas pessoais**. Rio de Janeiro: UFRJ. Faculdade de Letras, 2003. Dissertação de Mestrado em Lingüística.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRAGA, S. M. A.; MORTIMER, E. F. Os gêneros de discurso do texto de Biologia dos livros didáticos de ciências. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v.3, n. 3, set.- dez. 2003.

BUNZEN, C. S. **Livro didático de Língua Portuguesa: um gênero do discurso**. Campinas: UNICAMP. Instituto de Estudos da Linguagem, 2005. Dissertação de Mestrado em Linguística Aplicada.

BUNZEN, C. S. Construção de um objeto de investigação complexo: o livro didático de língua portuguesa. **Estudos Lingüísticos** (São Paulo), v. 1, p. 557-562, 2005a.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. As nomeações em diferentes gêneros textuais. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. Campinas, SP, UNICAMP/IEL, 2001.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; BRITO, Mariza Angélica Paiva. **Coerência, referência e ensino**. São Paulo: Cortez, 2014.

CHAFE, W. Cognitive constraints on information flow. *In*: TOMLIN, R. (ed.). **Coherence and grounding in discourse**. Amsterdam, John Benjamins, 1987.

CHAFE, W. Integration and involvement in speaking, writing and oral literature. *In*: TANNED, D. (ed.). **Spoken and written language: exploring orality and literacy**. Norwood, N.J. Ablex, 1982.

CORTEZ, S. L.; KOCH, I. G. V. A construção do ponto de vista por meio de formas referenciais. *In*: Mônica Magalhães Cavalcante; Silvana Maria Calixto de Lima. (org.). **Referência: teoria e prática**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013, v. 1, p. 9-29.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

FRANCIS, Gill. Labelling discourse: an aspect of nominal-group lexical cohesion. *In*: COULTHARD, Malcolm. **Advances in Written text analysis**. London: Routledge, p. 83-101, 1994./Trad. Monica Cavalcante *et al.*; revisão Alena Ciulia. *In*: CAVALCANTE, M., RODRIGUES, B.; CIULLA, A. (orgs.). **Referência**. São Paulo: Contexto, p. 191-228, 2003.

HALLIDAY, M. A. K; HASAN, R. **Language, Context, and Text: Aspects of Language in a Social-Semiotic Perspective**. Oxford University Press, 1985.

JUBRAN, C. C. A. S. Revisitando a noção de tópico discursivo. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 48, n. 1, p. 33-41, 2006a.

JUBRAN, C. C. A. S.; URBANO, H. *et al.* Organização tópica da conversação. *In: ILARI, Rodolfo (org.). Gramática do português falado, v. 2: Níveis de análise linguística.* Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

KOCH, I. V. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

KOCH, I. V. **As tramas do texto.** São Paulo: Contexto, 2014.

KOCH, I.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender: os sentidos do texto.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual.** 18. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

LÉ, Jaqueline Barreto. **Referência e gêneros jornalísticos: sistemas cognitivos em jornal impresso e jornal digital.** Tese de Doutorado. Faculdade de Letras – UFRJ, 2012.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola, 2008.

MARCUSCHI, L. A. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. *In: KOCH, Ingedore V.; MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, D. (orgs.). Gêneros: Teorias, métodos, debates.* São Paulo: Parábola, 2005.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In: DIONÍSIO, A., MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.). Gêneros textuais e ensino.* Rio de Janeiro, Editora Lucerna, 2002.

MARCUSCHI, L. A. Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita no português brasileiro. *In: E. Gärtner; A. Schönberger (eds.). Estudos de linguística do texto.* Frankfurt am Main: TFM, 1999.

MARTIN, J. R. **Modelling big texts: a systemic functional approach to multigenicity.** *Network*, 21, 29-52, 2006.

MARTIN, J. R. e WHITE, P. **The language of evaluation: Appraisal in English.** London: Palgrave Macmillan. 2005.

MARTINS, Isabel. Analisando livros didáticos na perspectiva dos Estudos do Discurso: compartilhando reflexões e sugerindo uma agenda para a pesquisa. **Pro-posições**, Campinas, v. 17, n. 1 (49), p. 117-136, jan./abr. 2006.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. *In*: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

OCHS, E. Planned and unplanned discourse. *In*: GIVÓN, T. (ed.). **Syntax and semantics**, v. 12: Discourse and syntax. New York: Academic Press, 1979.

OLIVEIRA, Felipe Diogo de. **O uso de Sintagmas Nominais complexos em blogs de opinião esportiva brasileiros e argentinos**. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2014. Dissertação de Mestrado em Linguística.

OLIVEIRA, Talita Moreira. **O papel dos SNs na referenciação e organização tópica em livros didáticos de História**: comparação entre três níveis. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ. 2018.

OLIVEIRA, Talita Moreira. Nominalizações em livros didáticos de história. Comunicação. **III SILF – Simpósio Internacional de Linguística Funcional**. Rio de Janeiro, Brasil, 2015a.

OLIVEIRA, Talita Moreira. Sintagmas nominais complexos em livros didáticos de história. Comunicação. **IX Congresso Internacional da ABRALIN**. Pará, Brasil. 2015.

OLIVEIRA, T. M.; PAREDES SILVA, V. L. Constituição dos sintagmas nominais complexos em livros didáticos do ensino fundamental. Comunicação. **VIII SIGET – Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros**. São Paulo, Brasil, 2015.

PAREDES SILVA, V. L. O uso de Sintagmas nominais complexos em gêneros jornalísticos. Comunicação. **XVI Congreso Internacional de La ALFAL**. Alcalá de Henares, España, jun-2011.

PAREDES SILVA, V. L. Desfazendo um mito: a repetição na escrita e suas funções. *In*: RONCARATI, Cláudia Nívia; ABRAÇADO, Jussara (org.). **Português Brasileiro II: Contato lingüístico, heterogeneidade e história**. 1. ed. Niterói: EdUFF, 2008, v. 1, p. 334-344.

PAREDES SILVA, V. L. A continuidade de referência em gêneros da escrita e da fala no português brasileiro. *In: XXII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, 2007, p. 625-636.

PERINI, Mário A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PRINCE, Ellen. The ZPG Letter: Subjects, Definiteness and Information Status. *In: MANN, W.; THOMPSON, S. (eds.) Discourse Description: Diverse Linguistic Analysis of a fund-raising text*. John Benjamins, Amsterdam/Philadelphia, 1992, p. 295-325.

PRINCE, Ellen. Towards a taxonomy of given/new information. *In: COLE, P. (ed.). Radical Pragmatic*. N.York: Academic Press, 1981.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. *In: MEURER et al. Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo, Parábola, 2005.

SANTOS, L. C. **Da forma para a função: a correlação entre Sintagmas Nominiais Complexos e Editoriais**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras – UFRJ, 2015.

TAGLIANI, D. C. O livro didático como instrumento mediador no processo de ensino aprendizagem de língua portuguesa: a produção de textos. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 135-148, 2011.

WASOW, T.; ARNOLD, J. Post-verbal constituent ordering in English. *In: ROHDENBURG, G.; MONDORF, G. (ed.). Determinants of grammatical variation in English*. London: Mouton de Gruyter, 2003. p. 119-154.

XIMENES, Mariana Bastos. **O uso de Sintagmas Nominiais complexos em artigos de divulgação científica**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras – UFRJ, 2013.

Corpus de Livros Didáticos de História

ALVES, Alexandre. **Conexões com a História: da expansão imperialista aos dias atuais – 1ª ed.** – São Paulo: Moderna, 2010.

APOLINÁRIO, Maria Raquel. **Projeto Araribá: História, 6º ano – 3ª ed.** – São Paulo: Moderna, 2010.

AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. **Projeto Teláris: História: Séculos XX e XXI**, 9º ano – 2ª ed. – São Paulo: Ática, 2015.

BRAIK, Patrícia Ramos. **Estudar História: das origens do homem à era digital**, 9º ano – 2ª ed. – São Paulo: Moderna, 2015.

CAMPOS, Flávio de *et al.* **Ritmos da História, 5ª série** – 1ª ed. – São Paulo: Escala Educacional, 2006.

COTRIM, Gilberto. **História Global: Brasil e Geral: volume 3** – 1ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2010.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Historiar, 9º ano** – 2ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2015.

DREGUER, Ricardo; TOLEDO, Eliete. **Novo História: Conceitos e Procedimentos**, 6º ano – 2ª ed. – São Paulo: Atual, 2009.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História, 3º ano: ensino médio** – 1ª ed. – São Paulo: IBEP, 2013.

JÚNIOR, Alfredo Boulos. **História Sociedade & Cidadania**, 6º ano, 2ª ed. – São Paulo: FTD, 2012.

JÚNIOR, Alfredo Boulos. **História Sociedade & Cidadania**, 9º ano, 3ª ed. – São Paulo: FTD, 2015.

RIBEIRO, Vanise; ANASTASIA, Carla. **Piatã**, 9º ano. Curitiba: Positivo, 2015.

VAINFAS, Ronaldo *et. al.* **História 3** – 2ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2013.

VAZ, Valéria. **Ser protagonista: História**, 3º ano: ensino médio – 2ª ed. – São Paulo: SM, 2013.

VICENTINO, Cláudio. **Projeto Radix: História**, 6º ano – 2ª ed. – São Paulo: Scipione, 2013.

DO IMPRESSO AO DIGITAL A CORRELAÇÃO ENTRE SINTAGMAS NOMINAIS COMPLEXOS E O GÊNERO NOTÍCIA POLÍTICA

Lorena Cardoso dos Santos¹

INTRODUÇÃO

Este capítulo trata da correlação entre o uso de Sintagmas Nominiais Complexos (doravante SNC) e a constituição das notícias políticas, tanto em suporte impresso como digital.² É, portanto, uma análise comparativa, que parte da forma e chega à função, e usa o SNC como um dos parâmetros caracterizadores do gênero em estudo. A constituição e funções do SNC são avaliadas de forma qua-

¹ A professora Vera Paredes foi minha orientadora de IC, Mestrado e Doutorado. Nossos caminhos se cruzaram durante a disciplina de Linguística IV no ano de 2010, e já nessa altura fui terrível e definitivamente encantada pelos estudos linguísticos ligados aos gêneros textuais. O encantamento se deu por várias razões, todas elas ligadas ao profissionalismo, carinho, dedicação e conhecimento imensos da Vera. Sua reconhecida generosidade, bom humor e paciência foram responsáveis por toda a minha trajetória acadêmica na UFRJ. Cada café, livro emprestado, almoço no Burguesão e pedido para modalizar o discurso estão aqui, marcados na minha escrita e na minha vida. Obrigada por tanto e por tudo, Vera. Este livro é para e por você.

² Os resultados apresentados neste texto foram obtidos por Santos (2019) em sua tese de Doutorado. Este texto, de um modo geral, apresenta um recorte das investigações realizadas para o processo de doutoramento da autora.

litativa e quantitativa, tanto em aspectos formais como funcionais (cf. SANTOS, 2015, 2019). O uso de modificadores, sintagmas preposicionais, orações adjetivas e nominalizações é considerado por nós como um fator de peso (ou complexidade) no sintagma nominal (doravante SN). Desse modo, consideramos complexo aquele SN que possui dois ou mais itens lexicais. Veja o exemplo a seguir.

- 1) [...] Falou [*sobre a importância do aprimoramento do sistema multilateral de comércio*].³

O exemplo (1) apresenta um SN na posição pós-verbal, com encaixes recursivos de sintagmas preposicionais e uma nominalização, que acaba projetando mais constituintes. Portanto, do nosso ponto de vista, ele é complexo.

Além desses aspectos formais, o estatuto informacional (cf. PRINCE, 1981, 1992) também é investigado neste estudo, uma vez que este fator está em estrita correlação com a posição que o SNC ocupa na sentença e, de acordo com Wasow (1997), estruturas mais pesadas tendem a ocupar a posição à direita do verbo, numa posição de peso crescente, confirmando também o princípio do sujeito como ponto de partida leve de Chafe (1987).

O Funcionalismo americano é utilizado como nosso referencial teórico, assim como estudos ligados à Análise de Gêneros (cf. BAKHTIN 2003, 2014; MARCUSCHI, 2008; PAREDES SILVA, 2010, 2012). O SNC é analisado por nós dentro de um *continuum* de complexidade, indo do menos ao mais complexo, e os critérios adotados para aferição desta complexidade foram: (i) a estrutura composicional do SN; (ii) a posição desses SNC em relação ao verbo; e (iii) seus aspectos discursivo-funcionais.

Todos esses fatores relacionados tornam-se relevantes para o estudo do gênero notícia em geral, mas principalmente do gênero notícia política em específico, uma vez que as características encontradas no corpus investigado nos permitem afirmar que as notícias políticas se afastam de um possível protótipo de notícia (cf. VAN DIJK, 1992). Defendemos, portanto, que, além da clara influência que o suporte (cf. MARCUSCHI, 2008) possui sobre a composição do gênero, o uso de SNC também é fator decisivo para a construção das sequências textuais, mais ou menos narrativas, do gênero notícia política. Acreditamos, portanto, que há uma relação de mútua motivação, em que a estrutura (SNC) se correlaciona ao discurso (materializado no gênero) da mesma maneira que o discurso acaba motivando a escolha e o uso da estrutura nominal.

³ SNC retirado da notícia “*Aos Brics, Temer diz que estimulará economia com ajuste fiscal e reformas*” – site G1. Exemplo apresentado em Santos (2019).

REVISÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Nesta seção, faremos a descrição dos pressupostos teóricos adotados na pesquisa, assim como apresentaremos a metodologia empregada na análise. Destaco neste ponto que o aspecto formal da análise não nos interessa apenas nos fatores ligados à estrutura interna dos SNC, mas também no que se refere às questões tipológicas (ou seja, relativas ao tipo textual) próprias da narrativa presente nas notícias políticas.

A análise de Gêneros

Bawarshi e Reiff (2013, p. 99) afirmam que na atualidade existe uma “síntese brasileira” nos estudos de gêneros textuais/discursivos.⁴ De acordo com Bezerra (2016), essa síntese teria sido impulsionada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e pelo Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais (SIGET), sendo um modelo teórico alternativo que concilia diversas abordagens linguísticas, retóricas, sociológicas e pedagógicas.

Este trabalho se insere, portanto, nessa perspectiva múltipla de análise, com destaque nos referenciais do interacionismo sociodiscursivo bakhtiniano (cf. BAKHTIN, 2003). Além disso, também utilizamos os princípios propostos pelo aparato da Linguística Funcional ao realizarmos a análise dos elementos linguísticos que compõem a narrativa da notícia política. A visão de Bakhtin com relação aos gêneros discursivos é, antes de tudo, uma visão funcional da língua, tendo em vista que o gênero discursivo é atualizado na interação. Para nós, portanto, a união entre os estudos de gêneros e a Linguística Funcional é um caminho para o estudo da língua em uso.

Bakhtin define os gêneros discursivos como “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2003). Marcuschi (2008) afirma que gêneros “são realizações linguísticas concretas definidas por propriedades sócio comunicativas” (MARCUSCHI, 2008, p. 154). Ou seja, para ambos os autores, os gêneros discursivos, além de possuírem regularidades concretas observáveis pelos falantes/ouvintes/leitores, estão em ligação direta com os usos efetivos da língua, uma vez que são responsáveis por toda a nossa comunicação e interação social.

⁴ Sabemos que, a depender do referencial teórico adotado, a definição de gênero pode vir acompanhada do especificador *textual* ou *discursivo*. Reconhecemos as distinções existentes, contudo, para este estudo, os termos *textual* e *discursivo* serão tratados como formas alternantes.

Neste estudo, além da compreensão do que é um gênero discursivo, torna-se relevante também destacar a diferença que existe entre gênero textual e tipo textual, uma vez que a sequência narrativa também é foco de nossa análise.

A sequência narrativa

Quando se distingue gênero textual de tipo textual estamos, ao fim e ao cabo, diferenciando aspectos formais, mais relacionados à estrutura (tipos ou sequências textuais), de aspectos funcionais, relativos ao funcionamento durante a interação (gêneros textuais).

Gêneros textuais são, desde a perspectiva bakhtiniana do termo, definidos funcionalmente como práticas sócio-históricas existentes na sociedade. Por sua vez, o termo tipo textual está mais relacionado aos modos de combinação (formais) da língua que nos ajudam a organizar o discurso. Assim, para cada uma dessas estruturas, há um conjunto de traços linguísticos característicos (PAREDES SILVA, 1997).

Paredes Silva (*op. cit.*) define a sequência narrativa como aquela que se constitui por uma tendência a possuir verbos no pretérito perfeito em predicados de ação, organizando-se em torno de eventos referentes à primeira ou à terceira pessoa do discurso, ou seja, os traços formais geralmente associados às narrativas estão relacionados à temporalidade e à sequencialidade das ações.

As notícias apresentam em sua composição, predominantemente, sequências narrativas. É importante destacar que este estudo pretende verificar o grau de narratividade, ou status de narrativa, das notícias políticas, uma vez que, com a análise empreendida a partir do uso de SNC, as notícias políticas do corpus demonstraram uma complexidade estrutural e temática maior do que a encontrada em outros tipos de noticiários, como o noticiário local, aproximando esta categoria de notícias das características tipológicas presentes nos textos mais argumentativos, como o editorial.⁵

Reconhecemos que há, em diversos gêneros textuais, uma superposição de sequências tipológicas diversas, sendo que a segmentação e a distinção destas se-

⁵ A presença de SNC na composição textual de diversos gêneros dos domínios jornalístico e acadêmico tem sido investigada em uma série de pesquisas que vêm sendo orientadas e conduzidas por Paredes Silva (2008, 2012, 2010), como Santos (2015, 2014), Bastos (2013), Oliveira (2014), entre outras. Desse modo, após analisar comparativamente os resultados encontrados na análise das *notícias da cidade* (cf. SANTOS, 2014) e dos *editoriais de jornal e revista* (cf. SANTOS, 2015), pudemos perceber que a natureza das notícias também é um fator que provavelmente acaba influenciando nas escolhas estruturais do SNC.

quências muitas vezes se mostram tarefas bastante difíceis. Koch (1993) afirma que a argumentatividade pode ser encontrada em textos narrativos e descritivos (p. 20). Se a argumentação, de acordo com a autora, está presente em todo e qualquer discurso, acreditamos que este fator acaba se refletindo na estrutura e na composição tipológica dos gêneros textuais.

A partir do momento em que entendemos o ato de narrar como a produção de relatos de experiência numa ordenação temporal que tenta, discursivamente, reproduzir a sequência temporal desses eventos na realidade, podemos assumir que há muitas “instâncias de narrativas” (SANTOS, 2019). Partindo desse pressuposto, nosso interesse é investigar até que ponto a notícia política se organiza nessas instâncias consideradas prototipicamente narrativas. Ainda sobre as diferentes instâncias narrativas, Paredes Silva (1997) afirma em seu estudo que a narrativa pode servir muitas vezes como pano de fundo para um discurso de natureza expressiva (cf. PAREDES SILVA *et al.*, 1994, p. 93), centrado nos comentários subjetivos do emissor. Justamente por a narrativa poder servir apenas de pano de fundo para um discurso de outra natureza é que procuramos investigar se a natureza argumentativa da língua (KOCH, 1993) efetivamente se materializa e interfere, estruturalmente, no discurso narrativo/informativo da notícia política (cf. SANTOS, 2019), fazendo com que haja um aumento da complexidade estrutural nos SNC.

O gênero notícia política e a questão do suporte

A notícia política possui um status, ou peso retórico, por unir, ao mesmo tempo, o discurso jornalístico e o discurso político, o que faz com que esta categoria de notícias possua uma tendência a apresentar textos notadamente mais longos e com estruturas sintáticas (entre elas o SNC) mais complexas.

A notícia política também traz para a nossa discussão questões relacionadas ao dialogismo e a polifonia (cf. BAKHTIN, 2014), uma vez que há, em diversos momentos, a inserção do discurso de outrem no texto do jornalista.

De acordo com Rabello (2008), o noticiário político possui características distintas das encontradas no noticiário local, como a predominância do uso de verbos de elocução, maior dialogismo caracterizado pela presença frequente de citações da fala de outrem, apresentando inclusive distintas estratégias para a introdução do discurso indireto no texto, o que reafirma a polifonia bakhtiniana.

As notícias políticas são narradas e construídas muitas vezes a partir do discurso proferido por diversos atores políticos presentes na nossa sociedade, sejam

eles os próprios políticos, especialistas no assunto ou até pessoas diretamente afetadas pelo fato político narrado.

Bakhtin (*op. cit.*, p. 154) afirma que “o discurso citado e o contexto narrativo unem-se por relações dinâmicas, complexas e tensas. É impossível compreender qualquer forma de discurso citado sem levá-las em conta”. É por esse motivo, portanto, que não deixamos de analisar neste trabalho os trechos das notícias que são citações, sejam elas diretas ou indiretas. A citação passa a fazer parte do texto da notícia; ela o constitui e o modifica a partir do momento em que o jornalista escolhe realizar a sua inclusão (SANTOS, 2019). Tratando-se de notícias políticas, retirar os trechos de discurso citado da análise seria o mesmo que alterar a estrutura do texto noticioso, e nossa intenção é a análise do texto efetivamente em uso, com todas as suas características e possíveis inserções.

Destacamos a multiplicidade de suportes em que a notícia política pode ser veiculada. Ela aparece no jornal impresso, no rádio, na TV, na web etc., e em cada um destes suportes a notícia assume características específicas e distintas daquelas que podem ser consideradas prototípicas.

Neste estudo, nossa análise ocorre a partir de uma comparação do gênero notícia política em dois de seus suportes: o jornal impresso e o jornal digital. Acreditamos que a mudança de suporte pode ser um fator que contribui para o aumento ou diminuição do uso de estruturas nominais complexas no texto.

Funcionalismo americano

Numa perspectiva funcionalista de análise linguística, a língua é entendida como um instrumento de interação social, cuja principal função é estabelecer comunicação. Ressaltamos que ao que se costuma denominar Funcionalismo cabe um leque bastante amplo de modelos teóricos diversos, que compartilham, a princípio, apenas a rejeição ao modelo formalista de análise (NEVES, 1997, p. 55). Nosso estudo insere-se no chamado Funcionalismo norte-americano, uma tendência de estudos surgida nos anos 1970 do século XX a partir dos estudos de Paul Hopper, Sandra Thompson e Talmy Givón (cf. MARTELOTTA; KENEDY, 2003).

Em outras palavras, esta vertente coloca o uso da língua e seus contextos em evidência, uma vez que a língua não é analisada de maneira deslocada de seus fatores externos. A língua é, em última instância, suscetível à influência do uso. A emergência da gramática nessa perspectiva teórica, portanto, não se dá de maneira abstrata e isolada, mas sim de forma correlacionada à interação.

Dentre os diversos princípios funcionalistas neste estudo, lançamos mão dos princípios da informatividade e da iconicidade durante a análise dos SNC presentes nas sequências narrativas das notícias políticas, uma vez que as questões do status informacional e da ordenação dos constituintes na sentença se mostram fundamentais em nossa investigação.

O princípio da iconicidade (GIVÓN, 1995) estabelece em linhas gerais a existência de uma relação entre forma e função de formas gramaticais. Esse princípio se divide em três subprincípios: o subprincípio da quantidade, o subprincípio da proximidade ou adjacência e o subprincípio da ordenação sequencial. Para este trabalho, os subprincípios da quantidade e ordenação sequencial serão privilegiados na análise dos SNC das notícias políticas.

O subprincípio da quantidade relaciona-se com o peso da informação transmitida. Segundo esse subprincípio, quanto maior a quantidade de informação transmitida, mais massa fônica e maior estrutura gramatical são utilizadas (GIVÓN, *op. cit.*). Uma informação complexa requer uma construção gramatical mais extensa e mais complexa, enquanto informações mais simples são dadas em construções gramaticais menores e menos complexas. Em relação à nossa pesquisa, esse subprincípio é importante, pois acreditamos que a temática das notícias sob análise, assim como o grau de formalidade destas, favorece o uso de estruturas mais complexas, como o SNC investigado.

Ao analisarmos os SNC de uma sequência narrativa, como as aqui estudadas, percebemos que as questões ligadas à referência e à ordenação se relacionam à organização e à evolução do tópico discursivo no texto. Olhando para a função de sujeito, por exemplo, percebe-se que, quando há uma continuidade de referência, existe uma tendência ao apagamento ou a uma retomada pronominalizada deste nas orações subsequentes à primeira menção (cf. SANTOS, 2019). Quanto mais previsível é um referente, menor é a quantidade de material linguístico necessário para se expressá-lo. Assim, a tendência a haver maior ocorrência de SNC à direita do predicador verbal respeita o subprincípio da quantidade (cf. GIVÓN, 1983).

O subprincípio da ordenação sequencial refere-se à relação entre a ordem de constituintes na sentença e a informação que estes veiculam. Esse subprincípio está, portanto, diretamente relacionado ao princípio da informatividade, tendo em vista que o estatuto informacional de um elemento influencia a sua posição na oração. Uma informação considerada velha ou dada⁶ tende a vir no início da oração, enquanto uma informação considerada nova tende a vir no final de

⁶ Cf. Prince (1981, 1992).

uma oração. Lembramos que o SN é o principal portador de informações na maioria dos gêneros. Ele é o responsável pela manutenção e evolução do tópico discursivo do/no texto. No processo de interação, tem relevância a “dosagem” da informação que se passa ao interlocutor.

Por conta desses fatores, utilizamos aqui a proposta de análise/classificação do estatuto informacional do referente feita por Prince (1981, 1992). Foram utilizadas as categorias já postuladas pela autora, que subdivide a informação expressa pela entidade em informações totalmente novas (*Brand New*), novas ancoradas (*Anchored*), inferíveis (*Inferrable*), disponíveis (*Unused*) e velhas (*Evoked*).

O sintagma nominal complexo (SNC)

Os sintagmas nominais fazem referência a entidades, são responsáveis pela evolução do eixo temático no texto e, portanto, são centrais para a informação que é veiculada (cf. KOCH, 1999). Castilho (2010, p. 453) define que o SN é “uma construção sintática que tem por núcleo um substantivo ou um pronome”. Teríamos, portanto, uma estrutura como a que segue:

$$\text{SN} = (\text{Especificadores}) + \text{Núcleo} + (\text{Complementadores})$$

Estrutura do SN

O autor afirma que os especificadores podem ser artigos, demonstrativos, possessivos, quantificadores, expressões qualitativas (e. g., *o estúpido do, a porcaria do* etc.) ou ainda delimitadores (e. g., *uma espécie de, um tipo de* etc.). Os complementadores, por sua vez, são adjetivos com função de adjunto adnominal, sintagmas preposicionais (SPrep) com função de complemento nominal, de adjunto adnominal ou sentenças relativas.

Um sintagma nominal é considerado complexo por nós por possuir mais elementos do que o determinante e o núcleo, ou seja, são SNs compostos por dois ou mais itens lexicais. Desse modo, construções do tipo [Det N], [N Mod], [N SPrep] ou [N Or] não foram consideradas complexas. Observe os exemplos de SNC a seguir:⁷

- 2) “[...] estender ainda mais [o tempo [de duração]]” (GI).

⁷ Exemplos apresentados em Santos (2019).

- 3) “[...] desempenhe [o papel [de árbitro [de um acordo [que está sendo construído entre o Ministério da Fazenda e o governador Luiz Fernando Pezão.]]]]” (*O Globo*).
- 4) “A suspensão [do pagamento [das dívidas]] é uma parte menor(...)” (*O Globo*).

Os exemplos acima ilustram que há crescentes níveis de complexidade nos SNC, indo desde um grau menor, como em (2), em que vemos um [Det + Núcleo + SPrep] até casos com maior complexidade, com orações adjetivas restritivas funcionando como último elemento modificador do sintagma (3) ou com nominalizações projetando uma grade argumental com SPreps (4).

Corpus, hipóteses e metodologia

A hipótese geral deste estudo é a existência de uma correlação entre a configuração dos SNC e o gênero notícia política nos dois suportes em que ele ocorre. Essa hipótese se desdobra em outra, que é a de que existem diversos graus de narratividade no texto da notícia política.

Assim como van Dijk (1992), limitamos nosso enfoque ao que chamamos de *organização global da notícia*, ou seja, observamos, além da análise num nível sentencial (através dos SNC), as estruturas temáticas e esquemáticas da notícia, não contemplando nessa análise, portanto, questões de ordem retórica ou estilística. Do mesmo modo, também não cuidaremos de questões próprias da organização gráfica da notícia, como o *layout* e elementos não verbais da notícia, como fotografias.

Para este estudo, foi constituído um corpus composto por 20 notícias políticas, 10 de cada um dos suportes analisados. As notícias políticas impressas foram publicadas no jornal *O Globo* e as digitais, no portal de notícias *GI*. Ambas as publicações pertencem ao conglomerado midiático do Grupo Globo. Há um equilíbrio entre o tamanho das notícias nos dois suportes, atestado pela verificação da quantidade de palavras em cada notícia, o que nos permitiu realizar a comparação. Cabe destacar que uma de nossas hipóteses é a de que as notícias políticas impressas apresentariam uma complexidade maior, o que acaba se refletindo também no tamanho final destes textos. Se lembrarmos que uma das características da notícia publicada na web é o imediatismo, isso acabaria contribuindo para que os textos “saíam” para publicação mais rapidamente, ainda com poucas informações complementares.

Como já dissemos, as bases teóricas e metodológicas deste estudo perpassam, desde o princípio, os estudos bakhtinianos dos gêneros de discurso. A notícia política, nos termos de Bakhtin, seria considerada um gênero secundário e, como todos os gêneros, compõe-se e determina-se a partir de uma tríade que une estrutura composicional, estilo e temática.

Com relação à composicionalidade, podemos observar as marcas formais gerais da organização do texto, ou seja, fatores como o texto ser assinado ou não pelo autor (os textos d'*O Globo* costumam vir assinados, diferentemente dos textos do *GI*), a extensão do texto, o título (que coincide com o tópico do texto), a sequência textual utilizada – que, dentro de nossa hipótese, pode apresentar algum grau de argumentatividade mesmo sendo uma narrativa –, a presença de alguma avaliação, reflexão e/ou defesa de opinião, se há ou não um predomínio de citações do discurso de outrem, se há resumos e apresentações dos envolvidos no fato noticiado etc.

Quanto à temática, ao optarmos por tratar do assunto política, aparecem casos de alcance nacional ou local, em específico mais relacionados à política do Rio de Janeiro. O recorte temático é, para nós, um dos motivadores para o aumento da complexidade estrutural do SNC.

O estudo dos SNC, por sua vez, encontra-se na fronteira entre a composicionalidade e o estilo, pois sua análise é tomada como traço distintivo entre os dois suportes analisados.

O plano de trabalho foi desenvolvido envolvendo as seguintes atividades:

- Estabelecimento de características (de ordem sintática e discursiva) para descrever os padrões básicos identificados;
- Análise da estrutura dos SNC, visando a identificar os padrões predominantes de ocorrência;
- Análise da frequência dos dados;
- Interpretação dos resultados;
- Caracterização do gênero e tipos de texto a partir das análises dos SNC.

O programa GOLDVARB X foi exclusivamente utilizado nesta pesquisa para controle do conjunto de traços analisados, uma vez que ele permite o cruzamento de características e verificação de correlações.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foram coletados 594 SNC presentes em 10 notícias políticas impressas e em 10 notícias políticas digitais. As propriedades analisadas foram (i) função sintática desempenhada pelo SNC; (ii) status informacional do SNC; (iii) quantidade de itens lexicais que o SNC possui; (iv) encaixes recursivos de SPreds no SNC; (v) presença de nominalizações no SNC.

Ordenação e função sintática

Com relação à função sintática, foram verificados os SNC que ocupavam as posições de sujeito, objeto direto e objeto indireto.⁸ Os resultados podem ser verificados na Tabela 1, a seguir:⁹

	<i>O Globo</i> (impresso)	<i>Gl</i> (digital)
Sujeito	148/223 66%	75/223 33%
Objeto direto	151/275 54%	124/275 45%
Objeto indireto	58/96 60%	38/96 39%

Tabela 1 – Função sintática do SNC¹⁰

A ordem em que os constituintes selecionados pelo predicador verbal aparecem na sentença é um fator de extrema relevância na análise, tendo em vista que os resultados apresentados corroboram os princípios do sujeito como ponto de partida leve (CHAFE, 1987) e do peso final (WASOW, 1997) nos dados analisados. A maior parte dos SNC encontrados nas notícias políticas se encontra à direita do predicador verbal. É importante destacar que as funções sintáticas neste estudo coincidem com a ordem canônica (SVO) do Português Brasileiro.

Observando a Tabela 1, percebemos que em todas as funções sintáticas sempre há um número maior de ocorrências de SNC no jornal *O Globo* do que no *site Gl*, o que fornece evidências sobre a nossa hipótese de que há uma

⁸ A classificação sintática adotada neste estudo está pautada pela GT, que segue a NGB. Portanto, considerou-se como objeto indireto todo argumento interno preposicionado.

⁹ Chamamos aqui a atenção do leitor para o fato de que a leitura das tabelas neste estudo deve ser horizontal, uma vez que nosso objetivo é comparar os suportes.

¹⁰ O programa GOLDVARB utiliza em seus cálculos o arredondamento para baixo, o que faz com que os resultados percentuais não somem 100%.

complexidade estrutural maior no noticiário político d'O *Globo* do que no noticiário digital. Acreditamos que fatores como a tipologia textual predominante e o suporte em que as notícias ocorrem sejam responsáveis por essa diferença.

Numa análise considerando a distribuição dos SNC por função, no total de SNC encontrados em cada suporte, fica nítido que há uma aproximação do total de ocorrências de objeto direto e sujeito: foram 148 ocorrências de sujeito e 151 de objeto direto, num total de 357 SNC encontrados nas notícias políticas do jornal O *Globo*. Esse fato nos sugere que ocorre uma complexificação da posição de sujeito nas notícias políticas no jornal O *Globo*, fato que não ocorre nas notícias políticas do *site* G1, que mantém uma diferença significativa de ocorrências entre as funções sintáticas antepostas e pospostas. Esse é mais um indício de que há uma diferença textual e estrutural entre as notícias políticas publicadas nesses dois suportes.

Status informacional

Com relação à análise do status informacional, é importante destacar que a análise dos dados confirma uma tendência já vista em Santos (2015), e em outros estudos sobre o tema, em que há uma predominância de SNC com informação inferível (50% nos SNC das notícias políticas) nos gêneros textuais do domínio jornalístico. Vejamos a Tabela 2, a seguir, para uma análise comparativa da informatividade nos dois suportes:

	<i>O Globo</i> (impresso)	<i>G1</i> (digital)
Inferível	153/293 52%	140/293 47%
Nova Ancorada	91/145 62%	54/145 37%
Disponível	40/66 60%	26/66 39%
Velha	22/36 61%	14/36 38%
Totalmente Nova	51/54 94%	3/54 5%

Tabela 2 – Status informacional

Conforme já dito, acreditamos que, a partir desses resultados, é possível afirmar que a predominância de informações inferíveis é uma característica dos

gêneros textuais pertencentes ao domínio jornalístico. Possivelmente, essa característica se relaciona ao fato de o discurso jornalístico procurar, em alguma medida, se manter acessível à média dos leitores de suas publicações. A utilização de sintagmas nominais muito complexos poderia, em algum nível, acabar afastando o público-alvo.

Ainda com relação ao alto índice de informação inferível, lembramos que as notícias políticas possuem uma manchete e um *lead*, que acabam antecipando o tópico discursivo a ser tratado no texto. Esse contexto pode acabar favorecendo a ocorrência desse tipo de informação. Além disso, destacamos o fato de que as notícias tendem a ser, prototipicamente, um gênero textual em que há alta ocorrência de informações velhas. Contudo, essas costumam aparecer de forma pronominalizada e em anáforas zero, e não na forma de SNC (cf. PAREDES SILVA, 2012). Esse fato justifica, portanto, a baixa incidência de informações velhas – apenas 6% do total – nos SNC analisados.

Continuando a análise da Tabela 2, outro resultado que se destaca é a diferença que existe entre os dois suportes para as informações totalmente novas. O que justificaria uma ocorrência de 94% dos dados dessa categoria informacional nas notícias do jornal *O Globo*? Em outros termos, porque as notícias do *site GI* quase não possuem dados dessa categoria (apenas 5%)?

De nossa parte, acreditamos que essa diferença é mais um dos fatores que reforça uma das hipóteses centrais deste estudo: há uma distinção entre os SNC das notícias impressas e os SNC das notícias digitais. Essa diferença pode ser motivada, muito provavelmente, pela influência que o suporte exerce nos gêneros textuais. Na internet há uma tendência à agilidade, tanto na disponibilização das notícias como no próprio processo de leitura destas, o que acaba desfavorecendo o aparecimento desse tipo de informação. Não se trata de afirmar que apenas as notícias políticas do jornal tenham mais “novidades”; a baixa incidência de informações totalmente novas no *GI* está relacionada ao custo de ativação que esta categoria informacional demanda do leitor.

Quantidade de itens lexicais

A quantidade de itens lexicais que compõem o SNC também foi considerada um fator de peso/complexidade estrutural, pois, quanto mais itens lexicais o SN possui, mais denso ele se torna. Na aferição do número de itens dos SNC presentes, excluíram-se da contagem os artigos e as preposições. A extensão dos constituintes é relevante, uma vez que também podem ocorrer casos de SNC

sem que haja encaixes, ou seja, apenas pela sequência coordenada de elementos. O número de itens lexicais é considerado um fator de peso na medida em que, quanto mais extensa é a estrutura, maior tende a ser o custo de ativação de informação para o ouvinte/leitor (cf. CHAFE, 1987).

Veamos a Tabela 3, a seguir:

	<i>O Globo</i> (impresso)	<i>GI</i> (digital)
2 itens lexicais	99/174 56%	75/174 43%
3 itens lexicais	103/180 57%	77/180 42%
4 itens lexicais	57/88 64%	31/88 35%
5 itens lexicais	45/69 65%	24/69 34%
6 itens lexicais	16/24 66%	8/24 33%
7 itens lexicais	11/20 55%	9/20 45%
8 itens lexicais	10/15 66%	5/15 33%
9 ou mais itens lexicais	13/21 61%	8/21 38%

Tabela 3 – Quantidade de itens lexicais

Os dados apresentados demonstram que a maior parte dos SNC possuem 2 ou 3 itens lexicais, sendo que os SNC que possuem 7 ou mais itens são aqueles que geralmente possuem orações adjetivas restritivas funcionando como último elemento modificador da estrutura, o que pode ser visto no exemplo (5), a seguir:

- 5) “[...] concedeu ontem uma liminar para paralisar [o andamento [do processo [no qual o estado pede a suspensão [do bloqueio de recursos [que seriam pagos à União]]]]] .” (*O Globo*).

Numa análise comparativa, percebemos que há uma queda no número de itens lexicais do SNC tanto nas notícias políticas do *GI* como nas do jornal *O Globo* a partir dos dados com 4 elementos em diante. Contudo, vale ressaltar que

os SNC que apresentam a maior quantidade de itens lexicais (8 e 9) ocorrem com uma frequência maior nos dados do texto impresso do jornal *O Globo*.

Encaixes de sintagmas preposicionais e orações adjetivas

Com relação aos encaixes, foram analisados os sintagmas preposicionais e as orações adjetivas restritivas dos SNC. Com relação aos encaixes de sintagmas preposicionais, a maior parte dos SNC das notícias apresentou apenas um encaixe. No entanto, é relevante destacar que 35% do total de SNC encontrados possuem um alto grau de complexidade, apresentando estruturas com dois ou mais encaixes recursivos. Veja os resultados na Tabela 4, a seguir:

	<i>O Globo</i> (impresso)	<i>G1</i> (digital)
Um encaixe	137/271 50%	134/271 49%
Um encaixe dentro de outro	83/110 71%	27/110 28%
Dois ou mais encaixes	57/80 75%	23/80 24%
Sem encaixe	77/130 59%	53/130 40%

Tabela 4 – Encaixe de SPreps e orações adjetivas

Os sintagmas nominais que possuem maior complexidade, com um encaixe dentro do outro ou dois ou mais encaixes, apareceram mais frequentemente nas notícias políticas impressas, em 71% e 75% dos casos, respectivamente, o que ratifica novamente nossa hipótese de que há uma complexidade estrutural maior nas notícias impressas, motivada pelo suporte, pelas condições de produção, pelo tempo de planejamento etc.

Atribuimos essa diferença nos resultados, novamente, à influência que o suporte exerce nos gêneros textuais. Também acreditamos que essa maior complexidade do texto do jornal impresso seja resultante de uma maior argumentatividade presente nesses textos.

Nominalizações

As nominalizações são entendidas aqui, de acordo com Basílio (1987), como um processo de associação lexical sistemática entre nomes e verbos, independentemente de direcionalidade. Neste trabalho, a presença ou a ausência

de nominalizações – em qualquer posição do sintagma – foi tomada como critério de peso, uma vez que, por serem nomes valenciais, as nominalizações projetam argumentos, o que contribui para o aumento tanto do número de encaixes quanto do número de itens lexicais do SNC.

Percebemos que 48% dos dados encontrados possuem nominalizações. Esse número nos aponta, novamente, para uma tendência a haver um maior grau de complexidade nas notícias políticas do que em outros gêneros textuais narrativos. Fazemos essa afirmação a partir da comparação dos resultados aqui apresentados com os resultados encontrados nas *notícias da cidade* (SANTOS, 2013) e nos *editoriais de jornal e revista* (SANTOS, 2015), conforme Tabela 5, a seguir:

Notícias da cidade (SANTOS, 2013)	Editoriais (SANTOS, 2015)	Notícias políticas (SANTOS, 2019)
SNC sem nominalizações 61,9%	SNC sem nominalizações 56%	SNC sem nominalizações 52%

Tabela 5 – Ausência de nominalizações em três gêneros textuais distintos

Observando a Tabela 5, percebemos que o percentual de SNC sem nominalizações, portanto estruturalmente menos complexos, era de 61,9% no noticiário local e de 56% nos editoriais. Já nas notícias políticas, o índice foi de 52%, o que aproxima os SNC das notícias políticas do resultado encontrado no gênero mais argumentativo (editorial). Tratamos esse resultado como mais um indício dos traços de argumentatividade presentes nas notícias políticas, o que acaba afastando esta categoria de um protótipo de notícia, tipicamente – ou exclusivamente – narrativo.

A questão tipológica na narrativa das notícias políticas

Nosso estudo se encaminha para uma outra conclusão: existe uma diferença tipológica, de natureza estrutural, nas narrativas que compõem as notícias políticas impressas e as notícias políticas digitais. No corpus estudado, essa diferença é marcada pela utilização de narrativas mais declarativas nas notícias digitais enquanto há mais narrativas avaliativas nas notícias impressas. Acreditamos que essa diferença resulta na utilização de SNC mais complexos nas notícias impressas, tendo em vista a complexidade estrutural envolvida nas narrativas presentes neste suporte.

Essa diferença sintático-discursiva acaba culminando em outro ponto fundamental deste estudo: se há diferença no uso das estruturas sintáticas, re-

presentadas aqui pelo uso de SNC, e há diferenças tipológicas, representadas pelos diferentes tipos de narrativa empregados, que fator (ou quais fatores) têm motivado estas diferenças?

O suporte ganha uma grande relevância neste ponto da análise, pois acreditamos que a dinamicidade inerente à utilização da internet provocou mudanças profundas no fazer jornalístico. Podemos afirmar, a partir dos dados analisados, que há uma diferenciação estrutural, composicional e estilística das notícias políticas que são produzidas na internet daquelas que continuaram a ser elaboradas para o jornal impresso. Assim, a mudança de suporte tem sido um fator ou contexto favorecedor para as alterações discursivo-textuais das narrativas nas notícias políticas, comprovadas a partir da verificação do uso de SNC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar que a perspectiva aqui adotada coloca o gênero estudado como fator central, ou figura, na análise linguística. Ou seja, não tratamos o gênero como “pano de fundo” para outra análise. O aspecto formal nos interessou não só com relação à estrutura interna do SNC, mas também no que se refere às questões tipológicas próprias da narrativa, uma vez que nos interessa estabelecer relações entre forma e função no gênero notícia política.

Tomar o SNC como um parâmetro para a análise das notícias políticas é, sobretudo, uma abordagem que prioriza uma descrição mais composicional do gênero, uma vez que partimos do pressuposto de que, por também adotarmos critérios formais, estamos analisando, sobretudo, o *processo de composição* da sequência textual predominante nos textos, que acaba materializada em um gênero textual específico.

Partindo do pressuposto de que os gêneros do discurso são atualizados na interação e, portanto, são utilizados, criados ou até caem em desuso de acordo com as necessidades comunicativas dos falantes, buscamos, ao longo deste trabalho, analisar a língua em uso, materializada no gênero notícia política. Analisamos semelhanças e diferenças formais e funcionais, num estudo que partiu da forma e chega à função, utilizando o sintagma nominal complexo como o seu principal aspecto definidor.

Este trabalho possibilitou depreender que o SNC pode ser, ao lado de outros aspectos linguísticos, como a tipologia, por exemplo, um fator distintivo dos gêneros textuais. A partir da análise dos SNC em nosso corpus, foi possível perceber que o tipo textual narrativo presente nas notícias políticas vem cumprindo

um papel fundamental para a (re)organização do gênero, especialmente se levarmos em conta a sua complexidade estrutural distinta a depender do suporte em que está circulando.

Em relação à sua estrutura, o SNC encontrado nas notícias políticas se aproxima mais daqueles encontrados em gêneros mais argumentativos, como o editorial (SANTOS, 2015), do que de textos mais narrativos, como as notícias locais (SANTOS, 2014). Isso se deve, como já dito anteriormente, ao fato de o SNC tender a figurar em textos cuja escrita é mais formal. Acreditamos também que o recorte temático é um dos motivadores para o aumento da complexidade estrutural do SNC nessa categoria de notícias.

É importante ressaltar que existe uma gradiência de complexidade no uso dessas estruturas. Além disso, a notícia política une, ao mesmo tempo, o discurso jornalístico e o discurso político, o que faz com que esta categoria de notícias possua uma tendência a apresentar textos com estruturas sintáticas mais complexas, dentre elas o SNC.

Ainda sobre a diferença estrutural que existe entre as notícias políticas impressas e as notícias políticas digitais, é importante destacar, como já dito, que o imediatismo da web acaba influenciando as escolhas lexicais, o que se reflete na estrutura interna dos SNC destes textos.

Acreditamos que os fatos investigados contribuem para afirmar que essa categoria de notícias, em específico, vem revelando outras facetas não exploradas (até onde sabemos) do gênero, motivadas pela temática, pelo suporte e pelo aumento da complexidade estrutural dos SNC. Acreditamos, inclusive, que há indícios do início de uma alteração tipológica no gênero em estudo.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Marxismo e a filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. *In: Estética da criação verbal*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

BASILIO, M. **Teoria lexical**. São Paulo: Ática, 1987

BASTOS, M. X. **O uso de Sintagmas Nominais complexos em artigos de divulgação científica**. Rio de Janeiro, 2013. 123fl. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

- BAWARSHI, A. S.; REIFF, M. J. **Gênero: História, teoria, pesquisa e ensino**. Tradução de Benedito Gomes Bezerra. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2013.
- BEZERRA, Benedito. A propósito da “síntese brasileira” nos estudos de gêneros. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, 2016, p. 465-491.
- CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CHAFE, Wallace. L. Cognitive Constraints on Information Flow. *In*: TOMLIN, R. **Coherence and grounding in discourse**, Amsterdam: John Benjamins, 1987, p. 21-51.
- GIVÓN, T. **Functionalism and Grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.
- GIVÓN, T. (ed.). **Topic Continuity in Discourse: A Quantitative Cross-Language Study**. Amsterdam: John Benjamins, 1983.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Vilaça. **Argumentação e linguagem**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Vilaça. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1999.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.
- MARTELOTTA, M. E. T.; KENEDY, E. A visão funcionalista da linguagem no século XX. *In*: FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariângela Rios de; MARTELOTTA, Mario Eduardo Toscano (orgs.). **Linguística Funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2003, p. 17-28.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- OLIVEIRA, Felipe Diogo de. **O uso de Sintagmas Nominais complexos em blogs de opinião esportiva brasileiros e argentinos**. Dissertação de Mestrado em Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2014.
- PAREDES SILVA, Vera Lúcia. An approach to analyzing written genres through Complex Noun Phrases. Palestra apresentada no Congresso **Genre 2012 – Re-**

thinking Genre 20 Years Later. Universidade de Carleton, Ottawa, Canadá, 26-29 de Junho de 2012.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia. Gêneros e tipos de texto: aproximações e distinções. **Diacrítica** 24/1, Revista do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho. Braga, 2010, p. 471-489.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia. **Sintagmas Nominais complexos e seu papel na constituição de gêneros da escrita jornalística e acadêmica.** Projeto de Pesquisa apresentado ao CNPq, 2008.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia. Forma e função nos gêneros de discurso. **Alfa**, São Paulo, v. 41, n. especial, 1997, p. 79-98.

PRINCE, Ellen. The ZPG Letter: Subjects, Definiteness and Information Status. *In*: MANN, W.; THOMPSON, S. (eds.). **Discourse Description: Diverse Linguistic Analysis of a fund-raising text.** John Benjamins, Amsterdam/Philadelphia, 1992. p. 295-325.

PRINCE, Ellen. Towards a taxonomy of given/new information. *In*: COLE, P. (ed.). **Radical Pragmatic.** N. York: Academic Press, 1981, p. 223-254.

RABELLO, Mariana Klôh. **A expressão de diferentes vozes nas notícias jornalísticas.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ. 2008.

SANTOS, Lorena Cardoso dos. **A correlação entre sintagmas nominais complexos e o gênero notícia política: uma análise comparativa entre o suporte impresso e o digital.** Tese de Doutorado em Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2019.

SANTOS, Lorena Cardoso dos. **Da forma para a função: a correlação entre Sintagmas Nominais Complexos e Editoriais.** Dissertação de Mestrado em Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2015.

SANTOS, Lorena Cardoso dos. Sintagmas Nominais complexos e o seu papel na constituição do gênero editorial. Comunicação apresentada no **Seminário Permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFRJ.** 2014.

SANTOS, Lorena Cardoso dos; PAREDES SILVA, V. L. O uso de SNs Complexos e o gênero notícia. Comunicação apresentada no **II Congresso Internacional da Faculdade de Letras.** UFRJ, 2013.

VAN DIJK, Teun A. **Cognição:** discurso e interação. São Paulo: Contexto, 1992. 1ª ed., São Paulo: Contexto, 1992.

WASOW, T. Remarks on grammatical weight. **Language Variation and Change**, 9, 1997, p. 81-105.

SINTAGMAS NOMINAIS COMPLEXOS NO MACROGÊNERO J-BLOG DE POLÍTICA E ECONOMIA DO BRASIL E DA ESPANHA

Felipe Diogo de Oliveira¹

INTRODUÇÃO

O grupo de pesquisa vinculado ao Projeto PEUL (UFRJ) e liderado pela Profa. Dra. Vera Lúcia Paredes Silva tem se dedicado a estudar as relações entre sintagmas nominais (SNs) complexos e gêneros textuais das esferas jornalística e acadêmica. Um questionamento mais geral do grupo é se o SN complexo pode ser usado como um parâmetro de análise e caracterização de alguns gêneros jornalísticos e acadêmicos.

Como também mostra Lorena Cardoso dos Santos neste volume, o conceito de SN complexo adotado neste trabalho é aquele que, considerando também o núcleo, possui três ou mais elementos, a saber: determinantes e quantificadores (à esquerda do núcleo) ou modificadores (à esquerda ou à direita do núcleo). Observemos a seguir alguns exemplos de SNs complexos, destacados entre

¹ Fui orientado pela Profa. Dra. Vera Paredes desde o período de Iniciação Científica. Nesses 10 anos de trabalhos juntos, aprendi muito sobre Linguística, sobre como às vezes é preciso tomar um cafezinho “pra ficar esperto” e sobre muitas outras coisas da vida. Agradeço, professora, por todo incentivo, paciência e carinho que tem para comigo até hoje. ¡Muchas gracias por todo!

colchetes e extraídos do macrogênero³ jornalístico j-blog⁴ de opinião política e econômica, do Brasil e da Espanha, que compõem o corpus deste trabalho:

- 1) [O próprio Lula] já havia declarado não ser possível continuarmos com uma lei da década de 40 [...] (*Politicagem explícita*²)
- 2) O mercado de trabalho hoje, muito influenciado pela globalização, já não comporta [a visão getulista [de um país isolado]]. (*Politicagem explícita*)
- 3) La decisión del tribunal de Schleswig-Holstein de autorizar [la entrega [a España] [del prófugo Puigdemont]] tiene un sabor agrídulce [...] (*Solo un mangante*)
- 4) No hace falta decir que [el primer y principal reto [que tendrá el nuevo Gobierno [que salga de las elecciones de hoy]]] es solucionarlo. (*Grecia necesita ahora un gobierno fuerte, muy fuerte*)
- 5) Lo ridículo es que la queja la expresa [el responsable económico [de la comunidad más rescatada [de la historia reciente [de España]]]] (*Junqueras se burla del único banco que le rescata*)

No exemplo (1), temos um SN complexo mínimo, composto por um determinante, um modificador e o nome-núcleo (doravante Det, Mod e N, respectivamente). A partir do segundo exemplo, percebemos que o nível de complexidade dos SNs vai aumentando. Em (2), temos um Det, N, Mod e um segundo Mod realizado na forma de um sintagma preposicional (SPrep). Em (3) temos uma construção com dois Mod relativos ao N, um ao lado do outro. Já no exemplo (4), além dos dois Mod antepostos ao N, temos ainda dois Mod realizados de forma oracional, um dentro do outro, guardando novas relações de predicação em seu interior. Por fim, no exemplo (5) há vários encaixes preposicionais, um dentro do outro, cuja quantidade contribui para aumentar ainda mais o nível de complexidade do SN.

Os SNs complexos, entretanto, podem apresentar variação de complexidade não apenas do ponto de vista formal, como vimos nos exemplos acima, mas também do ponto de vista discursivo-pragmático, ou seja, considerando-se também sua função sintática, seu estatuto informacional e a própria posição na oração.

Diversos estudos relacionam o peso dos constituintes à sua posição numa oração. Autores como Quirk *et al.* (1985, *apud* NIV, 1992) e Wasow (1997), *e. g.*,

² Em cada um dos exemplos estão entre parênteses os títulos das postagens de onde foram extraídos.

defendem o **princípio do peso final**, através do qual afirmam que estruturas sintáticas com maior peso estrutural tendem a vir preferencialmente à direita da oração. De um ponto de vista mais cognitivista, Chafe (1987), por sua vez, propõe o **princípio do ponto de partida leve**, considerando que existe uma tendência a iniciarmos sentenças a partir de informações que já estariam presentes no foco de consciência do falante/ouvinte, ou seja, a partir de informações já dadas ou conhecidas para o ouvinte. Na próxima seção, discutiremos mais detidamente sobre os fatores que podem influenciar a complexidade e a ordem dos SNs complexos.

No que diz respeito ao uso de SNs complexos em gêneros textuais da esfera jornalística, que nos interessam mais diretamente neste capítulo, Santos (2015) investigou o papel dos SNs complexos em editoriais de jornais impressos. Posteriormente, a autora (cf. SANTOS, 2019) estudou SNs complexos em notícias impressas e digitais, identificando maior complexidade nos SNs das notícias impressas. Bastos (2013), por sua vez, analisou SNs complexos em revistas de divulgação científica, constatando poucos SNs de maior complexidade neste gênero. De maneira semelhante, Costa Pinto (2014) também encontrou um predomínio de SNs pouco complexos no gênero crônica jornalística.

Particularmente, desde o período de Iniciação Científica, venho me dedicando a estudar SNs complexos em textos jornalísticos do espanhol, a fim de estabelecer comparações com o português e entre gêneros textuais desta mesma esfera. Em Oliveira (2013b), comparei artigos de opinião e notícias do espanhol, de mídia impressa, dos jornais *El Mundo* e *La Nación*. Foram coletados 1003 SNs complexos de 12 artigos de opinião e 12 notícias, todos publicados no século XXI. Os dados mostraram maior incidência de SNs complexos em artigos de opinião que em notícias: 637 contra 366. Essa diferença expressiva nos fez levantar a hipótese de que os SNs complexos pudessem ser estruturas mais próprias da escrita opinativa. Essa hipótese fundamenta-se também no estudo de Chafe (1982) que, ao comparar fala e escrita, afirma que a escrita formal tende a ser mais compactada que a fala, reunindo mais informações numa mesma unidade ideacional. Ou seja, se pensarmos nas relações de fala e escrita como um *continuum*,⁶ em que os extremos seriam a conversa face a face e a prosa acadêmica prototípicas, podemos esperar que, quanto mais os gêneros aproximam-se do polo da escrita prototípica, mais compactados seriam, lançando mão de construções mais complexas.

Diante dessas considerações, surgiram novos questionamentos: como seriam, então, as escritas jornalísticas mais opinativas na internet? Em outras palavras, o

ambiente digital de fato estimula usos mais próximos da oralidade ou a influência do caráter opinativo e da escrita mais condensada ainda são preservados?

Nesse sentido, em Oliveira (2014), investiguei SNs complexos em postagens de j-blogs de opinião esportiva vinculados a jornais digitais do Brasil (*SporTV*) e da Argentina (*Olé*). Ao todo, foram encontrados 412 SNs complexos em 20 postagens produzidas entre os anos de 2012 e 2013. Os resultados mostraram uma baixa incidência de SNs complexos nas duas línguas. Além disso, percebemos também que a preferência de uso é por SNs de menor extensão, em ambas línguas. Isso nos levou a crer que o gênero textual interfere mais nesses padrões de uso que as diferenças entre as duas línguas estudadas.

Mas, apesar de estarmos diante de um gênero jornalístico opinativo, a temática dos esportes, por ser considerada mais despojada, estaria interferindo de alguma forma nesses resultados, propiciando o uso de SNs de menor complexidade? Em outras palavras, quais fatores seriam mais favorecedores do uso de SNs menos complexos: o conteúdo temático desses textos ou o meio digital? Caso a temática nos j-blogs fosse mais séria, continuaria existindo baixa incidência de SNs complexos, tanto no português quanto no espanhol?

Portanto, diante dos resultados de Oliveira (2013b), que mostram considerável incidência de SNs complexos em artigos de opinião do espanhol, e ainda levando em conta a influência da temática e do meio digital nos gêneros jornalísticos, **cabe-nos perguntar se em j-blogs de opinião política e econômica do espanhol encontraríamos mais SNs complexos que em j-blogs do português.**

Essa questão central que norteia este trabalho desdobra-se em outras mais específicas, a saber:

- I. Os j-blogs do espanhol tendem a apresentar SNs de maior complexidade que os do português;
- II. O uso de encaixes e a quantidade de itens lexicais são fatores relevantes para caracterizar a complexidades desses SNs (cf. WASOW, 1997; BERLAGE, 2014);
- III. As temáticas de opinião política e econômica, de caráter mais sério, favoreceriam o uso de SNs complexos;
- IV. O uso dos SNs complexos é influenciado por aspectos discursivo-funcionais, tais como a função sintática e o estatuto informacional do referente do SN.

Para verificar as hipóteses colocadas, este capítulo focaliza os SNs complexos em j-blogs de opinião política e econômica, vinculados a dois jornais

digitais do Brasil e da Espanha, respectivamente: *O Globo* e *El Mundo*. Como aprofundado na próxima seção, este estudo baseia-se no Funcionalismo Linguístico, considerando alguns de seus princípios teóricos, como o estudo dos gêneros textuais, o princípio da informatividade e os estudos sobre peso e ordem de constituintes sintáticos. Para essa análise, formou-se um corpus de 678 SNs complexos e de 768 SNs considerados não complexos, extraídos de 26 postagens de j-blogs vinculados aos dois jornais em questão, publicadas entre 2010 e 2019. Partindo da forma para a função desses SNs, buscaremos quantificar aspectos formais e discursivo-funcionais dos SNs complexos, objetivando testar as hipóteses supramencionadas.

REVISÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Diferentemente do paradigma formalista de análise linguística (no qual se situam o estruturalismo e o gerativismo chomskyano), o funcionalismo é uma abordagem que se insere no paradigma funcional de análise, buscando trazer fatores do contexto discursivo para explicar a função de determinadas estruturas linguísticas.

Nesse sentido, Hymes (1972) já via a necessidade de pensar a competência comunicativa do falante não só como sua capacidade de formar enunciados bem estruturados, mas também como sua habilidade de fazê-los gerar sentidos em determinados contextos socioculturais. Dessa forma, o Funcionalismo considera a competência comunicativa como “a capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar ou decodificar expressões, mas também de usar e interpretar essas expressões de maneira intencionalmente satisfatória” (NEVES, 2004, p. 15).

O Funcionalismo é uma corrente teórica que encontra suas raízes no Círculo Linguístico de Praga, interessando-se por estudar a relação entre as formas linguísticas e seus usos, considerando contextos comunicativos reais e específicos. Halliday (1973, p. 7) esclarece que

uma abordagem funcional da língua significa, em primeiro lugar, investigar como a língua é usada: tentar descobrir quais são os propósitos a que a língua serve para nós e como somos capazes de alcançar esses propósitos por meio do falar e ouvir, ler e escrever. Mas também significa mais que isso. Significa procurar explicar a natureza da língua em termos funcionais: ver se a própria língua foi moldada pelo uso e, em caso afirmativo, de que forma – como a forma da língua foi determinada pela função para a qual ela evoluiu para servir.³

³ No original: “A functional approach to language means, first of all, investigating how language is used: trying to find out what are the purposes that language serves for us, and how

Nesse modelo teórico, língua e discurso estão intimamente relacionados, formando uma via de mão dupla. Nesse sentido,

parte-se do princípio de que há uma simbiose entre discurso e gramática: o discurso e a gramática interagem e se influenciam mutuamente. A gramática é compreendida como uma estrutura em constante mutação/adaptação, em consequência das vicissitudes do discurso. Logo, a análise de fenômenos linguísticos deve estar baseada no uso da língua em situação concreta de intercomunicação. (CUNHA, BISPO E SILVA, 2013, p. 14).

Muito embora exista certa pluralidade de perspectivas funcionalistas (conforme discute Neves (2004)), dada a maior ou menor relevância do componente funcional em relação ao componente formal, estou de acordo com autores como Butler (2003) e Castilho (2012), que afirmam existir alguns pontos centrais que são comuns a grande parte das abordagens funcionais, a saber:

- Ênfase na linguagem como significado da comunicação humana em contextos sociais e psicológicos;
- Rejeição, no todo ou em parte, da afirmação de que o sistema linguístico (“a gramática”) é arbitrária e autônoma, em favor de uma explicação em termos de fatores cognitivos, sócio-culturais, fisiológicos e diacrônicos;
- Rejeição, no todo ou em parte, da afirmação de que a sintaxe é um sistema autônomo, em favor de uma abordagem em que os padrões semânticos e pragmáticos sejam considerados centrais, com a sintaxe, se reconhecida como um sistema estrutural de fato, considerada como um meio para a expressão de significados, que é ao menos parcialmente motivada por esses significados (BUTLER, 2003, p. 29);⁴

we are able to achieve these purposes through speaking and listening, reading and writing. But it also means more than this. It means seeking to explain the nature of language in functional terms: seeing whether language itself has been shaped by use, and if so, in what ways — how the form of language has been determined by the function it has evolved to serve”.

⁴ No original:

- “an emphasis on language as a means of human communication in social and psychological contexts;
- rejection, wholly or in part, of the claim that the language system (the ‘grammar’) is arbitrary and self-contained, in favour of functional explanation in terms of cognitive, sócio-cultural, physiological and diachronic factors;
- rejection, wholly or in part, of the claim that syntax is a self-contained system, in favour of an approach where semantic and pragmatic patterning is regarded as central, with syntax, if recognised as a structural system at all, regarded as one means for the expression of meanings, which is at least partially motivated by those meanings”.

- [Concentração] no esclarecimento das relações entre forma e função, especificando aquelas funções que parecem exercer influência na estrutura gramatical (CASTILHO, 2012, p. 21).

A vertente norte-americana do Funcionalismo tem como marco inicial o trabalho *The Origins of Syntax in Discourse*, de Gillian Sankoff e Penelope Brown, de 1976. A elas, agregam-se nomes como Talmy Givón, Sandra Thompson e Paul Hopper. Cunha (2008) explica que para o Funcionalismo norte-americano, a relação entre forma e função é tal que

a sintaxe é uma estrutura em constante mutação em consequência das vicissitudes do discurso, ao qual se molda. Ou seja, há uma forte vinculação entre discurso e gramática: a sintaxe tem a forma que tem em razão das estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva. (*op. cit.*, p. 163).

Na próxima subseção, discutiremos sobre os critérios que podem ser utilizados para avaliar o nível de complexidade de um SN. Dentre eles, destacam-se aspectos muito caros ao Funcionalismo norte-americano, tais como os estudos sobre informatividade, peso e ordem de constituintes.

Peso e ordem dos SNs complexos

Assim como discutido em estudos anteriores (OLIVEIRA, 2014, 2019), consideramos a seguinte estrutura de representação de um SN, tanto para o português quanto para o espanhol:

[Qtic [Det]] [Mod]* N [Mod]* [SPrep]* [Mod] [Or. Adj]

em que os elementos acompanhados de um asterisco podem ser recursivos e os entre colchetes, opcionais. Essa representação torna mais explícita a relação entre o N e os demais componentes do SN.

Do ponto de vista estrutural, quanto mais elementos dessa representação o SN apresentar, maior será seu peso. Os exemplos de (1) a (5), discutidos na Introdução deste capítulo e retomados a seguir, evidenciam essa gradação:

- 1) [O próprio Lula] já havia declarado não ser possível continuarmos com uma lei da década de 40 [...] (*Politicagem explícita*⁹)
- 2) O mercado de trabalho hoje, muito influenciado pela globalização, já não comporta [a visão getulista [de um país isolado]]. (*Politicagem explícita*)

- 3) La decisión del tribunal de Schleswig-Holstein de autorizar [la entrega [a España] [del prófugo Puigdemont]] tiene un sabor agrídulce [...] (*Solo un mangante*)
- 4) No hace falta decir que [el primer y principal reto [que tendrá el nuevo Gobierno[que salga de las elecciones de hoy]]] es solucionarlo. (*Grecia necesita ahora un gobierno fuerte, muy fuerte*)
- 5) Lo ridículo es que la queja la expresa [el responsable económico [de la comunidad más rescatada [de la historia reciente [de España]]]] (*Junqueras se burla del único banco que le rescata*)

Neles, podemos perceber também que, quanto maior a quantidade de encaixes preposicionais e oracionais em relação ao N, maior é a complexidade do SN. Entretanto, no que diz respeito à natureza desses encaixes, os que envolvem orações adjetivas contribuem para maior complexidade do SN que encaixes em forma de SPrep (cf. WASOW, 1997), por permitirem gerar outras relações de predicação dentro da oração. E, por fim, avaliando os níveis hierárquicos dos encaixes no SN, podemos ter encaixes relativos ao N ou encaixes dentro de outros encaixes, o que contribui para complexificar ainda mais o SN. Como podemos ver, encaixes e extensão são duas maneiras muito próximas de análise de complexidade estrutural de um SN, de modo que autores como Wasow (*op. cit.*) e Berlage (2014) já admitiam que a quantidade de itens lexicais e a quantidade/posição dos encaixes internos ao SN são critérios complementares de análise.

A relação entre peso estrutural e ordenação de constituintes oracionais foi tema de estudo para autores como Quirk *et al.* (1985, *apud* NIV, 1992) e Wasow (1997), que defendem o **princípio do peso final**, através do qual afirmam que estruturas de maior peso formal tendem a vir preferencialmente à direita da oração.

Do ponto de vista discursivo-funcional, o status informacional que um SN carrega também pode influenciar no seu peso e em sua posição na oração. O estudo da informatividade consiste em analisar como entidades são introduzidas, retomadas, recategorizadas e desligadas ao longo dos textos.

Ellen Prince, em seu trabalho de 1981, analisa o estatuto informacional do ponto de vista textual, propondo classificar as entidades em três grupos: **novas** (incluindo informações totalmente novas, novas ancoradas e disponíveis), **evocadas** (textualmente ou situacionalmente) e **inferíveis** (incluidoras e não incluídas). Posteriormente, Prince (1992) estuda o status informacional dos pontos de vista do ouvinte/leitor e do discurso e propõe retirar as entidades disponíveis do conjunto das novas, pois embora sejam novas do ponto de vista textual, para

o leitor/ouvinte são informações já conhecidas. De maneira similar, a autora comenta que as inferíveis podem comportar-se como velhas para o discurso e para o ouvinte/leitor (a partir de deduções e de relações com outras entidades previamente mencionadas) ou como novas (por serem introduzidas pela primeira vez e por nem sempre o ouvinte/leitor já ter esse conceito em sua mente). Numa abordagem mais cognitivista, Chafe (1987, 1994) estuda a informatividade de unidades entoacionais⁵ levando em conta o foco de consciência do ouvinte. Assim, o autor propõe três estados de ativação da informação: informações **ativas**, **semiativas** e **inativas**.

Tendo em vista esses estudos, percebemos que SNs que carregam informações novas/inativas têm maior peso discursivo-funcional que SNs que apresentam informações inferíveis/semiativas ou já evocadas/ativas, nesta ordem de graduação. Esse peso também interfere na ordenação do SN dentro de uma oração. Chafe (op. cit.) e Wasow e Arnold (2003) defendem o princípio do ponto de partida leve, que diz respeito à tendência a iniciar sentenças a partir de informações consideradas “leves”, ou seja, a partir de informações já dadas ao ouvinte ou, no máximo, inferíveis. As informações consideradas mais “pesadas” – ou seja, as mais novas – tendem a vir à direita da oração.

Ainda nesta seção será explicitado como consideramos esses aspectos formais e discursivo-funcionais na análise dos SNs complexos.

Os gêneros textuais

Os gêneros são formas mais ou menos estáveis de enunciados, situadas sócio-historicamente e que desempenham determinadas funções sociais (cf. BAKHTIN, 2003, MARCUSCHI, 2010a). Bakhtin é considerado o pioneiro no estudo sobre os gêneros por trazê-los das esferas da literatura e da oratória para as práticas cotidianas. Para o autor, um falante não conhece apenas a estrutura formal de uma língua, mas também as formas de enunciados de uma língua, ou seja, os gêneros do discurso (op. cit., p. 285). Estamos, portanto, diante de uma concepção de língua que também privilegia o uso.

Autores como Rojo (2005) e Bezerra (2017) discutem a diferença entre as nomenclaturas **gêneros discursivos** e **gêneros textuais**. A partir do apanhado

⁵ Segmentações da fala que, igualmente, correspondem a unidades ideacionais (idea unit, no original). No caso da escrita, uma das possibilidades de segmentação neste código, tal qual na fala, é através de sintagmas. Portanto, grosso modo, as observações de Chafe (op. cit.) sobre informatividade também podem ser aplicadas aos SNs complexos em estudo.

que os autores fazem com os principais teóricos da área, podemos sumarizar que a primeira nomenclatura abarca estudos mais centrados nas condições de produção dos enunciados e em suas características sócio-históricas. Já a segunda, refere-se a estudos que privilegiam aspectos da materialidade textual. Hodiernamente, existe ainda uma proposta de síntese entre as duas, com o uso da expressão **gêneros discursivo-textuais**. Nesta pesquisa, opto por adotar a nomenclatura **gêneros textuais**, para evidenciar o papel de uma estrutura linguística que estamos estudando – o SN complexo. No entanto, naturalmente não desconsidero que todo texto pressupõe também aspectos sociodiscursivos.

Bakhtin (*op. cit.*) explica que os gêneros são veiculados em diferentes *loci* físicos, os quais chama de **suportes**. As práticas discursivas costumam ter uma relação íntima com seus suportes (MARCUSCHI, 2008; BISOGNIN, 2009), e com os blogs isso não é diferente. Há alguns anos, não tínhamos toda essa familiaridade e aceitação que temos hoje com o ambiente web 2.0. De maneira análoga, os estudos sobre gêneros textuais e sobre interações mediadas pela internet avançaram nos últimos anos, sobretudo no final dos anos 1990 e início dos 2000.

Até meados dos anos 2010, *e. g.*, existia uma discussão teórica muito acalorada sobre se os blogs seriam um gênero propriamente dito ou um suporte para a materialização de outros gêneros. No momento, essa discussão parece superada, uma vez que existe uma formação discursiva em torno da atividade social de *blogar*. Além disso, ter um nome comum e bem identificável dentro de uma comunidade já é um forte sinal de que uma ação comunicativa esteja funcionando como um gênero (cf. MILLER, 2012, p. 60). Diante desses argumentos, a própria teoria bakhtiniana sobre os gêneros, que concebe a prática social como centro, pode ser usada como marco teórico para concebermos o blog como um gênero, e não como um suporte.

Os gêneros estão relacionados aos múltiplos campos de atividades humanas. A esses campos, Bakhtin (*op. cit.*) denominou **esferas** e Marcuschi (2008), **domínios discursivos**. Portanto, temos, *e. g.*, as esferas jornalística, jurídica, religiosa, acadêmica, dentre outras.

Uma discussão mais contemporânea é se o ambiente digital é por si só uma esfera, um suporte ou um meio. Por algum tempo, autores como Marcuschi (2010b) e Araújo e Lima Neto (2009), *e. g.*, utilizaram a nomenclatura **gêneros digitais emergentes** para referir-se a gêneros que não poderiam existir senão com o advento da internet. Atualmente, sabemos que gêneros como o *chat* de bate-papo ou o *scrap* do Orkut já não são mais tão emergentes assim. Se, por um lado, algumas transformações no âmbito da internet podem ser mais velozes

do que em outros meios, por outro, a cada dia há mais linguistas debruçando-se sobre questões que envolvem interações na internet. Nesse sentido, Araújo (2016), faz uma autocorreção, com a qual concordo, explicando que a internet não é uma esfera no sentido bakhtiniano do termo, como havia concebido outrora, mas sim um espaço que pode transmutar diversas esferas e, conseqüentemente, diversos gêneros. Podemos conceber que esses gêneros são **gêneros digitais**⁶ no sentido de que circulam nesse meio da internet e se materializam no suporte tela, porém, estão relacionados às mais diversas esferas de atuação humana.

No nosso caso em específico, os blogs aqui em estudo estão relacionados à esfera jornalística. Trata-se de blogs institucionais, vinculados a conglomerados midiáticos de comunicação social. A esses blogs, Oliveira (2013a) chama de **j-blogs**.

Seguindo o tripé bakhtiniano de análise de gêneros, quanto à **estrutura composicional**, podemos dizer que esses blogs se assemelham muito a quaisquer outros blogs: em sua página inicial há um cabeçalho com o nome do jornal ao qual se vincula e o nome do j-blog; mais a seguir, as postagens são listadas em forma de cronologia reversa; à direita ou à esquerda dessa lista de postagens, costumeiramente temos uma pequena descrição do j-blog e/ou do blogueiro responsável; alguns contam ainda com ferramentas de pesquisa, tags e arquivos de postagens. Ao abrirmos alguma das postagens para ler, ainda podemos encontrar alguns desses gêneros e ferramentas citadas. Além disso, ficam bem evidentes dois campos mais centrais: os espaços para a postagem e para os comentários dos leitores. Nos j-blogs com mais interatividade, o espaço dos comentários é onde se cria uma rede de leitores frequentes, que acompanham e comentam sobre determinados assuntos que são mais caros ao j-blog, dirigindo-se ora ao blogueiro, ora aos demais leitores das postagens e comentários. A Figura 1 é um exemplo de postagem utilizada no corpus desta pesquisa. Nela, podemos ver alguns exemplos dos gêneros e ferramentas citadas. Há também alguns hiperlinks ao longo do texto. Essa mescla de semioses é uma característica potencializada pelo meio digital em que esse gênero é veiculado, que permite criar postagens que além de links podem apresentar também imagens, *gifs*, *emoticons*, *tags*, *players* de áudio ou vídeo etc. (cf. LÉ, 2012; OLIVEIRA, 2014).

⁶ Reconheço que esta nomenclatura pode não transparecer o sentido do digital explicitado neste parágrafo. Talvez uma melhor expressão a se adotar seria gêneros discursivos que se situam em ambiente digital. Dado o inconveniente de uma expressão deveras longa, opto por utilizar gêneros digitais para referir-me a gêneros de diversas esferas de atuação humana e que funcionam de maneira idiossincrática, dadas as possibilidades do ambiente digital.

EL MUNDO ▶ Acceso usuarios

España Mundo Europa Op-Blogs Deportes Economía Vivienda Cultura Toros Ciencia Salud Tecnología Medios TV Servicios Shopping

Blogs **Opinión** C. Editorial S. González L. Méndez A. Espada F. S. Dragó C. Arias A. V. Llosa M. Jabois S. Sostres

1714: Diario del año de la peste

06 NOV 2015 17:14 h

Boadella, menos constitucional que su Ubú

Arcadi Espada
El año catalán de 1714, Año del Burro en chino, se contará aquí en detalle, día a día, hasta su nueva e inexorable derrota. El diario seguirá el ejemplo de aquel admirado Defoe que pudiendo marchar de Londres en el año de la peste decidió quedarse «en atención a las particulares circunstancias de mi vida y la atención que debía prestar a la seguridad de mi negocio.»

Esta petición de Libres e Iguales tiene, a mi juicio, un significado más profundo del que aparenta. Un rápido vistazo [a la lista de distinguidos](#) demuestra hasta qué punto el Estado ha sido ciego con el nacionalismo catalán e indiferente con los catalanes que han defendido la Constitución frente al nacionalismo.

Que tenga esa medalla [Jordi Pujol](#) y no la tenga Albert Boadella.

Y no la tengan Antonio Robles, Marita Rodríguez, Francesc de Carreras.

Luego está la cuestión del mantenimiento de los honores. Soy reacio a suprimirlos. Pero hay una condición inexcusable para hacerlo y en este caso se cumple: la de que quite los honores aquel que los concede. En este caso el régimen constitucional español. Algo sutilmente distinto de que la democracia suprima honores concedidos por la dictadura.

Você se lembra de ter visto um anúncio online da Aurora nos últimos meses?

- Sim
- Não
- Talvez

Powered by verizon media Next

Figura 1 – Exemplo de postagem do j-blog 1714: Diario del año de la peste, vinculado ao El Mundo.

Posto isso, vemos que, por um lado, o blog existe como uma concepção discursiva mais ampla, mas, ao mesmo tempo, o gênero abarca outros gêneros (e. g., as postagens e comentários dos leitores). Portanto, assim como Lima (2017) e Oliveira (2019), podemos considerar o blog como um macrogênero, termo já utilizado por Martin (1994), um dos representantes da Escola de Sydney.

No que diz respeito aos **conteúdos temáticos**, é comum que blogs sejam centrados tematicamente. Pelos motivos já expostos, optamos aqui por analisar postagens de j-blogs cujo centro seja a opinião sobre os principais fatos da política e da economia.

Quando se trata de opinião política e econômica, é de se esperar diferentes **estilos**, dos mais diretos aos mais irônicos. Como as postagens são assinadas pelo próprio dono, um dos jornalistas efetivos do grupo, é de se esperar essa variedade. A coleta de postagens de blogueiros variados permitiu termos uma média de diferentes estilos de escrita.

Metodologia

Esta pesquisa empírica parte da forma para a função dos SNs complexos, a fim de testar a hipótese principal e as subsequentes, mencionadas na introdução deste capítulo. Para tanto, formou-se um corpus de 678 SNs complexos e 768 SNs considerados não complexos, extraídos de 26 postagens de j-blogs vinculados ao *El Mundo* e a *O Globo* (13 postagens de cada um desses grupos de comunicação), publicadas entre os anos 2010 e 2019. Esses j-blogs autoidentificam-se como centrados tematicamente em opinião política e econômica. As postagens selecionadas possuem uma média de 477 palavras no *O Globo* e 486 no *El Mundo*, para garantir o equilíbrio da amostra.

Com isso, esta pesquisa procura quantificar aspectos formais e funcionais dos SNs para caracterizar o macrogênero em questão. Considero a estatística uma importante ferramenta de análise por possibilitar identificar a correlação existente entre um conjunto de propriedades e uma forma linguística (GUY; ZILLES, 2007). Uma análise quantitativa, entretanto, não é necessariamente oposta à qualitativa. Ao contrário: ambas podem complementar-se, a partir de hipóteses linguísticas bem formuladas (HAZEN, 2014).

A metodologia de análise segue, pois, os seguintes passos:

- I. Levantamento de ocorrências de SNs complexos e simples no corpus definido. Em oposição aos complexos, foram considerados SNs simples aqueles que possuem dois constituintes ou menos, ou ainda os SNs pronominais;
- II. Localização de cada ocorrência em uma das línguas estudadas;
- III. Análise da estrutura de cada SN complexo.

Para isso, foram quantificados os seguintes aspectos de cada SN complexo:

- a) Conglomerado jornalístico (*El Mundo* ou *O Globo*)

A escolha dos dois jornais tem uma motivação mercadológica, pois ambos ocupam segmento de destaque em seus respectivos países, sendo considerados jornais topo de gama.

- b) Quantidade de itens lexicais do SN (SN com 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 ou 9+ itens lexicais)
- c) Posição e quantidade de encaixes internos ao SN

- SNs sem encaixe (sem SPreps ou Orações Adjetivas. Apenas casos que envolvem modificadores e advérbios)
 - Ex.: [O **Lula líder sindicalista**] defendia o fim da Era Vargas [...] (Politicagem explícita) → 3 itens lexicais, sem encaixe
- SN com 1 encaixe (1 SPrep ou 1 Oração Adjetiva)
 - Ex.: [...] tratando de vincular imediatamente [**estas operaciones [que llevaban meses y meses fraguándose]**]... (La operación del 3% arrancó desde ERC) → 6 itens lexicais, 1 encaixe
- SN com 2 ou + encaixes, lado a lado (ou seja, encaixes ligados ao núcleos do SN)
 - Ex.: [...] mas superestimou [a **devoção [de seus seguidores] [à causa]**] (Uma aposta errada em Lula) → 4 itens lexicais, 2 encaixes lado a lado
- SN com 1 encaixe dentro do outro
 - Ex.: [...] anunciou [**seu apoio [à revisão [da CLT]]**] (Politicagem explícita) → 4 itens lexicais, 1 encaixe dentro do outro
- SN com 2 ou mais encaixes, um dentro do outro
 - Ex.: [...] [**suas declarações [a respeito do conteúdo [das delações [da Odebrecht]]**], veiculadas na forma de vídeos, deixam pateticamente clara sua incompatibilidade [...] (Uma aposta errada em Lula) → 6 itens

Partitivos foram considerados como uma estrutura complexa única (cf. KEIZER, 2007) e nomes próprios compostos foram considerados como um único item lexical. Ambos, portanto, não foram contabilizados como encaixe.

d) Função Sintática desempenhada pelo SN

Basicamente, levam-se em conta funções sintáticas argumentais, que foram divididas em dois grupos, considerada a sua posição em relação ao predicador verbal:

- Funções sintáticas antepostas ao predicador verbal (Sujeito em ordem canônica)
- Funções sintáticas pospostas ao predicador verbal (OD em ordem canônica, OI em ordem canônica, Sujeito posposto e Predicativo do Sujeito)

O intuito dessa divisão é testar o já mencionado princípio do peso final. Considerando que o SN complexo é uma estrutura de maior peso estrutural, a expectativa é encontrar maior incidência desses SNs em funções sintáticas postostas ao predicador verbal.

e) Status informacional do SN

Tendo em vista a discussão feita anteriormente, delineamos as seguintes categorias:

- **Novas:** informações ainda não introduzidas no texto.
- **Velhas:** informações já mencionadas no texto, sendo retomadas literalmente ou de maneira recategorizada.
- **Inferíveis:** informações ainda não mencionadas no texto, mas dedutíveis de outras estruturas precedentes e/ou do contexto temático da postagem.
- **Disponíveis:** entidades de referência única para o leitor.

f) Presença/ausência de nominalizações

As nominalizações são processos linguísticos que estão entre o **referir** e o **predicar**. De acordo com Camacho (2009), elas preservam a estrutura argumental de seu verbo base, possibilitando gerar SNs com mais itens lexicais e/ou encaixes, complexificando-o estruturalmente ainda mais. Do ponto de vista discursivo, Chafe (1982) explica que as nominalizações são próprias da escrita mais formal, pois tem o poder de compactar mais informação numa mesma unidade textual. Observemos:

- 6) [...] dentro de uma reforma trabalhista que tinha por base [a **flexibilização** [da legislação]]. (*Politicagem explícita*)
- 7) [...] no momento em que reconhecemos [[nossa] **entrada** [do (*sic*) tempo do Antropoceno e na economia do conhecimento]]. (*Trump acende a espoleta de um tsunami cívico nos EUA*)

No exemplo (6) temos a projeção de um argumento em forma de SPrep [da legislação]. Já no exemplo (7), a nominalização **entrada** projeta dois argumentos: [nossa] e o SPrep [do (*sic*) tempo do Antropoceno e na economia do conhecimento], o que contribui para complexificar ainda mais o SN.

Serão analisados os seguintes aspectos das nominalizações:

- Frequência geral (SNs complexos com e sem nominalizações)
- Distribuição entre os jornais em estudo (*El Mundo* ou *O Globo*)
- Posição (em SNs que desempenham funções antepostas ou pospostas ao predicador verbal)
- Projeção de argumentos (sem projeção, 1, 2 ou 3 argumentos projetados)

Tratamento quantitativo dos dados

Com o auxílio dos programas GoldVarb (até a fase MakeCell) e R (Teste Chi-Quadrado de Pearson), os dados foram quantificados objetivando identificar as possíveis diferenças entre os dois jornais. Muito embora não se trate de um caso de variação, utilizamos o jornal como variável dependente para organizar os dados via GoldVarb e testar a hipótese principal. Dessa forma, buscamos caracterizar o macrogênero j-blog de opinião política e econômica nos dois idiomas estudados.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

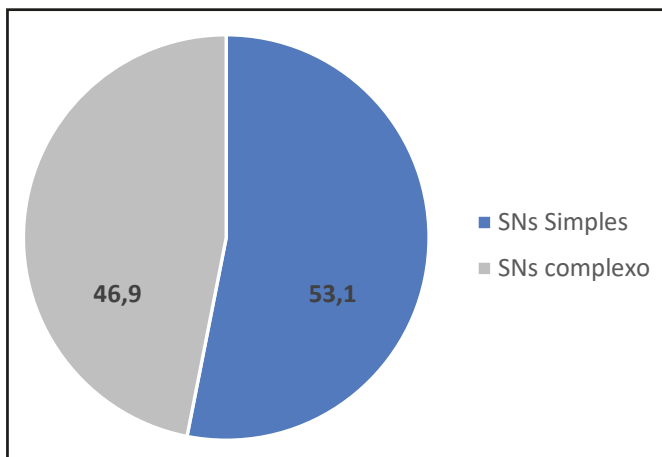


Gráfico 1 – Distribuição de SNs Simples e Complexos n’*O Globo* e no *El Mundo* (%).

O Gráfico 1 mostra a distribuição de SNs simples e complexos encontrados no total dos dois jornais. Podemos perceber que existe uma ligeira preferência por uso de SNs considerados simples nesse macrogênero: 53,1% contra 46,9%.

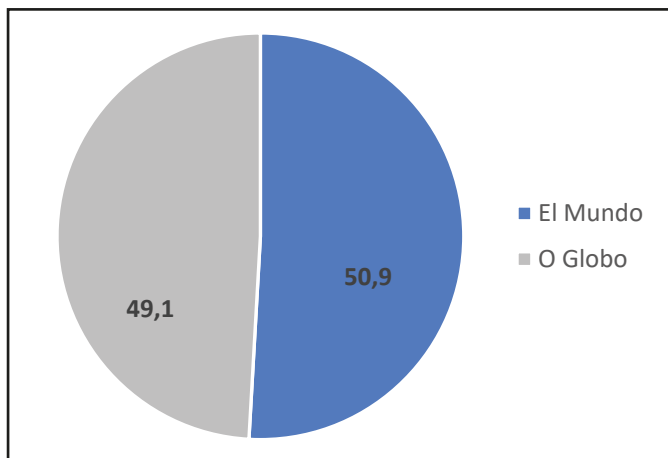


Gráfico 2 – Distribuição geral de SNs Complexos (%).

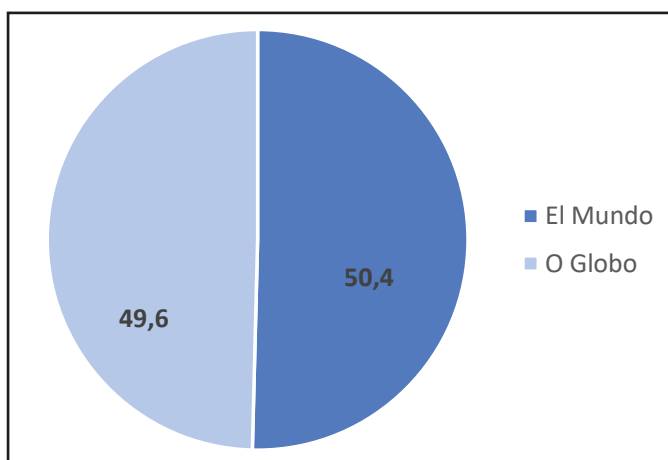


Gráfico 3 – Distribuição geral de SNs Simples (%).

Tomando por base de comparação os dois jornais, os Gráficos 2 e 3 mostram, respectivamente, a distribuição dos SNs complexos e simples entre *O Globo* e o *El Mundo*. Como não há uma diferença significativa entre as duas línguas em nenhum dos dois gráficos, podemos considerar que o nosso questionamento inicial, de encontrar mais SNs complexos no espanhol, deve ser respondido de maneira negativa.


```
Console Terminal Jobs
~$
K é um SOFTWARE LIVRE e vem SEM GARANTIA ALGUMA.
Você pode redistribuí-lo sob certas circunstâncias.
Digite 'license()' ou 'licence()' para detalhes de distribuição.

R é um projeto colaborativo com muitos contribuidores.
Digite 'contributors()' para obter mais informações e
'citation()' para saber como citar o R ou pacotes do R em publicações.

Digite 'demo()' para demonstrações, 'help()' para o sistema on-line de ajuda,
ou 'help.start()' para abrir o sistema de ajuda em HTML em seu navegador.
Digite 'q()' para sair do R.

> tab=matrix(c(333,345,381,387), 2,2)
> tab
      [,1] [,2]
[1,] 333  381
[2,] 345  387
> chisq.test(tab)

      Pearson's Chi-squared test with Yates' continuity correction

data:  tab
X-squared = 0.018205, df = 1, p-value = 0.8927
> |
```

Figura 2 – Resultado do teste Chi-Quadrado de Pearson.

A fim de verificar se existe relevância estatística entre a **configuração dos SNs** e os **jornais** pesquisados, foi utilizado o programa estatístico R para formular um teste Chi- Quadrado de Pearson. Esse teste verifica a hipótese nula, ou seja, se a correlação encontrada é relevante do ponto de vista estatístico ou se ocorre ao acaso. A Figura 2 mostra o resultado do teste, com um *p-value* de 0,8927, um valor muito mais alto que o índice de 0,05 com que o programa trabalha. Isso significa que não há correlação estatística. Nesse sentido, parece não importar o jornal em questão: a distribuição encontrada parece estar mais relacionada ao macrogênero j-blog que a uma língua específica.

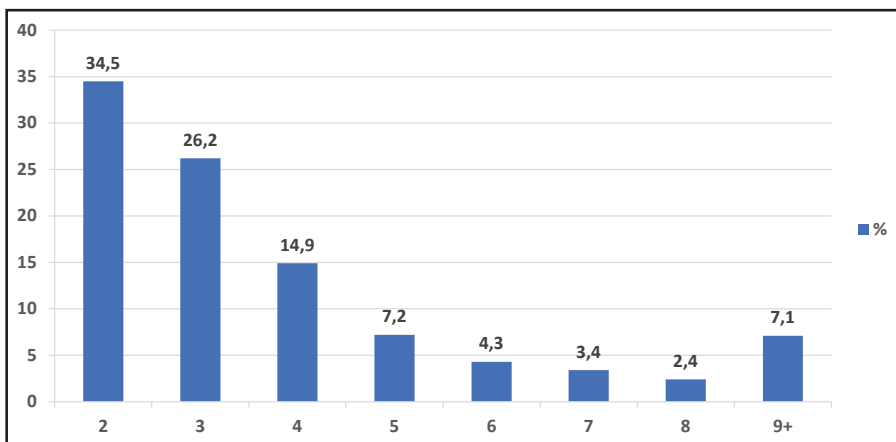


Gráfico 4 – SNs Complexos de acordo com a quantidade de itens lexicais (%).

No Gráfico 4, temos a distribuição de SNs complexos de acordo com o número de itens lexicais nas duas línguas. Podemos perceber que predominam SNs complexos com menos itens lexicais. Há um pequeno aumento no índice dos SNs com 9+ itens lexicais por conta dos SNs com orações adjetivas.

Esses resultados contribuem para também refutar uma expectativa inicial: ao estarmos diante de uma temática considerada mais densa, da opinião política e econômica, esperávamos encontrar SNs com mais itens lexicais.

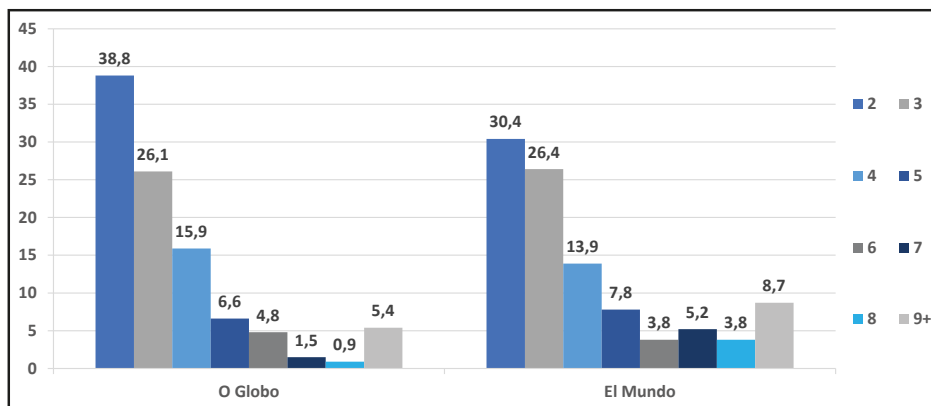


Gráfico 5 – Quantidade de itens lexicais dos SNs complexos por idioma (%).

Um padrão semelhante de distribuição dos itens lexicais foi constatado nas duas línguas, como mostra o Gráfico 5. Embora em ambas predominem SNs com 2, 3 e 4 itens lexicais, podemos perceber que SNs de 2 e 4 itens são ligeiramente mais frequentes no *O Globo*. Por outro lado, SNs com 7, 8 e 9+ itens tendem a ser mais presentes no *El Mundo*. Assim, podemos considerar que existe uma tendência a que os SNs complexos do *El Mundo* tenham um maior peso estrutural, considerando-se o critério de quantidade de itens lexicais.

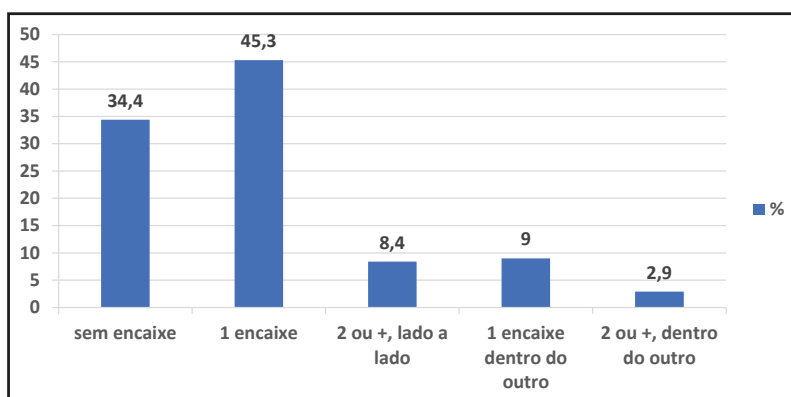


Gráfico 6 – Tipos de encaixes (%).

No que diz respeito à quantidade e à posição dos encaixes relativos ao N do SN nos dois idiomas, o Gráfico 6 nos mostra que há um predomínio de SNs considerados mais simples: SNs sem encaixe e SNs com 1 encaixe.

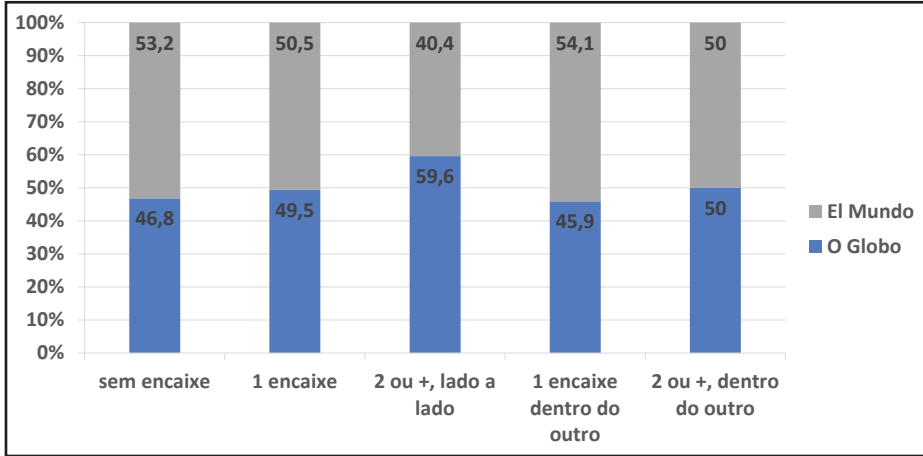


Gráfico 7 – Distribuição dos tipos de encaixes por idioma (%).

O Gráfico 7 mostra que essa distribuição é bem semelhante nos dois idiomas estudados, à exceção do grupo de 2 ou + encaixes lado a lado, em que há um percentual de frequência um pouco maior n’*O Globo*. Os resultados mostrados nos Gráficos 4 e 5 também contribuem para refutar a hipótese inicial de que haveria maior complexidade estrutural nos SNs do espanhol. Com efeito, isso nos leva a crer que essa distribuição também está relacionada com o macrogênero em análise.

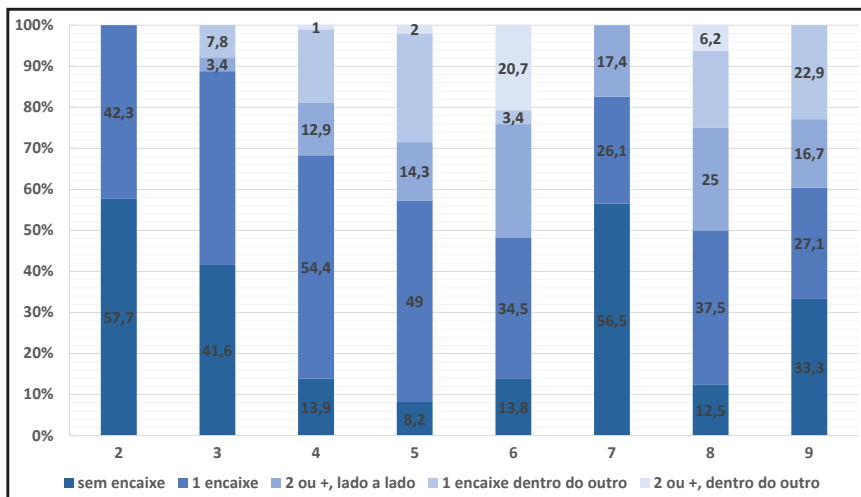


Gráfico 8 – Cruzamento entre quantidade de itens lexicais e encaixes dos SNs complexos (%).

Baseando-se na posição de autores como Wasow (1997) e Berlage (2014) sobre complementaridade entre quantidade de itens lexicais e quantidade e posição de encaixes para aferir a complexidade estrutural de um SN, foi feito um cruzamento entre esses dois fatores. O resultado, mostrado no Gráfico 8, confirma esse ponto de vista, mostrando que, quanto menor a quantidade de itens lexicais, mais se fazem presentes os encaixes considerados mais simples. Por outro lado, quanto maior a quantidade de itens lexicais, mais há encaixes considerados de maior complexidade.

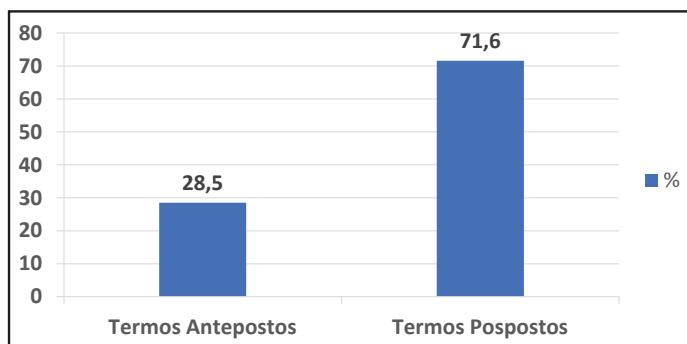


Gráfico 9 – Posição dos SNs complexos (%).

Examinando aspectos discursivo-funcionais do SN, analisemos o Gráfico 9, que mostra a distribuição total dos SNs complexos das duas línguas entre dois grupos: funções sintáticas antepostas e pospostas ao predicador verbal. A partir desse gráfico, podemos compreender que a tendência é que SNs complexos desempenhem funções sintáticas que estejam ocupando posições pospostas ao predicador verbal. Isso corrobora o princípio do peso final (cf. QUIRK *et al.*, 1985, *apud* NIV, 1992; WASOW, 1997). O Gráfico 10 mostra que essa tendência se repete nos dois jornais estudados:

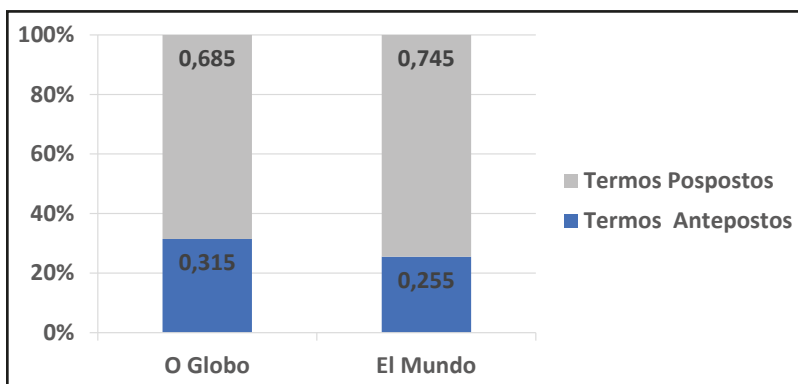


Gráfico 10 – Distribuição de Função Sintática e posição do SN nos dois idiomas (%).

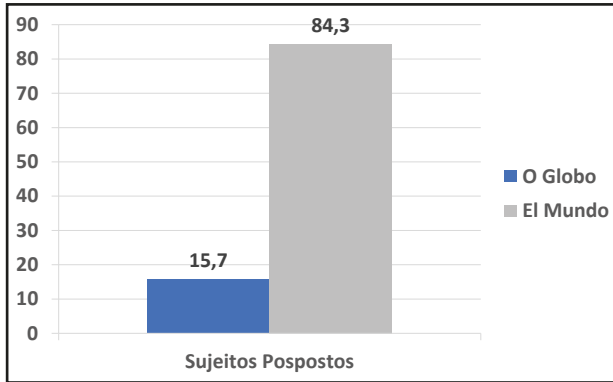


Gráfico 11 – Distribuição de SNs com sujeitos pospostos entre os idiomas (%).

Uma diferença saliente encontrada foi quanto à distribuição de SNs complexos em função sintática de sujeitos pospostos. De acordo com o Gráfico 11, há maior índice de posposição de sujeitos no espanhol que no português. Essa sim parece ser uma diferença que está associada ao sistema das duas línguas. Como consequência, se pensarmos numa gradiência do padrão *pro-drop* entre as línguas do mundo, podemos deduzir que o espanhol talvez seja um pouco mais *pro-drop* que o português.

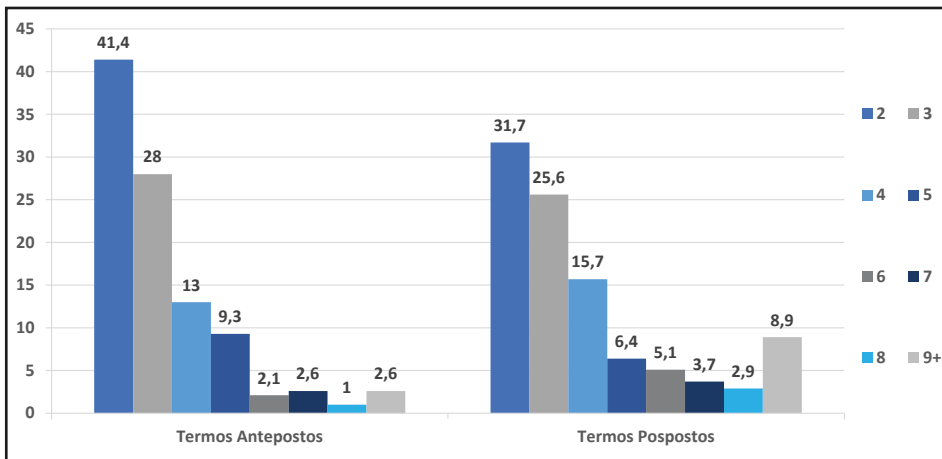


Gráfico 12 – Cruzamento entre quantidade de itens lexicais e posição dos SNs complexos (%).

Foi feito um cruzamento entre quantidade de itens lexicais e posição do SN, mostrado no Gráfico 12. Embora os padrões de termos antepostos e pospostos se assemelhem, podemos perceber também que SNs formados por 2 e 3 itens lexicais são mais frequentes em funções sintáticas antepostas ao predicador verbal. Por outro lado, os SNs de maior peso estrutural tendem a vir pospostos

ao predicador verbal: 4, 6, 7, 8 e 9+ itens lexicais. Essas constatações também comprovam o princípio do peso final.

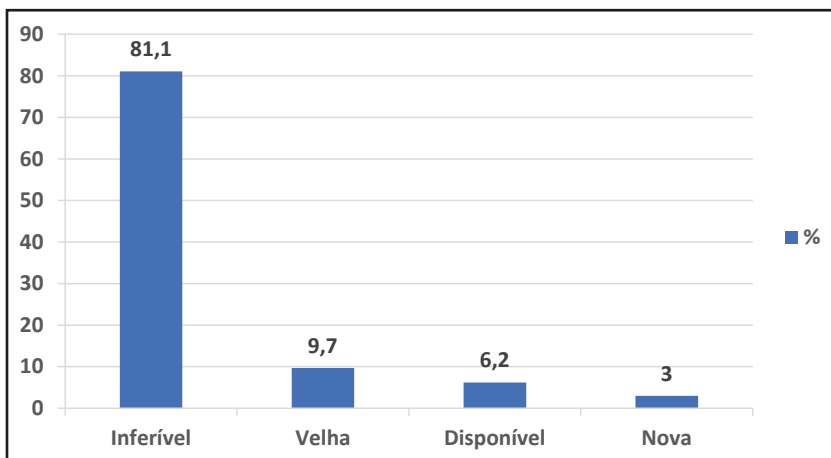


Gráfico 13 – Status Informacional dos SNs (%).

Quanto ao estatuto informacional, considerando-se a totalidade do corpus, o Gráfico 13 mostra que existe um predomínio de informações inferíveis, velhas e disponíveis, nessa ordem de frequência. Essa tendência já era esperada por estar de acordo com a visão de texto que acreditamos: um todo discursivo em forma de tecido, cujas tramas se sustentam com coerência e coesão, progredindo de maneira cooperativa com o leitor, e não introduzindo, por diversas vezes, entidades totalmente novas.

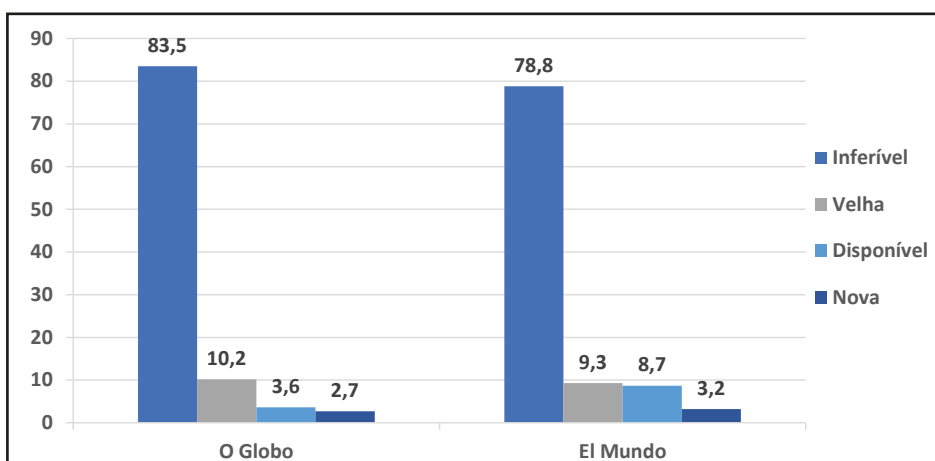


Gráfico 14 – Status Informacional nos dois idiomas (%).

O Gráfico 14 mostra que o mesmo padrão geral de distribuição encontrado no Gráfico 13 tende a se repetir nas duas línguas.

Entretanto, chama a atenção a diferença percentual encontrada para informações disponíveis entre as duas línguas. No Gráfico 15, vemos que foi encontrada uma maior concentração delas no *El Mundo*:

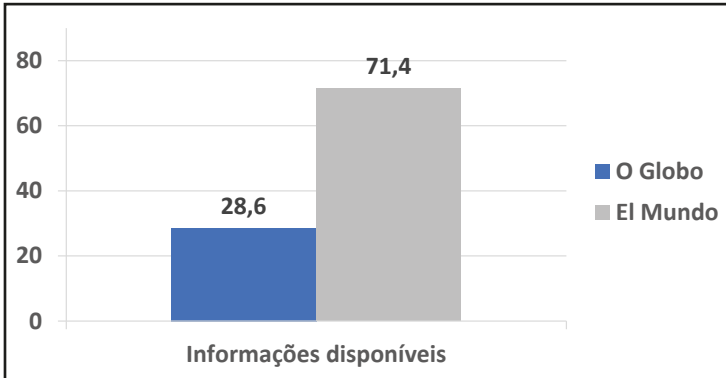


Gráfico 15 – Distribuição de SNs com informações disponíveis entre os idiomas (%).

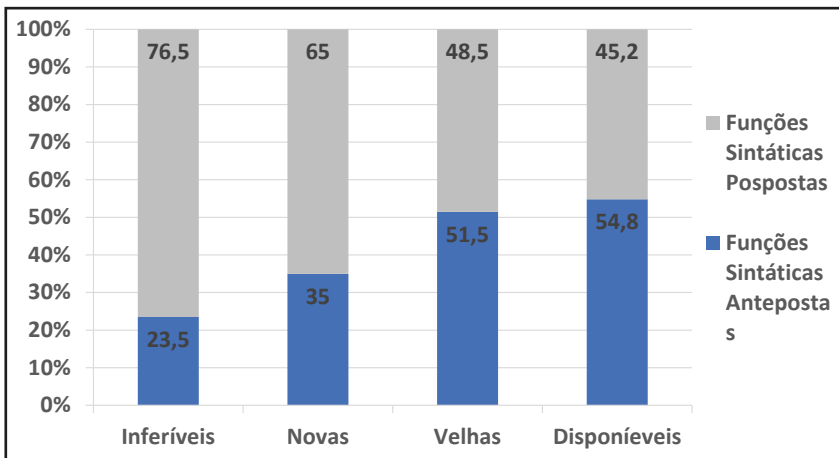


Gráfico 16 – Status Informacional X Funções Sintáticas (%).

Com vistas a testar o **princípio do ponto de partida leve** (cf. CHAFE, 1987, 1994; WASOW; ARNOLD, 2003), foi feito um cruzamento entre status informacional e funções sintáticas. No Gráfico 16, percebemos que informações inferíveis e novas tendem a vir em SNs pospostos ao predicador verbal, enquanto informações velhas e disponíveis tendem a vir antepostas. Esses resultados ratificam o princípio do ponto de partida leve.

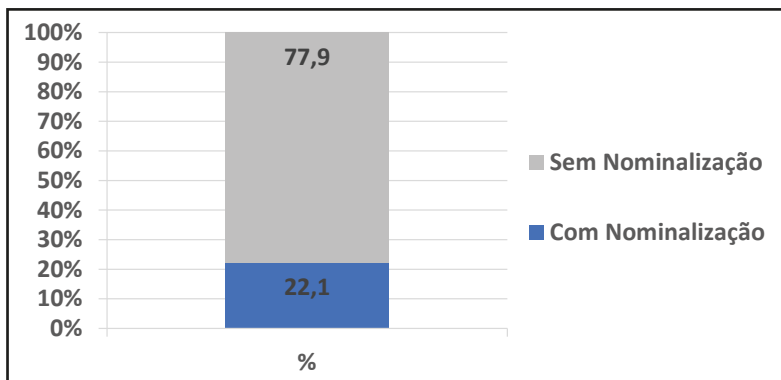


Gráfico 17 – Distribuição geral de nominalizações nos SNs do corpus (%).

O Gráfico 17 mostra-nos que os casos de SNs complexos que envolvem nominalizações correspondem a 22,1% dos SNs analisados nas duas línguas. Já o Gráfico 18 mostra que essa distribuição é bastante homogênea entre os dois jornais, o que nos leva a associar o padrão encontrado no Gráfico 17 ao macrogênero j-blog, e não a um dos idiomas em específico.

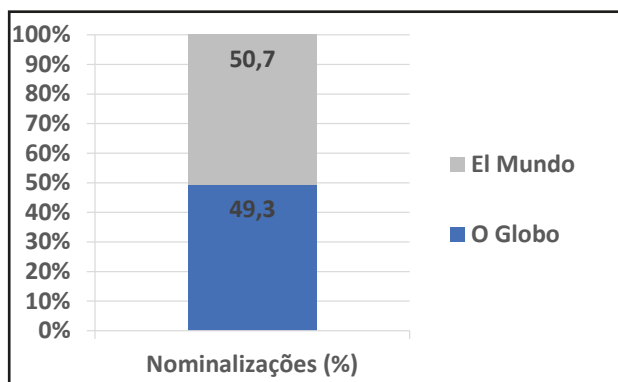


Gráfico 18 – Distribuição dos casos de nominalização entre os dois jornais (%).

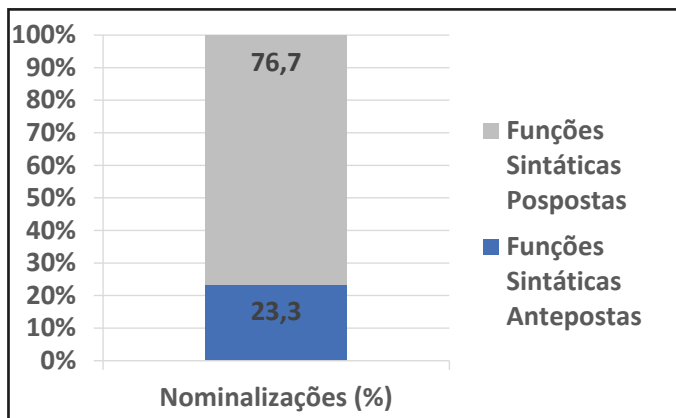


Gráfico 19 – Distribuição das nominalizações entre as funções sintática (%).

No Gráfico 19, podemos perceber que as nominalizações tendem a aparecer mais com SNs que desempenham funções sintáticas pospostas ao predicador verbal, o que também confirma a tendência ao peso final.

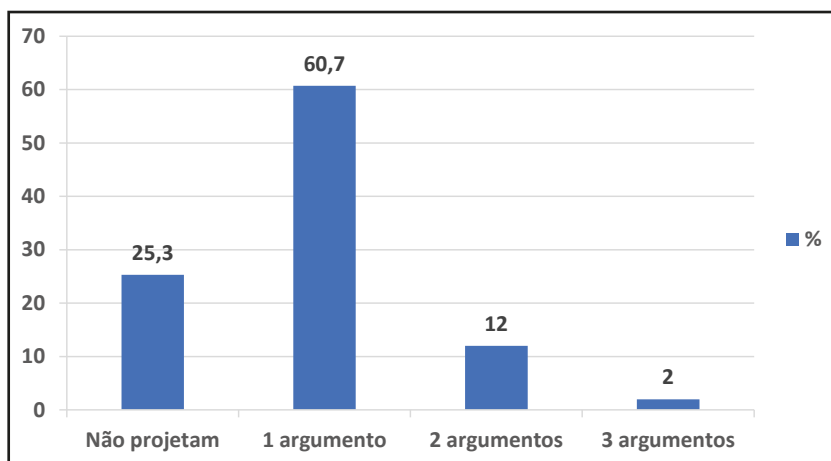


Gráfico 20 – Projeção de argumentos das nominalizações (%).

Dentre o total de nominalizações encontradas, percebemos no Gráfico 20 que a tendência é que elas projetem 1 argumento, assim como encontrado em estudos anteriores (e.g., BASTOS, 2013; OLIVEIRA, 2013b, 2014; SANTOS, 2015).

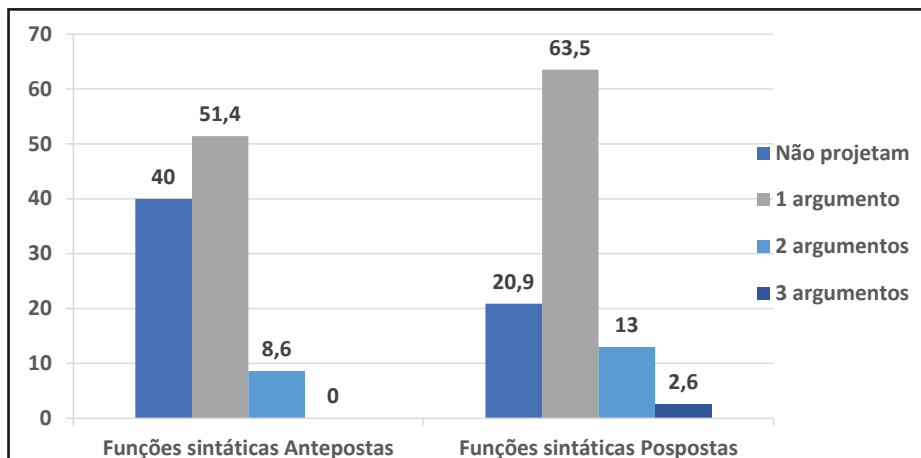


Gráfico 21 – Projeção de argumentos das nominalizações vs. Funções Sintáticas (%).

O Gráfico 21 apresenta o resultado de um cruzamento feito entre a projeção de argumentos e a posição das nominalizações. Podemos perceber que nominalizações que não projetam argumentos tendem a vir em SNs antepostos ao predicador verbal, enquanto que nominalizações que projetam 1, 2 ou 3 argumentos tendem a vir em SNs que desempenham funções sintáticas em posições pospostas ao predicador verbal. Ou seja, aqui também confirmamos a tendência do peso final.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando as hipóteses de trabalho levantadas, podemos tecer algumas considerações finais sobre o macrogênero j-blog de opinião política e econômica.

- Baseando-me em Oliveira (2013b), esperava encontrar maior incidência de SNs complexos no espanhol que no português, o que não aconteceu: a distribuição desses SNs entre as duas línguas apresenta um padrão semelhante em ambas.
- A temática considerada mais séria, da opinião política e econômica, não conduziu a um maior índice de SNs complexos e tampouco a uma maior complexidade estrutural ou discursivo-funcional dos mesmos, em relação aos j-blogs de opinião esportiva, estudados por Oliveira (2014). Foram encontrados padrões semelhantes em ambos estudos, inclusive no que diz respeito à diferença de posposição de sujeitos no português e no espanhol. Nesse sentido, o conteúdo temático parece ser menos relevante que o meio da Web 2.0 para os resultados encontrados.

- Entretanto, foi encontrado um índice relevante de diferença entre sujeitos pospostos nas duas línguas (84,3% no *El Mundo* contra 15,7% n' *O Globo*), que também já era sinalizada em Oliveira (2014) e que, portanto, parece ser uma característica tipológica do espanhol.
- Percebemos também uma diferença expressiva na distribuição de SNs que carregam informações disponíveis: 71,4% no *El Mundo* contra 28,6% n' *O Globo*.
- Cabe-nos destacar ainda uma ligeira diferença na distribuição dos SNs de 5, 7, 8 e 9+ itens lexicais, contribuindo para um maior peso estrutural dos SNs do espanhol.
- A temática considerada mais séria, da opinião política e econômica, não conduziu a um maior índice de SNs complexos e tampouco a uma maior complexidade estrutural ou discursivo-funcional dos mesmos, em relação aos j-blogs de opinião esportiva, estudados por Oliveira (2014). Foram encontrados padrões semelhantes em ambos estudos, inclusive no que diz respeito à diferença de posposição de sujeitos no português e no espanhol. Nesse sentido, o conteúdo temático parece ser menos relevante que o meio da Web 2.0 para os resultados encontrados.
- Os princípios do peso final e do ponto de partida leve não foram violados, o que se esperaria de textos mais densos, como os de opinião política e econômica.
- Mesmo correspondendo a 22,1% do total de SNs complexos coletados, as nominalizações também se enquadram em tendências já conhecidas, como o princípio do peso final e a projeção de um argumento, majoritariamente.

Portanto, podemos assumir que as características formais e discursivo-funcionais do SN complexo podem ser parâmetro de análise de gêneros da esfera jornalística, contribuindo para associar o macrogênero j-blog de opinião política e econômica a um predomínio de SNs de menor complexidade, tanto do ponto de vista estrutural, quanto do discursivo-funcional.

A esfera discursiva também parece ter papel importante para a caracterização desses blogs face a outros gêneros estudados por nosso grupo de pesquisa. Os j-blogs aqui estudados estão longe dos resultados, *e. g.*, de Paredes Silva (no prelo). A autora estudou *abstracts* de teses, um gênero da esfera acadêmica, encontrando uma incidência de SNs complexos de 80% em relação aos considerados simples.

Além disso, se, por um lado, esperávamos que as postagens tivessem comportamento semelhante às colunas de opinião assinadas dos jornais impressos,

por outro, o meio digital parece estar favorecendo o uso de estruturas linguísticas menos complexas, como já constataram, *e. g.*, Oliveira (2014) e Santos (2019). As condições de produção e atualização de um j-blog parecem favorecer uma nova relação do jornalismo com o público leitor: uma relação menos densa e mais efêmera. Possivelmente, os blogueiros consideram que os leitores já não estão tolerando, numa leitura na internet, textos tão densos quanto tolerariam num jornal de mídia impressa.

Com efeito, os j-blogs estudados aqui e em Oliveira (2014) aparentam ocupar um meio termo entre a mídia impressa tradicional e outros gêneros jornalísticos menos opinativos, como as crônicas estudadas por Costa Pinto (2014). Nesse sentido, é importante pensar a internet como um meio plural de produção linguística, ao lado da fala e da escrita prototípicas, levando-se em conta os gêneros textuais e as esferas de atividades humanas que por ela passam. É mister, portanto, buscar novos olhares teóricos para as interações linguísticas que aí têm lugar.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, J. C. Reelaborações de gêneros em redes sociais. *In*: ARAÚJO, J. C.; LEFFA, V. (orgs.). **Redes sociais e Ensino de línguas: o que temos de aprender**. São Paulo: Parábola, 2016, p. 49-64.
- ARAÚJO, J. C.; LIMA NETO, V. Gêneros digitais em emergência: uma proposta de análise do scrap do Orkut. **Revista do Gelne**, Piauí, v. 11, n. 2, 2009, p. 38-52.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BASTOS, M. X. **O uso de Sintagmas Nominais complexos em artigos de divulgação científica**. Rio de Janeiro, 2013. 123fl. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- BERLAGE, E. **Noun Phrase Complexity in English**. UK: Cambridge University Press, 2014.
- BEZERRA, B. G. **Gêneros no contexto brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2017.
- BIBER, D. E. On the Investigation of Spoken/Written Differences. **Studia Linguistica**, v. 40, n. 1, 1986, p. 1-21.
- BISOGNIN, T. R. **Sem medo do internetês**. Porto Alegre: AGE, 2009.

BUTLER, C. S. **Structure and Function: A Guide to Three Major Structural-Functional Theories, Part 2: From Clause to Discourse and Beyond**, John Benjamins Publishing Company, Studies in Language Companion Series 64, 2003.

CAMACHO, R. G. **O Papel da Nominalização no Continuum Categorial**. São José do Rio Preto, 2009, 259fl. Tese (Livre Docência em Linguística) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, 2009. Disponível em: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/livre-docencia/2009/camacho_rg_ld_sjrp.pdf.

CASTILHO, A. T. Funcionalismo e gramáticas do português brasileiro. In: SOUZA, E. R. *et al.* (orgs.). **Funcionalismo linguístico: novas tendências Teóricas**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 20-42.

COSTA PINTO, P. I. V. **Aspectos discursivos dos sintagmas nominais complexos em crônicas jornalísticas**. Dissertação de Mestrado em Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2014.

CHAFE, W. L. Integration and Involvement in Speaking, Writing, and Oral Literature. In: TANNEN, D. **Spoken and written language**. Norwood, N. Jersey: Ablex, 1982, p. 35-53.

CHAFE, W. L. Cognitive Constrains on Information Flow. In: TOMLIN, R. **Coherence and grounding in discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1987, p. 21-51.

CHAFE, W. L. Starting points, Subjects and the Light Subject Constraint. In: CHAFE, W. L. (org.). **Discourse, consciousness, and time: The flow and displacement of conscious experience in speaking and writing**. Chicago, University of Chicago Press, 1994, p. 82-92.

CUNHA, M. A. F. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. (org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 157-176.

CUNHA, M. A. F.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística Funcional Centrada no Uso: Conceitos básicos e categorias analíticas. In: CUNHA, M. A. F.; CEZARIO, M. M. (orgs.). **Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta**. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2013, p. 13-39.

GUY, G. R.; ZILLES, A. **Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise**. São. Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HALLIDAY, M. A. K. *Explorations in the Functions of Language*, London: Edward Arnold, 1973.

HAZEN, K. Historical Assessment of Research Questions in Sociolinguistics: a practical guide. *In*: HOLMES, J.; HAZEN, K. (orgs.) **Research Methods in Sociolinguistics**, 2014, p. 7-22.

HYMES, D. On Communicative Competence. *In*: PRIDE, J. B.; HOLMES, J. (orgs.) **Sociolinguistics**. England: Penguin Books, 1972, p. 269-293.

KEIZER, E. **The English noun phrase**: the nature of linguistic categorization. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

LÉ, J. B. **Referenciação e gêneros jornalísticos**: sistemas cognitivos em jornal impresso e jornal digital. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2012. Tese de Doutorado em Linguística.

LIMA, Y. D. R. **Forma e função em gêneros digitais**: estrutura composicional e traços léxico-gramaticais no macrogênero *blog*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2017. Dissertação de Mestrado em Linguística.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. *In*: DIONISIO, A. P., MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola, 2010a, p. 19-38.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. *In*: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (orgs.) **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção do sentido. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010b, p. 15-80.

MARTIN, J. R. Macro-genres: the ecology of the page. **Network**, v. 21, 1994, p. 29-52.

MILLER, C. R.; DIONISIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. C. (orgs.). **Gênero Textual, Agência e Tecnologia**. Tradução para o português de Judith Chambliss Hoffnagel. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

NEVES, M. H. de M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NIV, M. **Right Association Revisited. Proceedings of the 30th annual Meeting on Association for Computational Linguistics**. June 28 – July 02, 1992. Newark, Delaware.

OLIVEIRA, M. R. Interações na blogosfera. *In*: SHEPHERD, T. G.; SALIÉS, T. G. (orgs.). **Linguística da Internet**. São Paulo: Contexto, 2013a, p. 157-197.

OLIVEIRA, F. D. de. Sintagmas nominais complexos nos gêneros jornalísticos: uma abordagem comparada entre artigos de opinião e notícias. *In*: FANJUL, A. P.; MARTIN, I. R.; SANTOS, M. (orgs.) **Atas do VII Congresso Brasileiro de Hispanistas**. São Paulo: ABH, 2013b, p. 398-403. Trabalho apresentado no VII Congresso Brasileiro de Hispanistas. Salvador, BA, 3 a 6 de setembro de 2012. Disponível em https://docs.google.com/file/d/0B_fPPa-m93xDa0ZFRF9VRn-dRLTg/edit. Acesso em: 17 jan. 2014.

OLIVEIRA, F. D. de. **O uso de Sintagmas Nominais Complexos em blogs de opinião esportiva brasileiros e argentinos**. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2014. Dissertação de Mestrado em Linguística.

OLIVEIRA, F. D. de. **O Uso de Sintagmas Nominais Complexos em blogs de Política e Economia Brasileiros e Espanhóis**. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2019. Tese de Doutorado em Linguística.

PRINCE, E. F. Towards a taxonomy of given/new information. *In*: COLE, P. (ed.). **Radical Pragmatic**. New York: Academic Press, 1981, p. 223-255.

PRINCE, E. F. The ZPG Letter: Subjects, Definiteness, and Information-status. *In*: THOMPSON, S.; MANN, W. (eds.). **Discourse Descriptions: Diverse Analyses of a Fundraising Text**. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 1992, p. 295-325.

ROJO, R.; Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. *In*: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (orgs.) **Gêneros: teorias, métodos e debates**. São Paulo: Parábola, 2005, p. 184-207.

PAREDES SILVA, V. L. Sintagmas nominais complexos: critérios formais e funcionais de identificação, com reflexos na construção do gênero acadêmico abstract. No prelo.

SANTOS, L. C. dos. **Da forma para a função:** a correlação entre Sintagmas Nominais Complexos e Editoriais. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2015. Dissertação de Mestrado em Linguística.

SANTOS, L. C. dos. **A correlação entre sintagmas nominais complexos e o gênero notícia política:** uma análise comparativa entre o suporte impresso e o digital. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2019. Tese de Doutorado em Linguística.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral.** São Paulo: Cultrix, 1970.

TANNEN, D. The Oral/Literate Continuum in Discourse. *In:* TANNEN, D. (org.). **Spoken and written language.** Norwood, N. Jersey: Ablex, 1982, p. 35-53.

WASOW, T. Remarks on grammatical weight. *In:* **Language Variation and Change**, 9, 1997, p. 81-105.

WASOW, T.; ARNOLD, J. Post-verbal constituent ordering in English. *In:* G. Rohdenburg; B. Mondorf (eds.), **Determinants of grammatical variation in English.** Dordrecht, The Netherlands: Mouton, 2003, p. 119-154.

REFERENCIAÇÃO EM *TWEETS* JORNALÍSTICOS

Jaqueline Barreto Lé¹

Se concebermos a linguagem como atividade social, histórica e cognitiva, o essencial é acharmos uma forma de analisar as atividades sociais, históricas e cognitivas realizadas no ato de dizer.

(MARCUSCHI, 2004, p. 264)

INTRODUÇÃO

A passagem da *referência* à *referenciação*, na história dos estudos linguísticos, pressupõe o entendimento da linguagem enquanto atividade social, histórica e cognitiva, uma vez que envolve o tratamento da referência não mais como etiquetagem entre palavras e entidades do mundo real, mas sim como processo de mobilização dos sentidos a partir de operações/estratégias cognitivas e socio-discursivas que sinalizam o texto enquanto lugar de interação.² Partindo dessa

¹ Agradeço, na escrita deste capítulo, à Profa. Dra. Vera Lúcia Paredes Silva, pelo especial exemplo de dedicação e excelência acadêmica, pelos encontros e diálogos sempre enriquecedores, pela generosidade e presença na orientação da minha tese de Doutorado, no período de 2008 a 2012. Em minha trajetória pessoal e profissional, a passagem pelo Rio de Janeiro, e especificamente pela UFRJ, sob a sua orientação, foram decisivos na formação docente e atuação como pesquisadora em uma instituição federal de ensino superior.

² Os filósofos da Escola de Oxford, cujas primeiras contribuições surgiram a partir de 1930, já apontavam a referência como um modo de intervir na realidade, e não meramente como etiquetagem entre as palavras e as coisas. Segundo essa perspectiva, “o uso da linguagem é uma forma de ação no real e não uma simples maneira de descrever a realidade que se observa. Ao se examinar a linguagem, está se examinando a própria experiência do real” (MARCONDES, 2004, p. 36).

premissa, Mondada e Dubois (2003) defendem que os referentes são dinamicamente construídos no (e pelo) evento comunicativo, constituindo-se, pois, em *objetos do discurso*. Assim, em vez de se privilegiar a relação entre as palavras e as coisas, desvia-se o foco para as relações intersubjetivas no discurso (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 22).

De um modo geral, pode-se dizer que a direção assumida pelas abordagens sociodiscursivas da linguagem se resume na seguinte afirmação de Marcuschi (2004):

Tudo indica que o melhor caminho não é analisar como representamos o que representamos, nem como é o mundo ou a língua, e sim que processos estão envolvidos na atividade de referenciação em que a língua está envolvida. Não vamos analisar se o mundo é ou não discretizado nem se a língua é um conjunto de etiquetas ou não. Vamos partir da ideia de que o mundo e o nosso discurso são constantemente estabilizados num processo dinâmico levado a efeito por sujeitos sociocognitivos e não sujeitos individuais e isolados diante de um mundo pronto. (MARCUSCHI, 2004, p. 270).

Já há algum tempo, na literatura da Linguística Textual, a referência deixou de ser abordada exclusivamente sob o prisma da correferencialidade entre dois ou mais elementos pontuais da superfície textual, passando a ser concebida como processo mental que envolve, também, ações inferenciais, indiretas, na apreensão das entidades do discurso.³

Nesse sentido, pretende-se, aqui, abordar os processos de referenciação em práticas comunicativas da esfera jornalística em meio digital, tomando como base a noção de anáforas indiretas postulada por Marcuschi (2005), bem como a proposta de reclassificação das anáforas indiretas apresentada por Lé (2012). Entre essas práticas, serão considerados especialmente os *tweets* da página oficial do jornal *Folha de São Paulo* no Twitter (@folha), por se tratar de um gênero que carrega em si algumas especificidades no que tange aos mecanismos referenciais.

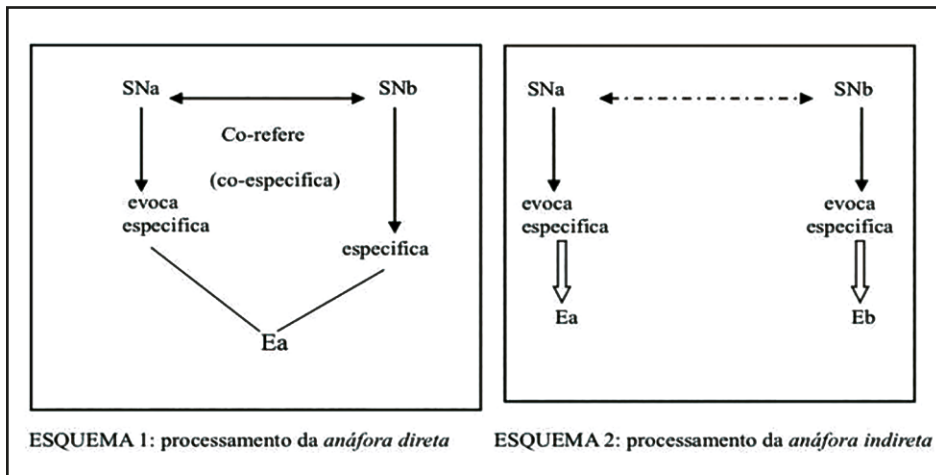
TIPOLOGIA DAS ANÁFORAS INDIRETAS E UMA PROPOSTA DE RECLASSIFICAÇÃO

Cavalcante (2003) destaca que as expressões referenciais podem ser divididas em dois grandes grupos: (a) *expressões sem continuidade referencial*, que

³ Na visão clássica de Halliday e Hasan, em *Cohesion in English* (1976), o processamento anafórico era visto, sobretudo, a partir da noção de retomada, estando vinculado, de um modo geral, à correferencialidade entre dois ou mais elementos da superfície textual. Em oposição a essa visão clássica, e principalmente com base no grupo das anáforas associativas que já não se vinculavam à retomada cotextual, Marcuschi (2005) estabelece a distinção entre anáforas diretas e indiretas.

apresentam exclusivamente a função de introduzir referentes novos no discurso; (b) *expressões com continuidade referencial*, que podem apresentar ou não uma retomada cotextual, a depender das estratégias de ativação de referentes novos ou reativação de referentes já mencionados no discurso. Nesse segundo grupo incluem-se, segundo a autora, todos os casos de processamento anafórico, com ou sem retomada. Quando a continuidade se dá por meio de processos inferenciais e sem envolver uma correferência, trata-se, segundo Marcuschi (2005), de um caso de *anáfora indireta*.

Ao comentar a diferença de processamento entre *anáforas diretas e indiretas*, Marcuschi (2005, p. 57) menciona que, no primeiro caso, um sintagma nominal (*SNa*) evoca e especifica um referente ou entidade (*Ea*), sendo que um outro sintagma, *SNb*, apenas correferente ou coespecifica, mas não introduz um novo referente. Já no segundo caso, o das anáforas indiretas, tanto o *SNa* como o *SNb* evocam e especificam um referente próprio, representado, respectivamente, por uma entidade (*Ea* e *Eb*), porém a relação entre os dois não é aleatória, estando fundamentada cognitiva e discursivamente por algum tipo de associação ou inferência. Vejam-se, a seguir, os dois esquemas inspirados na classificação de Webber (1988) adotados por Marcuschi (2005, p. 57).



Nos exemplos (1) e (2), apresentados a seguir, estabelece-se facilmente a distinção entre os dois tipos de processamento mencionados.⁴

⁴ Todos os exemplos apresentados neste capítulo correspondem a tweets jornalísticos publicados no perfil @folha, Twitter oficial do jornal *Folha de São Paulo*, no período de 28/08/20 a 15/09/20. Este perfil é de domínio público, podendo ser livremente acessado pelos leitores do jornal (assinantes ou não da versão digital).

(1)



(2)



Em (1), a relação anafórica é direta, por retomada pronominal, envolvendo correferencialidade com um antecedente explícito (O governador interino do Rio). Já em (2), há ativação de referente novo (creche) ancorada em um elemento cotextual (gravidez), sem implicar retomada ou igualdade de referentes. Tem-se, aí, uma associação indireta, pautada em modelos mentais relacionados ao esquema cognitivo gravidez-creche, a partir do qual se depreende o referente com base em conhecimentos enciclopédicos do leitor.

Uma vez compreendida a natureza específica de cada um dos processos aqui apontados, chega-se, finalmente, a uma definição provisória de anáfora indireta sugerida por Schwarz (2000) e adotada por Marcuschi (2005, p. 59), a qual parece dar conta mais amplamente do fenômeno em questão.

No caso da *Anáfora Indireta* trata-se de expressões definidas [e expressões indefinidas e pronominais] que se acham na dependência interpretativa em relação a determinadas expressões ou informações constantes da estrutura textual precedente [ou subsequente] e que têm duas funções referenciais textuais: a introdução de novos referentes (até aí não nomeados explicitamente) e a continuação da relação referencial global. (MARCUSCHI, 2005, p. 59).

O aspecto da *tematização remática* (SCHWARZ, 2000), embora não esteja diretamente apontado na definição acima apresentada, é outro traço importante das anáforas indiretas, já que as mesmas promovem, de certo modo, uma estratégia simultânea de *ativação-reativação* na continuidade do domínio referencial. Esse recurso, obviamente, se distingue da simples reativação correferencial de um antecedente explícito, tal como ocorre nas anáforas diretas. O exemplo (2)

evidencia essa característica dos processos indiretos de referenciação. Nota-se que há a ativação de um referente novo (*creche*) cuja identificação está atrelada à reativação de referentes previamente apresentados no cotexto (*gravidez na adolescência*), sem que necessariamente se estabeleça um laço correferencial. Em outras palavras, apresenta-se algo novo (*tema*), mas que indiretamente se associa a elementos já dados (*rema*) na superfície textual.

Assim, Marcuschi (2005, p. 60), baseado em Schwarz (2000), afirma que as principais características dos processos de referenciação indireta podem ser assim resumidas: (a) inexistência de uma expressão antecedente ou subsequente para retomada e presença de uma âncora; (b) ausência da relação de correferência entre a âncora e o elemento anafórico, dando-se apenas uma estreita relação conceitual; (c) a interpretação anafórica se dá com uma construção de novo referente (ou conteúdo conceitual) e não como uma busca ou reativação de referentes prévios por parte do receptor; (d) a realização da anáfora indireta se dá normalmente por elementos não pronominais, sendo menos comum a sua realização pronominal.

Se o estudo da anáfora indireta corresponde a um verdadeiro desafio teórico nos estudos de referenciação, grande parte de tal dificuldade se deve à imprecisão ou à oscilação na tarefa de determinar quais os tipos ou subtipos válidos para essa forma de processamento anafórico. Sendo assim, servirão aqui como ponto de partida os seis subtipos definidos por Marcuschi (2005), a fim de se apresentar, posteriormente, a reclassificação proposta por Lé (2012), que contempla um reagrupamento desses subtipos em apenas três classes principais: as *anáforas associativas*, as *anáforas esquemáticas* e os *encapsulamentos*.

Apoiado em Schwarz (2000), Marcuschi (2005) adota a divisão das anáforas indiretas (AI) em dois grupos principais: *tipos semanticamente fundados* e *tipos conceitualmente fundados*. Com base nesses dois grandes grupos e fazendo algumas reformulações na classificação apresentada pela autora, ele chega a seis subtipos básicos: (a) *AI baseadas em papéis temáticos dos verbos*; (b) *AI baseadas em relações semânticas inscritas nos SNs definidos*; (c) *AI baseadas em esquemas cognitivos e modelos mentais*; (d) *AI baseadas em inferências ancoradas no modelo do mundo textual*; (e) *AI baseadas em elementos textuais ativadas por nominalizações*; (f) *AI esquemáticas realizadas por pronomes introdutórios de referentes*.

O subtipo (a), *AI baseadas em papéis temáticos dos verbos*, representa uma associação indireta pautada nos papéis temáticos dos verbos, que servem como âncora do processamento anafórico. Na realidade, funda-se diretamente na

relação semântica entre o verbo e os seus argumentos, como se vê no exemplo (3), no qual o verbo *operar* apresenta um de seus argumentos com papel de instrumento, servindo como âncora para a expressão definida o blog *Sobre Trilhos*.

(3)



O subtipo (b), *AI baseadas em relações semânticas inscritas nos SNs definidos*, segundo o autor, está relacionado às relações meronímicas inscritas no léxico (relações parte-todo), bem como às conexões por hiponímia, hiperonímia e os campos léxicos. Em (4), a associação indireta, por hiperonímia, se estabelece no léxico por meio da relação semântica entre *os guardiões* (âncora) e *tropa de intimidação*.

(4)



No caso das *AI baseadas em esquemas cognitivos e modelos mentais*, subtipo (c), o que promove a continuidade referencial é a série de modelos ou *frames* mentais estabilizados e armazenados na memória de longo prazo, ativados pelos interlocutores por ocasião do processamento discursivo. Embora não estejam ligados a itens lexicais específicos, tais modelos podem ser ativados pelo léxico, servindo como um mecanismo de ampliação de conhecimentos semânticos.⁵ No exemplo (5) há, por via metafórica, a ativação de um esquema associativo relativo às expressões nominais *um câncer* e *metástase*, as quais formam um *frame* mental a partir do qual se depreende(m) o(s) sentido(s) do texto.

(5)



As *AI baseadas em inferências ancoradas no modelo do mundo textual*, que se incluem no subtipo (d), estão ancoradas em informações explicitadas no modelo do mundo textual precedente. “Trata-se de anáforas fundadas em conhecimentos retrabalhados por estratégias inferenciais maximizadas pelo conjunto

⁵ Adota-se, neste estudo, o termo *frame* para fazer referência a modelos cognitivos, tal como entendido por Koch (2004), em sua abordagem da virada cognitivista da Linguística Textual. Segundo a autora, eles podem ser caracterizados “como estruturas complexas de conhecimento, que representam as experiências que vivenciamos em sociedade e que servem de base aos processos conceituais. São frequentemente representados em forma de redes nas quais as unidades conceituais são concebidas como variáveis ou slots, que denotam características estereotípicas e que, durante os processos de compreensão, são preenchidos com valores concretos (fillers)” (KOCH, 2004, p. 23). Ela admite, no entanto, que, sendo originários ora da Psicologia da Cognição, ora da Inteligência Artificial, esses modelos recebem, na literatura, denominações diversas, a saber: *frames*, *scripts*, *cenários*, *modelos mentais*, *modelos episódicos* ou de situação etc. (KOCH, 2004, p. 22).

de conhecimentos textuais mobilizados” (MARCUSCHI, 2005, p. 64). Como não estão estritamente ligadas a relações semânticas inscritas no léxico ou a modelos mentais estabilizados, muitas vezes essas anáforas exigem um esforço cognitivo maior em seu processamento. O exemplo (6) ilustra esse subtipo de anáfora indireta, já que a interpretação da expressão definida *os vilões*, apresentada na imagem do *tweet* jornalístico, está ancorada no modelo de mundo textual (cenário de *retomada das aulas*). Nesse caso, o leitor precisa também ativar uma série de conhecimentos atrelados ao contexto situacional da pandemia, inclusive por meios inferenciais, gerando um relativo esforço cognitivo.

(6)



O subtipo (e), *AI baseadas em elementos textuais ativados por nominalizações*, envolve processos de nominalização que remetem a algum verbo ou a porções textuais inteiras que servem como âncoras para interpretação de uma determinada expressão referencial. Sendo um processo anafórico indireto, não há uma retomada de antecedentes pontualizados, mas sim a passagem de um verbo ou porção textual precedente para um nome, evocando-se um novo referente. Pelo seu potencial *encapsulador*, a nominalização *lato sensu* (ou *nomeação*) também inclui os *rótulos*, conforme destacam autores como Conte (2003) e Zamponi (2003). Sendo assim, embora esse aspecto não seja ressaltado em Marcuschi (2005), registra-se aqui a necessidade de se ampliar a percepção do fenômeno em questão, considerando essas anáforas indiretas como *encapsuladoras*, seja na forma de *nominalizações*, seja na forma de *rótulos*. Vê-se, em (7), que tal encapsulamento se dá por meio das expressões *esse conhecimento e a fala*, referentes a toda uma porção textual anterior que

remete, respectivamente, à habilidade das abelhas em aprender probabilidade e ao pedido do presidente aos donos de supermercados para que evitem alta dos preços de itens da cesta básica.

(7)

Folha de S.Paulo retweetou

Everton Lopes Batista @eve... · 20h

Mesmo com um cérebro pequenininho as abelhas conseguem aprender probabilidade rapidamente e usam esse conhecimento para fazer as melhores escolhas na hora de coletar comida:

na @folha



Abelhas aprendem a calcular probabilidade para conseguir mais c...
folha.uol.com.br

(8)

Folha de S.Paulo retweetou

Uirá Machado @uiramachado · 23h

O pedido de Bolsonaro para que os donos de supermercado “sejam patriotas” e evitem uma alta maior dos preços de itens da cesta básica é considerado descabido por economistas, que avaliam que a fala ressoa às tentativas de controle da inflação dos anos 1980



Fala de Bolsonaro a supermercadistas é volta aos anos 1...
folha.uol.com.br

Por fim, as *AI esquemáticas realizadas por pronomes introdutores de referentes*, subtipo (f), embora menos frequentes, são anáforas realizadas através de pronomes sem antecedente explícito que se ancoram em algum elemento ou porção cotextual. Marcuschi (2005) também denomina esse subtipo de *anáforas esquemáticas*. Nesse caso, o trabalho inferencial é bastante sofisticado e depende dos conhecimentos de mundo ativados em função do processamento anafórico. Veja o exemplo a seguir, (9), em que o pronome *eles*, nos comentários do *tweet*, embora não tenha antecedente explícito, pode ter seu referente depreendido indiretamente por meio de informações da estrutura textual posterior e de conhecimentos socialmente partilhados pelos interlocutores. Assim, o pronome *eles* seria interpretado como um grupo mais amplo de autoridades, podendo se referir tanto aos empresários e responsáveis pelo gerenciamento do setor de turismo de Fernando de Noronha, quanto a autoridades políticas vinculadas a ações de combate à pandemia, mais especificamente aquelas que foram responsáveis pela reabertura do setor turístico na região. Trata-se, então, de um processo indireto, já que a interpretação pronominal não é direta e pontualizada no cotexto, sendo necessária a mobilização de conhecimentos prévios e ações inferenciais na construção textual do(s) sentido(s).

(9)



Como se vê, considerando-se os seis subtipos mencionados por Marcuschi (2005), as *anáforas associativas* constituem “parte substantiva” das *anáforas indiretas*, seja na sua concepção estreita, de caráter léxico-estereotipado (KLEIBER; SCHNEDECKER; UJMA, 1991) ou de natureza cognitivo-discursiva (CHARROLLES, 1994), seja na sua concepção ampla, adotada por autores como Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) e Berrendoner e Reichler-Béguelin (1995). De um modo ou de outro, Zamponi (2003, p. 73) assinala que “dizer que as *anáforas associativas* são *parte substantiva* das *anáforas indiretas* significa que toda *anáfora associativa* é indireta, mas nem toda *anáfora indireta* é associativa”.

Sendo assim, partindo-se de tal premissa, Lé (2012) sugere a classificação das *anáforas indiretas* em três grupos principais: (1) as *anáforas associativas*, que incluem todos os tipos de associação indireta, como aquelas ligadas aos papéis temáticos do verbo, às relações meronímicas instauradas no léxico, bem como aos modelos mentais estabilizados (*frames* ou *scripts*) ou aos modelos do mundo textual; (2) as *anáforas esquemáticas*, que correspondem aos casos de *anáfora indireta pronominal* sem antecedente; e (3) os *encapsulamentos*, que podem ocorrer por meio de nominalizações ou rótulos. O Quadro 1, extraído de Lé (2012, p. 31), ilustra a classificação e reagrupamento dos subtipos propostos por Marcuschi.

ANÁFORAS INDIRETAS		
<i>Anáforas associativas</i>	<i>Anáforas pronominais esquemáticas</i>	<i>Encapsulamentos anafóricos</i>
1 baseadas em papéis temáticos do verbo	1 anáfora pronominal sem antecedente explícito	1 nominalizações
2 baseadas em relações semânticas inscritas nos SNs		2 rótulos
3 ativadas por esquemas cognitivos ou modelos mentais		
4 ativadas por modelos do mundo textual		

Quadro 1- Proposta de classificação das anáforas indiretas.

Fonte: LÉ, 2012, p. 31.

Com essa proposta, considera-se que há uma diluição da linha tênue que separa alguns subtipos na proposta de Marcuschi, já que há na prática, segundo Lé (2012), uma relativa dificuldade de identificação de apenas um tipo de processamento anafórico, especialmente quando se trata dos subtipos (c) e (d) apontados por Marcuschi.

REFERENCIAÇÃO, ARGUMENTAÇÃO E INTERAÇÃO DISCURSIVA

Ao tratar a referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional, Koch (2001) parte de três pressupostos básicos: (1) a referenciação é uma atividade realizada por sujeitos sociais; (2) os referentes são objetos do discurso construídos no decorrer dessa atividade; e (3) o processamento do discurso é estratégico e implica, por parte dos sujeitos ativos envolvidos na comunicação, a realização de escolhas significativas entre as múltiplas atividades que a língua oferece.

Considerando, ainda, o potencial argumentativo no uso das expressões nominais referenciais, Koch (2001, p. 76) assinala que, ao se colocar em ação a estratégia de descrição definida, “opera-se uma seleção entre propriedades passíveis de serem atribuídas a um referente, daquela(s) que, em dada situação discursiva, é (são) relevantes para o locutor, tendo em vista a viabilização do seu projeto de dizer”. Desse modo, assumindo tal perspectiva, a argumentação discursiva também pode, sem dúvida, ser acionada, reforçada e reestruturada por meio de estratégias referenciais. Esse aspecto é bastante claro em processos de continuidade referencial com retomada (*anáforas diretas*), mas também se dá,

ainda que em menor escala e de modo mais sutil, na atividade inferencial das expressões nominais sem retomada (*anáforas indiretas*). Em outras palavras, a ação de “referir” e construir um dado objeto do discurso é motivada, em última instância, pela imagem referencial que o falante pretende ativar discursivamente, envolvendo, certamente, aspectos histórico-sociais e ideológicos.

(10)



(11)



Como se observa nos exemplos (10) e (11), a recategorização das expressões nominais *Witzel* e *os guardiões* se dá pelo uso de uma expressão referencial com retomada (respectivamente, *sexto governador fluminense alvo de investigações criminais* e *os milicianos*) capaz de revelar uma orientação argumentativa do produtor do texto. Em se tratando de um discurso produzido na página do Twitter do jornal *Folha de São Paulo*, ambas as recategorizações tendem a sinalizar, de algum modo, a perspectiva ou ponto de vista do jornal ou do colunista, o que faz com que determinadas imagens ou enquadres sejam associados aos referentes em questão.

No entanto, não é só nos processos de referenciação com retomada que esse aspecto funcional das expressões nominais se manifesta. Há também, em alguns casos de referenciação indireta – em especial nas anáforas associativas e encapsuladoras –, um claro direcionamento argumentativo do falante nas escolhas lexicais que se dão na sua ativação dos objetos do discurso, como se nota em (12) e (13). E, uma vez que tal construção nunca é unilateral, o entendimento/uso dessas estratégias precisa ser continuamente ratificado e testado pelos interlocutores.

(12)

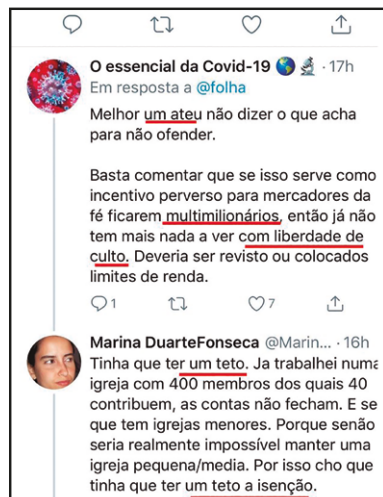


(13)



Os encapsulamentos vistos em (12) e (13) sugerem um processo indireto de referenciação por meio das expressões *informações falsas* e *obra de longa construção*. No primeiro caso, a orientação argumentativa está direcionada para o conteúdo informacional situado posteriormente (ou cataforicamente) na cadeia cotextual (expresso no vídeo apresentado no tweet), indicando, por parte do jornal, um posicionamento de denúncia das *fake news*. No segundo exemplo, a expressão *obra de longa construção* também resume ou rotula toda uma ação posteriormente elaborada na superfície textual, assumindo valor argumentativo através de modificadores como *de longa construção*. Além desses encapsulamentos catafóricos, as anáforas associativas igualmente podem, no conjunto das anáforas indiretas, revelar uma ação argumentativa estratégica em seu processamento, sobretudo no que concerne à seleção dos itens lexicais, conforme se verifica em (14). Em tal exemplo, a escolha de expressões referenciais também não é gratuita, indicando dois esquemas associativos a partir dos frames *igreja-atheu-mercadores da fé-liberdade de culto* e *isenção de impostos-multimilionários-limites de renda-um teto*, de forma que os cenários relativos aos planos religioso e tributário são ativados cognitivamente. O uso das expressões *mercadores*, *liberdade*, *isenção*, *limites* e *teto* na ativação dos referidos modelos mentais reforça o direcionamento argumentativo apresentado no *tweet* jornalístico e nos comentários dos leitores.

(14)



De um modo geral, pode-se dizer que o processamento anafórico – enquanto atividade cognitivo-discursiva e interacional – implica o reconhecimento de ações estratégicas por parte de sujeitos ativos que, por meio de suas escolhas referenciais, terminam por conduzir, direta ou indiretamente, a argumentação discursiva. Mesmo em textos curtos como aqueles encontrados no Twitter, com 280 caracteres, nota-se que as redes referenciais (com ou sem retomada) são frequentemente acionadas com vistas aos propósitos comunicativos do falante e contribuem para o potencial multifuncional das expressões nominais.

É preciso ter em mente, claro, que interação discursiva se dá na construção de sentidos mediados pelos interlocutores da comunicação, sempre pautada em pontos “instáveis” e “dinâmicos” da teia referencial. Desse modo, o processamento de referentes, com ou sem retomada, não só diminui a sua “a instabilidade constitutiva” (MONDADA; DUBOIS, 2003), mas também expande o seu potencial funcional por meio dos sentidos ativados discursivamente. Sem a colaboração mútua dos interlocutores, as estratégias de argumentação, por exemplo, não seriam reforçadas pela apreensão dos objetos do discurso e, conseqüentemente, os propósitos comunicativos teriam de ser revistos.

EXPRESSÕES REFERENCIAIS E ESCOLHAS LEXICAIS

Segundo Koch (2001, p. 83), no uso de expressões nominais referenciais, a escolha do nome-núcleo do sintagma nominal e/ou de seus modificadores vai ser um fator responsável pela orientação argumentativa do texto. A autora divide o

nome-núcleo em cinco categorias: *genéricos*, *metafóricos*, *metonímico* ou *meronímico*, *introdutor clandestino de referentes* e *metadiscursivo*. Além disso, menciona a seleção dos qualificadores, dividindo-os em *modificadores axiológicos positivos* e *negativos*.

A seleção de um *nome-núcleo genérico* se dá, com bastante frequência, nas nominalizações ou rotulações de sequências textuais anteriores (ou posteriores), podendo este ser dotado de carga avaliativa (KOCH, 2001, p. 83). É o que se verifica em (15), por meio da expressão genérica *solução*, que encapsula informações do cotexto posterior da mensagem. Como se verifica, em ambos os casos, a expressão nominal utilizada possui carga avaliativa, contribuindo para a orientação argumentativa do autor no que diz respeito às crises política e ambiental do país.

(15)



O uso de um *nome-núcleo metafórico* nos processamentos anafóricos pode apresentar, igualmente, função argumentativa, já que por vezes ele assume grande carga avaliativa. O exemplo dado em (16) retrata essa propriedade dos referentes, já que o uso da expressão *os exércitos de vândalos da floresta* está associado a uma avaliação negativa da política, por meio de uma relação metafórica.

(16)



Pode haver, também, um direcionamento da argumentação discursiva quando se utiliza um *nome-núcleo metonímico* ou *meronímico* na cadeia referencial (KOCH, 2001, p. 84). Em geral, esse tipo de nome-núcleo acompanha as anáforas associativas, mais especificamente aquelas do segundo tipo descrito por Marcuschi (2005). Como se vê em (17), o termo *um país em chamas* estabelece uma relação meronímica, por hiperônimo, com *Pantanal*. Nesse processamento anafórico, evidentemente, exige-se por parte dos interlocutores um conhecimento de mundo compartilhado, contextualizado, a partir do qual se pode depreender a ligação parte-todo na associação inferencial entre *país em chama* e o descaso do governo com relação aos crimes ambientais, sendo a carga avaliativa claramente identificada.

(17)



Introdutores “clandestinos” de referentes também podem funcionar, conforme Koch (2001, p. 85), como nomes-núcleo que conduzem a argumentação textual. Um breve exemplo desse tipo de processamento pode ser visto em (18), na associação que é realizada por meio da expressão *seu eurocentrismo racista, sexista, patriarcal, homofóbico e transfóbico*, ancorada na informação cotextual anterior (*descolonização*). Percebe-se, nesse caso, um nível inferencial bastante sofisticado, de vez que não só elementos da superfície cotextual são acionados, mas também conhecimentos enciclopédicos, compartilhados entre os interlocutores.

(18)



Outra classe de nome-núcleo destacada por Koch (2001, p. 85) é o nome *metadiscursivo*, que promove a recategorização de referentes por meio de formas metalinguísticas ou metadiscursivas (FRANCIS, 1994, apud KOCH, 2001, p. 85). Entre tais formas, a autora menciona: (1) nomes ilocucionários (*promessa, conselho, asserção, crítica, proposta* etc.); (2) nomes de atividades “linguageiras” (*descrição, explicação, relato, debate* etc.); (3) nomes de processos mentais (*análise, suposição, opinião, conceito, avaliação* etc.); (4) nomes metalinguísticos em sentido próprio (*frase, pergunta, questão, sentença, palavra* etc.); e (5) denominação reportada, que corresponde a uma citação de termos ou expressões fazendo-se uso de aspas de conotação autonímica. A seguir, em (19) e (20), apresentam-se dois exemplos de seleção de referentes realizada através de nomes-núcleo metadiscursivos, os quais, direta ou indiretamente, também sustentam a direção argumentativa pretendida pelo autor. Em (19), a carga avaliativa do nome metadiscursivo está associado a processos mentais (*concepções toscas*), ao

passo que em (20) o mesmo aspecto pode ser observado através da denominação reportada *'fiscal do Sarney'*, que tem conotação autonímica.

(19)



(20)



Por fim, Koch (2001, p. 86) destaca o papel da *seleção dos qualificadores* nas expressões referenciais, considerando a sua relevância para a argumentação discursiva. Ela divide tais qualificadores em marcadores axiológicos *positivos* e *negativos*, os quais assumem claramente uma carga avaliativa no processamento textual-discursivo. Os dois exemplos vistos em (21) refletem esse aspecto funcional dos qualificadores das expressões referenciais utilizadas. No primeiro exemplo, há o modificador negativo *vergonhosa*, que reforça a carga avaliativa do referente, apontando para o modo como o plebiscito foi conduzido. Já na expressão *melhor opção*, um modificador positivo foi utilizado para realizar um questionamento que reforça o posicionamento anteriormente apresentado, fazendo com que a orientação argumentativa seja controlada e os objetos do discurso, avaliados (no caso, a expressões nominais *Plebiscito* e *futuro do Minhocão*).

(21)



Pelo que foi exposto até aqui, nota-se claramente que a função de recategorização argumentativa pode sim ser realizada, nos processos de referenciação, apenas por meio do nome-núcleo ou pelo acréscimo de modificadores axiológicos (positivos ou negativos). “O discurso, à medida que alimenta a memória discursiva, fornece uma representação de seus estádios sucessivos, particularmente formatando as expressões referenciais, que nesse sentido, operam como chaves (*clues*)” (KOCH, 2001, p. 87).

Tal representação, assim, pode ser modificada e manipulada na dinâmica discursiva, sendo as expressões referenciais, certamente, “um dos lugares onde a manipulação é não só possível como visível”. Dizendo de outra forma e concordando com Koch (2001), as expressões referenciais (com ou sem retomada) não apenas “referem”, mas também sugerem, orientam e ressignificam as representações discursivas, revelando uma multifuncionalidade que contribui para a argumentação e para o embasamento de pontos de vista dos interlocutores.

ASPECTOS DA REFERENCIAÇÃO NO GÊNERO *TWEET*

Presente nos principais portais jornalísticos nacionais desde 2009, o gênero *tweet* corresponde hoje a uma das práticas comunicativas mais recorrentes no jornal digital. Como destaca Lé (2012), ao se manifestar no domínio jornalístico, ele representa uma nova forma de acesso ao conteúdo online, apresentando semelhanças e diferenças com o já conhecido blog. Também se assemelha ao plantão de notícias, já que, no perfil oficial do jornal no Twitter, também tem o papel de levar ao leitor as principais notícias do dia, mas em outro ambiente, conectado

hipertextualmente ao portal jornalístico. Considerando que atualmente muitos leitores do conteúdo jornalístico são também usuários do Twitter, “esse gênero aproxima ainda mais o jornal ao seu público-alvo, divulgando as notícias muitas vezes antes de qualquer outro canal de informação *online*” (LÉ, 2012, p. 137).

No que diz respeito à referenciação, Lé (2012, p. 163) aponta cinco aspectos que parecem interessar particularmente à análise dos processos referenciais em *tweets* jornalísticos, quais sejam: (1) extensão dos *tweets*; (2) uso de RTs (*retweets*); (3) mensagem aos interlocutores por meio de link no formato @___; (4) criação de etiquetas (*hashtags*) por meio de link no formato #___; (5) atualização da página *home* (*tweets*).

Extensão dos *tweets*

Uma das peculiaridades dos *tweets* – aspecto que os caracteriza como “microblog” – é o texto limitado em sua extensão (inicialmente a 140 caracteres e, posteriormente, a 280 caracteres). Isso obriga o produtor a exercer a sua capacidade de síntese, postando mensagens essencialmente curtas e objetivas. Em termos de processamento anafórico, essa característica do microblog traz, também, algumas consequências para a atividade textual-discursiva. Um texto de 280 caracteres não dá margem a longas cadeias referenciais e, muitas vezes, a apreensão dos objetos do discurso ocorre hipertextualmente, por meio de links. Como se verifica em (22), o referente da expressão *veto de Bolsonaro* é interpretado por via hipertextual, já que no *tweet* o leitor precisará recorrer ao link que dá acesso à notícia para apreender o referente e saber propriamente de qual veto se trata. Como os *tweets* têm um limite de até 280 caracteres, a cadeia referencial (e inferencial) é então ampliada no hipertexto.

(22)



Uso de *retweets* (RTs)

O recurso do RT na página do Twitter corresponde ao encaminhamento de uma mensagem ou do que já foi postado anteriormente e que o produtor deseja tornar visível em sua página principal. O RT equivale a um recurso de citação ou intertextualidade, que, no Twitter, vem sempre acompanhado da autoria do *tweet* repostado. Inicialmente, era apenas realizado por meio da indicação da sigla RT antes da mensagem a ser redirecionada, mas logo se tornou uma função hipertextual a partir do botão *retweet*. Ao clicar no botão *retweet*, automaticamente todo o conteúdo era repostado na *timeline* do usuário. Atualmente, ainda mais sofisticado, o *retweet* pode ser feito de três formas: (1) retuitar, quando se reposta automaticamente todo conteúdo de um *tweet*; (2) retuitar com comentário, opção que permite ao usuário retuitar e, ao mesmo tempo, comentar o *tweet*; e (3) reagir com *fleet*, que permite ao usuário retuitar no *fleet*, um espaço de mensagens rápidas, disponíveis apenas por 24h no Twitter, semelhante ao *story* no Instagram.

Quanto à referenciação discursiva, Lé (2012, p. 164) lembra que o RT mostra-se relevante por indicar muitos referentes anafóricos que só podem ser recuperados hipertextualmente, por meio de links, ou, quando se trata de um RT com resposta, pode estabelecer uma cadeia referencial no próprio *tweet*. É o que se pode notar em (23), no *tweet* que foi retuitado pelo leitor, já que a expressão *esses pobres perseguidos pelo establishment corrupto* tem a sua interpretação atrelada à informação apresentada cotextualmente, estabelecendo relação com referentes apresentados no *tweet* repostado (*Flávio, filho de Bolsonaro*). Desse modo, percebe-se que a estratégia do *retweet* possibilita a recuperação (direta ou indireta) de várias cadeias referenciais, uma vez que aquilo que é postado antes pelos interlocutores é apresentado novamente no novo *tweet*, podendo, nos comentários, ser retomado e/ou recategorizado.

(23)



Outra característica importante desse recurso, no que se refere ao processamento anafórico, é que o “antecedente” (para as anáforas diretas) ou “âncora cotextual” (para as anáforas indiretas), do ponto de vista cronológico (sequencial), pode deixar de ocupar a posição canônica *anterior* na cadeia cotextual, já que, ao usar RT, o usuário do Twitter muitas vezes apresenta a mensagem encaminhada em posição posterior à sua resposta ao interlocutor. Em (23), por exemplo, a âncora do referente da expressão nominal *esses pobres perseguidos pelo establishment corrupto* vem depois, no texto do RT (*Flávio, filho de Bolsonaro*), o que comprova essa flexibilidade no posicionamento do anafórico.⁶ Caso o RT não fosse utilizado, esse aspecto também poderia aparecer hipertextualmente, por meio de links de acesso à *timeline* que apresentariam o antecedente ou a âncora em posição não canônica, a posteriori. De um modo ou de outro, é garantida, aí, a continuidade referencial.

Identificação dos interlocutores por meio do formato @_____

Os interlocutores no Twitter são apresentados e identificados por meio de expressões no formato @_____, que correspondem, ao mesmo tempo, a um link da cadeia hipertextual que pode ser acessado a qualquer instante. Sendo assim, em se tratando de referência, um link associado a uma expressão no formato @_____ é o que abre espaço e dá margem a uma série de informações

⁶ Tem-se, em (23), um exemplo extraído do perfil de usuário de um leitor de jornal, o qual retuitou a *tweet* apresentado no perfil @folha. Considera-se, assim, que os *retweets*, assim como os comentários, fazem parte do perfil oficial do jornal, que é de domínio público.

co(n)textuais relevantes ao processamento discursivo, ampliando as possibilidades de retomadas hipertextuais ou de associações indiretas de toda ordem. Em (24), o perfil da colunista Vera Iaconelli pode ser acessado por meio do link @vera_iaconelli, no qual se encontra o conteúdo da matéria mencionada no *tweet*, que trata de educação sexual na infância.

(24)



Criação de etiquetas (*hashtags*) por meio de link no formato # _____

O formato de expressão # _____ é usado no Twitter para criação de um assunto ou nome-etiqueta (*hashtag*) que será mencionado de modo recorrente por vários usuários. A partir do momento em que é criado, ele funciona hipertextualmente como mecanismo de busca para todas as mensagens com a mesma *hashtag*. No que toca à sua importância para o processamento referencial no discurso, pode-se dizer que, do mesmo modo que o formato @ _____ usado para identificação de interlocutores, uma etiqueta ou *hashtag* corresponde, literalmente, a um link aberto para informações relevantes à continuidade referencial no discurso. Conforme se vê em (25), as *hashtags* #pedoflix e #CancelFlix são mencionadas pelo colunista como forma de manifesto nas redes, em oposição ao filme *Lindinhas*, da Netflix. Assim, elas servem como um link que dá acesso hipertextualmente a uma lista de tudo o que foi dito no Twitter sobre o assunto – o protesto relativo à exibição do filme *Lindinhas*, na Netflix, e à erotização infantil. Como a escolha das expressões nominais revela sempre uma orientação argumentativa (KOCH, 2001), pode-se dizer que o uso da expressão “pedoflix” na *hashtag* indica, de alguma forma, a intenção dos usuários em assumir um

posicionamento contrário à erotização na infância, ainda que, conforme destacado pelo colunista Tony Goes, muitos deles sequer tenham visto o filme e não tenham notado que não se trata, propriamente, de uma apologia promovida pela Netflix. Em suma, percebe-se que esse recurso também é capaz de sinalizar as porções textuais que assumem relevância para a continuidade referencial no discurso.

(25)



Atualização da página *home*

A atualização da página *home* no Twitter é o modo pelo qual seus usuários podem ter acesso a todas as mensagens daqueles que constam na sua lista *following*. Assim, é por meio dela que podem, também, ser engatilhadas as cadeias referenciais dos seus próximos posts, ao responder aos *tweets*, direta ou indiretamente, ou simplesmente ao ler os *tweets*. É, sobretudo, a lista de mensagens na página *home* que permite que o usuário do Twitter, como leitor, interprete co(n)textualmente as cadeias referenciais, estabelecendo, sem dúvida, as inferências necessárias ao seu processamento.

Enfim, pelo que foi até aqui observado, pode-se dizer que o Twitter, enquanto gênero digital relativamente novo no domínio jornalístico, apresenta algumas propriedades estruturais interessantes ao estudo da referenciação, tais como o limite de 280 caracteres, o uso de RTs ou *retweet*, a identificação dos interlocutores por meio do formato @_____, a criação de etiquetas ou *hashtags* e, ainda, a atualização da página *home*. A esses cinco aspectos apresentados em Lé (2012), podemos atualmente acrescentar, de acordo com a composição

estrutural mais recentes dos *tweets*, mais dois aspectos que, sem dúvida, também influenciam os processos de referenciação presentes nesse gênero: (a) os recursos multissemióticos que permitem a inserção de imagens, vídeos e gifs; e (b) as enquetes realizadas em *tweets* por meio de recurso hipertextual. Esses dois aspectos certamente estão envolvidos não apenas na configuração tecnológica do gênero, mas também na sua configuração linguística, influenciando diretamente o processamento coesivo do texto. O espaço das cadeias referenciais nesse microblog interativo torna-se, assim, tema bastante produtivo em trabalhos de pesquisadores preocupados com aspectos funcionais do discurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se considerar o gênero *tweet* uma prática comunicativa bastante recorrente no domínio jornalístico, torna-se relevante entender os processos de construção textual dos sentidos que estão envolvidos no ambiente digital, seja na reelaboração, seja na estabilização das atividades tecnolinguageiras.

Para compreender o fenômeno da referenciação em *tweets* jornalísticos, é necessário entender não só as cadeias referenciais diretas, que envolvem retomada e correferencialidade, mas também as anáforas indiretas, cujas âncoras permitem a apreensão dos objetos de discurso a partir de ações cognitivas complexas, pautadas em conexões inferenciais.

Em relação à orientação argumentativa presente nessas práticas, observa-se que as ações de referir e argumentar andam juntas, uma vez que a escolha dos referentes, no que toca ao nome-núcleo e aos qualificadores, é muitas vezes condicionada pelo projeto de dizer dos interlocutores, revelando seus posicionamentos e cargas avaliativas, mesmo em um gênero de caráter eminentemente expositivo como o *tweet* jornalístico.

Enquanto prática comunicativa, o *tweet* apresenta especificidades em sua composição estrutural que influenciam sobremaneira nos processos referenciais e inferenciais, em que atuam não só fatores linguísticos e sociocognitivos, mas também as funções hipertextuais, de ordem tecnológica, presentes no meio digital. Como vimos aqui, há aspectos da composição dos *tweets* que sinalizam essa influência, a saber: o limite de 280 caracteres; o uso de *retweets*, com ou sem comentários; o mecanismo de busca de conteúdo por meio de *hashtags*; a identificação de usuários por meio do formato hipertextual @____; a atualização da página *home*; a inserção de imagens, vídeos e gifs, tornando os *tweets* cada vez mais multimodais; e a possibilidade de realizar enquetes hipertextualmente no próprio *tweet*.

REFERÊNCIAS

- APOTHÉLOZ, Denis; REICHLER-BÉGUELIN, Marie-José. Construction de la référence et stratégies de désignation. *In: TRANEL*. Vol. 23. Neuchatel. Institute de Linguistique de l'Université de Neuchatel. 1995. p. 227-271.
- BERRENDONNER, Alain; REICHLER-BÉGUELIN, Marie-José (eds.). Du syntagme nominal aux objets de discours: SN complexes, nominalisations, anaphores. *TRANEL*. Vol. 23. Neuchatel. Institute de Linguistique de l'Univesité de Neuchatel. 1995.
- CAVALCANTE, Mônica M. Expressões referenciais – uma proposta classificatória. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas. 44. Jan-jun 2003. p. 105-118.
- CHAROLLES, Michel. Anaphore associative, estéréotype et discours. *In: SCHNEDECKER, C. et al. (eds.) Le Anaphore Associative*. Paris: Klincksieck, 1994. p. 67-92.
- CONTE, Maria-Elisabeth. Encapsulamento anafórico. *In: CAVALCANTE, Mônica M.; RODRIGUES, Bernadete B.; CIULA, Alena. (orgs.) Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 177-190.
- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN. R. *Cohesion in English*. London: Longman Group Limited, 1976.
- KLEIBER, G., SCHNEDECKER, C., UJMA, L. L'anaphore associative, d'une conception a l'autre. *In: SCHNEDECKER, C., et al. (orgs.) L'Anaphore associative*. Paris: Librairie Klincksieck, 1991. p. 5-64.
- KOCH, Ingedore V. A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. 41. Campinas-SP: IEL, 2001. p. 75-89.
- KOCH, Ingedore V. *Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- LÉ, Jaqueline Barreto. *Referenciação e gêneros jornalísticos: sistemas cognitivos em jornal impresso e jornal digital*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Letras. Rio de Janeiro-RJ, 2012.

MARCONDES, Danilo. **Filosofia Analítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MARCUSCHI, L. A. Léxico: lista, rede ou cognição social? *In*: NEGRI, L.; FOLTRAN, M. J.; OLIVEIRA, R. P. de (orgs.). **Sentido e Significação**: em torno da obra de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004. p. 263-284.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. *In*: KOCH, Ingedore V.; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. (orgs.) **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 53-101.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. *In*: CALVACANTE, M. M., RODRIGUES, B. B., CIULA, A. (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

O'REILLY, Tim; MILSTEIN, Sarah. **Desvendando o Twitter**. Trad. de Eduardo Fraguas. São Paulo: Digerati Books, 2009.

SCHWARZ, M. **Indirekten Anaphern in Texten**: Studien zur domängebundenen Referenz und Kohärenz im Deutschen. Tübingen: Niemeyer, 2000.

WEBBER, B. L. **Tense as discourse anaphor**. 1988. Disponível em: https://repository.upenn.edu/cis_reports/441/. Acesso em: 23 ago. 2020.

ZAMPONI, Graziela. **Processos de referenciação**: anáforas associativas e nominalizações. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da linguagem. Campinas-SP, 2003.

ESTRUTURA COMPOSICIONAL E TRAÇOS LÉXICO-GRAMATICAIIS EM BLOGS

Yalis Duarte Rodrigues Lima¹

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata-se de um recorte da minha dissertação intitulada *Forma e função em gêneros digitais: Estrutura composicional e traços léxico-gramaticais no macrogênero blog*, defendida em fevereiro de 2017, que teve como objetivo apresentar aspectos relativos à macroestrutura e à microestrutura dos gêneros discursivo-textuais Crítica de Cinema e Relato de Viagem presentes em blogs especializados nas duas temáticas.

Na análise macroestrutural foram considerados componentes da Estrutura Potencial do Gênero (EPG) (cf. HALLIDAY; HASAN, 1985) e, na análise microestrutural foram analisados traços léxico-gramaticais correlacionados a aspectos do estilo dos textos. A partir da análise de dois gêneros presentes em blogs especializados em temáticas distintas, parte-se da hipótese de que, uma vez que os temas abordados são distintos, é provável que tal distinção tenha reflexos na estrutura composicional e nos estilos desses gêneros.

¹ Gostaria de agradecer imensamente à professora Vera Lúcia Paredes Silva por ter guiado minha trajetória acadêmica desde a graduação com tanto empenho e carinho.

Conforme Marcuschi (2008), as discussões sobre os gêneros discursivos-textuais têm como papel principal reforçar a compreensão dos gêneros através de uma ótica dinâmica, o que significa considerá-los como formas sociais de agir no mundo. Nesse sentido, o estudo dos gêneros na atualidade² busca compreender as diversas práticas comunicativas com as quais nos deparamos diariamente.

A escolha pelo termo “gênero discursivo-textual” tem como base o trabalho de Rojo (2005), que fez um levantamento de diversos trabalhos na área de gêneros, com o objetivo de verificar se o uso das duas designações (“textual” e “discursivo”) era indiferente ou se havia por trás da escolha alguma divergência teórico-metodológica. Essa discussão será detalhada na seção Pressupostos Teóricos.

Diante disso, este trabalho pretende trazer reflexões sobre algumas características formais e funcionais de textos mediados pelo ambiente digital, os chamados *hipertextos* (cf. Marcuschi, 2004; Koch, 2003).³ A motivação para esta proposta surgiu a partir do levantamento de dados para o trabalho de conclusão de curso apresentado no primeiro semestre de 2014. A análise dedicou-se à expressão variável de primeira pessoa do singular em relatos pessoais de viagens publicados em blogs especializados no tema e, a partir dessa investigação, surgiram diversos questionamentos com relação à organização composicional dos textos e suas particularidades linguísticas, instigando o aprofundamento do tema.

Em um primeiro nível de análise, o macroestrutural, são investigados padrões organizacionais na Estrutura Potencial do Gênero (cf. HALLIDAY; HASAN, 1985) e, no nível microestrutural, buscam-se traços léxico-gramaticais que refletem o estilo de cada gênero.

Discute-se, ainda, a possibilidade de considerar o blog como um macrogênero diante do fato de que sua organização composicional abrange diversos outros gêneros, além dos dois que fazem parte do corpus deste trabalho. Nesse sentido, o conceito de suporte e a influência da web são aspectos a serem considerados na discussão.

² Destaco o termo “atualidade”, pois, ainda de acordo com Marcuschi (2008) os estudos dos gêneros surgem na tradição ocidental a partir das manifestações literárias na Antiguidade greco-romana.

³ Os textos produzidos na web apresentam um caráter não linear, já que oferecem ao leitor virtual a possibilidade de navegar “entre caminhos diversificados, de modo a permitir diferentes níveis de desenvolvimento e aprofundamento de um tema” (KOCH, 2003, p 63).

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Conforme dito anteriormente, a escolha pelo termo “gêneros discursivo-textuais” tem como base o trabalho de Rojo (2005). A autora constatou que o termo **teoria dos gêneros discursivos** “centrava-se sobretudo no estudo das situações de produção dos enunciados ou textos e em seus aspectos sócio-históricos”. Já os trabalhos que adotavam o termo **teoria dos gêneros textuais** tinham como foco a “descrição da materialidade textual” (ROJO, 2005, p. 185). Podemos correlacionar essa diferença encontrada pela autora à distinção entre os conceitos de “texto” e “discurso”, de acordo com Marcuschi (2008). Segundo o autor,

A tendência é ver o texto no plano das formas linguísticas e de sua organização, ao passo que o discurso seria o plano do funcionamento enunciativo, o plano da enunciação e efeitos de sentido na sua circulação sociointerativa e discursiva envolvendo outros aspectos [...] (MARCUSCHI, 2008, p. 58).

Apesar de cada conceito estar relacionado a um plano (ou nível), o autor ressalta que texto e discurso “são muito mais duas maneiras complementares de focar a produção linguística em funcionamento” (MARCUSCHI, 2008, p. 58). Portanto, todo texto é produzido, necessariamente, em uma instância discursiva, sendo produto e processo ao mesmo tempo, no sentido de que é um evento interativo e tem traços linguísticos que podem ser examinados.

Os gêneros são constituídos por três elementos básicos que estão associados entre si: o tema, que diz respeito à natureza do conteúdo abordado; a construção composicional, relacionada aos aspectos formais; e o estilo, que abrange os usos linguísticos (cf. Bakhtin, 2003). Embora sejam considerados elementos básicos, não são os únicos aspectos que desempenham um papel essencial na constituição dos gêneros, já que a audiência e os propósitos comunicativos devem ser considerados.

O BLOG E SUAS CARACTERÍSTICAS

As mídias digitais têm sido alvo de estudo de diversos autores da área de gêneros (cf. MARCUSCHI, 2008; MARCUSCHI; XAVIER, 2004; MILLER, 2012). De acordo com Swales (1990), as comunidades discursivas são organizadas de acordo com alguns critérios. A existência de **um conjunto de objetivos públicos comuns** é o primeiro deles. No caso dos blogs, os objetivos compartilhados por blogueiros e público não são únicos: além do desejo de compartilhar informações, há também o propósito de interagir com outras pessoas e, conseqüentemente, criar um espaço de entretenimento e discussão sobre determinados

assuntos. Para que esses objetivos sejam cumpridos, é necessário que haja um **mecanismo de comunicação entre os membros**, o que nos leva à segunda característica que faz de um grupo uma comunidade discursiva. Na comunidade blogueira esses mecanismos consistem no uso de imagens, *emoticons*,⁴ links,⁵ textos e/ou vídeos. É através do uso desses mecanismos que há uma **troca de informações de maneira efetiva**, atendendo, assim, ao terceiro critério proposto pelo autor. A quarta característica está relacionada à **capacidade de desenvolvimento de seus próprios gêneros**. Segundo Miller (2012), os blogs surgiram como uma forma de autoexpressão e costumavam ter uma natureza confessional, característica dos diários pessoais. Ao longo do tempo, no entanto, os blogs sofreram algumas mudanças e “logo depois que todo mundo pensou que sabia que um blog era um diário *online*, começamos a ouvir falar de j(ornalismo)-blogs, blogs esportivos, fotoblogs, blogs educativos, blogs de viagem, blog de campanhas políticas, entre outros” (MILLER, 2012, p. 87). Portanto, atualmente, os autores de blogs compartilham com o público informações sobre determinado tema de interesse geral. Além disso, o autor estabelece que há a **incorporação de novos membros**. A adesão de novos membros à comunidade blogueira ocorre frequentemente, já que basta o acesso à rede para que um indivíduo faça parte daquele grupo. Portanto, reconhecer os blogueiros como uma das comunidades discursivas pertencentes ao âmbito digital significa entender que o ato de “*blogar*” é uma ação contextualizada socialmente e reconhecida

BLOG: SUPORTE OU MACROGÊNERO?

Ainda que haja poucas investigações a respeito do suporte dos gêneros discursivo-textuais, Marcuschi (2008, p. 174) define o conceito como “um *locus* físico ou **virtual** com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto” (grifo meu). Mais do que servir de base para a manifestação de um gênero, “o suporte não é neutro e o gênero não fica indiferente a ele” (MARCUSCHI, 2008, p. 174).

Ao observar a diversidade de gêneros presente nos blogs analisados, optei por considerá-los como macrogêneros e não como suporte, na intenção de não

⁴ Junção das palavras inglesas “emotion” e “icon”. Significa uma imagem que representa a emoção ou expressão facial de quem faz uso desse recurso.

⁵ Link (ou hiperlink) é um recurso próprio de uma página da web e tem como função direcionar o usuário a uma outra página diferente daquela em que ele se encontra. Esse recurso oferece, segundo Maingueneau (2013, p. 94), “uma enorme rede de relações virtuais que permite um número ilimitado de percursos distintos.

excluir o papel da web e sua influência nos gêneros digitais. O macrogênero blog apresenta determinadas características que só são possíveis por estar inserido no suporte web. Dentre essas características, destaco a mistura de semioses (textos, imagens, vídeos, *emoticons*) e o uso do hiperlink, por exemplo. Estou de acordo com Marcuschi (2008, p. 186), portanto, ao considerar “a internet como um suporte que alberga e conduz gêneros dos mais diversos formatos”. Dessa forma, o suporte web serve como lócus virtual para a fixação de gêneros, como o e-mail, por exemplo, e de macrogêneros, como os blogs.

A distinção entre os conceitos de suporte e macrogênero no ambiente digital parece não ser, até o momento, uma questão amplamente abordada. Oliveira (2014), por exemplo, defende que os blogs de opinião esportiva são “gêneros autônomos”, não mencionando a possibilidade de serem considerados como macrogêneros. Em trabalho anterior (cf. Lima, 2014), considerei blogs de viagem apenas como um gênero, adotando um ponto de vista que hoje considero reducionista com relação às possibilidades que os blogs oferecem aos usuários. As discussões aqui realizadas são, portanto, uma reformulação das considerações presentes em Lima (2014) e uma tentativa de aprofundar questões que considero importantes para a análise de gêneros digitais. Conforme afirma Miller (2012, p. 109), “o blog é uma tecnologia, um meio, uma **constelação de recursos – e não um gênero**” (grifos meus). Nesse sentido, discuto a seguir a possibilidade de considerar o blog como um macrogênero presente no suporte web (cf. MARCUSCHI, 2008).

Diante disso, o blog será aqui definido como um *site* dedicado a um tema específico que reúne diversos gêneros relacionados à temática proposta. Além disso, é coordenado, geralmente, por um grupo de pessoas que atualiza as publicações regularmente. Oferece também a possibilidade de interação entre o público que acessa o site e os blogueiros (pessoas que assinam as publicações), através do recurso dos comentários e do link com outras redes sociais.

METODOLOGIA

O corpus é formado por 20 blogs, sendo 10 de cada temática. De cada blog foi selecionado um texto para análise, não havendo um critério específico de seleção. Os blogs escolhidos para análise são independentes e conquistaram reconhecimento em cadeia nacional ao longo do tempo em que estão no ar. Alguns receberam prêmios ou tiveram matérias publicadas em outros meios de comunicação, como jornais ou outros portais de notícias da internet.

Assim como não há uma exigência de publicação constante de críticas de filmes, os relatos pessoais de viagem também não possuem uma obrigatoriedade no que diz respeito à frequência de publicação, principalmente porque os blogs se dedicam a outros conteúdos como entrevistas e notícias sobre o universo cinematográfico e turístico.

De maneira geral, o objetivo dos blogs das duas temáticas é criar um espaço de diálogo sobre diversos conteúdos relacionados aos temas propostos. Esse objetivo fica claro quando buscamos na seção “quem somos” (disponível em todos os blogs analisados) informações sobre a história de criação do blog e sua política de funcionamento, conforme ilustram as figuras a seguir:

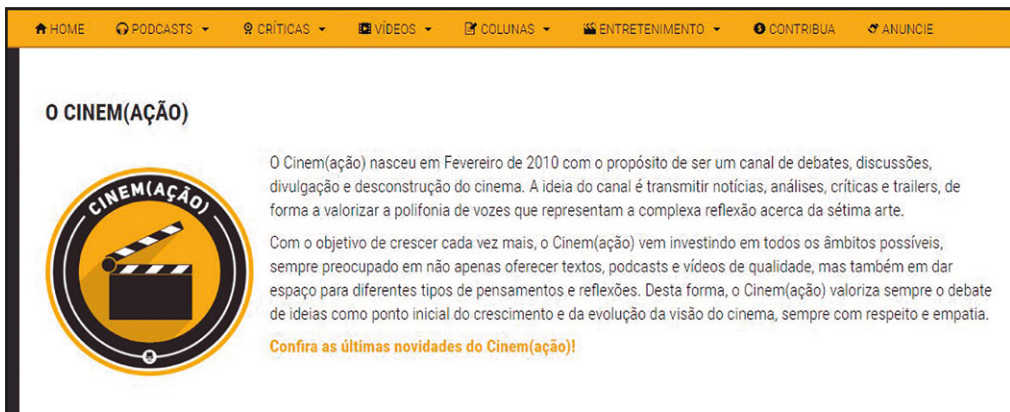


Figura 1 – Política de funcionamento do blog *Cinem(ação)*.

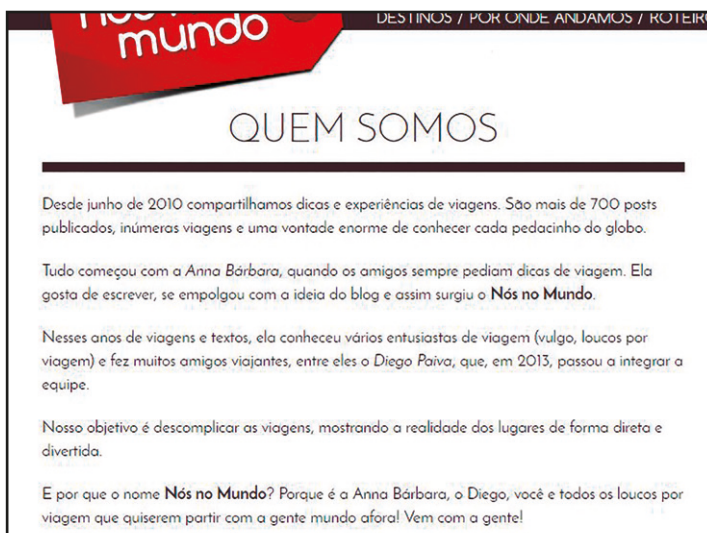


Figura 2 – Política de funcionamento do blog *Nós no mundo*.

Nesta mesma seção é interessante observar não só o surgimento recente dos blogs aqui analisados (ambos mencionam o ano de 2010), mas também o fato de que os textos não são, necessariamente, escritos por especialistas da área.⁶

História do Blog

Tiago Caramuru Desde que descobri que viajar é possível, viciiei. Muita disciplina financeira e bastante curiosidade. Um pouco de sorte. Nada como uma viagem após a outra. Trabalho pra viver, vivo pra viajar. Não sou autor, poeta, antropólogo, cronista, jornalista ou cientista político. Mas como achei que tinha algo a dizer, comecei a escrever. Viciiei também.

Figura 3 – Política de funcionamento do blog *Esvaziando a Mochila*.

Sobre

No ar desde 2008, o **Cinema de Buteco** é um portal formado por amigos que têm em comum o amor pelo cinema, e, que cansados de tanto discutirem sobre cinema nos *butecos* de **Belo Horizonte**, resolveram criar uma página na internet para registrar suas opiniões e reflexões. A intenção aqui é comentar qualquer tipo de filme (até os do Michael Bay), privilegiando uma escrita descontraída e que possa atingir o público não cinéfilo.

São críticas de vários colaboradores, cada uma com uma formação diferente, mas que tem em comum a paixão pelo cinema e pelas discussões filosóficas durante uma visita ao bar mais próximo. Apesar do site ter nascido na capital dos *butecos*, a equipe extrapolou as montanhas mineiras e possui cinéfilos/*butequeiros* em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e até de Berlim!

Mesmo levando o nome **Cinema de Buteco**, nosso portal ultrapassou as barreiras da sétima arte e agora conta com categorias exclusivas para literatura, séries de TV, eventos e até teatro! Com 8 anos no ar, seria impossível não acontecer tal evolução, não é mesmo? Tudo com informação de qualidade sendo transmitida da maneira mais simples possível. O Cinema de Buteco também trabalha com colunas, *videocasts*, *podcasts*, *playlists* e listas.

Cinema por quem entende mais de mesa de bar.

Figura 4 – Política de funcionamento do blog *Cinema de Buteco*.

⁶ Embora não sejam especialistas da área, os autores dos blogs analisados conquistaram um público fiel que reconhece essas pessoas como autoridades no assunto, já que disponibilizam conteúdos úteis a quem procura. Nesse sentido, grandes empresas buscam parcerias com esses blogs, tendo em vista a grande visibilidade que eles possuem. No caso de blogs de filmes, por exemplo, observamos propagandas de canais de assinatura e, no caso dos blogs de viagens são anunciados serviços de reserva de hotéis online, passagens aéreas e seguro viagem. Portanto, os blogs se tornam, muitas vezes, a fonte de renda das pessoas que geram conteúdo online.

Ainda que, de maneira geral, os colaboradores sejam de profissões variadas, as pessoas que assinam os textos analisados são, na sua maioria, jornalistas e publicitários.⁷ No caso dos Relatos de Viagem há uma predominância de textos assinados por mulheres, já com relação às Críticas de Cinema, a predominância é de autoria masculina.

Outra diferença observada é que, enquanto os blogs de viagem possuem no máximo três colaboradores, os blogs de filmes contam com diversos autores.

O principal objetivo dos blogs de filme é oferecer uma cobertura completa dos conteúdos (lançamentos, festivais, notícias e entrevistas) relacionados ao mercado cinematográfico. Além disso, há a publicação de críticas dos principais lançamentos nacionais e internacionais, todas disponíveis na seção “críticas” dos blogs.



Figura 5 – Exemplo de gêneros presentes no macrogênero blog *Cinemascope*.

Já os blogs de viagem têm como objetivo compartilhar notícias, listas, roteiros e relatos pessoais que auxiliem os leitores no planejamento da própria viagem. Essas informações são encontradas em seções dedicadas a cada país. É importante ressaltar que, diferentemente das Críticas de Cinema, os Relatos não são assim denominados pelos organizadores dos blogs. Ao fazer a busca pelo país desejado, o leitor encontra os diversos textos que tratam daquele lugar, cabendo a ele escolher ler um Relato ou uma notícia, por exemplo.

Com relação à construção composicional observamos a capacidade que os blogs têm de comportar diversos gêneros. Destaco essa característica pois, ao

⁷ Os blogs apresentam, em sua maioria, o perfil de cada colaborador, o que possibilitou checar a profissão dos autores dos textos.

abrigar uma variedade de outros gêneros podemos reiterar os blogs analisados como macrogêneros.

As quatro figuras a seguir apresentam as páginas iniciais de dois blogs de cada temática – filme e viagem – em que podemos ver a organização de alguns desses gêneros em seções como, por exemplo, notícias, entrevistas e colunas. Além dos gêneros representados nas figuras, há a presença de outros, tais como: lojas online, podcasts,⁸ fóruns, listas (*top 5* filmes, por exemplo), orientações práticas para organizar uma viagem etc.

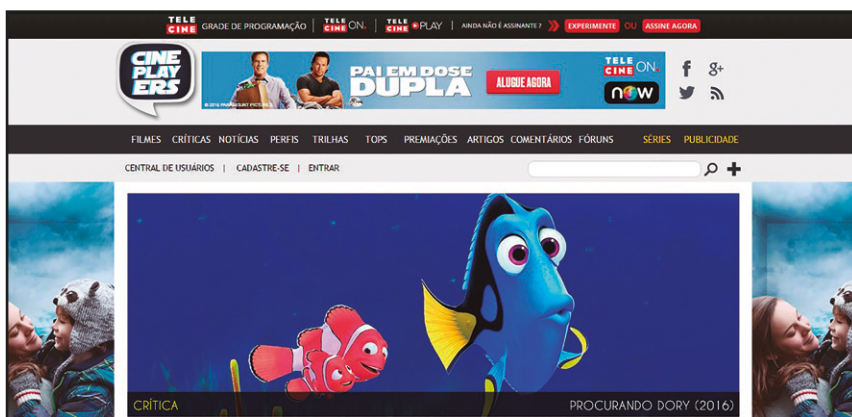


Figura 6 – Exemplo de gêneros presentes no macrogênero blog *Cineplayers*.



Figura 7 – Exemplo de gêneros presentes no macrogênero blog *Preciso Viajar*.

⁸ Os *podcasts* são uma espécie de programa de rádio, porém disponibilizados na internet. Podem ser de diferentes temas (como cinema, literatura, política, esportes, apenas para citar alguns) e ouvidos no momento que o usuário desejar. Nos *podcasts* são feitos comentários, discussões, e debates, à semelhança do que ocorre em programas radiofônicos, gênero que está incluído, de acordo com Marcuschi (2008, p. 195) no domínio jornalístico.

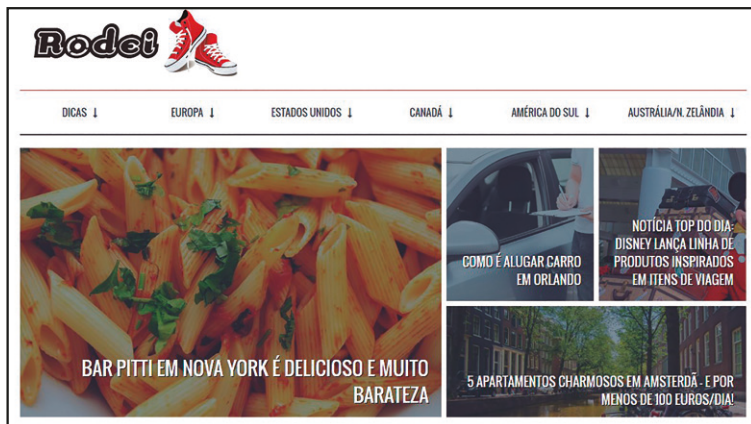


Figura 8 – Exemplo de gêneros presentes no macrogênero blog *Rodei*.

Essa diversidade de gêneros característica dos blogs analisados não implica, porém, uma flutuação temática. Nas figuras de 1 a 4, por exemplo, vemos que as notícias, entrevistas ou listas apresentam um direcionamento ao tema principal dos blogs. Essa centração temática pode ser evidenciada através dos títulos (que são fixos) dos blogs, conforme a lista 1:

Blogs de viagem	Blogs de filme
Aprendiz de viajante	Cinemascope
Nós no mundo	Cinemação
Ensaios de viagem	Cineplayers
Gaby pelo mundo	Cinepop
Esvaziando a mochila	Cinema de buteco
Preciso viajar	Cinequanon
Saia pelo mundo	Cinema com rapadura
Rodei	Cinemaqui
Vou contigo	Cineclick
Jeguindo	Ccine

Lista 1 – Centração temática nos títulos dos blogs de viagem e dos blogs de filme.

ANÁLISE DOS DADOS

A Estrutura Potencial do Gênero Crítica de Cinema

Tomando como base o trabalho de Taboada (2011), foi observada nas Críticas de Cinema a presença de sete estágios, exemplificados a seguir:

A. Tema/assunto: Trata-se da informação geral sobre o conteúdo do filme; categoriza o filme dentro de um tipo específico: comédia, drama, romance etc. Nos exemplos destacados, a contextualização do filme, seja através do ponto de vista histórico ou relativo a algum sentimento universal, tem como função atrair o interesse do leitor para o filme.

- 1) BFPC - O filme 500 Dias com Ela ((500) Days of Summer) conta a história do começo e do fim de um relacionamento amoroso. Qualquer pessoa que já tenha presenciado esse tipo de acontecimento conseguirá perceber como as situações reais são retratadas na tela.
- 2) BFCK - As grandes tragédias da humanidade causam consequências imediatas e reverberações tardias. Sobre Segunda Guerra Mundial, o drama A Dama Dourada mostra esses dois tipos de males na mesma história e o resultado é um banho de emoção.

B. Descrição do roteiro: Pode ser longa ou breve. Nessa etapa, o autor da crítica esboça os eventos do filme, comparando-o algumas vezes com outros filmes.

- 3) BFCC - No longa, conhecemos Ann (Sarah Polley) uma mãe de duas garotinhas, com apenas 23 anos e casada com Don (Scott Speedman). Ann é uma batalhadora que trabalha a noite para ajudar na casa ou melhor no trailer, estacionado no quintal de sua mãe e Don se vira construindo piscinas. Apesar da vida dura e das condições ruins em que vivem, aparentemente são felizes, mas Ann, tem um desmaio, e vai parar no médico, lá descobre que tem uma doença rara, e assim vai levá-la a morte em no máximo 3 meses. É neste momento que o filme ao invés de apelar para a manipulação sentimental do espectador, foca em Ann e nos desejos que ela quer realizar antes de morrer.
- 4) BFCS - Certo dia, o escritor Tomas (James Franco) briga com sua mulher e sai dirigindo sem rumo, até que acidentalmente atropela uma criança e nunca mais consegue viver com tranquilidade.
- 5) BFPC - Com essa estrutura diferenciada, criam-se espaços para liberdades criativas. Um exemplo são as digressões que o narrador faz para mostrar o passado e outras características dos personagens, como acontece em O Fabuloso Destino de Amélie Poulain (2001).

C. Descrição dos personagens: Pode ser física ou psicológica. Conforme aponta Taboada (2011), esse estágio pode aparecer junto a uma avaliação específica dos atores.

- 6) BFCM - Em nenhum momento as relações entre os personagens e suas respectivas histórias são mastigadas. Percebemos que Carlos (Lourenço Mutarelli) é um frustrado que sempre foi rico, Val leva a vida difícil e segue na inércia em sua dura rotina, e Jéssica sabe muito bem o que faz quando diz que gostaria de ficar no quarto de hóspedes, em vez do quarto da mãe dela. Até mesmo Bárbara (Karine Teles) é uma personagem muito interessante, mesmo parecendo unidimensional a princípio: é uma mulher que busca a independência profissional, mas aparentemente não ganha dinheiro suficiente para manter seu padrão, sendo dependente do marido, e ainda sofre com o afastamento do filho. Mesmo que Bárbara pareça “má” em alguns momentos, trata-se de um comportamento herdado da sociedade em que ela foi criada, e não algo totalmente consciente.

No exemplo (7) há uma descrição do personagem (sublinhada) seguida da avaliação dos atores. Nesse caso, em um mesmo parágrafo podem coexistir diferentes estágios.

- 7) Como de praxe nos filmes de Allen, o protagonista é extremamente irônico (o que combina perfeitamente com as feições arrogantes de Colin Firth) e sofre com o complexo virginiano de se achar a pessoa mais inteligente e imune aos erros mentais dos humanos normais. Verdade seja dita, esse tipo de personagem já ficou bem chato. Tanto que um dos principais problemas de *Magia ao Luar* é exatamente no personagem de Firth, que apesar de desempenhar a função muito bem, parece não conseguir oferecer mais do que uma sombra do próprio Allen. Emma Stone é encantadora, como sempre.

D. Background: De acordo com Taboada (2011, p. 255) esse estágio tem como “propósito prover informação que o autor julgue necessária para entender o filme ou a crítica”. Em (8), por exemplo, vemos que o autor inicia sua crítica com informações externas ao filme, mas relacionadas a ele. Nesse caso, a menção a outros filmes tem como objetivo a comparação com outros trabalhos do diretor, auxiliando, assim, na compreensão da crítica do filme em questão. Já em (9), há informações sobre indicações e premiações recebidas pela protagonista do filme.

Percebe-se que, ao indicar informações que valorizam o diretor ou os atores, esse estágio apresenta, de certa forma, um caráter avaliativo.

- 8) BFCR - Em seus últimos trabalhos, David O. Russell tem se saído melhor quando não procura rebuscar demais a sua proposta. “*O Vencedor*” (2010) e “*O Lado Bom da Vida*” (2012), de temáticas e narrativas mais simples, são ótimos filmes, enquanto “*A Trapaça*” (2013), em sua trama bagunçada, não passa de um embuste mal desenvolvido. No caso deste “Joy: O Nome do Sucesso”, o diretor revisita aquilo que o consagrou como um dos nomes queridos pela indústria, entregando uma obra simples, bem dirigida e com ótimas atuações.
- 9) BFCQ - Presente em praticamente todas as listas e premiações em sua categoria, a atriz levou o importantíssimo Ouro de Prata na Berlinale de 2015.

E. Avaliação geral: Apresenta características sobre o filme como um todo. Geralmente são comentários vagos sobre a obra em si, representando uma primeira impressão do crítico sobre o filme.

- 10) BFCR - No caso deste “Joy: O Nome do Sucesso”, o diretor revisita aquilo que o consagrou como um dos nomes queridos pela indústria, entregando uma obra simples, bem dirigida e com ótimas atuações. Ainda que não seja sua melhor realização, é um longa honesto, que não precisa se apoiar em firulas ou muletas narrativas vazias para se sustentar.

F. Avaliação específica: consiste na avaliação direcionada aos atores, diretores, roteiristas ou à trilha sonora, como ilustra o exemplo a seguir:

- 11) BFCB - Se há alguma coisa perfeita em *Magia ao Luar*, não existe a menor dúvida que seja a sua trilha sonora absolutamente incrível e muito bem colocada. O clima nostálgico da obra chega a dar sono em muitos momentos, literalmente, mas quando ouvimos “*You Do Something to Me*”, de Cole Porter, é uma injeção de ânimo que nos faz recordar da época de ouro do cinema – o que provavelmente deveria significar mais sono para algumas pessoas, mas ironicamente funcionou ao contrário para mim. Como sempre, as opções pelo jazz garantem uma trilha sonora de qualidade e já são características do cinema de Allen.

G. Parecer final: Caracteriza-se por evidenciar uma posição final sobre o filme, oferecendo ao leitor um balanço mais preciso com relação às características

positivas e negativas do filme. Nesse sentido, diferencia-se da avaliação geral que apresenta opiniões iniciais e menos detalhadas sobre o filme. Embora não haja uma recomendação ou não recomendação direta sobre assistir ao filme, nesse estágio final o leitor sabe se o filme apresenta mais qualidades que defeitos.

- 12) BFCS - O filme vale à pena ser assistido, mas outros trabalhos de Wenders trazem muito mais inovação e singularidades interessantes.
- 13) BFCM - Além de ser uma excelente obra cinematográfica, “Que Horas Ela Volta?” reflete o grande momento de mudança do nosso país, ajudando todos nós a pensar sobre o assunto. E isso apenas engrandece o filme.
- 14) BFCB - Considerando todo o talento de Woody Allen em fazer filmes tocantes e sensíveis, Magia ao Luar pode acabar decepcionando. Ele possui as características das obras do diretor, mas parece que é desprovido de elementos que tornam possível criar empatia pelos protagonistas e seu romance. No entanto, para aqueles que ainda não conhecem o suficiente da carreira do cineasta (e então recomendo que leiam esse artigo), pode ser um delicioso romance descompromissado e com várias sacadas inteligentes nos diálogos e com um final feliz para acalmar o coração. Cabe a cada espectador encontrar o melhor caminho para a apreciação do filme.

A partir da identificação dos estágios presentes em cada parágrafo dos textos, foi verificada a obrigatoriedade ou não desses elementos, conforme a Tabela 1:

	Tema	Descrição do roteiro	Descrição do personagem	Background	Avaliação Geral	Avaliação específica	Parecer final
Magia ao luar	X	X	X	X	X	X	X
Minha vida sem mim	X	X			X	X	X
500 dias com ela	X	X	X			X	X
Meia-noite em Paris	X	X	X	X	X		X
A dama dourada	X	X			X		X
De onde eu te vejo	X	X	X		X	X	X
Que horas ela volta?	X	X	X	X	X	X	X
Joy	X	X		X	X	X	X
Tudo vai ficar bem	X	X	X	X	X	X	X
45 anos	X	X		X	X	X	X

Tabela 1 – Elementos obrigatórios e opcionais na Estrutura Potencial do Gênero Crítica de Cinema

Os três elementos obrigatórios na estrutura potencial dos textos analisados são: tema, descrição do roteiro e parecer final. São estágios que seguem uma tendência previsível no que diz respeito às suas posições no texto.

A Estrutura Potencial do Gênero Relato de Viagem

Conforme mencionado anteriormente, os textos analisados não apresentam uma quantidade de palavras fixas, ficando a critério do autor qual extensão o texto deverá ter. Nos Relatos de Viagem, houve uma grande variedade no número de parágrafos com o mínimo de 5 e o máximo de 23.

A análise dos textos evidenciou a alternância entre passagens de experiência pessoal e trechos informativos (sublinhados) sobre o local em questão.

- 15) BVVC - Kuala Lumpur nunca fez parte da minha lista de lugares para conhecer antes de começar a nossa viagem de quatro meses pela Ásia, mas confesso que a nossa ida rápida à cidade me deixou encantado com tudo o que vi por lá. A cidade é impressionante, está no ranking dos destinos mais visitados do mundo e também entrou no ranking de melhores lugares para compras. Prédios gigantescos se entrelaçam no horizonte, grandes marcas estampam as vitrines dos vários shoppings, carros importados passam frequentemente pelas ruas, os restaurantes, cafés e bares possuem estilo, bom gosto e um requinte diferente das outras cidades asiáticas. Tivemos pouco tempo na cidade – apenas 48 horas – já que decidimos fazer um stop na cidade só para ver as Petronas Twin Towers, mas depois percebemos a burrada que tínhamos feito em colocar apenas dois dias para conhecer a capital da Malásia. Três dias inteiros – fora o dia de chegada e saída – são suficientes para aproveitar as facilidades e a estrutura que a cidade oferece aos seus visitantes.
- 16) BVJG - Chegamos na Lagoa Misteriosa no meio da tarde. Como disse anteriormente, eu esperava duas coisas: não enxergar nada e bater os queixos de frio! Sim, as águas de rios, lagoas e cachoeiras costumam ser bastante frias, mas, para minha surpresa, a água da lagoa é de temperatura bem agradável, morninha, uma alegria! Erik e eu começamos então a descer as escadarias de acesso às águas e aí sim, meus caros jeguiantes, que tive a mais emocionante sensação até então: a de estar diante de um azul nunca visto (pelo menos em minha existência pré-balzaquiana) e de um profundo e silencioso abismo. Dentre as múltiplas sensações que te atravessam na hora, umas delas é... Caramba, como sou pequena diante desta imensidão,

que, do lado de fora, é impossível de adivinhar. Um dos motivos da lagoa ter recebido o nome de Misteriosa é o fato de que, apesar de já terem sido feitas algumas expedições para determinar a profundidade do local (e de já ter sido aferida a profundidade de 220 m), não se sabe até onde vai o abismo, o que torna a lagoa ainda mais instigante aos nossos olhos.

Os exemplos mostram que a EPG Relato de Viagem é mais flexível que a EPG Crítica de Cinema, já que não apresenta um padrão na disposição de elementos. A tendência de alternância entre trechos informativos e de experiência pessoal é recorrente nos textos analisados e ajuda a atribuir um caráter de depoimento pessoal do emissor. Além disso, é comum que no final dos textos o autor do relato reforce a experiência de forma positiva, conforme mostram os exemplos:

- 17) BVEV - Há muito mais para se ver e fazer em Lucerna. Nós ficamos apenas três dias, sendo que um deles fomos conhecer o monte Pilatus. Então, passeamos de certa forma bastante rápido por aqui. Mas, mesmo nessa visita rápida, a cidade me marcou de uma forma muito positiva, deixando aquela sensação de quero mais.
- 18) BVAV - Agora é ir dormir, que a diferença de fuso ainda está me deixando toda bagunçada e porque amanhã tem muito mais. Para acompanhar a minha viagem em tempo real, veja no Facebook, twitter_e instagram. Preciso dizer que estou amando?

Vale ressaltar que, em uma equivalência com a classificação laboviana do fecho da narrativa, os exemplos acima são ilustrativos do que o autor denomina *coda* (cf. Labov, 1972).

Os traços léxico-gramaticais nos dois gêneros

A análise dos traços léxico-gramaticais tem como objetivo a busca por aspectos estilísticos nos textos. A seguir, são apresentados os resultados relativos às pessoas gramaticais, à classificação semântica dos predicados, ao uso de adjetivos e considerações sobre outras escolhas lexicais.

As pessoas gramaticais

A presença dos pronomes de primeira e segunda pessoa pode revelar, segundo Biber (1988), um caráter de maior envolvimento do texto, enquanto que a concentração de sujeitos de terceira pessoa revela um discurso mais distante do “eu”.

Nessa análise, foi realizado o levantamento de cada pessoa gramatical nos dois gêneros e, posteriormente, foi feito o amálgama das primeiras pessoas (do singular e plural) e terceiras pessoas (singular e plural). Ao apresentar os traços linguísticos da dimensão de envolvimento, Biber (1988) não distingue a primeira pessoa do singular e do plural, já que ambas estão relacionadas com um discurso pessoal e, portanto, de envolvimento. Foram computadas 600 ocorrências pronominais em orações finitas e na posição de sujeito.

Quanto ao gênero Crítica de Cinema, dois aspectos relativos à ocorrência pronominal merecem destaque. Em um total de 212 ocorrências, há uma maior concentração de sujeitos de 3ª pessoa (89%) e uma baixa incidência de sujeitos de 1ª e 2ª pessoa (8% e 2%, respectivamente).

Pessoas Gramaticais	Número de ocorrências	%
1ª pessoa do singular + 1ª pessoa do plural	17/194	8%
2ª pessoa do singular	5/52	2%
3ª pessoa do singular + 3ª pessoa do plural	190/354	89%

Tabela 2 – Distribuição das pessoas gramaticais no gênero Crítica de Cinema

Já com relação ao gênero Relato de Viagem, verifica-se a presença de um maior número de sujeitos de 1ª pessoa (45%), conforme ilustra a Tabela 3:

Pessoas Gramaticais	Número de ocorrências	%
1ª pessoa do singular + 1ª pessoa do plural	177/194	45%
2ª pessoa do singular	47/52	12%
3ª pessoa do singular + 3ª pessoa do plural	164/354	42%

Tabela 3 – Distribuição das pessoas gramaticais no gênero Relato de Viagem

Os resultados gerais relativos à ocorrência pronominal nos dois gêneros mostram uma maior concentração de sujeitos de 3ª pessoa nas Críticas de Cinema (89%) e, comparativamente, maior incidência de sujeitos de 1ª pessoa nos Relatos de Viagem (45%). Também comparativamente, os sujeitos de 2ª pessoa são mais presentes nos Relatos e quase inexistentes nas Críticas analisadas.

	Crítica de Cinema	Relato de Viagem
1ª pessoa do singular + 1ª pessoa do plural	8%	45%
2ª pessoa do singular	2%	12%
3ª pessoa do singular + 3ª pessoa do plural	89%	42%
Total	212	388

Tabela 4 – % comparativo das ocorrências pronominais nos gêneros Crítica de Cinema e Relato de Viagem

Os resultados apontados na Tabela 4 sugerem que os Relatos de Viagem apresentam um caráter altamente subjetivo e um discurso próximo ao leitor, com predomínio de sujeitos de primeira pessoa, enquanto as Críticas evitam os usos de primeira e segunda pessoas, a fim de manter certa impessoalidade e distanciamento. A esse respeito, destaco em negrito o trecho a seguir retirado de um blog dedicado à temática filme,⁹ em que o autor expõe essa tendência de afastamento conforme ilustram os dados numéricos.

- 19) Acontece de algumas vezes o crítico “torcer” por um filme ao longo da projeção, da seguinte forma: enquanto os acontecimentos vão se desenrolando, a cada escolha acertada do realizador, seja na economia de diálogos ou na decupagem que eliminam o que poderia soar redundante ou desnecessário para o desenvolvimento da narrativa, seja no que o posicionamento da câmera ou a duração dos planos transmitem, seja na construção dos personagens, torcemos para que não haja algum elemento dissonante que comprometa o que está indo tão bem.

Essa torcida não tem obrigatoriamente relação com uma simpatia do crítico pelo diretor ou sua filmografia. De uma maneira geral, gosto da obra de Anna Muylaert. “É Proibido Fumar”, “Durval Discos” e “Que Horas Ela Volta?” são bons filmes, longe de serem obras-primas, que nos apresentam um olhar bastante interessante sobre determinado microcosmo social. Vale lembrar que ela também fez “Chamada a Cobrar”, longa produzido para a TV, que é um equívoco completo do início ao fim. Por isso, fui ver “Mãe Só Há Uma” sem grandes expectativas, mas o filme me pegou de tal jeito que durante a sessão me vi torcendo para que o que estava indo tão bem continuasse assim até o final. E não me decepcionei, muito pelo contrário.

“Mãe Só Há Uma” é não só o melhor filme de Anna Muylaert, como um dos melhores filmes brasileiros que vi nos últimos anos. **E se escrevo esta crítica na primeira pessoa, algo que normalmente o crítico deve evitar, é porque saí do cinema tão impactado que não consigo ter sobre ele um olhar totalmente distanciado e menos pessoal, outro aspecto recomendável em nosso ofício.**

Deixando o aspecto emocional de lado, há uma série de fatores que explicam porque ele é tão bom. (...).

⁹ O texto foi retirado do blog *Críticos*, publicado em 28/07/2016 e disponível em <http://criticos.com.br/?p=8910>. O blog mencionado não faz parte do corpus deste trabalho, porém, destaco aqui por ser representativo de uma tendência geral observada nos textos analisados.

Destaco ainda que, nas Críticas de Cinema, a alta incidência de sujeitos de terceira pessoa (89%) justifica-se pela inserção de personagens e/ou menções aos atores e diretores do filme em questão:

- 20) BFCQ - **Charlotte Rampling** utiliza de todo o seu talento para construir uma personagem que passa por um intenso conflito, que **ela** retrata de forma discreta e sincera — presente em praticamente todas as listas e premiações em sua categoria, **a atriz** levou o importantíssimo Ouro de Prata na Berlinale de 2015.

Já nos Relatos de Viagem o número significativo de sujeitos de terceira pessoa (42%) é referente a sujeitos inanimados, em sua maioria:

- 21) BVNM - **Cartagena das Índias**, ou simplesmente Cartagena, é outra cidade adorável. Declarada patrimônio histórico e cultural da humanidade, **a cidade** é rodeada por muralhas, que **serviam** de proteção contra os ataques piratas na época em que **era** o principal porto espanhol na América.

Os adjetivos

Biber e Finegan (1989, p. 93) incluem como um dos marcadores de afetividade (“*affect markers*”) os adjetivos, além dos verbos e advérbios. Através da análise, foi possível observar que, nos Relatos de Viagem, os adjetivos tendem a ser mais valorativos e de carga semântica mais intensa, dando maior relevo ao que está sendo dito, conforme mostram os destaques nos exemplos a seguir:

- 22) BVAV - Saímos de lá e fomos para Ukutula, que é um parque de preservação de Leões. Foi uma experiência **fantástica** e eu pude ver de muito pertinho essas criaturas tão lindas e temidas. Fizemos uma caminhada com os leões a dois três passos da gente... meio amedrontador, mas muito interessante.
- 23) BVNM - O Museo del Oro é **fantástico**. O Museo Botero é **imperdível**.
- 24) BVVC - Mesmo que você queira fazer tudo sozinho, vale a pena conhecer a loja da City Gallery, há uma exposição com a história da cidade, uma apresentação interativa **incrível** e uma loja de souvenir, impossível não comprar nada por lá. Ah, lá é onde fica o I s2 KL... Vale a pena!

Já as Críticas de Cinema costumam apresentar construções avaliativas mais modalizadas e termos mais atenuadores como em (25):

- 25) BFCS - Kate (Charlotte Gainsbourg) traz uma personagem um **tanto quanto singular**. Joe, interpretada por ela em *Ninfomaníaca* se mostra muito mais “demoníaca” e sofredora do que Kate, e a personagem de Charlotte neste filme se mostra como uma versão mais superficial da ninfomaníaca, com aquele olhar de loucura e raiva.

Em contrapartida, encontra-se nos Relatos de Viagem o prefixo *super* utilizado como intensificador em construções menos formais, revelando um caráter mais expressivo e enfático da adjetivação (cf. exemplo em (26)). Essa diferença destacada revela, em parte, uma tendência das Críticas de Cinema a apresentarem um estilo de posicionamento menos enfático ou, como Biber e Finegan (1989, p. 93) denominam, um posicionamento “*faceless*”.¹⁰

- 26) BVRD - Sugiro o Bounty Hunter, um lugar com uma atmosfera **super legal** onde você encontra quase todos os rótulos produzidos na região. Bom para comprar presentes e sentar com os amigos no fim de tarde – são mais de 40 tipos de vinhos locais vendidos pela taça.

Outras escolhas lexicais

Nesta seção são discutidos alguns outros aspectos linguísticos inerentes aos gêneros analisados. É preciso destacar que não houve a pretensão de realizar uma análise quantitativa exaustiva dos dados aqui apresentados, como fazem Biber (1988) e Biber e Finegan (1989) em suas análises. São considerações importantes que merecem destaque por revelarem traços estilísticos distintos dos textos analisados. Nesse sentido, embora sejam informais, os dois gêneros apresentam um diferente grau de informalidade.

O primeiro destaque a ser feito diz respeito ao recurso denominado por Quirk (1981, *apud* Cotter, 2001, p. 427) como “*happy talk*”. Nos Relatos de Viagem, essa tendência ocorre com o objetivo de aproximar autor e leitor do texto através de comentários informais, descontraídos e interativos.

Nos exemplos (27) e (28) destaco não só os comentários parentéticos que expressam uma pressuposição de um leitor e, por isso, uma interação, mas também a representação gráfica de sorrisos e prolongamento de determinadas palavras, características próprias de uma escrita que tenta reproduzir elementos da fala.

¹⁰ Os autores também identificam, entre os gêneros analisados, traços linguísticos que denotam um estilo de posicionamento que chamam de “*emphatic expression of affect*”.

- 27) BVGM - As estações são bem mais amigáveis do que as estações de NY (**ainda vou escrever sobre essa experiência...rs**) e em nenhuma vez peguei o metrô insuportavelmente cheio (**assim como no Rio de Janeiro em horário de rush**).
- 28) BVGM - Eu chegava pra comprar qualquer coisa e a pessoa falava: “Hello, how are you today?” Mas não era no nível normal da coisa, **nãooooooooo...** era no nível musical da coisa. Sabe quando você faz um curso de inglês e tem aquela parte de listening (**onde você precisa transcrever o que a pessoa acabou de falar**), então... Eu sempre ouvia aquilo e pensava: “Não é possível, ninguém fala nessa felicidade constante.”. Me enganei. Eles falam. E às vezes eu até olhava pra trás pra saber se o atendente estava realmente perguntando pra mim como eu estava...**Oiiii???** Aqui no Brasil é tipo: “Débito ou Crédito, senhora?” **hahahaha**.

Além dos comentários parentéticos, a interatividade dos textos dos Relatos pode se tornar evidente através da menção direta aos leitores como em (29) e em (30):

- 29) BVJG - Chegamos na Lagoa Misteriosa no meio da tarde. Como disse anteriormente, eu esperava duas coisas: não enxergar nada e bater os queixos de frio! Sim, as águas de rios, lagoas e cachoeiras costumam ser bastante frias, mas, para minha surpresa, a água da lagoa é de temperatura bem agradável, morninha, uma alegria! Erik e eu começamos então a descer as escadarias de acesso às águas e aí sim, **meus caros jeguiantes**, que tive a mais emocionante sensação até então: a de estar diante de um azul nunca visto (pelo menos em minha existência pré-balzaquiana) e de um profundo e silencioso abismo.
- 30) BVGM - Se você curte frutos do mar, Boston é a cidade certa pra você. Lagostas e ostras são as especialidades da cidade, tanto que o mascote da cidade é uma Lagosta. Você pode até trazer uma lagosta de pelúcia, se você quiser...tem aos montes. **Não, eu não comprei uma pra mim**, poderia ter comprado, já que eu já trouxe um dragão de pelúcia da Cracóvia...hahahaha

Já nas Críticas de Cinema, a referência ao leitor é feita de maneira mais sutil através da terceira pessoa (31) ou de construções indeterminadas (32):

- 31) BFCK - No entanto, essa estrutura narrativa vai levar **um público** mais amplo ao cinema para conferir o longa.

- 32) BFCP - **Quem** tem esse mesmo gosto musical irá encontrar mais um motivo para ver esse longa imperdível.

Os exemplos a seguir também representam o tom altamente descontraído com o qual os autores dos textos constroem seus discursos. Em (33), há uma menção à conversa telefônica (através de um recurso onomatopaico), quando o autor, ao encerrar seu texto, disponibiliza para os leitores o espaço presente nos blogs para comentários, aumentando a interatividade entre autor e leitor do texto.

- 33) BVRD - Como disse minha amiga Mary do Hotel California, que inclusive guia o pessoal em vários roteiros por lá, **não conheço, mas acho que não seja legal** – mas se você tiver uma opinião diferente, por favor, **deixe o seu comentário após o sinal. Beeeeeeeeeep.**

Já em (34) há uma pressuposição por parte do autor do texto de que um bordão de uma apresentadora de televisão faça parte do conhecimento de mundo do leitor.

- 34) BVRD - Como Napa sobreviveu intacta ao terremoto que destruiu boa parte da baía em 1906, a cidade é uma das poucas que ainda exhibe a arquitetura do período pré-terremoto – é como diria Hebe se esse post fosse dela: **Napa é uma gracinha.**

Outro aspecto importante para a distinção de informalidade entre os dois gêneros está na alta frequência de gírias e termos informais presentes nos Relatos, além do uso de aumentativos e frases feitas.

- 35) BVSM - O novo Delano também tem um terraço que é perfeito para as mais jovens: um **climão** de Miami Beach num Riad marroquino – **uma mistura que deu samba.** O luxuoso La Mamounia tem dois belos bares bem legais pra você circular, o Churchill's Bar e o bar Italiano. No Sofitel, o longe So Sofitel oferece diariamente de bandas ao vivo a desfiles de moda. Fora do **circuitão** dos hotéis de luxo, o mix restaurante/bar/longe do Bô-zin segue sendo opção infalível na noite de Marrakech.
- 36) BVPV - Passei 4 meses viajando pela Ásia e tive a oportunidade de visitar centenas de templos, mas poucos são tão impressionantes como o templo do Buda de Esmeralda (Wat Phra Kaew). A riqueza de detalhes é para deixar qualquer um de **boca aberta...** Sinceramente? Se você realmente quer entender um pouco mais de um dos templos mais fascinantes da Ásia, vale a pena contratar um guia. Vários ficam na entrada abordando os turistas e,

como sempre, é preciso barganhar. Peça para ver o crachá e ter certeza que é um guia credenciado para não levar **gato por lebre**.

- 37) BVRD - Quem vem de avião geralmente para em um dos dois aeroportos mais próximos, San Francisco ou Sacramento, ambos a 90 minutos ou menos de lá. Existe um aeroporto privado com voos particulares que aterrissam entre as parreiras e viagens de helicóptero para quem não abre mão de um **shuttle no capricho**.
- 38) BVJG - Dentre as múltiplas sensações que te atravessam na hora, umas delas é... **Caramba**, como sou pequena diante desta imensidão, que, do lado de fora, é impossível de adivinhar.

Outra distinção encontrada nos textos diz respeito ao uso de perguntas direcionadas aos leitores. Enquanto nos Relatos as perguntas são mais diretivas (39), nas Críticas o uso desse recurso consiste em atender a um tom argumentativo do texto (40):

- 39) BVVC - Começamos o dia fazendo umas comprinhas e em seguida contratamos um táxi para nos levar a Batu Caves e depois nos deixar na Merdeka Square, o restante fizemos a pé até a Chinatown – o nosso ponto final – onde pegamos um táxi de volta para o hotel. **Ok, sem enrolação... O que tem pra ver em KL?**
- 40) BFCQ - Kate sabia da existência de Katya, sabia de sua morte, sabia que ela e Geoff eram namorados. **Mas será que ela conhece mesmo toda a verdade? O que Geoff ocultou? — sobre o que ele mentiu? E qual o peso que isso tudo teve em seu próprio casamento?** Acertadamente deixando a história longe de um simples “mulher sente ciúmes de ex-paixão do marido”, o diretor e roteirista Andrew Haigh cria seu drama com toques de terror, estabelecendo Katya como um fantasma que retorna para assombrar o relacionamento de Kate e Geoff.

A análise dos traços léxico-gramaticais, de maneira geral, aponta para a maior informalidade dos Relatos de Viagem, maior expressividade e envolvimento dos autores dos textos. Além disso, conforme mostram os exemplos deste capítulo, há uma maior proximidade desses textos com o texto oral e alta interatividade com os leitores. Por outro lado, nas Críticas de Cinema, as escolhas linguísticas são mais modalizadas, a subjetividade dos textos é mais contida e a interatividade é presente de maneira menos direta.

As Tabelas 5 e 6 a seguir apresentam uma comparação dos resultados encontrados nos dois níveis de análise dos gêneros.

Nível Macroestrutural	Crítica de Cinema	Relato de Viagem
Estrutura Potencial do Gênero	Regular (presença dos estágios Tema, Descrição do Roteiro e Parecer Final)	Irregular (alternância entre trechos informativos e narrativos)

Tabela 5 – Nível macroestrutural nos gêneros Crítica de Cinema e Relato de Viagem

Nível Microestrutural	Crítica de Cinema	Relato de Viagem
Pessoa Gramatical	Sujeitos de terceira pessoa	Sujeitos de primeira pessoa
Construções avaliativas	Adjetivos modalizados e presença de atenuadores	Adjetivos enfáticos e presença de intensificadores
Outras escolhas lexicais	Interatividade sutil com o leitor; ausência de gírias e termos informais; perguntas retóricas	Maior interatividade com os leitores; gírias e termos informais; contrações; perguntas diretas ao leitor

Tabela 6 – Nível microestrutural nos gêneros Crítica de Cinema e Relato de Viagem

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo investigar os gêneros digitais Crítica de Cinema e Relato de Viagem a partir de dois parâmetros: em um primeiro momento foi feita a análise macroestrutural dos dois gêneros. Adotando a abordagem da Linguística Sistêmico-Funcional, foi tomada como base a Estrutura Potencial do Gênero (EPG) (cf. HALLIDAY; HASAN, 1985), em que são verificados padrões organizacionais na estrutura dos gêneros. Nesse sentido, os estágios são elementos que não representam apenas a forma dos gêneros, mas que são identificados a partir de suas funções e propósitos dentro da composição do texto.

A Estrutura Esquemática de um gênero é composta, geralmente, por elementos obrigatórios e opcionais. A estrutura organizacional do gênero Crítica de Cinema se mostrou mais regular, por apresentar três elementos obrigatórios em sua composição: o tema, a descrição do roteiro e o parecer final. A esse respeito, como já aponta Bonini (2005),¹¹ há uma certa semelhança em termos organizacionais da Crítica com o gênero Resenha acadêmica.

¹¹ O autor afirma que “Para uma visualização inicial da *crítica de cinema*, como há poucos trabalhos sobre este gênero, é possível recorrer a descrições de gêneros próximos. O que se apresenta mais próximo (podendo inclusive se confundir com a crítica) é a resenha” (BONINI, 2005, p. 226).

Em contrapartida, a EPG Relato de Viagem apresenta uma composição mais flexível, pois alterna trechos relativos à experiência do autor com trechos informativos sobre o local em questão. Os Relatos de Viagem são pessoais e, por isso, não há uma obrigatoriedade em seguir determinados padrões organizacionais, ficando a cargo do autor do texto relatar quaisquer aspectos da viagem que julgue importantes para o conhecimento do leitor. Sendo assim, o modelo da EPG não se aplicou aos Relatos. Essas características sugerem uma semelhança desse gênero com o gênero diário pessoal. A associação dos blogs com os diários vem do fato de que “quem escreve sobre si, para narrar acontecimentos íntimos, insere-se na prática diarista” (KOMESU, 2004, p. 113-114).

O segundo parâmetro tomado como frente de análise é relativo ao nível microestrutural e diz respeito às escolhas léxico-gramaticais presentes nos textos. Buscando subsídios nos trabalhos de Biber (1988) e Biber e Finegan (1989), foi realizado o levantamento de ocorrências pronominais, a classificação semântica de predicados, o uso de adjetivos e outros recursos linguísticos presentes nos gêneros.

Com relação às pessoas gramaticais nas Críticas de Cinema, verificou-se uma tendência a evitar o uso da primeira e segunda pessoa. Essa baixa incidência revela um grau mais baixo de envolvimento do autor com o texto, comparativamente ao gênero Relato. Por outro lado, a predominância de sujeitos de terceira pessoa justifica-se pela inserção de personagens e pelas menções aos atores dos filmes, que podem ocorrer nos estágios *descrição do roteiro*, *descrição dos personagens* ou até mesmo no estágio *avaliação específica*. Nesse sentido, observa-se uma relação entre a EPG e a pessoa gramatical.

Ainda sobre as Críticas de Cinema, a relação entre estrutura esquemática e traços linguísticos ocorre também no que diz respeito à análise da semântica verbal. A alta incidência de verbos do processo material pode ser observada especialmente no estágio *descrição do roteiro*, em que são apresentadas algumas ações dos personagens. Essas observações nos permitem afirmar que “a função retórica de cada estágio [que] condiciona as escolhas linguísticas” (VIAN JR.; LIMA-LOPES, 2005, p. 36).

Além das pessoas gramaticais, um outro aspecto linguístico que revela o maior distanciamento pessoal nas Críticas é o uso de adjetivos. Os dados analisados revelam uma tendência à modalização, seja através de adjetivos menos enfáticos, ou através de construções atenuadoras que indicam um posicionamento (“*stance*”) mais reservado (“*faceless*”). Esse posicionamento pode ser identificado através da análise de outras escolhas gramaticais como, por

exemplo, a referência ao leitor através da terceira pessoa ou através de estruturas indeterminadas.

Nos Relatos de Viagem, a análise pronominal evidencia o caráter subjetivo dos textos, uma vez que o uso de primeira pessoa é predominante, justamente por serem textos que relatam experiências pessoais. Já os sujeitos de terceira pessoa se fazem presentes, pois, conforme vimos, a EPG Relato de Viagem comporta trechos informativos, em que são inseridos sujeitos inanimados de terceira pessoa.

A qualificação de entidades através da descrição nos leva a um outro traço linguístico analisado: os adjetivos, que costumam ser enfáticos e altamente expressivos. Além disso, nos Relatos, os adjetivos vêm acompanhados, muitas vezes, de intensificadores, o que reforça o caráter subjetivo do gênero.

Outras escolhas lexicais nos Relatos, como o uso de gírias, por exemplo, revelam seu alto nível de informalidade. Além de serem textos expressivos e informais, apresentam um caráter interativo evidenciado através de perguntas diretas ao leitor ou através de respostas às perguntas que o autor do texto pressupõe que os leitores estão se fazendo. Portanto, é um recurso linguístico interativo e distinto do que ocorre nas Críticas de Cinema, em que as perguntas são retóricas e estão a serviço da argumentação.

A análise aqui empreendida permite trazer considerações sobre a organização macroestrutural e sobre aspectos microestruturais relativos ao estilo de dois gêneros presentes em blogs de diferentes temáticas. Através da investigação de textos de autorias distintas, observam-se determinados padrões que afastam e diferenciam um gênero do outro.

O estudo de dois gêneros pertencentes aos blogs propicia a discussão e a compreensão do blog como um macrogênero e não como um suporte, já que os gêneros Crítica de Cinema e Relato de Viagem apresentam propósito, composição e estilo que diferenciam suas funções dentro da comunidade blogueira e remetem às suas origens: Enquanto as Críticas de Cinema guardam resquícios do gênero Resenha, os Relatos de Viagem apresentam características do diário pessoal.

A distinção de estilo de posicionamento nos gêneros Crítica de Cinema e Relato de Viagem permite a constatação de que, através da análise de alguns traços léxico-gramaticais, há diferentes formas para se expressar a avaliação no discurso. Em publicação sobre as instâncias avaliativas no inglês, Martin e

White (2005) propõem a chamada *Appraisal Theory*¹² com o objetivo de refletir sobre o papel da avaliação na linguagem.

Certamente, todas as possibilidades de abordagem dos dois gêneros digitais investigados não se esgotaram neste trabalho, mas acreditamos ter trazido contribuições ao estudo de uma área que está em plena expansão no mundo contemporâneo. Além disso, espera-se que a presente pesquisa possa contribuir para a área do Ensino, particularmente, de produção textual, uma vez que a partir das características dos gêneros analisados podem ser abordadas e repensadas questões relativas às modalidades oral e escrita tomando como base o suporte web.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. In: BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BIBER, D. **Variation across speech and writing**. Cambridge University Press, 1988.

BIBER, D.; FINEGAN, E. Styles of stance in English: Lexical and grammatical marking of evidentiality and affect. **Text Interdisciplinary Journal for the Study of Discourse**. Volume 9, Issue 1, 1989, p. 93-124.

BONINI, A. A noção de sequência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel

Adam. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (orgs.). **Gêneros: teorias, métodos e debates**. São Paulo: Parábola, 2005, p. 208-236.

COTTER, C. Discourse and Media. In: SCHIFFRIN, D.; TANNEN, D.; HAMILTON, H. (orgs.). **The handbook of Discourse Analysis**. Blackwell Publishers, 2001, p. 416-436.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford, Oxford University Press, 1985.

KOCH, I. V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo, Contexto, 2003.

¹² Traduzida, de maneira geral, como Sistema de Avaliatividade, embora alguns autores optem pelos termos “Teoria da Apreciação” ou “Teoria da Valoração”. Essa questão terminológica é discutida por Vian Jr. (2009).

KOMESU, F. C. Blog e as práticas de escrita sobre si na Internet. *In*: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (orgs). **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, p. 110-119.

LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. *In*: LABOV, W. **Language in the Inner City: Studies in the Black English Vernacular**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LIMA, Y. D. R. **A variação do sujeito de primeira pessoa do singular no gênero blog**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 2014. (Trabalho de Conclusão de Curso. 58f. Mimeo).

LIMA, Y. D. R. **Forma e Função em gêneros digitais: Estrutura composicional e traços léxico-gramaticais no macrogênero blog**. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2017. Dissertação de Mestrado em Linguística.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. Tradução: SOUZA E SILVA, M.C.; ROCHA, D. 6ª Edição ampliada. São Paulo: Cortez, 2013.

MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (orgs). **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. **The Language of Evaluation: Appraisal in English**. Londres: Palgrave Macmillan, 2005.

MILLER, C. R.; DIONÍSIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. (orgs). **Gênero Textual, Agência e Tecnologia**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

OLIVEIRA, F. D. de. **O uso de Sintagmas Nominiais complexos em blogs de opinião esportiva brasileiros e argentinos**. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2014. Dissertação de Mestrado em Linguística.

ROJO, R.; Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. *In*: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (orgs.) **Gêneros: teorias, métodos e debates**. São Paulo: Parábola, 2005, p. 184-207.

SWALES, J. M. **Genre Analysis**. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

TABOADA, M. **Stages in an online review genre**, 2011. Disponível em: https://www.sfu.ca/~mtaboada/docs/Taboada_stages_final.pdf.

VIAN JR, O.; LIMA-LOPES, R. A perspectiva teleológica de Martin para a análise dos gêneros textuais. *In*: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (orgs.) **Gêneros**: teorias, métodos e debates. São Paulo: Parábola, 2005, p. 29-45.

VIAN JR, O. O sistema de avaliatividade e os recursos para gradação em Língua Portuguesa: questões terminológicas e de instanciação. **D.E.L.T.A.**, v. 25, n.1. São Paulo, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502009000100004.

OBJETO DIRETO DE 3ª PESSOA NA CARACTERIZAÇÃO DO *FACEBOOK MESSENGER* CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGUÍSTICA PARA A ANÁLISE DO GÊNERO *CHAT*

Andrei Ferreira de Carvalhaes Pinheiro¹

INTRODUÇÃO

Não é novidade que, segundo uma visão extremamente normativa e purista do português, se acredite na ideia de que a internet seja uma ameaça à língua portuguesa. Segundo Herring (2001, p. 613), uma afirmação popular muito comum, antes da expansão dos estudos sobre a língua(gem) na internet, era de que a comunicação digital aparentava-se à língua falada – o que, de acordo com a mesma pesquisadora, algumas pesquisas científicas também defendiam. Nesse sentido, ressaltava-se, por exemplo, o caráter fragmentário da comunicação mediada por computador, uma característica típica da fala espontânea. É evidente que, na nossa cultura, ganham destaque e prestígio as produções escritas e os

¹ A primeira vez em que nós interagimos, Vera, foi por um telefonema: você me ligou, em meados de 2014, para me convidar a ser seu aluno de Iniciação Científica. Àquela altura, tudo o que eu sabia sobre você e você sobre mim resumia-se ao que Carolina Serra, então professora do calouro Andrei, havia dito a nós dois. Foi graças a Carolina que nós nos encontramos, Vera – e, por isso, creio que aqui também caiba um agradecimento a ela, que contribuiu para me iniciar na pesquisa linguística. Portanto, Carolina, muito obrigado! Contudo, Vera, certamente é a você que devo agradecer todo dia, como assim o faço. Agradeço imensamente por

valores sociais de alta escolaridade e altas classes econômicas que acompanham as práticas de letramento. Desse modo, a fala é constantemente vista como inferior à escrita, qualitativamente “menor” do que esta. Portanto, se a compreensão geral é de que a língua na internet se assemelha à fala, então, tal qual a língua falada, as práticas linguísticas em ambiente digital também parecem fadadas ao desprestígio.

Há, porém, dois equívocos na afirmação de que a internet ameaça a nossa língua. O primeiro, já abordado por diversos estudos sociolinguísticos desde Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) e Labov (2008 [1972]), refere-se à falsa crença de que a fala – com a qual a língua na internet então se compararia – seja menos complexa e menos estruturada do que a escrita. O segundo equívoco, semelhante ao primeiro, demonstra uma compreensão lacunar das práticas linguísticas em ambiente digital.

Há, de fato, semelhanças entre a língua falada e a língua na web; apesar disso, também há pontos de aproximação entre a língua na web e a escrita prototípica. Contudo, como David Crystal indica em entrevista a Shepherd e Saliés (2013), é necessário que se caracterizem essas semelhanças e as práticas comunicativas a serem comparadas. A qual “língua falada” se está referindo? E qual é essa “língua na internet”? Quais situações comunicativas efetivamente estão em jogo? Quais os gêneros discursivos levados em consideração?

Ao contrário da crença de que a língua na internet associa-se muito fortemente (e quase exclusivamente) à fala, Marcuschi (2010, p. 22), tal qual Herring (*op. cit.*), defende que, na verdade, “a internet e todos os gêneros a ela ligados são eventos textuais fundamentalmente baseados na escrita”. Certamente, no entanto, hoje há diversas alternativas digitais que viabilizam o envio de textos produzidos oralmente, além de outras semioses que, junto à escrita e à fala, também compõem os gêneros discursivos na web. Desse modo, Herring e Androutsopoulos (2015, p. 128) notam que, apesar de a comunicação digital ter sido anteriormente caracterizada como uma única variedade linguística, tipicamente ou como escrita, ou como fala (digitada), na verdade não se pode inseri-la tão facilmente em nenhuma das duas modalidades. Afinal, apesar de os meios de produção da

você ter me acolhido na Linguística, de braços abertos e muitos abraços. Agradeço por todas as suas palavras de carinho e por todos os nossos momentos de orientação – na pesquisa, sem dúvidas, mas na vida como um todo também. Agradeço pela sua amizade e pelas tardes de conversas, chá mate e bolinhos deliciosos na sua sala, ao lado do piano, que certa vez ouvi você tocar. Agradeço por você não ter desistido de mim e por continuar comigo até o fim do Mestrado. Espero que você conte comigo – conosco, seus eternos orientandos – para alegrar seus dias, como você sempre nos alegra. Obrigado por esta história! Obrigado por tudo!

comunicação pela internet serem muitas vezes semelhantes aos de outras formas de escrita, observam-se nas práticas linguísticas pela web tanto características típicas da fala, quanto características específicas da própria comunicação digital. Compreende-se, portanto, que as interações mediadas pela internet são muito mais complexas e variáveis do que se acreditava.

É nesse panorama que esta pesquisa se inscreve. Temos por objetivo principal entender o funcionamento dos usos linguísticos na web, comparando-os com o que tradicionalmente se tem entendido por fala e por escrita. Então, com base nos estudos de gêneros discursivos – especialmente de gêneros discursivos digitais –, nos princípios da sociolinguística variacionista e em pressupostos da linguística funcional, analisamos a variação do objeto direto de 3ª pessoa, em referência anafórica, em interações por chat: conversas privadas pelo Messenger, aplicativo de chat do Facebook. Os dados atestados foram comparados com os de outras amostras, quais sejam, da fala de universitários (CORRÊA, 1991), de redações de universitários (AVERBUG, 2000) e de conversas pelo aplicativo de chat WhatsApp (PINHEIRO, 2017a). Dessa maneira, acreditamos ser possível não apenas observar o comportamento linguístico em ambiente digital, contrastando-o com os usos da língua nas modalidades falada e escrita tradicionais, mas também aprofundar a compreensão de que a análise de fenômenos morfossintáticos variáveis pode contribuir para a caracterização de gêneros discursivos (cf. PAREDES SILVA, 2012; 2016).

Assim, este capítulo encontra-se dividido do seguinte modo: na próxima seção, tecemos comentários sobre a nossa visão de língua, a natureza dos gêneros discursivos digitais, a estreita relação entre aspectos da estrutura linguística, a construção dos gêneros discursivos e a compreensão do fenômeno morfossintático variável aqui focalizado. Na sequência, descrevemos o corpus de chat analisado por nós, comentamos sobre a metodologia empregada na coleta e análise de dados e, por fim, apresentamos e discutimos os resultados obtidos.

DA VISÃO DE LÍNGUA E DA NOÇÃO DE GÊNEROS DISCURSIVOS DIGITAIS AO OBJETO DIRETO

Língua, variação e discurso

A visão de *língua* que nos orienta parte de uma crítica e consequente negação, inicialmente propostas por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), quanto à associação entre estrutura linguística e homogeneidade. Assim, o que

na verdade se observa, conforme demonstram as investigações sobre a língua em uso, é uma *heterogeneidade ordenada*, que integra o conhecimento linguístico dos sujeitos. Como destacam Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 125),

A estrutura linguística inclui a diferenciação ordenada dos falantes e dos estilos através de regras que governam a variação na comunidade de fala; o domínio do falante nativo sobre a língua inclui o controle destas estruturas heterogêneas.

A correta compreensão dos fenômenos linguísticos demanda, pois, que se investiguem os usos da língua feitos por sujeitos inscritos em uma mesma comunidade. Às pesquisas da sociolinguística variacionista ou laboviana – conforme se tem denominado esta abordagem investigativa –, interessa principalmente o *vernáculo*, ou seja, “o estilo em que se presta o mínimo de atenção ao monitoramento da fala” (LABOV, 2008 [1972], p. 244). Analisando-se o vernáculo, obtêm-se dados que representam, de modo mais sistemático e passível de descrição quantitativa e qualitativa, o conhecimento linguístico dos sujeitos. Entende-se, portanto, que a *variação* é inerente a toda e qualquer língua e, assim, não representa erro ou extravagância individual; ao contrário, os padrões de variação são sistematicamente compartilhados pelos indivíduos que compõem um mesmo grupo social.

Desse modo, Bortoni-Ricardo (2017, p. 53) afirma que a Sociolinguística laboviana também pode ser chamada de *correlacional*, visto que, para esta vertente de estudos, o contexto social e a fala, apesar de serem entidades distintas, estão correlacionadas. Então, os fenômenos linguísticos ditos *variáveis* – isto é, aqueles para os quais se observam formas alternativas (ou variantes), com o mesmo significado – devem ser explicados por meio de recursos estatísticos, após terem sido coletados dados que representam não apenas o(s) fenômeno(s) linguístico(s) em questão, mas também o grupo social cuja língua se deseja descrever. Nas palavras de Mollica (2013, p. 9), define-se a sociolinguística variacionista, portanto, como uma ciência “presente num espaço interdisciplinar, na fronteira entre língua e sociedade, focalizando precipuamente os empregos linguísticos concretos, em especial os de caráter heterogêneo”. Entende-se, pois, que o uso de uma ou outra forma variante é influenciado por fatores estruturais – ou seja, internos ao sistema linguístico – e por fatores sociais. Às formas variantes, denomina-se *variáveis dependentes*, ao passo que os fatores (estruturais ou sociais) que motivam o uso linguístico são chamados de *variáveis independentes*.

A todo instante, destaca-se a necessidade de se observarem dados linguísticos efetivamente postos em uso pelos usuários da língua. Dessa maneira, o olhar para o uso leva-nos ao contexto comunicativo, à interação entre os participantes

do evento linguístico e, assim, aos papéis que os elementos da língua desempenham na situação comunicativa. Segundo compreendemos, não basta que a investigação enfatize, tampouco se encerre nas formas linguísticas; é essencial, portanto, observar as *funções* exercidas pelos elementos investigados. Desse modo, nas palavras de Martelotta e Kenedy (2003, p. 23-24),

a sintaxe tem a forma que tem em razão das estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva. Dessa maneira, para compreender o fenômeno sintático, seria preciso estudar a língua em uso, em seus contextos discursivos específicos, pois é nesse espaço que a gramática é constituída.

Tal concepção de língua caracteriza a perspectiva *funcionalista*. Essa perspectiva afasta-se, então, de abordagens ditas formalistas: enquanto para as vertentes formalistas a forma (ou estrutura) linguística é independente, para o funcionalismo a função exercida pelas formas linguísticas é essencial para que se compreenda a organização da gramática. Pela perspectiva funcional, também adotada por nós, estão essencialmente imbricadas a gramática e o discurso, visto que a estrutura da língua é *motivada* por fatores discursivos que compõem a situação comunicativa.

Partindo da ideia de motivação, chega-se ao conceito funcionalista de *iconicidade*: “a correlação natural entre forma e função, entre o código linguístico (expressão) e seu *designatum* (conteúdo)” (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2003, p. 29-30). Assim, ao contrário do que se entende a partir de uma perspectiva saussuriana, a gramática de uma língua – para linguistas funcionais – reflete de alguma maneira a experiência dos sujeitos com o mundo que os circunscreve e, portanto, com a situação comunicativa na qual se encontram.

De acordo com Furtado da Cunha, Costa e Cezario (2003, p. 32), o princípio da iconicidade, em sua versão mais branda, pode ser descrito a partir de três subprincípios: *da quantidade*, *da integração* e *da ordenação linear*. Segundo o subprincípio da ordenação linear, a ordem dos elementos no enunciado corresponde à ordem de importância atribuída a eles pelo usuário da língua; já segundo o subprincípio da integração, entende-se que os conteúdos mais próximos cognitivamente também estarão sintaticamente mais próximos; para o escopo deste trabalho, no entanto, interessa-nos principalmente o subprincípio da quantidade – por razões que se tornarão mais evidentes no decorrer deste capítulo. Para Givón (1985), entende-se pelo subprincípio da quantidade que porções maiores de informação, informações menos previsíveis e informações mais importantes tendem a receber, todas elas, mais material linguístico. O uso, portanto, de um

ou outro elemento da gramática dependerá de fatores discursivos como os dispostos acima.

Desse modo, ao se associar a abordagem variacionista aos pressupostos funcionalistas (sobretudo da linha funcionalista norte-americana) apresentados acima, assume-se que o contexto discursivo também é uma variável independente e, assim, deve ser considerado na análise sistemática da variação linguística, ao lado de fatores estruturais e de outros aspectos da situação comunicativa. Essa perspectiva pode ser denominada de sociofuncionalismo: uma linha de estudos linguísticos que, de acordo com Cezario, Marques e Abraçado (2016), emergiu no Brasil na década de 1980, a partir de investigações realizadas no Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL/RJ), empreendidas por pesquisadoras como Maria Luiza Braga, Maria da Conceição de Paiva e Vera Lucia Paredes Silva, sob orientação de Anthony Julius Naro.

Essa abordagem se exemplifica, dentre outros trabalhos, pelo de Paredes Silva (2003), acerca da expressão variável do sujeito de 1ª pessoa do singular: presença ou ausência do pronome sujeito. Segundo a pesquisadora, a necessidade de se explicitar ou não o pronome sujeito depende do grau de predizibilidade da informação: ou seja, “quanto mais predizível o referente de um sujeito, menor a necessidade de explicitá-lo” (PAREDES SILVA, 2003, p. 97).

É também Paredes Silva uma das pesquisadoras que chama a nossa atenção para outro fato relativo ao estudo do uso da língua. A essa altura, já está estabelecida a necessidade de se observarem as estruturas linguísticas conforme realmente empregadas pelos usuários da língua, pois é no uso que se verificam verdadeiramente as formas que compõem a gramática, associadas aos fatores sociais e discursivos que norteiam o emprego de uma ou outra forma. Por ser essencial que se analise a situação interativa, Paredes Silva (e.g., 1988; 1997; 2012) afirma que o estudo das línguas deve sempre levar em consideração os *gêneros discursivos*.

Segundo Bakhtin (1997), toda interação linguística humana ocorre por meio de enunciados. Esses, por sua vez, ainda que emergjam em instâncias particulares de comunicação, sempre se organizam em tipos relativamente estáveis de enunciados, que são denominados *gêneros do discurso*. Para o autor, são infinitas as possíveis manifestações de gêneros discursivos, visto que também são infinitas as possibilidades de atividade humana. Portanto, à medida que nós nos desenvolvemos como sociedade, também atualizamos, desenvolvemos e criamos gêneros discursivos, então compartilhados coletivamente. É justamente porque não existe interação fora de um gênero discursivo que a observação das estruturas

da língua deve estar atenta aos gêneros nos quais se inscrevem as ocorrências linguísticas analisadas. “A língua penetra na vida”, nas palavras de Bakhtin (1997, p. 282), “através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua”. Na verdade, ainda de acordo com a perspectiva bakhtiniana, a maneira como assimilamos e aprendemos os gêneros do discurso é bastante similar à forma como assimilamos e aprendemos a nossa língua materna. Afinal, não aprendemos a nossa língua em frases soltas, dissociadas de eventos comunicativos reais; nós a aprendemos e a adquirimos apenas na interação, ou seja, conforme manifestada em gêneros discursivos. Acreditamos, portanto, como assim sintetiza Marcuschi (2008, p. 154, grifos no original), que

é impossível não se comunicar verbalmente por algum gênero, assim como é impossível não se comunicar verbalmente por algum texto. Isso porque toda a manifestação verbal se dá sempre por meio de textos realizados em algum gênero. Em outros termos, a comunicação verbal só é possível por algum gênero textual. Daí a centralidade da noção de *gênero textual* no trato sociointerativo da produção linguística.²

Em trabalho de 1997, Paredes Silva já apontava para o fato de que os gêneros do discurso vêm ocupando posição de destaque nas análises linguísticas, graças ao crescente interesse investigativo de se observar a língua no uso, na interação entre sujeitos. Dessa maneira, cresce também o interesse pelas relações entre *fala* e *escrita*, que passam a ser vistas não de modo dicotômico, mas em um contínuo, justamente porque os gêneros do discurso não podem ser classificados única e simplesmente como gêneros da fala ou gêneros da escrita. Ainda que certos traços sejam compreendidos como prototípicos de uma ou de outra modalidade, o fato é que os textos, como realmente produzidos, compõem-se por estratégias diversas e, por vezes, mesclam-se características comumente associadas à fala e outras tipicamente associadas à escrita. Como razões para o emprego das diversas estratégias de composição textual, convergem aspectos como a possibilidade (ou não) de *feedback* imediato, o grau de formalidade da interação e o suporte em que se concretizam os enunciados – ou seja, a superfície que “suporta, fixa e mostra um texto” (MARCUSCHI, 2008, p. 174).

Paredes Silva (2012; 2016), em análises mais recentes, tem também evidenciado a possibilidade de se associar uma metodologia variacionista à análise dos

² Estamos cientes de que, na literatura, se distingue entre *gênero discursivo* e *gênero textual*. No entanto, para os propósitos deste texto, adotaremos posição semelhante à de Marcuschi (2008, p. 154), que, em nota de rodapé, assume majoritariamente o uso intercambiável de ambas as expressões.

gêneros discursivos. Assume, portanto, que os gêneros podem ser considerados “traços do contexto” e, assim, atuam como variáveis independentes no fenômeno linguístico em questão. É o que se nota no excerto a seguir:

Quando se pretende fazer uma análise variacionista, isso significa trabalhar com uma quantidade significativa de dados de uso real, buscando correlações entre a escolha de formas alternativas (ou seja, as variantes em fenômenos variáveis), e *traços do contexto*, no seu sentido mais amplo – no caso, os gêneros e tipos de texto, que podem atuar como variáveis, correlacionadas a fenômenos diversos (PAREDES SILVA, 2012, p. 289; grifos nossos).

Para isso, parte de estratégias de *referenciação*. A pesquisadora entende que “a Linguística Textual estaria mais interessada nos processos e nos resultados das escolhas, enquanto a Sociolinguística, mais voltada para a regularidade/sistematicidade dessas escolhas e a correlação de motivações de ordem sociocultural e estrutural” (PAREDES SILVA, 2016, p. 189). Afirmar ainda que a referenciação é construída nos textos pela escolha de diferentes itens, como nomes, pronomes e até mesmo a anáfora zero, isto é, a não materialização de um elemento recuperável pelo contexto. O emprego de uma estratégia linguística – em detrimento de outra(s) – para retomar e atualizar no discurso informações já mencionadas pode, portanto, ser tratado por uma perspectiva laboviana, como um fenômeno variável, ou seja, que “não se dá aleatoriamente, mas tem um caráter sistemático e está correlacionado a variáveis/grupos de fatores, que podem ser de natureza externa ou social (como os clássicos idade, sexo, escolaridade) ou interna (linguística)” (p. 190). Como exemplo, Paredes Silva indica que o traço *animacidade*, conforme já evidenciado por diversos estudos linguísticos, desempenha forte influência no emprego de pronomes, em comparação com outras variantes, como o sintagma nominal anafórico. Compreendendo, pois, que as crônicas, por exemplo, tendem a incluir, predominantemente, personagens humanos, conhecidos do público leitor, isso favoreceria, nesse gênero discursivo, o uso de pronomes e da anáfora zero.

Eis, então, a abordagem que assumimos neste trabalho: uma associação entre a sociolinguística variacionista, pressupostos da linguística funcional e a análise de gêneros discursivos para a compreensão do funcionamento da língua em uso.

Na introdução deste texto, dissemos que a análise a ser feita aqui se refere à variação do objeto direto de 3ª pessoa no Messenger, plataforma de mensagens instantâneas do Facebook. Trata-se, portanto, de práticas discursivas que ocorrem em ambiente digital, mais especificamente em um gênero do discurso

– o chat – que, como outros que se manifestam na internet, despertam novas questões quanto às modalidades oral e escrita: os textos são predominantemente digitados (ou seja, escritos), mas buscam refletir padrões interacionais típicos da interação face a face. A seguir, comentamos, pois, sobre as práticas discursivas na web.

Interação em ambiente digital

Começamos este texto pela identificação de que ainda hoje se acredita que a internet possa ameaçar a língua portuguesa, apesar de essa crença já estar suficientemente combatida na literatura linguística. David Crystal, em entrevista a Shepherd e Saliés (2013, p. 27) já mencionada, afirma, por exemplo: “O uso da tecnologia pelos jovens é visto com desconfiança. Os telefones celulares são proibidos em sala de aula”. Com a pandemia de COVID-19 e as dinâmicas de ensino remoto emergencial geradas como consequência da doença, é provável que se altere a opinião popular sobre supostos danos da tecnologia no que tange às práticas comunicativas – ainda que outras questões emergjam, como o cansaço de se passar horas diante de uma tela de dispositivo eletrônico. De todo modo, permanece este fato: as tecnologias da informação e comunicação mais recentes continuam a nos oferecer novas possibilidades de interação, a adaptar e mesclar modelos comunicativos já conhecidos e, assim, a impulsionar a comunidade de linguistas a se debruçar sobre as práticas de língua(gem) que ocorrem por ambiente digital.

Como expusemos anteriormente, os estudos de gêneros discursivos e da língua em uso já demonstraram que as noções de fala e escrita inserem-se em um contínuo, do *mais oral* para o *mais escrito*; nos extremos do contínuo, encontram-se as características mais comumente associadas à fala prototípica, de um lado, e à escrita, de outro. O fato de que hoje se compreende a existência de um contínuo, ao invés de uma oposição dicotômica, entre os conceitos de fala e escrita já contribui bastante para que se discuta a caracterização das práticas linguísticas em ambiente digital. Entretanto, permanecem atuais alguns questionamentos.

Em texto de 2001, Herring afirma que, de modo geral, a comunicação mediada por computador (CMC) era, naquele momento, *baseada no texto* (escrito), ou seja, composta por mensagens digitadas pelo teclado de um computador e lidas na tela de um dispositivo semelhante por pessoas que, tipicamente, não estariam no mesmo lugar onde se encontrava o emissor ou a emissora das mensagens. Afirmção semelhante faz Marcuschi (2008, p. 199): “um fato é inconteste: a

internet e todos os gêneros a ela ligados são eventos textuais fundamentalmente baseados na escrita”.

Mais recentemente, no entanto, Herring e Androutsopoulos (2015) afirmam que a natureza do discurso mediado por computador (DMC) varia de acordo com as propriedades técnicas do sistema utilizado, além do contexto social e cultural em que se inscreve a instância comunicativa. Desse modo, as autoras afirmam que *originalmente* a maior parte da CMC era, de fato, baseada no texto; contudo, ao que elas denominam CMC textual, têm sido progressivamente acrescentados canais de comunicação por imagens, áudios e/ou vídeos, de tal maneira que nas atuais plataformas digitais estão disponíveis múltiplas formas de CMC. Portanto, Herring e Androutsopoulos (2015, p. 127; grifos no original) definem o discurso mediado por computador como

a comunicação produzida quando seres humanos interagem entre si, transmitindo mensagens por computadores móveis ou conectados, definindo-se “computadores” de modo abrangente, a fim de incluir qualquer dispositivo de comunicação digital. O estudo do DMC é uma especialização dentro do estudo interdisciplinar mais amplo da comunicação mediada por computador (CMC), distinguindo-se graças ao seu foco *na língua e no uso da língua* e pelo seu uso de métodos da *análise do discurso* para tratar do seu foco.

Voltamos, então, ao mesmo texto de Marcuschi citado acima, no qual o autor julga essencial a função da escrita na internet. Apesar disso, considera que o estudo dos gêneros fundamentados em ambiente digital faz-se relevante, dentre outras razões, porque tais gêneros “mudam sensivelmente nossa relação com a oralidade e a escrita, o que nos obriga a repensá-la” (MARCUSCHI, 2008, p. 200). Ilustra-se, pois, o fato de que o contínuo fala-escrita, ainda que contribua para a compreensão das práticas comunicativas na internet, parece se fazer insuficiente, tal qual comumente compreendido.

Um dos principais parâmetros pelos quais se pode definir a CMC é o sincronismo da interação, ou seja, se envolve ou não o envio de respostas imediatas. Tanto Herring e Androutsopoulos quanto Marcuschi, nos trabalhos já mencionados, caracterizam como síncronos ou assíncronos os eventos comunicativos em ambiente digital. Baron (2013) também o faz e acrescenta outro parâmetro básico pelo qual tais eventos interativos se definem: o número de participantes que compõem a interação – de um para um, ou de muitos para muitos.

Apesar disso, Baron nota, como Herring e Androutsopoulos, que os usuários da internet frequentemente cruzam os limites entre a comunicação síncrona e assíncrona; não é incomum, portanto, que uma tecnologia tipicamente

síncrona seja utilizada de modo assíncrono. Isso também foi notado em Pinheiro (2017b), ao analisarmos conversas duais (ou seja, entre apenas duas pessoas) pelo WhatsApp. Por um lado, observamos nos exemplos (1) e (2), retirados de Pinheiro (*op. cit.*), sequências síncronas de mensagens, conforme se evidencia pelos horários de envio de cada mensagem; na verdade, em (2) o sincronismo faz-se tão forte que as mensagens de ‘N’ destacadas em negrito parecem ser ‘interrompidas’ por uma mensagem de ‘J’.

- 1) Participante ‘J’
(16:22) Elas saem às 16h do trabalho, eu acho
(16:22) Durante semana
Participante ‘F’
(16:22) Vou chamar elas no facebook

- 2) Participante ‘J’
(20:43) Cê não tinha mais de 15,00?
Participante ‘N’
(20:43) KKKKKK
(20:44) Tinha [mais de 15 reais] sim kkkk
Participante ‘J’
(20:44) Po, ‘N’, eu deixava dinheiro contigo
Participante ‘N’
(20:44) Não teria vindo se não tivesse [mais de 15 reais]
(20:44) Mas não dava pra pagar mais que isso

Por outro lado, em (3), também retirado de Pinheiro (*op. cit.*), podemos notar uma distância temporal maior entre cada intervenção dos interlocutores.

- 3) Participante ‘J’
(18:01) Eu pago o ingresso
(18:01) Cê me dá um carro 0km
(18:01) Partiu? Partiu
Participante ‘N’
(18:07) Claro
Participante ‘J’
(18:12) Ou paga minha tatuagem
Participante ‘N’
(18:55) Hmmm
(18:55) Vai fazer uma tatoo?

Observe-se, porém, que, segundo Araújo (2010), o chat – como podem ser caracterizadas as interações pelo WhatsApp – advém do que corresponderia para Bakhtin ao *diálogo cotidiano*, ou seja, à interação face a face, tipicamente síncrona. Desse modo, rompe-se com a expectativa de se receber, quase instantaneamente, uma resposta à última mensagem enviada. Consideração semelhante foi esboçada por Herring e Androutsopoulos (2015) sobre o aplicativo de mensagens privadas do Facebook, sobre o qual nos debruçaremos neste texto. Na verdade, podemos notar, nas nossas próprias conversas pelo WhatsApp, pelo Messenger ou plataformas similares, que, apesar de frequente, a demora no envio de respostas pode gerar ruídos na comunicação e até mesmo animosidade entre os interlocutores.

De todo modo, como afirma Baron (2013), continua a instigar os pesquisadores da internet – tal qual a nós mesmos ao empreendermos esta pesquisa – a seguinte indagação: as características estilísticas da comunicação mediada por computador se aproximam mais da fala informal ou da escrita prototípica?

A resposta a essa pergunta é certamente complexa, pois devem ser levados em consideração aspectos como quem são os interlocutores, qual relação se estabelece entre eles, qual é a situação comunicativa, enfim, qual é o *gênero discursivo* em questão. Quanto aos gêneros que se manifestam na web, Araújo (2016, p. 52-53) denomina-os *gêneros discursivos digitais*, marcando, pois, “o ambiente (e não a esfera) digital em que [tais] práticas discursivas contemporâneas se situam”. Dessa forma, segundo acredita o autor, “evita-se dar à *Web* o *status* de uma instância do discurso” (*op. cit.*), ao contrário do que ocorreria com o termo *gêneros digitais*. Assim, a denominação de *gêneros discursivos digitais*, conforme proposta por Araújo, adequa-se à uma perspectiva bakhtiniana, segundo a qual os gêneros são essencialmente *discursivos*. Em todo caso, é nesses gêneros que a língua efetivamente se realiza e é, portanto, com base nas relações sociais e contextuais em que tais gêneros se inserem que determinadas estruturas linguísticas – e não outras – serão empregadas.

Por exemplo, no que se refere à língua inglesa e com base nos resultados de pesquisas anteriores que mediram a frequência de palavras como pronomes, determinantes, auxiliares modais e itens de negação em corpora eletrônicos, Herring (2012) afirma que, de modo geral, interações por chat síncrono se assemelham à fala informal, ao passo que gêneros tipicamente assíncronos, como os e-mails, tendem a se aproximar da escrita formal. Também quanto ao inglês, Murray (2000) constata que os usuários da comunicação mediada por computador comumente valem-se de estratégias para reduzir o tempo de digitação das

mensagens ou para substituir a falta de pistas paralinguísticas ou não verbais. Entre tais estratégias, inserem-se o uso de símbolos para expressar significado emotivo – atualmente denominados *emoticons* ou *emojis* – e o que a autora chama de “sintaxe simplificada”, como o apagamento de sujeito ou de verbos modais.

Confirma-se, pois, que o discurso mediado por computador não deve ser compreendido como um único e homogêneo registro linguístico – como, afinal, não deve ocorrer com qualquer interação linguística. Dessa maneira, no que se refere aos usos da língua pela internet, deve-se partir do princípio de que também se encontra variação – ou seja, heterogeneidade ordenada, em termos labovianos – nas estruturas linguísticas empregadas na web.

No entanto e em acréscimo às questões já apresentadas, Baron (2013, p. 126) indica outro problema para que a CMC seja caracterizada como modalidade falada ou escrita: na sua visão, “poucas tentativas empíricas vêm sendo feitas para contrastar os dados da CMC com corpora comparáveis falados ou escritos”. Portanto, desejamos, com esta investigação, contribuir para a caracterização dos chats, em termos de um contínuo fala-escrita, a partir da variação do objeto direto de 3ª pessoa no Messenger, aplicativo de chat do Facebook. Assim, acreditamos contribuir também para a descrição do português brasileiro atual e para a compreensão do funcionamento do gênero discursivo analisado.

Objeto direto, fala, escrita e internet

As abordagens e as preocupações apresentadas anteriormente evidenciam que, de acordo com a nossa compreensão do funcionamento da língua, o estudo deve ir além do escopo dos sintagmas, da frase ou do período. Importa, então, o *todo* que gera a estrutura linguística, como efetivamente produzida e compreendida em *textos*, em *gêneros*, na *interação intersubjetiva*. Marcuschi (2008, p. 65), por exemplo, indica alguns fenômenos que, na composição textual, “não se esgotam nem se esclarecem no âmbito da frase”; entre eles, estão as sequências conectivas, as anáforas, as elipses e as repetições. Refere-se, pois, a processos de *coesão*, que, apesar de se manifestarem na estrutura do texto, “não são simplesmente princípios sintáticos” (p. 99).

Tal perspectiva sobre a coesão já se fazia presente no trabalho seminal de Halliday e Hasan (1976, p. 2), para quem “um texto não CONSISTE DE sentenças; ele é REALIZADO POR, ou codificado em sentenças” (grifos no original). São, portanto, as *relações coesivas* que promovem a *textura* de determinada

unidade semântica que, enfim, se reconhece como *texto*. Se a coesão é parte essencial do que compõe essa textura, ou seja, do que garante aos textos a sua efetiva textualidade, e se os textos são, sobretudo, uma unidade semântica realizada por sentenças, como defendem Halliday e Hasan, então a coesão também é uma relação semântica que, “como todos os componentes do sistema semântico, é realizada por meio do sistema lexicogramatical” (p. 6). Dessa maneira, as relações coesivas podem se manifestar nos textos por estratégias como as já mencionadas acima. Anáforas e elipses ganham particular ênfase aqui, dado o escopo deste trabalho.

As diferentes formas de retomada, na função de objeto direto (ou acusativa), de informações já mencionadas no discurso representam um fenômeno morfossintático variável amplamente descrito na literatura sobre o português brasileiro (PB). Por um lado, como aponta Duarte (2015), revelam-se semelhanças na distribuição das variantes de objeto direto de 3ª pessoa no PB em amostras de diferentes localidades do país: temos, no português aqui falado, ocorrência muito baixa do clítico acusativo, em contraste com o fato de que, nas palavras de Duarte, “todos preferem um objeto anafórico nulo” (p. 31). Nesse aspecto, observa-se forte unidade no que tange à sintaxe do PB. Entretanto, não se encontra tal unidade ao se compararem a fala e a escrita brasileiras, ou o uso efetivo do português falado no Brasil e a descrição feita pelas gramáticas normativas. Enquanto na fala, como já dito, o objeto nulo – também denominado anáfora zero – desponta como variante mais frequente em todo o território nacional, a escrita tende a preservar o emprego do clítico acusativo, sobretudo em gêneros associados à maior formalidade e a graus mais elevados de monitoramento, devido principalmente à ação prescritiva da escola (cf. OLIVEIRA, 2007). Esse contraste entre fala e escrita e entre uso real e a prescrição das gramáticas normativas também já se encontra sistematicamente descrito em trabalhos como os de Freire (2012), Duarte, Gomes e Paiva (2016) e Duarte e Freire (2014), que, no entanto, reconhecem a presença na escrita de variantes alternativas aos clíticos acusativos, como a anáfora zero – preferência nacional na fala –, os sintagmas nominais (SNs) anafóricos e até mesmo os pronomes lexicais, *ele(s)* e *ela(s)*.

O detalhamento da variação do objeto direto de 3ª pessoa em referência anafórica revela a influência de alguns grupos de fatores sobre o emprego de determinadas variantes, em detrimento das demais. O trabalho pioneiro de Omena (1978), sobre a função acusativa na fala de adultos em fase de alfabetização, constatou a completa ausência do clítico na amostra investigada e a massiva presença da anáfora zero (76%), superando o uso do pronome lexical, ao contrário

do que se esperava à época. Nessa pesquisa, Omena identificou que a não materialização do objeto direto de 3ª pessoa era favorecida pelo traço [- animado] nos referentes; além disso, observou que o fato de um mesmo complemento verbal ser retomado na função de objeto direto também demonstrava tendência ao uso da anáfora zero.

A essas variáveis, podemos acrescentar a distância referencial. Paredes Silva (2016), por exemplo, afirma que, na variação do sujeito de 3ª pessoa, quanto mais próximas as menções a um mesmo referente (ou seja, quanto menor for o número de orações entre elas), menor é a necessidade de um nome que explicita o referente. Assim, corrobora-se o princípio funcionalista da iconicidade, mais especificamente o seu subprincípio da quantidade, conforme postulado por Givón (1985): informações mais previsíveis tendem a receber menos codificação linguística. Seguindo esse raciocínio, em trabalhos anteriormente empreendidos por nós, concluímos que menores distâncias entre os referentes também favorecem o emprego da anáfora zero, tanto na fala de jovens cariocas de baixa escolaridade, internos em regime socioeducativo (PINHEIRO, 2016), quanto em conversas pelo aplicativo de chat WhatsApp entre jovens universitários brasileiros (PINHEIRO, 2017a).

A investigação que discutimos em Pinheiro (2017a) representa uma tentativa de expandir para um gênero discursivo digital as conclusões já sistematizadas sobre a variação do objeto direto de 3ª pessoa. Ao analisarmos dados de conversas de WhatsApp, interessava-nos depreender a distribuição das variantes da função acusativa em um gênero discursivo – o chat – que, na perspectiva de Araújo (2010, p. 116), “usa características da língua oral e escrita imbricadamente”, além de outras semioses, como o som e a imagem, que o tornam, na verdade, um *chat hipertextual*.³ Neste trabalho, identificamos, de um total de 249 dados, a predominância da anáfora zero (64,2%), além da ocorrência de SNs anafóricos (25%), pronomes lexicais (10%) e apenas dois dados de clíticos (0,8%). Constatamos ainda, conforme já previsto pela literatura, que também nessas conversas a manutenção da função de objeto direto e o traço [- animado] no referente favoreceram a não materialização do complemento verbal.

Othero *et al.* (2018), também interessados em contribuir para a descrição e compreensão das ocorrências de objeto direto de 3ª pessoa no PB atual, observam dois corpora escritos que, segundo os autores, “trazem características de oralidade e tentam se aproximar da fala” (p. 72): histórias em quadrinhos e pos-

³ Compuseram o corpus apenas mensagens efetivamente *digitadas* pelos participantes das conversas, visto que não estavam disponíveis mensagens trocadas pelo envio de áudios.

tagens no Twitter. Apesar de não observarem ocorrências de SNs anafóricos e de não terem controlado a faixa etária ou a escolaridade dos autores das postagens, a conclusão de Othero *et al.*, quanto à escrita digital, parece análoga à nossa em Pinheiro (2017a): a variante mais frequente nos dados de Twitter é o objeto nulo, ou anáfora zero (68,4%) – uma frequência ainda maior do que a encontrada nas histórias em quadrinhos, que apresentam 39% de objetos nulos. Além disso, nas postagens de Twitter, os autores não encontraram dados de clíticos, ao passo que, nas histórias em quadrinhos, 25% das ocorrências de objeto direto de 3ª pessoa foram de clíticos.

Esses resultados parecem indicar que a escrita informal na web, conforme evidenciado pela variação na função acusativa, se aproxima da língua tipicamente falada, opondo-se à escrita prototípica devido à predominância da anáfora zero e a percentuais muito baixos de clíticos – quando encontrados. A análise que esmiuçaremos a seguir busca corroborar as conclusões destacadas.

ANÁLISE DOS DADOS

Foram analisadas 17 conversas empreendidas em 2012 por universitários e universitárias no Messenger, aplicativo de chat do Facebook. Essa amostra foi coletada e inicialmente descrita por Pimienta (2013), que a caracterizou como composta por conversas espontâneas e de relação simétrica entre os interlocutores, com alto grau de intimidade entre eles. Todas as conversas são duais, isto é, com apenas dois participantes. Além de estarem cursando a graduação, todas as pessoas envolvidas nessas interações são naturais do Rio de Janeiro e encontram-se na mesma faixa etária, que à época da coleta dos dados correspondia à faixa entre 19 e 28 anos.

De início, identificamos os contextos de variação na função acusativa de 3ª pessoa; buscamos, portanto, ocorrências que recuperavam informações já mencionadas no discurso, assumindo, conforme afirma Bortoni-Ricardo (2017, p. 67), que a identificação de formas alternativas de dizer a mesma coisa deve levar em conta “tão somente a função referencial da linguagem”. Em seguida, codificamos os dados encontrados de acordo com os grupos de fatores que consideramos influentes para a expressão do fenômeno variável analisado e, por fim, fizemos rodadas no pacote de tratamento estatístico GoldVarb 2001, assumindo como aplicação da regra a anáfora zero.

Portanto, encontramos, tal qual esperado, variação entre anáfora zero, SN anafórico, pronome lexical e clítico, exemplificada a seguir:⁴

- 4) *Participante 'N'*
[o trabalho] é sobre o que?
Participante 'R'
história da morfologia [...]
Participante 'N'
[a professora] num deu **história da morfologia**
Participante 'R'
no começo ela não deu Ø?
- 5) Participante 'A'
to morando num apartamento aki na rua do biomédico..ja te falei né..rss...
só q as meninas vão entregar **ele** p dono em dezembro [...]
- 6) Participante 'O'
o wally me viu.. ele foi à mostra de dança da minha igreja e disse que foi
tudo lindo e tal.. era tanta gente que eu não **o** vi [...]
- Não incluímos na análise casos em que o objeto direto, se expresso, seria composto por uma oração, nem aqueles em que o complemento verbal se reveste de pejoratividade, como ilustrado respectivamente em (7) e (8).
- 7) Participante 'C'
eu sei que dá pra colocar as duas opções
eu afirmei Ø
rsrsrs
- 8) Participante 'J'
por isso que eu dei um chilique, dei um fora nela e na turma inteira
uhashuahsuhasa
[...]
eu tenho que enfrentar **essa mula** mesmo, e me livrar dela

⁴ Nos exemplos seguintes, estão em negrito os dados de objeto direto aos quais esta pesquisa se refere; sublinhadas estão as menções iniciais de cada referente em questão, retomadas posteriormente pelas ocorrências em negrito.

Também não analisamos contextos nos quais o elemento exerce dupla função: ao mesmo tempo, objeto e sujeito, conforme o exemplo (9).

9) Participante ‘C’

n vou ficar de braços cruzados vendo **ela** seguir em frente

Dessa forma, a nossa investigação centrou-se em dados típicos de objeto direto com valor nominal. A distribuição das variantes encontradas por nós no Facebook Messenger está disposta na Tabela 1 a seguir.

Variante	Apl./Total	%
Anáfora zero	189 / 245	77%
SN anafórico	33 / 245	13%
Pronome pleno	11 / 245	5%
Clítico acusativo	12 / 245	5%
Total	245	100%

Tabela 1 – Distribuição geral dos dados de objeto direto no chat do *Facebook*

Esse resultado assemelha-se ao encontrado por nós em Pinheiro (2017a), a partir de conversas pelo WhatsApp, e assemelha-se, também, à distribuição dos dados de postagens no Twitter apresentada por Othero *et al.* (2018) – exceto, é claro, por estes autores não terem incluído os SNs anafóricos na sua análise. Em todas essas amostras, observa-se a anáfora zero, ou objeto nulo, como a variante mais frequente, ao contrário dos clíticos, que, quando presentes, se encontram apenas em poucas ocorrências.

Chama a nossa atenção, porém, o fato de que, no chat do Facebook, os clíticos se apresentam com frequência similar às dos pronomes lexicais (5%). Recordemos aqui que, nos dados de Twitter, Othero *et al.* não encontraram clíticos e, nos dados de WhatsApp analisados por nós, encontramos apenas duas ocorrências desta variante (0,8%). Não temos, no momento, uma explicação definitiva para essa diferença de frequência quanto ao uso de clíticos. Contudo, acreditamos que o *suporte* em que os textos se manifestam exerça alguma influência nesse caso. Ao que nos parece – apesar de, em princípio, não haver maneiras de comprová-lo –, as mensagens de WhatsApp, como as postagens no Twitter, podem ter sido majoritariamente escritas pelo celular, o que permitiria aos usuários das plataformas que digitassem os seus textos enquanto realizam outras ações, de naturezas diversas, como transitar pela rua, assistir a uma aula, subir escadas, dentre outras. Quanto às mensagens enviadas pelo Messenger, é

possível que estas tenham sido predominantemente digitadas em computadores ou dispositivos semelhantes, como *notebooks*, visto que, segundo publicado no site *Olhar digital* (JUNQUEIRA, 2019), foi apenas em 2011 que o Facebook lançou a versão independente do Messenger para celulares e, de acordo com o G1 (2014), somente em 2013 os acessos ao Facebook por dispositivos móveis superaram os acessos por computador. Por ora, propomos, então, esta hipótese, que certamente requer observações mais consistentes.

Podemos, de todo modo, concluir que, no que tange à variação do objeto direto de 3ª pessoa, a escrita informal pelo Facebook Messenger, como a escrita informal pelo WhatsApp, assemelha-se aos dados da fala, sobretudo pelos altos percentuais de anáfora zero, e pelo baixo índice de clíticos. No gráfico a seguir, comparamos a distribuição das ocorrências de objeto direto no Messenger, no WhatsApp (PINHEIRO, 2017a), na fala universitária (CORRÊA, 1991) e na escrita universitária (AVERBUG, 2000).⁵

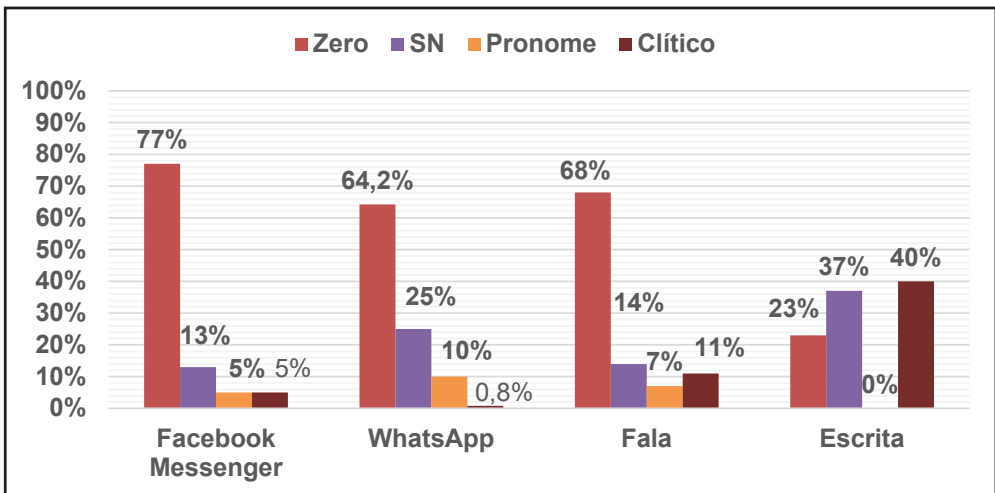


Gráfico 1 – Comparação entre percentuais de dados de objeto direto de 3ª pessoa produzidos por estudantes universitários no *Facebook Messenger*, no *WhatsApp*, na fala e na escrita.

O gráfico acima nos permite constatar que, nas interações mais espontâneas e mais informais – dados de Facebook Messenger, do WhatsApp e da fala –, a anáfora zero é a variante que predomina nas produções linguísticas de estudantes universitários. Além disso, reforça-se que a escrita brasileira por pessoas de alta escolaridade, mesmo implementando a anáfora zero, mantém-se conservadora

⁵ Os resultados de Corrêa (1991) e Averbug (2000) foram obtidos por nós através da Tese de Doutorado de Marafoni (2010), visto que não conseguimos acesso direto aos trabalhos originais.

devido ao alto percentual de clíticos, conforme já demonstrado por Duarte e Freire (2014) e outros pesquisadores.

A seguir, comentaremos sobre a influência de três grupos de fatores, ou variáveis independentes, sobre a expressão da anáfora zero no chat do Facebook, conforme a ordem de seleção do programa GoldVarb 2001, a saber: a animacidade do referente, a distância entre as menções e a função sintática do antecedente.

Animacidade

Conforme já expusemos neste capítulo, o traço [– animado] nos referentes tem sido indicado como favorecedor da anáfora zero na função acusativa (e.g., OMENA, 1978; OLIVEIRA, 2007; PINHEIRO, 2016; 2017a; MARAFONI, 2010). Nos exemplos a seguir, retirados da nossa amostra do Facebook Messenger, encontram-se dados de referentes com o traço [– animado], em (10) e (11), e com o traço [+ animado], em (12).

- 10) Participante ‘J’
ta loiraa?!
posta uma foto aí
Participante ‘R’
daqui a pouco eu posto Ø
- 11) Participante ‘H’
nao aguento chat
só vc pra ter paciencia
hahaha
Participante ‘L’
pois é
eu tenho Ø
- 12) Participante ‘C’
p mim vc tava falando q tava com o cara q eu gosto
Participante ‘N’
nao nao
ate poderia estar
Participante ‘C’
mto surto mto surto

Participante 'N'

mas não estou rs

Participante 'C'

semana passada ela não encontrou **ele**

Este foi o primeiro grupo de fatores selecionado nas rodadas de tratamento estatístico pelo GoldVarb 2001, o que caracteriza essa variável como fortemente influente para a expressão da anáfora zero no corpus aqui discutido. Na Tabela 2, apresentada a seguir, encontra-se a relação entre os traços de animacidade nos referentes, os percentuais depreendidos para a anáfora zero na nossa análise e os pesos relativos (P.R.) de cada fator desta variável na expressão do objeto nulo.

Animacidade	Apl./Total	%	P.R.
[- animado]	173 / 207	83%	.57
[+ animado]	16 / 38	42%	.16
Total	189 / 245	77%	

Tabela 2 – Influência da variável animacidade sobre a expressão da anáfora zero no *chat* do *Facebook*.

(Significância = 0.000.)

A observação da tabela acima nos permite afirmar que o traço [- animado] nos referentes favoreceu as ocorrências de anáfora zero no nosso corpus, com um peso relativo de .57. Dessa forma, corroboram-se resultados anteriores sobre a função acusativa na 3ª pessoa, sobretudo na fala, amplamente já sistematizados na literatura linguística.

Distância entre as menções

Nas análises realizadas em Pinheiro (2016) e Pinheiro (2017a), concluímos que a distância entre as menções também contribui para a variação na função acusativa, de modo análogo ao que Paredes Silva (2016) indica acerca do sujeito de 3ª pessoa. Nesses trabalhos, confirma-se que distâncias menores entre as menções a um mesmo referente tornam menos necessário que se explicito o elemento em questão; dessa forma, menções mais próximas favorecem a anáfora zero, em comparação com as demais variantes.

Como fizemos em Pinheiro (2017a), ao analisarmos conversas pelo WhatsApp, também foram contados como ‘orações’, para efeito de distância, alguns elementos, que, mesmo ‘soltos’, veiculam sentido completo. É o que se nota pelo uso da interjeição “poxa” no exemplo (13), disposto a seguir.

- 13) Participante ‘H’
 to vendo previsao
 poxa
Participante ‘M’
 to procurando uma parada pra vc
 calmai
 me conta **a previsão** rs

Já no exemplo (14), trazemos, em uma mesma sequência, duas retomadas à mesma informação (“esse contraste”). Entretanto, a distância entre as menções varia. A primeira retomada, explicitada como “o contraste”, afasta-se da primeira menção por uma distância de quatro orações – caso também consideremos a risada (“hahahaha”) como elemento interveniente. A retomada seguinte, porém, distancia-se da mensagem anterior por apenas uma oração e, assim, é realizada por meio da anáfora zero.

- 14) Participante ‘L’
 Deu pra entender mesmo esse contraste?
 pensei que ia ficar igual ao nome que ninguém enxergava
 hahahaha
Participante ‘F’
 Eu enxerguei **o contraste**
 todos vão exergar Ø

Na Tabela 3, apresentamos a influência da distância entre as menções na expressão da anáfora zero.

Distância	Apl./Total	%	P.R.
Oração anterior	89 / 101	88%	.70
2 orações	40 / 49	81%	.52
3 orações	20 / 32	62%	.29
4 ou 5 orações	24 / 36	66%	.32
6 ou mais orações	16 / 27	59%	.22
Total	189 / 245	77%	

Tabela 3 – Influência da variável distância sobre a expressão da anáfora zero no *chat* do *Facebook*.

(Significância = 0.000.)

Notamos, portanto, que, quanto mais próximas as menções a um mesmo referente, mais se favorece a anáfora zero, ou seja, a não materialização do referente na função acusativa, corroborando-se novamente o postulado funcionalista inicialmente proposto por Givón (1985). No nosso corpus do chat do Facebook, com apenas uma oração de distância, a anáfora zero é favorecida com um peso relativo de aproximadamente .70; com duas orações, o favorecimento a essa variante se dá com um peso relativo de .52; com três ou mais orações de distância entre as menções, a partir da observação dos pesos relativos, a anáfora zero não se mostra favorecida em relação às outras variantes.

Função sintática do antecedente

Outro grupo de fatores já identificado como favorecedor da anáfora zero no português brasileiro é a função sintática do antecedente (e.g., OMENA, 1978; PINHEIRO, 2016; 2017a; MARAFONI, 2010). Em outras palavras, interessa observar se o referente analisado na função acusativa manteve-se como objeto direto, em relação à sua menção anterior, ou se a sua função sintática foi alterada.

No exemplo (15), a seguir, notam-se duas retomadas de um mesmo referente: na primeira, explicitada como “o menino” na função de objeto direto, altera-se a função sintática do referente, que antes ocorria em função dativa (“pra ele”); já na segunda retomada, por meio da anáfora zero, mantém-se a função acusativa identificada na menção imediatamente anterior.

15) Participante ‘R’

queria q vc pedisse desculpas pra ele por mim

kkkkkkkkkk

Participante ‘S’

Hahaha

Participante ‘R’

fiquei enrolando **o menino** e nem peguei Ø

Na Tabela 4, dispõem-se os percentuais e os pesos relativos referentes à manutenção e à alteração da função sintática do referente, conforme a sua influência na expressão da anáfora zero.

Função sintática do antecedente	Apl./Total	%	P.R.
Objeto direto	134 / 154	87%	.59
Outra função	55 / 91	60%	.35
Total	189 / 245	77%	

Tabela 4 – Influência da variável função sintática do antecedente sobre a expressão da anáfora zero no *chat* do *Facebook*.

(Significância = 0.012.)

Novamente, a análise da nossa amostra reafirma uma tendência já descrita na literatura: a anáfora zero destaca-se como variante mais frequente quando se mantém a função sintática do referente, com um peso relativo de .59.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela análise que empreendemos neste capítulo, demonstramos que, quanto à variação do objeto direto de 3ª pessoa, o Messenger, aplicativo de chat do Facebook, assemelha-se fortemente aos dados da fala, visto que, no corpus investigado, a variante mais frequente para a função acusativa foi a anáfora zero (também denominada objeto nulo), com 77% dos dados. Padrão semelhante também fora encontrado por nós em conversas por WhatsApp (PINHEIRO, 2017a): 64,2% de anáfora zero. Ambos os corpora foram compostos por conversas informais digitadas entre estudantes universitários brasileiros. A esses resultados, pode-se acrescentar o de Othero *et al.* (2018). No seu trabalho sobre objetos diretos de 3ª pessoa em postagens no Twitter feitas por usuários brasileiros, os autores também observaram predominância do objeto nulo (68,4%), ainda que não tenham controlado a faixa etária ou a escolaridade dos sujeitos cujos textos foram analisados. Destacamos, ainda, que as variáveis independentes identificadas nesta investigação como favorecedoras da anáfora zero – quais sejam, a animacidade, a manutenção ou alteração da função sintática e a distância entre as menções – também já se encontram atestadas majoritariamente em dados da fala como influentes na expressão dessa mesma variante.

À primeira vista, tais observações podem nos levar à conclusão de que a escrita informal em gêneros discursivos digitais espelha comportamentos linguísticos típicos da fala. Acreditamos, porém, que deve haver cautela ao se debruçar sobre os contextos e resultados aqui discutidos.

Por um lado, os aplicativos de chat mencionados neste texto – Messenger e WhatsApp – aproximam-se da fala em termos da variação na função acusati-

va e certamente apresentam características comumente associadas à oralidade, como o alto grau de informalidade, o baixo grau de monitoramento e a falta de planejamento prévio. Por outro lado, as mesmas conversas aqui focalizadas trazem, na sua própria natureza, outros traços que as associam à escrita prototípica. Afinal, todos os dados analisados foram efetivamente digitados – ou seja, escritos, ainda que em plataformas digitais. Além disso, mesmo que, de modo geral, as interações pelo Facebook Messenger e pelo WhatsApp sejam síncronas, nada impede que elas se deem de forma assíncrona – como afirmado por Baron (2013), Herring e Androustopoulos (2015) e Pinheiro (2017b). Conforme se sabe, assíncronas são as interações tipicamente escritas.

Concordamos, pois, com a caracterização que Araújo (2010, p. 134) faz do gênero chat, visto que, para o autor,

o chat é um gênero de natureza híbrida, pois funde oralidade e escrita em um mesmo suporte, a tela do computador, e em um mesmo evento sociointeracional. [...] Além disso, como típico dos enunciados da esfera eletrônica, o chat também absorve outras formas semióticas como som e imagem, trazendo uma nova formatação ao texto escrito, que, por sua vez, é permeado de oralidade.

Na verdade, para Marcuschi (2010, p. 22), “o que se nota”, nos gêneros discursivos digitais como um todo, “é um hibridismo mais acentuado, algo nunca visto antes, inclusive com o acúmulo de representações semióticas”. Dessa maneira, mais do que uma simples mescla de fala e escrita, acreditamos, conforme defendido por Araújo e Marcuschi, que os textos produzidos em ambiente digital e nele postos em circulação representam uma espécie de “terceira modalidade”, ou uma “terceira via”, que, apesar de muitas vezes denominada “escrita digital”, parece extrapolar os limites tradicionalmente associados à fala e à escrita.

Na verdade, é possível que esse “hibridismo mais acentuado” se note até mesmo em fenômenos morfossintáticos variáveis. Neste capítulo, debruçamo-nos apenas sobre um fenômeno específico: a variação das formas de 3ª pessoa em função acusativa no português brasileiro atual. O fato de que esse fenômeno variável, no Messenger e no WhatsApp, se comporta de maneira semelhante à fala não pode nos levar à conclusão imediata de que todos os demais casos de variação também se comportem assim. Reiteramos aqui a constatação feita por Murray (2000) de que, em interações digitais por chats em língua inglesa, é comum que se apaguem os sujeitos das orações, como estratégia para digitar mais rapidamente.

Portanto, encerramos este texto certos de que devem ser realizadas novas pesquisas sobre as práticas linguísticas em ambiente digital, focalizando, por

exemplo, outros fenômenos morfossintáticos variáveis. Assim, será possível expandirmos os nossos conhecimentos sobre a língua(gem) humana, associando-a aos novos padrões comunicativos possibilitados pelas novas tecnologias. Reforçamos, enfim, a crença de que os estudos linguísticos precisam levar em conta os aspectos da interação que circunscrevem os usos da língua, pois é apenas pela interação, pelos textos e pelos gêneros discursivos que efetivamente damos vida às formas linguísticas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Júlio César Rosa de. Transmutação de gêneros na web: a emergência do chat. *In*: MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antonio Carlos (orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 109-134.

ARAÚJO, Júlio. Reelaborações de gêneros em redes sociais. *In*: ARAÚJO, Júlio; LEFFA, Vilson (org.). **Redes sociais e ensino de línguas: o que temos de aprender?** 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016, p. 49-64.

AVERBUG, Mayra Cristina Guimarães. **Objeto direto anafórico e sujeito pronominal na escrita de estudantes**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. *In*: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2. ed. Tradução feita a partir do francês por Maria Emsantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 277-326. Título original: **Estetika slovesnogo tvortchestva**, 1979.

BARON, Naomi. Enunciados segmentados em MIs. Tradução de Tania G. Shepherd. *In*: SHEPHERD, Tania G.; SALIÉS, Tânia G. (orgs.). **Linguística da internet**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 125-155.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Manual de Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2017.

CEZARIO, Maria Maura; MARQUES, Priscilla Mouta; ABRAÇADO, Jussara. Sociofuncionalismo. *In*: MOLLICA, Maria Cecília; FERRAREZI JR., Celso (orgs.). **Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução**. São Paulo: Editora Contexto, 2016, p. 45-61.

CORRÊA, Vilma Reche. **Objeto direto nulo no português do Brasil**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Unicamp, 1991.

DUARTE, Maria Eugenia Lammoglia. Para uma nova descrição da sintaxe do ‘português padrão’. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 51, 2015, p. 23-41.

DUARTE, Maria Eugênia; FREIRE, Gilson Costa. Como a escrita padrão recupera formas em extinção e implementa formas inovadoras. *In*: PAIVA, Maria da Conceição de; GOMES, Christina Abreu (org.). **Dinâmica da variação e da mudança na fala e na escrita**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014, p. 121-142.

DUARTE, Maria Eugênia L.; GOMES, Christina Abreu; PAIVA, Maria da Conceição de. Codification and standardisation in Brazilian Portuguese. *In*: MUHR, Rudolf (org.). **Pluricentric Languages and Non-Dominant Varieties Worldwide: Part II: The Pluricentricity of Portuguese and Spanish: New Concepts and Description**. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2016, p. 51-65.

FREIRE, Gilson Costa. Clíticos acusativo e dativo no ensino de língua padrão. *In*: PALOMANES, Roza; BRAVIN, Angela Marina (org.). **Práticas de ensino do português**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 91-109.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; COSTA, Marcos Antonio; CEZARIO, Maria Maura. Pressupostos teóricos fundamentais. *In*: FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; RIOS DE OLIVEIRA, Mariangela; MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs.). **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, p. 29-55.

G1. **Facebook completa 10 anos; veja a evolução da rede social**. 04/02/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/>. Acesso em: 13 set. 2020.

GIVÓN, Talmy. Iconicity, isomorphism and non arbitrary coding in syntax. *In*: HAIMAN, John. (ed.). **Iconicity in Syntax: Proceedings of a symposium on iconicity in syntax**, Stanford, June 24-26, 1983. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p. 187-219.

HALLIDAY, Michael A. K.; HASAN, Ruqayia. **Cohesion in English**. Londres: Longman, 1976.

HERRING, Susan C. Computer-mediated discourse. *In*: SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi E. (orgs.). **The Handbook of Discourse Analysis**. Massachusetts: Blackwell Publishers, 2001, p. 612-634.

HERRING, Susan C. Grammar and electronic communication. *In*: CHAPELLE, Carol. (ed.), **Encyclopedia of Applied Linguistics**. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2012, p. 2338-2346. Disponível em: <https://ella.sice.indiana.edu/~herring/e-grammar.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2020.

HERRING, Susan C.; ANDROUTSOPOULOS, Jannis. Computer-mediated discourse 2.0. *In*: TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi E.; SCHIFFRIN, Deborah (orgs.). **The Handbook of Discourse Analysis**, 2. ed. Chichester: John Wiley & Sons, 2015, p. 127-151. Disponível em: <http://info.ils.indiana.edu/~herring/herring.androutsopoulos.2015.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2020.

JUNQUEIRA, Daniel. Facebook Messenger: principais recursos e dicas para usar o mensageiro. **Olhar digital**. 11/01/2019. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/>. Acesso em: 13 set. 2020.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. Título original: **Sociolinguistic Patterns** [1972].

MARAFONI, Renata Lopes. **A distribuição do objeto nulo no português europeu e no português brasileiro**. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras: UFRJ, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. *In*: MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antonio Carlos (orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 15-80.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; KENEDY, Eduardo. A visão funcionalista da linguagem no século XX. *In*: FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs.). **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 17-28.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. *In*: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. 4. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013, p. 9-14.

MURRAY, Denise E. Protean communication: The language of computer-mediated communication. **TESOL Quarterly**, v. 34, n. 3, 2000, p. 397-421.

OLIVEIRA, Solange Mendes. Objeto direto nulo, pronome tônico de 3ª pessoa, SN anafórico e clítico acusativo no português brasileiro: uma análise de textos escolares. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**, v. 5, n. 9, 2007, p. 1-30.

OMENA, Nelize Pires de. **Pronome pessoal de 3ª pessoa**: suas formas variantes em função acusativa. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Letras, mimeo., 1978.

OTHERO, Gabriel de Ávila; CYRINO, Sonia; SCHABBACH, Giulia; MADRID, Leonardo; ROSITO, Rodrigo. Objeto nulo e pronome pleno na retomada anafórica em PB: uma análise em *corpora* escritos com características de fala. **Revista da Anpoll**, Florianópolis, v. 1, n. 45, mai./ago., 2018, p. 68-89.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia. **Cartas cariocas**: a variação do sujeito na escrita informal. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, mimeo., 1988.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia. Forma e função nos gêneros do discurso. **Alfa**, São Paulo, v. 41, n. especial, 1997, p. 79-98.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia. Motivações funcionais no uso do sujeito pronominal: uma análise em tempo real. In: PAIVA, Maria da Conceição de; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. (org.). **Mudança linguística em tempo real**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003, p. 97-114.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia. Variação nos processos de referenciação correlacionada a gêneros discursivos. **Revista do GELNE**, Natal/RN, v. 14, n. especial, 2012, p. 273-300.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia. Sociolinguística e texto. In: MOLLICA, Maria Cecília; FERRAREZI JR., Celso (orgs.). **Sociolinguística, sociolinguísticas**: uma introdução. São Paulo: Editora Contexto, 2016, p. 185-195.

PIMIENGA, Penélope Citlalli Sánchez. **La segunda persona de singular em el português de Rio de Janeiro**: variación en la relación gramatical de objeto directo. Dissertação de Mestrado. Guadalajara: Universidade de Guadalajara, 2013.

PINHEIRO, Andrei Ferreira de Carvalhaes. A primeira parte de um estudo sobre a expressão variável do objeto direto de 3^a pessoa: a fala de jovens cariocas em regime socioeducativo. **Linguística Rio**, v. 2, 2016, p. 50-60.

PINHEIRO, Andrei Ferreira de Carvalhaes. A variação do objeto direto de 3^a pessoa em uma escrita próxima à fala: conversas de WhatsApp. **Anais do X Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística: pesquisa linguística e compromisso político**, 7 a 10 de março de 2017, Niterói, RJ. Niterói: UFF, 2017a, p. 154-165.

PINHEIRO, Andrei Ferreira de Carvalhaes. Algumas particularidades do *WhatsApp*: proximidade com a fala ou com a escrita? **Linguística Rio**, v. 3, n. 2, jun., 2017b.

ROBINSON, John; LAWRENCE, Helen; TAGLIAMONTE, Sali. **Gold-Varb 2001: A Multivariate Analysis Application for Windows**. Manual do usuário, 2001.

Disponível em: [http://www.romanistik.uni-freiburg.de/pusch/Download/varia-
cionismo/GoldVarb2001_User_manual.pdf](http://www.romanistik.uni-freiburg.de/pusch/Download/varia-
cionismo/GoldVarb2001_User_manual.pdf). Acesso em: 12 set. 2020.

SHEPHERD, Tania G.; SALIÉS, Tânia G. O princípio: entrevista com David Crystal. In: SHEPHERD, Tania G.; SALIÉS, Tânia G (orgs.). **Linguística da internet**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 17-35.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. Título original: **Empirical foundations for a theory of language change** [1968].

POSFÁCIO

INTEGRANDO VARIAÇÃO, FUNÇÃO E GÊNEROS

Maria da Conceição de Paiva¹

Em algumas oportunidades de assistir a apresentações de orientandos da professora Vera Lúcia Paredes Silva, lhe sugeri a necessidade de reunir os diferentes trabalhos em um volume. Muito bem. Essa necessidade se concretizou no livro *Sintaxe, língua em uso e análise de gêneros*, que vem contribuir de forma indiscutível para a complexa inter-relação entre gênero textual/discursivo e variação linguística. A tarefa que me coube, a de escrever um posfácio para este volume, está longe de ser simples. Pela impossibilidade de tratar detalhadamente

¹ Maria da Conceição de Paiva é professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e coordenadora do Programa de Estudos sobre o Uso da língua (PEUL). Durante muitos anos vem desenvolvendo pesquisas na área de variação e mudança em português numa perspectiva funcionalista, principalmente de fenômenos de ordenação de constituintes e de gramaticalização. Mais recentemente, seu interesse se volta para o desenvolvimento de conectores e para a inter-relação entre mudança no indivíduo e na comunidade. Publicou um grande número de artigos sobre esses aspectos e contribuiu na organização dos livros *Mudança linguística em tempo real*, com Maria Eugênia L. Duarte (UFRJ); *Dinâmica da variação e da mudança na fala e na escrita*, junto a Christina Abreu Gomes (UFRJ); e *Studies on variation in Portuguese*, em colaboração com Pilar Barbosa (Universidade do Minho) e Celeste Rodrigues (Universidade de Lisboa).

as diferentes contribuições teóricas e práticas que os diferentes trabalhos reunidos no volume vêm trazer, sou obrigada a me limitar a alguns pontos: a importância da integração teórica e metodológica dos trabalhos para a compreensão de alguns fenômenos variáveis do português, a síntese entre uso linguístico/função e gênero e sua contribuição do volume para a caracterização de novos gêneros, propiciados, em especial, pela expansão da web. Destacamos, sobretudo, algumas questões que podem ser levantadas a partir dos trabalhos reunidos no volume e que incitam à continuação do atual empreendimento, orquestrado pela professora Vera Paredes.

O primeiro ponto a destacar é a organicidade do livro não apenas em termos teóricos, o modelo bakhtiniano, como também quanto aos assuntos/temas focalizados. Assim, a articulação dos trabalhos reunidos em torno de questões ligadas à referenciação e na variação possível nas formas para estabelecer continuidade referencial e temática em diferentes gêneros textuais/discursivos, em especial através de SNs complexos, de SNs encapsuladores ou de rótulos apontam diversas regularidades, que suscitam reflexão. Destaca-se, por exemplo, a predominância de sintagmas nominais de menor extensão, com 2 ou 3 itens lexicais, e de menor complexidade estrutural, ou seja, de nominalizações com um único encaixe, tanto em livros didáticos como em blogs, por exemplo.

Os estudos sobre o uso de SNs complexos trazem, ainda, novas e consistentes evidências também para a inter-relação entre posição do SN, função sintática e a natureza da informação introduzida pelo constituinte. Destaca-se a sistematicidade de SNs complexos na função de complemento (objeto direto ou indireto), na margem direita da oração e que introduzem informação nova ou inferível, independentemente do gênero considerado, ou mesmo da língua considerada. Confirma-se, pois, a relevância dos princípios funcionais de “ponto de partida leve” (CHAFE, 1987) e de “peso final” (QUIRK *et al.*, 1985; WASOW, 1997). Como pôde ser constatado em diversos dos estudos reunidos neste volume, essa tendência é sistemática tanto em gêneros escritos mais tradicionais, como nos textos de divulgação científica, quanto nos novos gêneros mediados pela internet e permite levantar a hipótese de que a forma de gerenciamento da comunicação humana ultrapassa possíveis diferenças de composição estrutural. Tal sistematicidade conduz, necessariamente à questão dos mecanismos cognitivos subjacentes a essa tendência.

Uma outra contribuição relevante das constatações empiricamente sustentadas pelos estudos concerne o comportamento similar de sintagmas nominais complexos que introduzem informação nova e informação inferível. Como

mostram alguns dos estudos, em gêneros como blogs políticos, os SNs complexos tendem a introduzir mais frequentemente informação inferível do que informação nova, como se pode esperar de SNs mais complexos. É o que nos mostra o trabalho de Felipe Diogo de Oliveira. Já nas notícias políticas digitais, sobressai a escassez de SNs complexos com informação nova (nova em folha nos termos de Prince, 1981), o que é atribuído por Lorena Cardoso dos Santos ao próprio ambiente digital, governado por um “imperativo de agilização” da produção textual, que leva a evitar o uso de SNs que exigem maior custo de processamento. Se, por um lado, essa tendência pode apontar aspectos distintos de tratamento da informação em gêneros ou suportes distintos, por outro ela permite levantar algumas questões sobre a própria natureza das informações consideradas inferíveis. Em que medida se distinguem de informações dadas e novas?

Considerando os aspectos acima destacados, duas questões se impõem: diferenças no uso de SNs complexos são apenas quantitativas ou qualitativas? Se há diferenças quantitativas, elas decorrem de diferença na estrutura composicional de um gênero ou do suporte pelo qual eles são veiculados? Evidências para uma discussão dessas questões são fornecidas pelo estudo de Lorena Santos que identifica recorrência um pouco mais expressiva de SNs mais extensos (acima de 4 itens) nas notícias políticas impressas do jornal *O Globo* do que nas notícias digitais publicadas no *GI*. Um outro aspecto particulariza as notícias políticas impressas, qual seja, a extensão de SNs de maior complexidade na função de sujeito. Para a autora, tais diferenças qualitativas podem ser atribuídas ao próprio suporte de divulgação, no caso a Web, caracterizada por maior imediatismo, e, portanto, menor grau de planejamento.

Diferenças mais salientes envolvem as diferentes formas/estratégias de referenciação nos vários gêneros textuais considerados neste volume, indicando a importância dos objetivos sociocomunicativos do autor no estilo do texto. Nos estudos voltados para a introdução e retomada de referentes no discurso, destaca-se a repetição de SNs plenos como uma forma de preservação da continuidade referencial, como mostra Talita Moreira de Oliveira, na análise dos livros didáticos de História. Independentemente do público-alvo visado, os livros de história parecem deixar explícita a relação entre o objetivo de clareza e facilitação da leitura que caracteriza o livro didático e os recursos linguísticos de que lançam mão. Mesmo sintagmas nominais que recategorizam o referente são evitados, principalmente no material para níveis de escolaridade iniciais. São explorados como forma de referenciação apenas nos textos didáticos destinados a alunos de nível mais avançado de escolarização.

Como destacado em diferentes estudos, os sintagmas nominais genéricos, encapsuladores ou rótulos, nos termos de Francis (1994), desempenham um papel particular e não se limitam a garantir a continuidade tópica do texto. Se, por um lado, constituem importantes recursos de referência, por outro, constituem estratégias linguísticas a serviço da argumentação. Assim, como constata Gabrieli Pereira Bezerra (neste volume), mesmo em textos didáticos de História, pressupostamente caracterizados por maior neutralidade, os rótulos e SNs encapsuladores podem ser explorados como veículos de posições do autor acerca dos fatos descritos, principalmente através da inserção de modificadores avaliativos. Dado esse papel, se explica a maior correlação entre SNs encapsuladores e rótulos não apenas com determinados gêneros textuais, mas também com sequências discursivas argumentativas.

A replicabilidade nos padrões de processos de variação, um princípio central da Sociolinguística Variacionista, é outra contribuição relevante dos estudos, principalmente dos que se debruçaram sobre variações sintáticas, como as formas de realização do objeto direto anafórico nos chats do Facebook. A predominância da variante categoria vazia nesse gênero digital acompanha a tendência mais geral já verificada por diferentes autores, com base em gêneros orais mais informais, fornecendo evidências robustas para a discussão do ponto em que se situa a linguagem da internet num *continuum* fala-escrita. O mais importante, porém, é que, assim como na língua falada espontânea, a predominância da categoria vazia nos chats do Facebook, como mostra Andrei Ferreira de Carvalhaes Pinheiro, é motivada pelos mesmos fatores que operam sobre o uso dessa variante tanto na fala como na escrita. Assim, a categoria vazia é motivada, principalmente, pela saliência do traço de animacidade do sintagma nominal fonte (cf. PAIVA; DUARTE, 2006). Essa convergência de padrões de variação permite colocar algumas questões: no caso de variação, qual o papel dos gêneros textuais e de diferentes suportes de comunicação na implementação variantes linguísticas? Pode-se pressupor que variantes linguísticas inovadoras tenham se originado em gêneros específicos, espalhando-se, gradativamente, para outros? Qual o papel da comunicação digital na propagação de variantes linguísticas inovadoras?

Como pôde ser observado em alguns estudos, as diferenças no uso de variantes linguísticas em gêneros com propriedades composicionais distintas são mais quantitativas do que qualitativas, com menor ou maior apelo a uma determinada variante, o que pode ser explicado seja em função dos objetivos sociocomunicativos do gênero, seja em razão do suporte utilizado. Sobressai,

por exemplo, o paralelismo na distribuição das variantes do objeto direto anafórico nos textos do Facebook Messenger e do WhatsApp. Da mesma forma, a distribuição da estrutura de deslocamento do sujeito (ou estrutura de duplo sujeito) é similar nos gêneros orais sermão, entrevista televisiva e aulas, embora predomine neste último.

No entanto, um outro ponto merece reflexão: em alguns casos, como evidenciado no estudo de Eliaine de Moraes Belford Gomes sobre a variação entre a construção de deslocamento do sujeito [SN + Pron. Anaf. + Verbo] e a construção [SN + Verbo] nos gêneros sermão, entrevista televisiva e aula. A princípio, os três gêneros, representativos de domínios distintos se assemelham por apresentarem planejamento prévio de conteúdo, mas menor planejamento linguístico, já que veiculados oralmente. Pouco recorrente em relação à construção canônica sujeito-verbo, a construção de deslocamento à esquerda é mais frequente nas aulas do que nos outros gêneros, como um provável reflexo da estrutura composicional desse gênero. Diferentemente do que se pode esperar, não se depreende um efeito regular das variáveis selecionadas, mostrando que as diferenças entre gêneros podem ultrapassar diferenças quantitativas, se situando no nível das suas motivações estruturais e/ou funcionais.

Alguns pontos destacados acima conduzem para uma outra questão que permeia diferentes estudos. Em que medida diferenças linguísticas qualitativas ou quantitativas no uso de determinadas estruturas se relacionam à estrutura composicional de gêneros distintos ou decorrem do suporte/meio no qual os textos são veiculados? Essa questão se reveste de maior importância, dado o inegável interesse dos estudos voltados para os gêneros digitais. Ou, ainda, em que medida elas podem ser atribuídas aos tipos textuais ou mesmo ao “estilo” particular a um determinador autor?

A primeira questão encontra elementos de resposta tanto nos estudos voltados para gêneros mais tradicionais, como os textos de divulgação científica e os textos didáticos, como nos estudos que desbravam os novos gêneros que emergiram pela ampla disseminação da web. Como evidencia Mariana Ximenes Bastos (neste volume), o estilo de artigos de divulgação científica (ADC) escritos por especialistas se distinguem claramente dos ADC escritos por jornalistas. Enquanto os primeiros recorrem a termos científicos e se caracterizam por maior distanciamento em relação ao leitor, os segundos apresentam maior dialogismo, com apelo à atenção do leitor e um léxico mais usual em que se encontra até mesmo a apelo a gírias. Essas propriedades resultam numa clara diferença no nível de formalidade dos textos, permitindo, assim, considerá-los como subgêneros.

A relevância do tipo textual/sequência discursiva fica transparente nos livros didáticos de história, direcionados para público-alvo distinto. Nesse gênero, pode predominar um ou outro tipo de sequência, em função do público-alvo visado, em superposição com certos usos linguísticos específicos e maior ou menor teor argumentativo. A importância do suporte, por sua vez, fica evidente na comparação entre notícias políticas publicadas nos jornais impressos e na web, que, segundo o estudo de Santos favorece escolhas lexicais que vão se refletir na estrutura interna dos textos

O desenvolvimento crescente e acelerado dos meios de comunicação digital coloca múltiplas questões não apenas do ponto de vista das suas influências (positivas ou negativas) na forma de interação entre as pessoas e no comportamento dos seres humanos, como já salientado pela professora Vera Lúcia Paredes Silva (em entrevista neste volume), como também por terem propiciado o aparecimento de novos gêneros discursivos. Se, por um lado, tal expansão ratifica a posição de Bakhtin (2003 [1979]) para quem novos gêneros podem surgir em função da dinâmica da própria sociedade, desafios se colocam na caracterização dessas formas de comunicação, algumas delas já bem consolidadas no mundo atual. A web constitui um espaço aberto à circulação de textos de diferentes domínios ou de diferentes esferas que se materializam em gêneros caracterizados pela multimodalidade, pela hipertextualidade, ou talvez melhor, intertextualidade, permitida pelos hiperlinks e pela “mescla de diferentes semioses” (ARAÚJO, 2016).

O blog é um bom exemplo da dificuldade de aplicar categorias/definições tradicionais aos gêneros digitais. Como mostram Felipe Diogo de Oliveira e Yalis Duarte Rodrigues Lima, os blogs, mais que um gênero, podem ser considerados um macrogênero que, de fato, abriga diferentes gêneros (postagens, comentários dos leitores), possuem uma estrutura composicional particular em que podem se associar recursos linguísticos, iconográficos como *emoticons*, fotos ou mesmo vídeos, além de links que permitem a intertextualidade. Além disso, podem constituir um espaço de interatividade entre membros de uma comunidade (a comunidade blogueira).

Os diferentes gêneros que compõem os blogs podem variar tanto na sua estrutura composicional como no seu estilo, como evidencia o trabalho de Yalis Lima, na comparação entre blogs de crítica cinematográfica e de relatos de viagem. Enquanto os primeiros possuem uma estrutura mais rígida, com alguns elementos obrigatórios, os segundos apresentam estrutura mais flexível. Distinguem-se, ainda, no seu estilo, como, por exemplo, no uso de pessoas

gramaticais ou de adjetivos avaliativos, dentre outros, que tornam os textos de viagem mais informais.

As peculiaridades dos gêneros digitais se refletem claramente no processo de referência como ilustra o trabalho de Jaqueline Barreto Lé, a partir da análise de anáforas indiretas em *tweets* jornalísticos, um gênero que apresenta algumas semelhanças com o blog, embora mais curtos. A autora identifica, além da própria extensão limitada os tweets, diversos outros mecanismos de referência próprios desse gênero como o uso de RTs, o mecanismo @_____, as hashtags por meio dos links #_____, por exemplo. É a hipertextualidade possibilitada pelos links que permitem ao leitor identificar o referente de muitos sintagmas nominais. Diferentemente do que ocorre nos gêneros escritos tradicionais, a cadeia referencial se amplia e cria mesmo condições particulares para o processamento de relações anafóricas, já que muitas vezes, o antecedente ou a âncora segue o SN a ela ligado.

Enfim, é expressiva a trajetória e que veio culminar em um conjunto harmonioso e com evidências empíricas diversas e instigantes para questões fundamentais da integração entre variação e mudança, função e gêneros. Mas a estrada continua. Portanto, aguardamos ansiosamente o próximo volume.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Júlio. Reelaborações de gêneros em redes sociais. *In*: ARAÚJO, Júlio; LEFFA, Vilson (org.). **Redes sociais e ensino de línguas: o que temos de aprender?** 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016, p. 49-64.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. *In*: **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, [1979] 2003, p. 261-306.

CHAFE, W. Cognitive constraints on information flow. *In*: TOMLIN, R. (ed). **Coherence and grounding in discourse**. Amsterdam, John Benjamins, 1987.

DUARTE, Maria Eugenia Lamoglia e PAIVA, Maria da Conceição de. Quarenta anos depois: a herança de um programa na Sociolinguística brasileira. *In*: WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. (Posfácio à tradução de Marcus Bagno). São Paulo: Parábola, 2006, p. 131-151.

FRANCIS, Gill. Labelling discourse: an aspect of nominal-group lexical cohesion. *In*: COULTHARD, Malcolm. **Advances in Written text analysis**. London: Routledge 1994, p. 83-101.

PRINCE, E. F. Toward a taxonomy of given-new information. *In*: COLE, Peter (ed.). **Radical pragmatics**. Nova York: Academic Press, 1981, p. 223-254.

QUIRK, Randolph; GREENBAUM, Sidney; LEECH, Geoffrey; SVARTVIK, Jan. **A Comprehensive Grammar of the English Language**. Londres: Pearson Longman, 1985.

WASOW, T. Remarks on grammatical weight. **Language Variation and Change**, 9, 1997, p. 81-105.

ORIENTANDAS E ORIENTANDOS DE VERA LÚCIA PAREDES SILVA CUJOS TRABALHOS COMPÕEM ESTE LIVRO

em ordem alfabética

Nesta última seção, reúnem-se as minibiografias de algumas pesquisadoras e pesquisadores que, na sua trajetória pela Linguística, foram orientados pela Profa. Dra. Vera Lúcia Paredes Silva e têm os trabalhos reunidos neste livro, orientado pelo recorte temático que lhe dá título (*Sintaxe, língua em uso e análise de gêneros*). Junto às minibiografias, indicam-se os trabalhos a partir dos quais foram originados os capítulos integrantes deste livro. Esta, enfim, é apenas uma amostra da vida de ensino, pesquisa e orientações construída por Vera Paredes, que, muito de perto, acompanhou e motivou o percurso acadêmico de diversas pesquisadoras e pesquisadores da Linguística brasileira.

ANDREI FERREIRA DE CARVALHAES PINHEIRO

Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2021), sob orientação da Profa. Dra. Vera Lucia Paredes Silva, e licenciado em Letras: Português/Inglês pela mesma instituição (2019), é aluno do Doutorado em Linguística pela UFRJ, inserido na linha de Variação e Mudança Linguística e vinculado ao Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL/UFRJ). Na pesquisa, volta-se principalmente à relação entre fenômenos morfossintáticos

variáveis, princípios de análise funcionalista e a caracterização de gêneros discursivos, sobretudo de gêneros discursivos digitais. Atualmente, é professor de Língua Portuguesa na rede privada de ensino e é autor de livros de ficção. Em 2013, participou de um projeto de intercâmbio educativo-cultural em *The Community School, Sun Valley (ID)*, EUA, financiado pela Escola Sesc de Ensino Médio. E-mail para contato: andreifcpinheiro@gmail.com.

- **Tipo de orientação:** Mestrado em Linguística (UFRJ).
- **Título da Dissertação:** *Das cartas aos chats: a variação do objeto direto de 3ª pessoa e a escrita informal no papel e na web.*
- **Data de defesa:** 24 de fevereiro de 2021.

ELIAINE DE MORAIS BELFORD GOMES

Possui graduação em Letras: Português/Literaturas pela Faculdade de Letras da UFRJ (1998). Foi bolsista de Iniciação Científica em Literaturas Africanas, de julho de 1997 a junho de 1999. Possui graduação em Letras: Português/Inglês pela Faculdade de Letras da UFRJ (2002). Foi bolsista do projeto de extensão CLAC (Curso de Línguas Aberto à Comunidade), ministrando aulas de Língua Inglesa, em 2001 e 2002. Possui Graduação em Letras (Português/Espanhol) pela Faculdade de Letras da UFRJ (2006), Pós-Graduação em Letras Vernáculas (Especialização em Literatura Portuguesa) pela Faculdade de Letras da UFRJ (1999) e Mestrado em Linguística pela Faculdade de Letras da UFRJ (2006). Doutorado em Linguística pela Faculdade de Letras da UFRJ, concluído em setembro de 2016. Atualmente, é professora Adjunta de Língua Inglesa da Universidade Federal de Roraima e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociolinguísticas de Roraima – NEPSol-RR (UFRR). Áreas de interesse: sociolinguística, língua inglesa e língua portuguesa. E-mail para contato: eliaine@hotmail.com.

- **Tipo de orientação:** Doutorado em Linguística (UFRJ).
- **Título da Tese:** *A estrutura [SN + Pronome Anafórico + Verbo] nos gêneros sermão, entrevista televisiva e aula.*
- **Data de defesa do trabalho:** 22 de setembro de 2016.

FELIPE DIOGO DE OLIVEIRA

É Doutor (2019) e Mestre (2014) em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Além disso, é Bacharel Cum Laude (2011) e Licenciado em Letras: Português/Espanhol (2015), também pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, trabalha como Professor EBTT de Português/Espanhol do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (campus Niterói) e é membro do grupo de pesquisa PLENA (Pesquisas em Línguas, Ensino e Aprendizagem – IFRJ/CNPq). Tem interesse nas áreas de Linguística Funcionalista, em Gêneros Discursivo-Textuais (sobretudo os gêneros que se realizam em ambiente digital), Variação Linguística e Ensino de Espanhol como língua adicional. E-mail para contato: felipediogo.linguista@gmail.com.

- **Tipo de orientação:** Doutorado em Linguística (UFRJ).
- **Título da Tese:** *O uso de Sintagmas Nominais Complexos em blogs de política e economia brasileiros e espanhóis.*
- **Data de defesa:** 30 de outubro de 2019.

GABRIELI PEREIRA BEZERRA

Possui Graduação em Letras (Português/Literaturas) pela UERJ (1997), Pós-Graduação em Literatura Portuguesa (Especialização em Literatura Infantil e Juvenil: tradição e renovação) pela Faculdade de Letras da UFRJ (1999), Mestrado em Linguística (2004) pela UFRJ e Doutorado em Linguística pela UFRJ (2010). Tem experiência no Ensino Fundamental e Médio (redes pública e privada) e em bancas de correção de processos de admissão para o Ensino Superior. Atualmente exerce a função de professora de Língua Portuguesa nas Redes Municipal e Estadual na cidade do Rio de Janeiro. E-mail para contato: gamari@ig.com.br.

- **Tipo de orientação:** Doutorado em Linguística (UFRJ).
- **Título da Tese:** *Sintagmas nominais como rótulos em livros didáticos de História do Brasil.*
- **Data de defesa:** 12 de março de 2010.

JAQUELINE BARRETO LÉ

Doutora em Linguística (UFRJ), com pesquisa na linha Mecanismos Funcionais do Uso da Língua, defendeu em 2012 a tese intitulada *Referenciação e gêneros jornalísticos: sistemas cognitivos em jornal impresso e jornal digital*. É mestre em Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA, 2002), com concentração em Linguística Teórica e Bacharel em Letras: Língua Estrangeira pela Universidade Federal da Bahia (UFBA, 1998). Atualmente atua como professora adjunta de Língua Portuguesa na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e é líder do Grupo de Pesquisa HIPERJOR, dedicado a estudos sobre hipertexto e webjornalismo, com especial interesse nas relações entre linguagem, tecnologia e ensino. Também é professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (Mestrado e Doutorado em Estudos Linguísticos) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Possui vasta experiência no ensino superior, nos cursos de Letras e Comunicação Social, atuando principalmente nos seguintes campos de estudo: linguística teórica, linguística aplicada ao ensino de português, linguística de texto, leitura e produção textual, linguagem e tecnologias, gramática do português, formação histórica do português brasileiro. E-mail para contato: jaqueline.le@ufrb.edu.br.

- **Tipo de orientação:** Doutorado em Linguística (UFRJ).
- **Título da Tese:** *Referenciação e gêneros jornalísticos: sistemas cognitivos em jornal impresso e jornal digital*.
- **Data de defesa:** 13 de fevereiro de 2012.

LORENA CARDOSO DOS SANTOS

É Doutora (2019) e Mestre (2015) em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Concluiu o Bacharelado e a Licenciatura Plena em Letras: Português e Literaturas de Língua Portuguesa na mesma instituição. É professora da rede pública municipal da cidade de Duque de Caxias/RJ e do Colégio de Aplicação da PUC-Rio (Colégio Teresiano), onde atua no ensino de Língua Portuguesa e Redação para o Ensino Fundamental II e Médio, além de supervisionar estagiários dos cursos de Letras da PUC-Rio durante o período de estágio supervisionado na instituição. Possui interesse nas áreas de Ensino de Língua Materna, Ensino de Português, Funcionalismo, Sociolinguística e Análise de Gêneros Textuais. E-mail para contato: lorena.cardoso13@gmail.com.

- **Tipo de orientação:** Doutorado em Linguística (UFRJ).
- **Título da Tese:** *A correlação entre sintagmas nominais complexos e o gênero notícia política: uma análise comparativa entre o suporte impresso e o digital.*
- **Data de defesa:** 22 de fevereiro de 2019.

MARIANA XIMENES BASTOS

Possui Doutorado (2019) e Mestrado (2013) em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Graduação em Letras: Português/Literaturas pela mesma Universidade (2010). Já atuou como Professora substituta de Linguística na UFRJ e como Professora de Língua Portuguesa e Redação nos Ensinos Fundamental e Médio. Atualmente atua como revisora de textos. Possui interesses nas áreas de Linguística (com ênfase em Funcionalismo e Sociolinguística), Ensino, Redação e Revisão. E-mail para contato: marianaximenesb@gmail.com.

- **Tipo de orientação:** Doutorado em Linguística (UFRJ).
- **Título da Tese:** *O gênero artigo de divulgação científica: um estudo comparativo na perspectiva da interação autor-leitor.*
- **Data de defesa:** 26 de fevereiro de 2019.

TALITA MOREIRA DE OLIVEIRA

Professora da Rede Municipal do Rio de Janeiro. Em 2004, inicia a graduação na Faculdade de Letras – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 2006, entra no PEUL (UFRJ) como aluna de iniciação científica (bolsista do CNPq) na área de Linguística. Possui graduação em Bacharelado em Letras (2007), mestrado em Linguística (2010) e doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018) – bolsista de pós-graduação pela CAPES no mestrado e no doutorado. Atua principalmente nos seguintes temas: funcionalismo, gênero, organização tópica, continuidade referencial, encapsuladores e sintagma nominal complexo. Tem experiência na educação básica (redes pública e privada), superior, como professora substituta de Linguística da UFRJ, em cursos de idioma e em processos de correção de exames de larga escala (redações do ENEM). E-mail para contato: talitamoreiradeoliveira@gmail.com.

- **Tipo de orientação:** Doutorado em Linguística (UFRJ).
- **Título da Tese:** *O papel dos SNs na referência e organização tópica em livros didáticos de História: comparação entre três níveis.*
- **Data de defesa:** 27 de fevereiro de 2018.

YALIS DUARTE RODRIGUES LIMA

Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Concluiu o Bacharelado e Licenciatura em Letras: Português/Espanhol na mesma instituição. Fez parte do grupo de pesquisa do Projeto PEUL - Programa de Estudos sobre os Usos da Língua, atuando na área de Linguística, com ênfase na Linguística Funcional, Análise de Gêneros e Teoria da Variação e Mudança. E-mail para contato: yalis.duarte@gmail.com.

- **Tipo de orientação:** Mestrado em Linguística (UFRJ).
- **Título da Dissertação:** *Forma e Função em gêneros digitais: Estrutura composicional e traços léxico-gramaticais no macrogênero Blog.*
- **Data de defesa:** 22 de fevereiro de 2017.



Este livro reúne estudos orientados pela Profa. Dra. Vera Lúcia Paredes Silva (UFRJ) que correlacionam aspectos da estrutura linguística em uso e a caracterização de gêneros textuais-discursivos. Apresenta também uma entrevista inédita com a Profa. Vera Paredes sobre a sua trajetória de mais de 40 anos na Linguística e sobre a perspectiva que marca as suas pesquisas, conciliando princípios da Sociolinguística Variacionista, da Linguística Funcional Norte-Americana e da Análise de Gêneros. O livro conta ainda com textos das Profas. Dras. Maria Marta Pereira Scherre (UFES), Maria da Conceição de Paiva (UFRJ) e Christina Abreu Gomes (UFRJ), integrantes do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL/UFRJ), ao qual a Profa. Vera Paredes também se vincula. Nas palavras da Profa. Marta Scherre, em seu prefácio, esta obra “que homenageia Vera reflete de forma clara o seu envolvimento com a multiplicidade de gêneros em suas diversas manifestações, chegando a gêneros mais novos por meio da mídia digital, uma demonstração perfeita da consistência de seu gosto pela linguagem em sua plenitude”.



openaccess.blucher.com.br



Blucher Open Access